

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**REMEMORAÇÃO, IDENTIDADE e TECNOLOGIAS SOCIAIS:**

uma análise sociológica das narrativas de ex-internos de uma instituição para  
menores

**VERIDIANA DOMINGOS CORDEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Marcos César Alvarez

**Versão Corrigida**

**São Paulo**

**2020**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

REMEMORAÇÃO, IDENTIDADE e TECNOLOGIAS SOCIAIS:  
uma análise sociológica das narrativas de ex-internos de uma instituição para  
menores

**VERIDIANA DOMINGOS CORDEIRO**

**Versão Corrigida**

**São Paulo**  
**2020**

**UNIVERSITY OF SÃO PAULO**  
**FACULTY OF PHILOSOPHY, LANGUAGES, AND HUMAN SCIENCES**  
**DEPARTAMENT OF SOCIOLOGY**

REMEMBERING, IDENTITY and SOCIAL TECHNOLOGIES:

A sociological analysis of narratives of former inmates

**VERIDIANA DOMINGOS CORDEIRO**

**São Paulo**

**2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C CORDEIRO, VERIDIANA DOMINGOS  
REMEMORAÇÃO, IDENTIDADE e TECNOLOGIAS SOCIAIS:  
uma análise sociológica das narrativas de ex-internos  
de uma instituição para menores / VERIDIANA DOMINGOS  
CORDEIRO ; orientador MARCOS CÉSAR ALVAREZ. - São  
Paulo, 2020.  
379 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Sociologia. Área de concentração:  
Sociologia.

1. Sociologia da Memória. 2. Teoria Social. 3.  
Identidade. 4. Instituição Total. 5. Sociologia  
Digital. I. ALVAREZ, MARCOS CÉSAR, orient. II. Título.



## **ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

### **Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): VERIDIANA DOMIGNOS CORDEIRO**

**Data da defesa: 31.7.2020**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): MARCOS CÉSAR ALVAREZ**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25 de agosto de 2020

---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

*Para meus avós, Wally e João,  
que partiram nos últimos meses de escrita desta tese,  
com quem cultivei as melhores memórias  
e ajudaram a me tornar quem sou hoje.*

*A vida é contínua, a vida não é feita de pontos finais,  
a vida é feita de reticências.*  
Ado, ex-interno

*La vida no es la que uno vivió,  
sino la que recuerda y cómo la recuerda para contarla.*  
Gabriel García Márquez

CORDEIRO, Veridiana Domingos.

Rememoração, Identidade e Tecnologias Sociais: uma análise sociológica de narrativas de ex-internos de uma instituição para menores

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: 31 de Julho de 2020

Prof. Dr. Alessandra Teixeira Instituição: UFABC

Prof. Dr. Hermílio Santos Instituição: PUC-RS

Prof. Dr. Tatiana Landini Instituição: UNIFESP



**Resumo:** As investigações aqui reunidas se encaixam no âmbito da Sociologia da Memória (mais amplamente se relaciona também com a Sociologia da Mente e a Sociologia do Conhecimento). Para tal, partimos de uma abordagem relacional, processual e interpretativa-hermenêutica. O estudo da memória e da identidade, como fenômenos bio-psico-sociais imbricados, precisa levar as descobertas de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, diálogos com as Ciências Cognitivas e Filosofia da Mente foram aqui considerados. Discutimos processos de rememoração e de formação identitária entre ex-internos de uma instituição para menores abandonados e em conflito com lei. A tese se centra em três discussões principais. A primeira parte da tese retoma aspectos sociais, históricos e jurídicos acerca da institucionalização precoce, do abandono e do estigma. A segunda parte da tese se dedica a discutir questões ontológicas e epistemológicas da memória a fim de propor uma síntese teórico-metodológica que possa analisar os processos mnemônico-identitários no curso temporal. Essa discussão considera condições contemporâneas acerca do impacto e papel de tecnologias sociais na sociabilidade e na produção de conhecimento sobre o passado. A dimensão micropolítica dos processos mnemônico-identitários é discutida e entendida a partir da ideia de "dinâmicas de validação" dentro da rede de ex-internos pesquisada. A terceira parte do trabalho faz uma análise de relatos e narrativas sobre o passado institucional de ex-internos que frequentaram uma unidade de internação no interior de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1990. Para tal, apresentamos uma análise processual, multivariada e multimétodos (etnografia, netnografia, entrevista em profundidade, entrevista coletiva e análise de redes a partir da extração de dados textuais em redes sociais) a fim de compreender como se dão os processos colaborativos de reconstrução do passado e de reconstrução de si no curso temporal, bem como os sentidos atribuídos pelos ex-internos do longo do tempo. Verificamos que houve uma "política da memória" que privilegiou a validação de certas versões sobre o passado em detrimento de outras. Com isso, houve um mútuo ajustamento de entendimentos sobre esse passado comum organizados em narrativas biográficas que acabaram por atender a "regimes emocionais" específicos, marginalizando e silenciando, assim, entendimentos contraditórios aos validados na rede de ex-internos.

**Palavras-chave:** Sociologia da Memória; Teoria Social; Identidade; Instituição Total; Sociologia Digital.

**Abstract:** The research falls into the scope of Sociology of Memory (more broadly Sociology of Mind and Sociology of Knowledge). From this field, we assume a relational, procedural, and interpretative approaches for analysing processes of remembering and identity formation among former inmates of an institution for abandoned minors. Memory and identity are nested phenomena with biopsychosocial dimensions which have been studied among many areas. Thus, we also considered arguments from the Cognitive Sciences and Philosophy of Mind. The thesis focuses on three main debates. The first part takes into account the social, historical, and legal aspects of early institutionalization, abandonment, and stigma. The second part focuses on ontological and epistemological issues of memory to propose a theoretical-methodological synthesis that enables us to understand mnemonic-identity processes over time. This debate also considers contemporary conditions regarding the impact and role of social technologies on sociability and knowledge production. The micropolitical dimension of the mnemonic-identity processes of knowledge formation is approached by the "Sociology of Understanding". The third part of this work analyzes narratives on the institutional past of the former inmates who attended a governmental institution in the Brazilian countryside between the 1940s and 1990s. We carried out a procedural analysis, multi-data and multi-methods (ethnography, netnography, in-depth interview, extraction of textual data on social networks) in order to understand how collaborative mnemonic-identity processes play out over time by emphasizing how some versions of the past are validated at the expense of others. We observed that the mutual adjustments of understanding of past experiences are pushed to a coherent biographical narrative that attends specific *emotional regimes*. As a consequence, contradictory narratives to the ones validated by the network of former inmates are marginalized and silenced.

**Keywords:** Sociology of Memory; Social Theory; Identity; Total Institution; Digital Sociology.

## **AGRADECIMENTOS**

Os caminhos árduos de um pesquisador no Brasil só se fazem possíveis pelo apoio de órgãos de financiamento federais e estaduais. Em um momento de ameaça a esses órgãos, defendê-los para o desenvolvimento científico do país é da mais suma importância. Um país que olha para a ciência e para a cultura é um país que trilha o caminho do desenvolvimento sociocultural e econômico. Nesse mesmo contexto, a existência de universidades públicas livres e fortes é o que torna possível ambientes de pesquisa produtivos e criativos.

Agradeço o privilégio de ter tido toda a minha formação acadêmica na Universidade de São Paulo, que é um grande exemplo de espaço acadêmico público de excelência. A minha formação nas Ciências Sociais, devo especialmente ao corpo docente, administrativo e técnico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Sem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo número 140148/2016-7, no primeiro ano de pesquisa, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) [2016/16472-7] nos três anos subsequentes, essa pesquisa não se desenvolveria da melhor maneira possível. À FAPESP, devo também a bolsa de pesquisa no exterior [2017/24107-0] e os auxílios para atender aos congressos dos quais participei dentro e fora do Brasil ao longo da pesquisa, e que foram fundamentais às formulações e reformulações de diversas questões. Nessas oportunidades, tive a sorte de encontrar interlocutores que deram contribuições valiosas e me apontaram caminhos impensados até então: Prof. Hermílio Santos, Profa. Alessandra Teixeira, Prof. Fernando Salla, Prof. Iddo Tavory e Prof. Carlos Eduardo Sell.

Aos meus entrevistados, agradeço a extrema generosidade, atenção, carinho e respeito que tiveram ao me receber tantas vezes em suas casas ou locais de trabalho, tornando suas vidas um livro aberto para o meu gravador. Agradeço à

acolhida em seus reencontros fraternos em busca de um passado e um senso de identidade que não encontravam em narrativas familiares ou em inexistentes álbuns de fotografias da infância. Todo o conhecimento aqui gerado tem como substrato a experiência de vocês, que lhes é única e valiosa. Obrigada por terem me permitido adentrar suas histórias íntimas e fazer com vocês essa viagem ao passado – muitas vezes dolorosa, mas reveladora.

Ao meu orientador de longa data, Prof. Marcos César Alvarez, por ter me acompanhado durante toda a minha formação acadêmica nos últimos doze anos. Dele, tenho as primeiras memórias do meu contato com a Sociologia ainda no primeiro semestre da graduação. Desde então, o Marcos vem sendo o principal mediador da minha relação com a Sociologia das mais diversas formas: institucional, teórica, prática e pessoal. Obrigada pela confiança que teve ao sempre ter consentido e apoiado todas as minhas escolhas e decisões acadêmicas de maneira horizontal e respeitosa.

Ao Prof. Andreas Glaeser pela acolhida calorosa durante o ano que estive na University of Chicago, ao me integrar em cursos e reuniões a fim de garantir que eu extraísse o máximo possível daquele rico ambiente acadêmico. A ele, devo o movimento final que fiz em minha tese ao ter me reintroduzido à análise interpretativa. Em seu próprio trabalho teórico, consegui escorar muitos dos meus argumentos que ainda estavam em aberto até chegar em Chicago.

Ao Prof. Andrew Abbott pelos almoços em Hyde Park, pela abertura de portas na academia americana e, principalmente, pelos textos que me levaram a encontrar na Sociologia Processual um caminho para temporalizar os fenômenos da vida social, que foi uma tentativa desta tese. Ao Prof. Stephen Turner, pela confiança cega ao me convidar para seu projeto *Sociology Transformed*, pelas conversas sinceras e pelo esforço inovador e corajoso de aproximar Neurociências e Sociologia, que também foi uma empreitada desta tese.

À Profa. Alessandra Teixeira que me ensina tanto desde que a conheci durante meu primeiro estágio, há onze anos atrás, em uma pesquisa que ela cocordenava com o

Prof. Marcos no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Obrigada pelos comentários e comprometimento na qualificação, pela amizade que sempre me transmite força e admiração, um exemplo de acadêmica e militante. Ao Prof. Fernando Salla pelos comentários na qualificação, pelo interesse despretenso (e por isso tão valioso) na pesquisa, que sempre me trouxe uma sensação de “portas abertas”.

À Cris, a grata surpresa que os caminhos desta tese me trouxeram. Encontrei em você uma companheira de trabalho de campo e de reflexão sobre esse tema que lhe é tão caro: o abandono. Seu mergulho profundo em entender o outro, seja no seu consultório ou em uma entrevista, sempre me trouxe a sensação, durante esses anos de pesquisa, que você promove exatamente o oposto do abandono: o acolhimento. Obrigada pelos ônibus e aviões compartilhados durante a pesquisa e tomadas de nota por mim. Esse trabalho também é seu.

À minha mãe Wally que fez possível a minha escolha de carreira e sempre a apoiou sem questionamentos. Em momentos de bons e maus horizontes profissionais, esteve sempre ao meu lado garantindo que eu seguisse em frente e tornasse essa profissão (que às vezes parece um pouco onírica ou impossível) a minha realidade de vida.

Ao Hugo, que me deu a mão há dez anos atrás e, desde então, tem viajado comigo no tempo e no espaço, compartilhando experiências, gerando conhecimento e construindo memórias. Um verdadeiro espelho do ponto de vista pessoal e intelectual, quem tem me feito as perguntas corretas e perseguido comigo as respostas incertas. Por consequência dessa pesquisa, hoje entendo que as memórias e experiências com você partilhadas têm constituído quem sou. Como grande filósofo e sociólogo que é, sempre lançou um olhar atento ao meu tema, aos meus problemas de pesquisa e aos meus entrevistados. Passou dias a fio programando para extração de dados e corrigindo as vírgulas excessivas do texto com entusiasmo e bom humor.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>17</b>
<b>Tempo, memória e identidade</b>	<b>17</b>
<b>Os meninos do tempo: em busca do passado perdido</b>	<b>20</b>
<b>Em que medida é necessária uma abordagem da mente na Sociologia da Memória?</b>	<b>23</b>
<b>Em que medida podemos entender a Sociologia da Memória como uma Sociologia do Conhecimento?</b>	<b>31</b>
<b>Notas sobre questões e procedimentos de pesquisa</b>	<b>39</b>
<b>O percurso desta narrativa</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 1   ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS</b>	<b>47</b>
<b>1.1 As condições jurídico-institucionais: o histórico da assistência de menores no Brasil</b>	<b>49</b>
Da filantropia à eugenia: a percepção dos corpos vagantes como problema social	51
O Código de Menores de 1927: os direitos da criança ou o Direito para o menor?	58
A novas políticas sociais a nível federal: uma assistência ao menor institucionalmente arquitetada	61
Em prol da "Segurança Nacional": o atendimento ao menor como propaganda de governo	64
O ECA e o fim da FEBEM: tentativas de reescrever a história de uma instituição estigmatizada	69
O Instituto de Menores de Batatais: instituição disciplinar ou paraíso rural?	73
<b>1.2 As condições sociais desse passado: reflexões sobre abandono, institucionalização e estigma</b>	<b>77</b>
Os filhos do governo: abandono e carência	78

Controle e disciplina: o peso da institucionalização precoce	82
A marca do estigma: os caminhos da carreira moral de um interno	89
<b>1.3 As condições do presente que levaram a esse passado: histórico do reencontro dos ex-menores</b>	<b>98</b>
<b>CAPÍTULO 2   ASPECTOS TEÓRICOS</b>	<b>109</b>
<b>2.1 As condições sociológicas para pensar o passado: introdução ao debate teórico</b>	<b>111</b>
A relação entre as Ciências "duras" e as Humanidades	112
A fundação da Sociologia da Memória e o seu legado	114
Abordando a memória a partir de uma perspectiva relacional, processual e interpretativa	120
<b>2.2 As condições de acesso ao passado</b>	<b>128</b>
Memórias de hoje, percepções de ontem: sobre os modos de percepção	129
Tudo o que é significativo se torna memória?: sobre os "tipos" de memória	133
É possível lembrar o trauma?: sobre a (in)acessibilidade de eventos violentos	136
<b>2.3 As condições de reconstrução do passado</b>	<b>147</b>
Processos de rememoração distribuídos: sobre fluxos de interação na contemporaneidade	148
A reconstrução do passado como forma de construção de si: sobre a identidade	158
A narrativa autobiográfica como espaço de construção de si e do passado	163
<b>2.4 As condições de validação do passado</b>	<b>169</b>
Como ressignificamos o passado ao longo do tempo?: sobre as dinâmicas do entendimento	170
Como reproduzimos certas versões do passado?: sobre as dinâmicas de validação e institucionalização	175



Como versões do passado se objetificam?: sobre as dinâmicas de materialização no mundo contemporâneo	181
Como e por quê certas versões do passados são intencionalmente moldadas?: sobre políticas da memória, políticas de si e regimes emocionais	186
<b>2.5 Uma síntese conceitual para compreender os processos de rememoração</b>	<b>189</b>
<b>CAPÍTULO 3   ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>193</b>
<b>3.1 Nota sobre a abordagem metodológica</b>	<b>194</b>
<b>3.2 Um parênteses sobre a validade do material biográfico</b>	<b>202</b>
<b>3.3 Nota sobre os dados e sua coleta</b>	<b>207</b>
Considerações éticas sobre a coleta de dados	207
Esmiuçando as técnicas de coleta de dados: Análise de Redes, Netnografia, Etnografia Focalizada, Entrevista Narrativa Entrevista em Grupo	209
<b>CAPÍTULO 4   ANÁLISE</b>	<b>230</b>
<b>4.1 Quem é quem?: mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes com os dados de redes sociais</b>	<b>232</b>
<b>4.2 Análise processual sobre os sentidos desse passado compartilhado: as dinâmicas dos entendimentos do passado e de si</b>	<b>258</b>
Memória e entendimento: recordações comuns, interpretações ambivalentes e contraditórias	260
Coerção institucional	261
Políticas da memória: rede de autoridades e validação de uma versão do passado	274
A institucionalização de entendimentos positivos: consolidando determinadas versões do passado	286
Tom como alegoria: a aceitação da ressignificação de entendimentos sobre memórias de violência e a política da construção de si	307

As consequências da institucionalização de entendimentos: regimes emocionais, silenciamento social e coerência biográfica	320
Marginalização de narrativas dissidentes e novas redes dissidentes	324
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>344</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>359</b>
<b>ARQUIVOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS</b>	<b>377</b>
<b>LEGISLAÇÕES CONSULTADAS</b>	<b>379</b>

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

## ***Tempo, memória e identidade***

Da mesma maneira que o tempo é destino e consequência da vida, a memória também é. Nós existimos no tempo e, por essa razão, a memória é central para a vida humana. Ela repousa sobre o fluxo do tempo; é operada pela mente; é mantida pela interação social e suportada por artefatos. A memória produz mudanças e permanências; ela é biológica, psicológica e social; mobiliza nossas capacidades perceptivas, reflexivas, interpretativas e ativas. A memória está imbricada no complexo nó entre passado, presente e futuro, pois, embora a memória seja relativa a eventos passados, ela só pode ser experienciada no presente. Da mesma maneira, ela influencia as intenções futuras que também estão postas no presente. Isto, pois qualquer realidade que transcenda o hoje – seja ela passada ou futura – só pode se apresentar no momento presente.

Tal fenômeno complexo tem sido estudado por diferentes áreas do conhecimento que vêm apresentando respostas para os diversos aspectos desse imenso universo conceitual, teórico e empírico escondido atrás do termo “memória”. Grande parte das Ciências Cognitivas (Harris *et al*ie, 2008, 2012, 2014; Stone *et al*ie, 2010, 2013) vem conduzindo pesquisas sobre memória em ambientes controlados de laboratório nos quais é possível estimular indivíduos (sozinhos ou pareados com outros) para se lembrarem de uma série de coisas diferentes, como palavras, experiências, imagens, entre outras. Esses trabalhos consideram a memória como um fenômeno posto em um “vácuo social” (Zerubavel, 1997), em que o ambiente social e cultural não desempenha um papel central na percepção, reconstrução e interpretação do passado. Alternativamente, abordagens sociais da memória têm buscado entender como o passado é colaborativamente reconstruído a partir da interação dos indivíduos e como a atribuição de sentido a ele é algo intrinsecamente

associado às nossas relações sociais. Nesse sentido, em vez de verificar o quanto preciso algo é lembrado por alguém ou mapear quais partes do cérebro são ativadas durante o processo de lembrança, a Sociologia (e áreas adjacentes) tem buscado entender quais são as influências e consequências sociais dos processos de lembrança. Além disso, a Sociologia tem explorado os meios pelos quais essas lembranças são veiculadas, como as narrativas orais, as histórias escritas, os desenhos, entre outras formas sociais de representação.

Esse ramo de abordagens sociais da memória é herdeiro dos primeiros escritos sobre Sociologia da Memória, datados da década de 1920, do francês Maurice Halbwachs (1923; 1925). Halbwachs já apontava para a importância do entorno social para os processos de lembrança. Até então, alguns "tipos de memória" já haviam sido explorados pela Filosofia e pelas então nascentes Ciências Cognitivas. Tomando a classificação elaborada por um de seus mestres, o filósofo francês Henri Bergson, Halbwachs mergulha sobre o que Bergson designou de "lembrança-imagem". Isto é, em oposição à "memória-hábito", aquela que está inscrita no corpo e expressa em nossas capacidades ativas (como andar de bicicleta ou cozinhar), a "lembrança-imagem" é aquela passível de *representação* e que depende da nossa consciência. É ela que tem implicações sociais e psicológicas e que tem recebido a atenção de grande parte dos pesquisadores nas Ciências Humanas. A ela também estão imbricados outros fenômenos que à época não chegaram a serem explorados por Halbwachs.

Se essa memória não é um modo de fazer incorporado e enraizado nos hábitos, mas algo significativo e representável que passa pela nossa mente, falamos, então, de uma memória que é a representação de um passado conhecido e localizável temporal e espacialmente. Mais especificamente, também não se trata de um passado impessoal e externo ao indivíduo, tal qual aquele cronologicamente organizado pela história e estocado em mídias diversas, como livros, documentos, filmes e etc. A ideia de estocagem, impessoalidade e inflexibilidade distancia tal passado de nós e até mesmo da

necessidade de um indivíduo vivo para que a memória exista e seja transmitida ao longo do tempo. Embora esse passado careça sempre de interpretação, ele prescinde de evocação e reconstrução ativa e contínua para perdurar no tempo.

Então, que "memória" é essa que resgata um passado vivido, intimamente conhecido por nós e que é reconstruído à luz do presente? Os processos de rememoração que reconstroem o nosso "passado lembrado" (pois há toda uma fatia de "passado não lembrado") envolvem uma complexa teia de relações entre mente e sociedade, que acaba por nos constituir enquanto pessoa. A memória é um dos elementos centrais para constituição de quem somos ao longo do tempo. Geralmente, o esforço narrativo é responsável por construir esse arco de coerência e entendimento que liga o *eu* passado ao *eu* presente. Na base desse ato autobiográfico – ou seja de "grafar" ou "narrar" (*gráphein*) a "própria" (*auto*) "vida" (*bíos*) – estão os processos de memória e identidade que são mais orgânicos e complexos do que o resultado de uma autobiografia em si, a qual reúne apenas algumas linhas escritas sobre uma estória de vida. Se resgatar o passado é uma maneira de resgatar a si próprio, construir uma narrativa mnemônica autobiográfica é uma maneira de se apresentar e interagir com o mundo de forma coesa. Daqui nasce a estreita relação entre autobiografia, identidade e memória.

Os processos de rememoração, embora sejam operados pela mente, não são um mergulho subjetivo à consciência em busca de eventos passados. Os processos de rememoração e de identidade são orientados pelo momento presente, ancorados na interação com outros indivíduos e artefatos, e passam por processos de validação social. Nesse sentido, a permanência das relações sociais ao longo da vida desempenha um papel fundamental para nossa reconstrução do passado e conseqüentemente para a compreensão de quem somos no mundo. Além das relações sociais, o mundo material (fotografias, narrativas escritas, documentos e etc.) também exerce papel fundamental no resgate do nosso próprio passado. Entre familiares, por exemplo, as memórias são compartilhadas, as fotografias são preservadas, as narrativas sobre nós são contadas e cartas e objetos relacionadas ao passado habitam o entorno. Até

mesmo quando não nos lembramos e não entendemos aquilo que nos aconteceu na primeira infância, os familiares o fazem por nós. Como já observava Halbwachs (1950), as lembranças da infância são mais turvas, pois pertencem a uma época em que ainda não somos inteiramente seres sociais e, por isso, a família, que é o grupo mais duradouro à nossa volta, acaba por ser aquele com um dos papéis mais importantes na tarefa de rememoração colaborativa. É ela que assegura a ligação entre o “eu presente” e o “eu passado”, criando relações entre indivíduos, lembranças, narrativas e artefatos constitutivos da nossa trajetória.

Se a desintegração do *milieu social* pode afetar a nossa reconstrução do passado (Halbwachs, 1925; 1950), o que acontece com as recordações de alguém que teve uma infância apartada da família, ou até mesmo da sociedade? E, quando não há (ou há poucos) registros desse passado? E, quando não se convive mais com aqueles que compartilharam desse passado? Como se lembrar quando não há narrativas, fotografias e informações sobre nosso próprio passado? Seria uma viagem mental suficiente para recordar? Essas condições afetam a maneira como nos concebemos? Mais do que isso, como lidar com um passado que estigmatiza o próprio *self*? Como interpretar essas recordações?

Se considerarmos as premissas do pai fundador da Sociologia da Memória, Halbwachs, sabemos que, sob tais circunstâncias, essas recordações tenderiam a se fragmentar e a nublarem-se. A jornada da memória é condição da vida humana, pois brota da vida social e move nossa vida mental. E, se não há condições sociais e materiais suficientes para rememorar, os indivíduos não de buscar restaurá-las.

### ***Os meninos do tempo: em busca do passado perdido***

Pesquisando sobre pessoas que passaram por processos de institucionalização, deparei-me com uma rede de ex-internos de uma instituição para menores. Essa rede não foi construída pelas delimitações desta pesquisa

ou por algum órgão público, ela foi organicamente tecida pelos próprios ex-internos que empenharam um esforço laborioso de se reconectar com seu próprio passado a partir da interação com outros ex-internos com quem cresceram ou com quem simplesmente compartilharam de experiências muito semelhantes: uma primeira infância pobre e uma institucionalização precoce sob tutela do Estado, ambas permeadas de muito sofrimento.

Depois de muitos anos, esses homens (hoje adultos e idosos; antes meninos institucionalizados) começaram a se reconectar através do contato primário de alguns deles e, posteriormente, através das redes sociais. A motivação de entender o que viveram e quem são nutriu a expansão de uma rede de relações na qual eles puderam amparar suas recordações nas dos outros, descobrir objetos e documentos, e tecer narrativas sobre esse passado comum.

Tomei conhecimento da instituição através da filha de um dos ex-diretores da instituição que estava realizando uma pesquisa sobre as condições históricas e políticas pelas quais a instituição passou desde sua fundação nos anos 1940 até os anos 1970. Ela apresentou-me a alguns ex-internos e eles foram me apresentando outros colegas reencontrados até que eu chegasse nos grupos do Facebook que eles mantêm. Todos cresceram no Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB) fundado em 1946 e que, posteriormente, em 1976, passou a se chamar Unidade Educacional 4 (UE -4/FEBEM). A instituição comportava cerca de quatrocentas e quarenta crianças e adolescentes do sexo masculino entre sete e dezoito anos de idade. A organização física do local se dava por onze lares que abrigavam entre trinta e quarenta internos (Parente, 2016), cercada por plantações agrícolas. A UE-4 permaneceu em funcionamento até 1997, quando foi desativada. Centenas de meninos passaram pela instituição entre os anos 1940 e os anos 1990. Ao deixarem a instituição aos dezoito anos, os ex-internos saíam sem amparo para construir suas vidas. Sem bens materiais, registros ou laços externos, muitos deles perderam o contato com colegas e funcionários da própria instituição. Outros

poucos se reencontraram posteriormente na capital. Raros foram aqueles que voltaram com frequência para visitar a instituição.

Ao longo de suas vidas, eles tentaram reencontrar tanto familiares, como ex-colegas. Anos depois, em face da ausência de quaisquer traços de seus passados (objetos afetivos, fotografias, documentação institucional) e quaisquer relações sociais de suas infâncias e adolescências, eles foram, aos poucos, se reencontrando. Embora houvesse uma pequena rede de ex-internos que conseguiu reestabelecer contato, foi apenas após o advento das redes sociais que essa rede se expandiu e muitos deles conseguiram se reencontrar. Os primeiros a se encontrarem pertencem à primeira geração de ex-internos que habitaram o Instituto nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Alguns deles ainda moravam próximo à Batatais e conseguiram se encontrar por meio de ex-funcionários que eles conheciam em comum. Posteriormente, em 2014, com a criação de grupos e páginas de Facebook, a rede se expandiu e outros ex-internos conseguiram rapidamente localizar seus colegas. Muitos já procuravam por informações antes disso, em buscadores da internet, como Google. Desde 2012, eles vêm se encontrando de uma a duas vezes ao ano na própria cidade de Batatais em um final de semana “comemorativo” – no sentido literal da palavra de “rememorar conjuntamente”. Ao longo do restante do ano, as interações são virtuais, via redes sociais, como Facebook e Whats App. Enquanto a paisagem do passado cerca os encontros em Batatais, o Facebook possibilita um ambiente virtual onde eles adornam com fotos da época e narrativas sobre a infância institucionalizada. Essas são duas dimensões que oferecem/proporcionam possibilidades diferentes de interação e rememoração, trazendo diferenças sobre o que é falado e silenciado. Como veremos na "Análise, as recordações de suas infâncias que se tornam mais frequentes;, eventos até então não falados que vêm à tona e detalhes sobre o que aconteceu vão se delineando em meio às múltiplas incertezas sobre como interpretar as suas próprias recordações. Essas relações não se constroem isentas de constrições (deliberadas ou não) por parte de autoridades dentro dessa rede que vão se constituindo relacionalmente. Ao longo do tempo, uma



verdadeira política em torno do que aconteceu na instituição acaba se desenhando, validando, assim certas versões em detrimento de outras.

### ***Em que medida é necessária uma abordagem da mente na Sociologia da Memória?***

O trabalho aqui desenvolvido parte de pesquisas anteriores focadas no trabalho de Maurice Halbwachs, quem fundou o campo da Sociologia da Memória. As pesquisas anteriores (Cordeiro, 2015; 2017) analisavam os conceitos dispersos em suas obras que concebiam a memória como um fenômeno eminentemente social, contrariamente à longa tradição que a Filosofia, a Psicanálise, a Psicologia e as (então nascentes) Ciências Cognitivas haviam estabelecido sobre o tema. Como resultado parcial, enfatizamos o fato de Halbwachs ter apresentado uma posição coletivista inovadora que apresentava potencialidades e fraquezas a serem exploradas. Após analisar, sistematizar e clarificar os três livros e os dois artigos de Halbwachs que compõem o cerne de sua teoria coletiva da memória, concluímos que a memória “deve ser um processo mnemônico que tem origem na percepção individual de eventos passados e que depende, em certa medida, desses indivíduos para garantir os próprios mecanismos da rememoração” (Cordeiro, 2015, p. 147). Buscando manter a concepção conceitual de Halbwachs em torno dos termos "memória individual" e “memória coletiva”, concluímos o seguinte:

A importância, aqui, é reconhecer a existência de um contínuo entre memória individual e memória coletiva, em que a.) a memória coletiva não pode ser equivalente a fenômenos como cultura (ou memória cultural), tradição, mito ou ciência, pois esses outros fenômenos removem o traço central dela que é a percepção de eventos passados, e b.) a memória coletiva é necessária para a memória individual. Além disso, a memória individual também depende do grupo e dos quadros sociais. Dessa maneira, estamos afirmando que um fenômeno mnemônico individual depende de fatores externos, e com isso ele apresenta uma postura externalista em relação à memória. Em outras palavras, a memória individual depende de fatores externos para existir (Cordeiro, 2015, p. 150).

Dessas conclusões, depreendemos dois aspectos que mereceriam maiores considerações para além do que já havia se esgotado em Halbwachs: a) a memória é um processo e b) não faz sentido manter uma distinção de níveis entre memória individual e memória coletiva pois elas são um *continuum*.

Nas conclusões desta mesma pesquisa citada, apontamos como Halbwachs foi vanguardista, já na década de 1920, ao indicar um caminho externalista para os estudos da memória, que as próprias Ciências Cognitivas e a Filosofia da Mente vieram a se curvar mais tarde, a partir da década de 1980, seguindo até os dias atuais. Mostramos que a mesma reivindicação de Halbwachs de que "a garantia de sua existência [da memória] dependeria de mecanismos coletivos" (Cordeiro, 2015, p. 147) também passou a ser adotada pelo programa de pesquisa pautado na *hipótese da mente estendida* (da qual trataremos no subcapítulo 2.1 "As condições sociológicas para pensar o passado: *introdução ao debate teórico*"). Em breve exploração sobre essa literatura, apontamos anteriormente que a posição externalista de Halbwachs e das Ciências Cognitivas se assemelham apenas do ponto de vista formal, já que i) ambas partem de pressupostos distintos, ii) foram formuladas diante de mundos distintos (um analógico e outro digital) e iii) focam em aspectos distintos do complexo fenômeno da memória. Assim, finalizamos o texto da pesquisa com as seguintes considerações:

[...] o debate em que a hipótese da mente estendida se insere é aquele relativo às fronteiras entre mente e corpo, mente e mundo, e corpo e mundo. Um dos caminhos que esses problemas atualmente abrem (e que encontram suporte na hipótese da mente estendida) são questões como integração entre homem e máquina [...]. O problema de Halbwachs é muito mais sociológico do que isso, pois busca entender como as diferentes coletividades conseguem se manter coesas e manter experiências comuns por meio de uma sutil e profunda internalização. [...] A questão crucial é saber se, para Halbwachs, a memória é um fenômeno mental ou não. Se sim, há um impasse teórico aqui. Ou as duas teorias podem ser sintetizadas de alguma maneira, ou elas se excluem mutuamente. Nossa sugestão para tal é que elas podem ser sintetizadas de alguma maneira, pois há uma lacuna central em cada uma delas. Na teoria da memória coletiva de Halbwachs falta a "mente", uma teoria da mente, a compreensão de outros fenômenos mentais. Estes são tratados de maneira muito germinal a partir de ideias como os "esquemas de percepção", que tem sua formação em fatores externos. Entretanto, há

muito o que avançar. Assim, a teoria de Halbwachs poderia integrar um quadro explicativo mais compreensivo. Já a hipótese da mente estendida, ao menos sua versão mais corrente, da "mente distribuída", deixa de lado o elemento mais central na teoria de Halbwachs, o grupo [...] Isto é, em sua formulação atual é difícil sair do nível da pura cognição. [...] Parece haver um desafio nesta síntese, dada a mobilização de termos biológicos realizada pela hipótese da mente estendida, sobretudo os termos relacionados às neurociências cognitivas. À primeira vista, isto representaria um abismo com as posições gerais de Halbwachs. Podemos argumentar aqui que, apesar da hipótese da mente estendida recorrer eventualmente à terminologia das neurociências, ela não é uma teoria neurocientífica ou biológica. [...] os termos relacionados às entidades biológicas, especialmente o cérebro, não exercem uma função necessariamente biológica no argumento, da mesma maneira que o uso do termo francês 'esprit', ou alemão 'Geist' nada tinham que ver com entidades suprassensíveis nos textos do ambiente intelectual europeu. Para desenvolvermos melhor nossa comparação, podemos entender que o uso de termos como 'cérebro' e, com isso, a invocação de um domínio biológico nada mais seria do que a tentativa de se referir ao *locus* da subjetividade. [...] O quão distantes estão os argumentos de Halbwachs daqueles presentes na hipótese da mente estendida? No texto sobre a memória dos músicos, fica evidente que o leque de preocupações de Halbwachs se assemelha aos interesses da hipótese da mente estendida. Isso, pois especificamente neste texto a fronteira entre memória e cognição fica menos clara. Nesse texto Halbwachs mobiliza termos biológicos da mesma maneira que faz os defensores da hipótese da mente estendida [...] Assim, parece ficar clara a dependência entre cérebro e ambiente externo também para Halbwachs. [...] Portanto, é no trabalho de Halbwachs sobre os músicos que aparece algo daquilo que poderia ser sua concepção sobre a mente, no sentido de mente estendida [...] As preocupações e argumentos de Halbwachs nessas passagens se assemelham às preocupações da hipótese da mente estendida, em que a dependência entre objetos externos e determinados processos cognitivos internos é total [...] Podemos também defender que, possivelmente, algumas formulações da hipótese da mente estendida poderiam atualizar e desenvolver ainda mais este argumento de Halbwachs, demonstrando assim a possibilidade de síntese entre ambas as teorias. Isto obrigaria a ampliação da teoria de Halbwachs a outros fenômenos mentais e sua classificação (Cordeiro, 2015, p. 54-56).

Ao iniciar a presente pesquisa, que ainda tinha como foco a memória, encontramos um objeto empírico que trouxe certas particularidades que desafiavam a teoria da memória coletiva de Halbwachs em alguns aspectos que já foram apontados. Primeiramente, não se tratava de um grupo facilmente delineado ou delineável como ele propunha. Não havia clareza quanto aos seus limites, pois não havia uma instituição clara que unia essas pessoas (apenas o pertencimento passado a uma instituição); não havia unidade entre elas, mas

apenas algumas conexões que mudavam rapidamente; muitas dessas pessoas não se conheciam e, por fim, suas memórias teriam que ser acessadas a partir de entrevistas individuais.

Inicialmente, a análise dessas memórias pessoais ainda se pautou em conceitos valiosos da teoria da memória coletiva de Halbwachs para compreender como o processo de rememoração dessas pessoas estava apoiado em elementos externos, como é o caso do conceito halbwashiano de *quadros sociais da memória* (a organização social do tempo, a organização social do espaço e a linguagem). Não havia, entretanto, considerações mais amplas a serem feitas, dado que a noção de *grupo* -que foi identificada como o conceito-chave de sua obra em aprofundamentos posteriores à pesquisa original realizada sobre ela (Cordeiro, 2017)- não poderia ser observada no campo empírico, perdendo assim sua capacidade articular as (supostas) dimensões subjetiva da memória (expressa sob o conceito halbwashiano de *memória individual*) e objetiva da memória (expressa sob o conceito halbwashiano de *memória coletiva*). Além disso, as conexões entre aquelas pessoas mudavam consideravelmente para tratá-los como um grupo. Em certos momentos, alguns ex-internos se articulavam mais e, em outros, menos. A dissonância de vozes e movimentos, em um primeiro momento, levou-nos a tratá-los como indivíduos isolados a partir de suas estórias individuais.

Além disso, observamos que estes condicionantes sociais, os *quadros sociais da memória* e as interações, apontados por Halbwachs como centrais para a constituição da memória, ganham novas dinâmicas na contemporaneidade. O uso intensivo de tecnologias sociais pelos ex-internos, sobretudo as redes sociais, redesenhou a maneira como eles se relacionavam com o tempo, o espaço e a linguagem. Já não se tratava mais de uma memória historicamente inscrita no espaço como é o caso da Palestina analisado por Halbwachs (1941). E nem das memórias orais transmitidas de geração a geração pela família, como ele trabalha em seu primeiro livro sobre o tema (1925). Os ex-internos estavam espalhados pelo país e não havia algo como gerações que os antecedessem e os sucedessem. Tratava-se de um cenário

que carecia de elementos para que se pudesse considerá-los a partir das chaves de explicação presentes no pensamento halbwachshiano.

Face a esse cenário inicial, entendemos que havia uma necessidade de ampliar o debate da Sociologia da Memória proposta por Halbwachs (que ainda permanecia válida em tantos aspectos) e retomar a nossa proposta de considerar a mente em nossa discussão. Esse casamento de perspectivas buscava também coadunar dois ramos dentro dos *Memory Studies* que, como veremos no subcapítulo "2.1 A fundação da Sociologia da Memória e o seu legado", permaneceram cindidos entre aqueles que privilegiavam uma leitura da memória com o foco no indivíduo e suas capacidades mentais, e aqueles que privilegiavam uma leitura cultural e histórica da memória, desagregando-a das mentes individuais. Assim simplesmente adotar uma dessas posturas perante nosso objeto empírico poderia nos levar a vieses analíticos.

Por um lado, ler as memórias dos ex-internos como fonte de uma memória institucional mais ampla (nesse caso, de instituições para menores no Brasil, como o Instituto Disciplinares ou a FEBEM) seria desprezar que suas vidas foram muito mais do que a passagem pelas instituições e que suas realidades posteriores não influenciaram no modo como viam o passado. Seria também assumir que não havia variabilidade de experiências dentro dessas instituições e que a unidade de Batatais seria representativa de todas elas, ou melhor, que aqueles poucos internos pesquisados representariam a multiplicidade de experiências institucionais que aconteceram em todo o Brasil ao longo dos anos. Seria também ignorar o "microcosmo" no qual eles se inseriram ao se reconectar e o peso que as pessoas que estavam no seu entorno imediato passou a ter para a reconstrução de seus passados. E, por fim, seria desprezar os próprios sentidos, quase sempre em construção, múltiplos e contraditórios que eles mesmos atribuíam às suas vidas e que envolviam outros aspectos que podem fugir da dimensão sociológica, como a emoção e as questões psicológicas que mereciam receber alguma consideração.

Por outro lado, ler as memórias dos ex-internos como uma construção subjetiva e única seria desconsiderar o contexto social no qual estavam inseridos. Seria supor que suas capacidades cognitivas eram universais e que através delas poderíamos explicar suas escolhas, motivações, medos e contradições. Seria desconsiderar o impacto que a relação com esses outros internos poderia ter na maneira como eles construíam seu próprio passado – impacto que poderia variar, até mesmo, de ex-interno para ex-interno. Seria desconsiderar a presença e ausência, bem como a maneira como os ex-internos se relacionavam com fotos, vídeos e documentos sobre seu próprio passado. E, por fim, seria desconsiderar o impacto das memórias e dos discursos dos outros no próprio processo de rememoração.

Como veremos, os ex-internos pesquisados passaram a se relacionar unicamente por causa e em torno da questão da memória e da identidade. Essa "sociabilidade mnemônica" colocou, assim, a memória como a principal lente de observação deles. E é por este motivo que partimos deste lugar: de compreender a intersubjetividade entre os ex-internos sem incorrer em uma leitura solipsista, porém sem perder de vista a experiência de cada um deles. Isso se colocou como um desafio teórico logo no começo.

Mais recentemente, autores, como Eviatar Zerubavel, vêm defendendo a formação de uma Sociologia da Mente como um campo autônomo em que o ato social da percepção poderia estar no centro. Isto é, o "problema sociológico da mente procura descobrir mecanismos de percepção intersubjetivamente construídos e mediados socialmente" (Zerubavel 1997, p. 8). Há ainda os desenvolvimentos importantes e recentes de Stephen Turner sobre a relação entre as Ciências Cognitivas e a Sociologia que claramente também desenham os contornos de uma Sociologia da Mente. Ele aponta que há grande influência do social nos processos cognitivos, por exemplo, a sobre a consciência, que "está limitada não apenas por limitações intrínsecas do cérebro, mas também por processos tácitos de inibição socialmente aprendidos" (Turner, 2018, p. 160). O conjunto de habilidades utilizadas para navegar no mundo social, como é o caso da compreensão [*Verstehen*], isto é o entendimento da mente dos

outros, também deve ser visto como “uma capacidade cognitiva distinta enraizada em processos cerebrais específicos” (Turner, 2018, p. 5). Assim, a abordagem sociológica da mente deve levar consideração minimamente todos os domínios envolvidos (social-psicológico-biológico).

O desenvolvimento de uma abordagem sociológica da mente, no entanto, já aparece no período clássico da formação das teorias sociais com o trabalho de George H. Mead, especialmente em *Mind, Self, and Society* (1934). Mead argumenta que a formação da mente humana é o resultado da internalização da sociedade, especialmente das relações sociais e das ações e julgamentos esperados por outros, sendo esses "outros" tanto indivíduos específicos, quanto (e principalmente) um conjunto amorfo chamado de “outro generalizado”. A internalização da sociedade exposta nesses termos é crucial para a formação da mente, pois ela faz com que o indivíduo tenha sua existência marcada pela constante “conversação com outros” que acontece em sua cabeça. Consequentemente, pensamentos e ações levam em consideração o que e como os outros julgariam, pensariam a respeito, ou reagiriam diante de uma determinada ação, evento, pensamento, etc. Isso implica que, no decorrer de sua existência, o indivíduo crie uma narrativa de si internamente, pois ele, o próprio indivíduo, é um objeto de si mesmo – o que caracteriza o conceito de *self*. Quando há a identificação com essa história de si, feita e refeita por meio da conversa internalizada e das interações reais do indivíduo, podemos dizer que ele adquire uma "identidade temporal".

Assim, o processo narrativo tem um papel central para o entendimento das coisas e de nós mesmos, além de ser necessário para o nosso próprio processo de raciocínio. Esse é um ponto que continua sendo defendido e debatido atualmente até mesmo fora da Sociologia. Por exemplo, o trabalho de Roger Schank, um cientista cognitivo, defende que o papel das histórias deve ser extrapolado do âmbito da formação do "eu" para o raciocínio como um todo, de modo que “a própria memória humana é baseada em histórias” (Schank, 1990, p. 12) e que “entender e contar histórias é funcionalmente a

mesma coisa” (Schank, 1990, p. 24). Ou seja, a compreensão está intimamente ligada às narrativas socialmente veiculadas

Assim, vemos que não há uma fronteira clara e estanque que delimita quais processos são inteiramente subjetivos e quais são inteiramente sociais. Turner resume bem essa relação muito permeável: a concepção social da mente “aponta o caráter socialmente construído das propriedades-chave da mente humana, realizadas através de processos de interação e construção social. Em suma, a autorrepresentação individual, a autorreferência, a autorrefletividade e as experiências de consciência derivam da experiência coletiva” (Turner, 2018, p. 2). Abordagens que enfatizam a existência de uma mente humana trazem o reconhecimento de processos tácitos e não racionais que também devem ser levados em consideração na análise sociológica. Isso aparece em trabalhos clássicos que tratam de conceitos como ideologia (Mannheim, 1954), valores (Weber, 2009 [1921]; Scheler, 1960), habituação e rotina (Schütz 1973; Berger-Luckmann, 1991; Bourdieu, 2009), organização da realidade e o problema dos quadros sociais (Goffman, 2012), cultura incorporada (Geertz, 1989), conhecimento tácito (Polanyi, 1966; Turner, 2014), modos de entendimento (Glaeser, 2011), entre outros. Nesse caso, enquadramos a memória como um desses conceitos, em que a cognição é inevitavelmente parte constitutiva dela.

Turner aponta que há “um vasto vocabulário nas Ciências Sociais devotado aos fundamentos tácitos da vida social”, sendo o *habitus* de Bourdieu talvez o mais conhecido. No entanto, como Turner reconhece que “o *habitus* não é um conceito cerebral” (Turner, 2018, p. 7). Em outras palavras, há uma série de conceitos desenvolvidos nas tradições sociológicas que lidam apenas indiretamente com a mente, e assim, estão desmembradas das pesquisas produzidas em outras áreas do conhecimento, mais notadamente nas Ciências Cognitivas.

Dessa maneira, reconsideramos a hipótese da mente estendida (já apontada como uma fonte de sinergia com o trabalho Halbwachs) como uma chave para conceder uma noção geral de mente que também permite uma explicação externalista da memória. Resumidamente, a hipótese da mente



estendida defende que os nossos processos cognitivos utilizam objetos externos para facilitar ou até mesmo melhorar tais processos. A ideia aqui, ao adotar a mente estendida como um caminho da incorporação da mente em uma leitura sociológica é agregar conceitos que nos ajudem a encontrar os caminhos de compreensão das dinâmicas mnemônicas-identitárias dos ex-internos. Como vimos, a mente, em si, não é comumente tida como um conceito sociológico relevante, talvez porque supostamente ela esteja dentro dos nossos cérebros – local que escapa ao olhar sociológico.

A pertinência do debate em torno da mente não é motivada apenas em termos teóricos, mas sobretudo empíricos. Como falar em memórias desencarnadas da mente de pessoas que jamais falaram publicamente sobre elas? Sobre um passado que até então não tinha sido registrado em vídeo, documento ou livro? Um passado que ainda não é dissociável daqueles que o experienciaram? Como veremos, a memória desses ex-internos recebe o mesmo tratamento do que eles próprios no interior de nossa sociedade: de marginalização. Havia uma necessidade de coletar essas memórias individuais, por meio de suas narrativas, para começar a pensar o problema.

Feita essa consideração, reconhecemos que a crescente diferenciação de áreas do conhecimento dificulta as análises interdisciplinares e que os objetos não podem ser isolados de suas diversas influências. Isso reverberará no próprio modo como entendemos uma noção ampla de conhecimento, isto é, muito mais como um processo localizado subjetiva e intersubjetivamente do que como um estoque de conhecimento imutável.

### ***Em que medida podemos entender a Sociologia da Memória como uma Sociologia do Conhecimento?***

O flerte com a Sociologia da Mente foi necessário para responder às questões de pesquisa sobre como se dão os processos mnemônicos-identitários. Como veremos, dado que as experiências presentes e passadas tomam forma de práticas narrativas a partir das bases sociais da cognição, a

linguagem permite que construamos interpretações do passado que são compartilhadas e conseqüentemente comparadas, testadas, discutidas e disputadas. Essa multiplicidade de versões pode levar a conflitos sociais, pois os agentes discordam das representações ou se opõem às implicações daquilo proposto por determinados agentes. Isso abre caminho para disputas políticas sobre concepções, desenvolvimento de tipos alternativos de relações sociais, formas de liderança, coordenação de ações, novas ordens normativas e arranjos institucionais. Toda essa dinâmica pode ser lida a partir de uma Sociologia do Conhecimento e essa também é uma das propostas teóricas deste trabalho, apresentar uma abordagem da memória como subárea da Sociologia do Conhecimento.

A Sociologia do Conhecimento trata do estudo das condições sociais da produção de conhecimento enfocando nas relações sociais envolvidas na produção de conhecimento e seus usos sociais. Não apenas um conhecimento acadêmico, cientificamente validado, mas qualquer conhecimento mundano proveniente da vida social e das influências e vontades dos agentes. Nesse sentido, abarcam-se também os interesses políticos dos agentes envolvidos na prática da produção de conhecimento.

Essa noção de conhecimento mundano ("do homem comum") só foi privilegiada após o trabalho de Alfred Schütz (1976), que observou como os indivíduos inseridos na sociedade contribuíam para e reconstruíam o mundo em que viviam. Antes disso, o conhecimento era entendido como o produto de um tipo específico de papel social, o intelectual. Portanto, era um conhecimento oficial e pouco mutável. Não é por acaso que o objeto de estudo desse tipo de Sociologia do Conhecimento foram as grandes ideias científicas, filosóficas, religiosas, políticas e também os trabalhos de ficção canônicos. Os conceitos e métodos de abordagem desse tipo de objeto clássico não se aplicam (ou se aplicam com dificuldade) à produção de conhecimento do sujeito comum, que por muitas vezes parece produzir algo próximo ao que se considerou classicamente como "senso comum" – um conhecimento que seria "menos válido" sob a ótica clássica.

Para compreender o sujeito comum era preciso, então, de outro arcabouço. Era preciso compreender como eles apreendiam e entendiam o mundo, gerando conhecimentos não necessariamente técnicos ou ideológicos, mas que faziam sentido para a sociedade na qual estavam inseridos. Schütz faz isso a partir de sua Sociologia Fenomenológica, que leva em consideração a atribuição de sentido que os indivíduos estabelecem com todos os objetos do mundo e a sua conexão com a estrutura de significado sedimentada no mundo da vida. Nesse sentido, o conhecimento para Schütz é sempre um conhecimento vivido e nunca morto, pois ele depende da relação significativa com o indivíduo. Interessantemente, o próprio conhecimento canônico da abordagem clássica da Sociologia do Conhecimento também dependeria dessa relação significativa com um indivíduo, caso contrário seria algo sedimentado e caído no esquecimento no mundo da vida.

Cerca de trinta anos depois, os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (2008) buscaram entender como a assimilação e produção de conhecimento comum, na verdade, poderia estar na base da teoria sociológica. Eles partem da ideia de que aquilo que se conhece é real para quem conhece em um determinado contexto social. Nesse sentido, não estamos interessados em saber as possibilidades de objetividade de um conhecimento verdadeiro, mas sim buscamos entender como um conhecimento orienta histórica, social e culturalmente as pessoas no mundo a partir de entendimentos que aparecem como válidos para esses agentes.

O que é real para um criminoso é diferente do que é real para um criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da realidade e do conhecimento referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos (Berger & Luckmann, 2008, p. 13).

Cabe à Sociologia do Conhecimento, portanto, entender as condições de produção, estabilização e transmissão desse conhecimento comum. Buscamos, aqui, estabelecer-nos dentro de uma Sociologia do Conhecimento que foca na empiria do conhecimento mundano dos entrevistados, no conhecimento não teórico, afastando-se assim de correntes tradicionais da Sociologia do

Conhecimento que se interessaram por questões metodológicas, puramente epistemológicas em nível teórico ou em questões empíricas focadas em uma história das (grandes) ideias. O mundo teórico das ideias é restrito e não pode ser plenamente compreendido pelo resto da sociedade em geral. Um exemplo de abordagem da Sociologia do Conhecimento clássica ou tradicional para o nosso objeto empírico em questão seria tratar do conhecimento oficialmente produzido por juristas acerca da menoridade. O conhecimento social oficial tecido pelos juristas estabelece que crianças e jovens que vagam pelas ruas, praticam delitos ou apresentam quaisquer tipos de desvio social são considerados "menores" que apresentam perigo à sociedade. O conhecimento se refletiria nas leis e práticas jurídicas e, em um segundo momento, poderia se difundir na sociedade de modo geral sendo absorvida pelos seus membros. Ou seja, existiria na sociedade grupos de pessoas especializadas em produzir um conhecimento oficial, os intelectuais, de modo que os conhecimentos oficialmente produzidos seriam absorvidos, na maioria das vezes, de forma passiva pelo restante dos membros da sociedade. Nesse sentido, esse mesmo conhecimento também seria potencialmente internalizado pelos ex-internos que passariam a entender a si próprios e aos seus passados a partir dessa ótica.

Seguir o outro tipo de Sociologia do Conhecimento não-intelectual, levar-nos-ia a desenvolver a pesquisa sob ótica dos próprios ex-internos e o conhecimento que eles constroem sobre si mesmos e seus passados, atribuindo sentidos/significados a uma série de objetos. Sob essa ótica, o conhecimento é um processo de construção e reconstrução que não necessariamente passa por testes de validade científica, mas se mantém pela crença que os membros que participam da produção local desse conhecimento possuem. Isso também implica que o conhecimento nesse nível não é inicialmente coerente pelo fato de haver uma disputa que pode ser aberta ou não, acirrada ou branda. Há, porém, a tentativa de criar uma narrativa que leve a um mínimo de coerência e, enquanto tal, essa coerência é refletida em algum nível de unidade do agrupamento que essas pessoas que produzem o conhecimento estão. Por exemplo, um objeto, a princípio, neutro, como é caso

da moradia onde os ex- internos viviam poderia ser entendida a partir do conceito local de “lar”. Enquanto “lar”, as moradias passam a serem conhecidas como um abrigo afetivo, um lugar de proteção e etc. Por outro lado, a moradia, em outro contexto, também poderia ser entendida como um “pavilhão”, como um local de aprisionamento, um lugar a se fugir – e não um refúgio, como é o caso do lar. Embora esse conhecimento não seja relevante cientificamente, são esses conhecimentos locais, que depende das configurações (isto é, das relações sociais interdependentes que tomam forma em um tempo e espaço localizável) que formam o conhecimento do senso comum, o qual reúne os significados sem os quais nenhuma sociedade poderia existir (Elias, 1998).

Em alguma medida, uma das perguntas centrais desta tese também coincide com a pergunta central desse ramo da Sociologia do Conhecimento: como conhecimentos subjetivos se tornam objetivos? No nosso caso, como lembranças dos ex-internos acerca de suas experiências subjetivas passadas são compartilhadas? Nesse sentido, seria tarefa do sociólogo do conhecimento entender os fatores da formação do conhecimento da vida cotidiana que partem da apreensão da realidade, sua significação e seus processos de objetivação que acabam por construir o mundo intersubjetivo do senso comum. É a linguagem que torna possível essa tradução da realidade subjetiva para a realidade objetiva, bem como é ela que permite que esses significados e experiências se transportem no tempo. Ela é uma facticidade externa que exerce efeitos coercitivos (Berger & Luckman, 2008), que estabiliza a subjetividade e destaca o conhecimento da situação face a face. Como veremos, grande parte do compartilhamento das recordações entre os ex-internos se dá pela materialização de suas narrativas por meio da escrita (em redes sociais e livros). É por meio da linguagem também que é possível o próprio conhecimento de si, já que “os homens devem falar de si mesmo até se conhecerem a si mesmos” (Berger & Luckmann, 2008, p. 58).

Elias (1998) também entende que o conhecimento é uma forma de orientação no mundo social, orientação esta que é produzida e compartilhada

pelos indivíduos. Sabemos, portanto, que há uma variedade de formas de orientação para a ação que são precedidas por outras. Isso quer dizer que o conhecimento se forma processualmente ao longo do tempo. Ele não está alocado em um repositório estático. Norbert Elias e outros sociólogos contemporâneos, como Andreas Glaeser (como veremos no tópico "Memórias de hoje, percepções de ontem: sobre os modos de percepção") dão um passo adiante ao extrapolar o conhecer para além da dimensão cognitiva, entendendo que ele também é perpassado pelas dimensões afetiva e sensória. Isto é, orientamo-nos no mundo não apenas a partir de elaborações cognitivas, mas também emocionais, afetivas e sensoriais. Como veremos ao longo do trabalho, vários autores, até mesmo Maurice Halbwachs, defendem que a percepção e os conhecimentos são subjetivamente produzidos, mas socialmente moldados, ao passo que o compartilhamento é possível via materialização e se reproduz a depender das dinâmicas socio-políticas. Há, portanto, uma seletividade subjetiva e uma seletividade objetiva.

Encontro o conhecimento na vida cotidiana socialmente distribuído, isto é, possuído diferentemente por diversos indivíduos e tipos de indivíduos. Não partilho meu conhecimento igualmente com todos os meus semelhantes e pode haver algum conhecimento que não partilho com ninguém (Berger & Luckmann, 2008, p. 67).

Daremos um passo além de Berger e Luckmann ao dizer que não apenas o conhecimento é socialmente distribuído, mas que nossa própria mente não é capaz conhecer tudo sozinha. O outro ensina, relembra, armazena distributivamente um conjunto de significados compartilhados e, portanto, a hipótese da mente estendida é pertinente aqui.

Como os Berger e Luckmann afirmam, nem tudo é ou pode ser compartilhado e elaborado socialmente. Como veremos, há experiências carentes de significados que permanecem no mundo subjetivo. É no compartilhamento de experiências que a realidade social é tecida. Não de modo total, mas a partir de teias de relações ou de *configurações* (nos termos elisianos). É isso que torna a vida social real. Autores como Halbwachs, Berger

e Luckmann (2008) diferenciam as experiências subjetivas das experiências sociais justamente a partir do compartilhamento desses conhecimentos intersubjetivos. Halbwachs (1925) diz que o que marca radicalmente a diferença entre o sonho e a realidade são os *quadros sociais da memória* (a saber, a linguagem e os marcadores temporais e espaciais) que trazem inteligibilidade para a experiência subjetiva. E essa inteligibilidade não é universal, mas limitada. Para Halbwachs é limitada por grupos bem definidos e estanques. Para Berger & Luckmann por enclaves dos campos de significação:

A realidade da vida cotidiana apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo que participo com os outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no mundo dos meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. [...] Há campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcado por significados e modos de experiência delimitados (Berger & Luckmann, 2008, p. 41-2).

Se contrastarmos o conhecimento produzido pelos ex-internos sobre o instituto em que eles viveram e o conhecimento produzido pelos juristas acerca de instituições dessa natureza, nota-se que há limites de acesso ao conhecimento que ambos os grupos produziram. Como afirmam Berger & Luckmann (2008): "O acervo social do conhecimento inclui o conhecimento de minha situação e de seus limites. [...] este conhecimento é partilhado tanto por aqueles que são também pobres quanto por aqueles que se acham em situação mais privilegiada. A participação no acervo social do conhecimento permite assim a localização dos indivíduos na sociedade e o manejo deles de maneira apropriada" (p. 41-20). Isto é, há uma condição de acesso aos diferentes campos de significação implica em diferentes entendimentos sobre o curso dos eventos. Por isso, mesmo que juristas e ex-internos possam atribuir sentidos coincidentes sobre determinados objetos e/ou fenômenos, certamente não entendem da mesma maneira, pois o universo significativo em que eles apoiam sua compreensão são significativamente diferentes se comparados. Na verdade, pode haver uma coincidência de signos, mas não de sentido. Isso,

pois há um compartilhamento de signos comuns que são anteriores a todos que habitam um determinado espaço social, de modo que o principal sistema de signos é a linguagem cotidiana “que fornece continuamente as necessárias objetivações de determinada a ordem em que esta adquire sentido na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (Berger & Luckmann, 2008, p. 36). Isso não quer dizer que esses signos signifiquem a mesma coisa para ambos os grupos.

A noção de *conhecimento* aqui será traduzida para *entendimento* a fim de dar conta desse conhecimento cotidiano e não teórico do qual falamos. São os *entendimentos* tecidos por pessoas comuns a partir de experiências cotidianas. Olharemos também, a partir de uma Sociologia do Entendimento (Glaeser, 2011) quais as consequências desses *entendimentos* e como eles orientam as ações desses agentes. Sendo os entendimentos plurais, como veremos, invariavelmente haverá disputa entre agentes para sua validação. Essa micropolítica envolvida na validação de um conhecimento trará para a Sociologia da Memória uma noção de poder traduzida no conceito de *autoridade*, ou seja, aquele que reconhecerá a validade de determinados *entendimentos* em detrimento de outros. Nesse sentido, o próprio entendimento de si (construção do *self*) será impactado por essas dinâmicas sócio-políticas. Isso, pois quando as pessoas recordam colaborativamente procurando comparar e contrastar diferentes versões do passado, construindo e defendendo versões plausíveis ou criticando, elas acabam por articular os critérios para sua compreensão. Nesse sentido, como Berger e Luckmann, entendemos que a Sociologia do Conhecimento está na base da teoria social, pois a produção e reprodução da vida social, de maneira mais ampla, se dá epistemicamente.

Esse não é um trabalho sobre discursos punitivos e legislativos, mas um trabalho que partiu de uma investigação qualitativa que tem como substrato a experiência e o consequente relato de alguns ex-internos, que passam a se encontrar para resgatar seu próprio passado.



## ***Notas sobre questões e procedimentos de pesquisa***

Como se dão nossos processos de rememoração; em que medida eles sustentam nossa construção identitária; quais são os impasses para rememorar eventos que causaram sofrimento; qual o papel das relações sociais e outros artefatos que compõem nosso entorno na construção da memória e da identidade; qual o uso que fazemos de diferentes mídias para expressar/registrar recordações; como moldamos nossas recordações em narrativas e o inverso; como atribuímos sentido a essas recordações; quais são as consequências do tempo na mudança ou reforço de certos *entendimentos* que construímos sobre nossas recordações e; como algumas narrativas sobre o passado se estabilizam e acabam por prevalecer sobre outras, são as principais questões que foram exploradas no curso desta pesquisa.

Este trabalho busca compreender, a partir de uma explicação sociológica, como se dão os processos de rememoração e outros processos derivados (como o de construção identitária) a partir de um material empírico orgânico e socialmente constituído a partir de relatos de ex-internos de uma instituição governamental para menores abandonados e em conflito com a lei. A complexidade do material empírico traz à luz outros tópicos problematizadores como, por exemplo, a questão da institucionalização precoce (e, portanto, o isolamento familiar), a relação entre memória e emoção (especificamente o sofrimento e o trauma), e a relação entre mente e tecnologias sociais.

Objeto (processos de rememoração) e objeto empírico (rede de ex-internos), contudo, não estão desconectados, guardam apenas correlações espúrias ou foram escolhidos aleatoriamente. Muito pelo contrário, a rede de ex-internos se formou a partir de uma sociabilidade baseada na memória, assim suas práticas e sentidos veiculados giram em torno de suas memórias.

Como a rememoração é um processo, ou seja, está em constante reconstrução de acordo com o momento presente, partimos da premissa de uma ontologia social relacional e processual a fim de captar as mudanças ao longo do tempo. Se lidamos com processos, não cabe a este trabalho investigar

uma “suposta verdade factual” acerca de tais memórias, uma vez que pretendemos entender como esse menino, que teve o início de suas vidas dentro de uma *instituição total*, constrói narrativas sobre seus passados, sendo estas um espaço para a sua própria construção identitária.

O cruzamento de diferentes abordagens teóricas que usaremos aqui busca traçar uma abordagem alternativa, completa e compreensiva que dê conta da realidade empírica pesquisada. Nesse sentido, este trabalho, além de trazer uma análise sobre o caso em questão, também se propõe a apresentar uma síntese teórico-metodológica para compreensão dos processos de rememoração. Para tal, reconhecemos os princípios gerais da Sociologia da Memória inaugurada por Halbwachs e, em face às suas limitações, buscamos desenvolvê-los, complementá-los e articulá-los com conhecimentos advindos de outras áreas (como a Filosofia da Mente). E, também, buscamos dar um tratamento interpretativo aos dados coletados, com base em uma abordagem que busca entender quais os sentidos atribuídos pelos ex-internos aos seus passados e quais deles são validados ou não nessa rede de relações. Esse tipo de abordagem privilegia “o discurso ou o quê as pessoas dizem e como elas dizem, associado a objetos culturais” (Turner, 2018, p. 4). Para isso, consideramos todos os “textos” (orais ou escritos) produzidos pelos ex-internos em questão.

Como os ex-internos interagem e expressavam suas recordações de forma muito fragmentada, transitando entre o ambiente virtual e não virtual, e em textos mais ou menos completos, optamos por adotar quatro técnicas qualitativas de coleta de dados: i.) entrevista coletiva biográfica (única entrevista com cerca de trinta ex-internos simultaneamente), ii.) entrevistas biográficas em profundidade (não padronizadas, realizadas com nove ex-internos), iii.) etnografia (dos encontros anuais presenciais dos ex-internos) e iv.) netnografia (das páginas de Facebook onde os ex-internos interagem). Como veremos, a Análise de Redes foi uma técnica suplementar que nos ajudou a mapear os ex-internos e suas redes de relações. Embora a Análise de Redes tenha um caráter quantitativo (no sentido da estruturação dos dados e

aplicação de funções algorítmicas para desenhar e analisar as redes de relações), ela serviu como guia para a multiplicidade de dados qualitativos coletados. Considerando esse aspecto, é possível dizer que a presente pesquisa se valeu de um *mix-mode design*, que foi definido no curso da pesquisa, concomitantemente com o surgimento de questões próprias do contexto estudado. Uma pesquisa qualitativa tem esse caráter de bricolagem, montagem ou colcha de retalhos de métodos que possam justapor pedaços da realidade de forma simultânea. Essa multiplicidade de métodos qualitativos em uma pesquisa ficou conhecida como “triangulação” (Denzin & Lincoln, 2008) que busca “assegurar uma compreensão profunda do fenômeno em questão” (Denzin & Lincoln, 2008, p. 7). Nesse sentido, “a combinação de múltiplas práticas metodológicas, materiais empíricos, perspectivas [...] adiciona rigor, amplitude, complexidade, riqueza e profundidade à pesquisa” (Denzin & Lincoln, 2008).

Dentre todas as possibilidades de se proceder com uma abordagem interpretativa partimos da premissa básica de que a realidade não é singular e objetiva, mas moldada pelas experiências humanas e pelo contexto social (aspecto ontológico), por isso busca-se reconciliar esse contexto sócio-histórico com as experiências e, conseqüentemente, com as interpretações subjetivas (epistemológico). Nesse sentido, a abordagem metodológica buscou dialogar com a perspectiva teórica, abrindo-se para técnicas qualitativas variadas que dão conta das várias dinâmicas e espaços nos quais as práticas e sentidos visados se desenrolaram ao longo do tempo.

### ***O percurso desta narrativa***

Chamo, aqui, a tese de “narrativa”, pois tal qual a narrativa dos ex-internos, esta tese não deixa também de ser uma narrativa. Uma narrativa tecida por um pesquisador a partir de certos paradigmas interpretativos sobre uma realidade empírica que se apresentou a partir de diversos fragmentos qualitativos coletados. Duas correntes nesta tese se encontram com frequência,

valendo-se, sempre que possível, uma da outra. A primeira trata de uma explicação sociológica dos processos de rememoração ao longo do tempo. A segunda descreve e analisa as narrativas de ex-internos de uma instituição para menores sobre a maneira como eles recordam e entendem seus passados e sua própria história de vida. Essas histórias trazem inevitavelmente concepções sobre as ideias de abandono, minoridade e institucionalização. Elas não necessariamente se confundem com os discursos político-jurídicos construídos ao longo do século XX sobre esses temas, mas são vozes que estão à margem desses discursos e que partem do ponto de vista da experiência vivida da institucionalização.

O texto está organizado, assim, em quatro grandes capítulos: “Aspectos Sócio-Históricos”, “Aspectos Teóricos”, “Aspectos Metodológicos” e “Análise”. Cada um deles está dividido em capítulos e tópicos. Embora haja essa tetrapartição, todos os capítulos trazem embasamento teórico e dados empíricos. O movimento dialético constante entre a teoria e a empiria caracterizou a pesquisa ao longo dos anos. A partir de leituras teóricas, formulamos hipóteses e nos debruçamos sobre os dados que, por sua vez, indicaram-nos novos caminhos teóricos ou o aperfeiçoamento de conceitos já existentes.

O flerte com outras áreas caras aos *Memory Studies* (como as Ciências Cognitivas ou a Filosofia da Mente) foi estimulado pelo olhar atento aos dados empíricos. Da mesma maneira, um conhecimento prévio consistente sobre áreas fundamentais (como a Sociologia da Memória) que orientaram o desenho da presente pesquisa, indicaram quais caminhos teóricos podiam ser perseguidos sem que caíssemos em um ecletismo teórico infundado. Assim, embora os quatro capítulos centrais tenham focos delimitados e nomenclaturas tradicionais, eles fazem parte de uma única narrativa que busca cobrir nosso objeto e questões de ponta a ponta. Os capítulos, de alguma forma, refletem a discussão dos paradigmas que ajudam a interpretar os dados, a definição das estratégias de pesquisa, a escolha dos métodos de coleta do material empírico e a “arte” de interpretá-lo.

Buscamos no capítulo 1 “Aspectos sócio-históricos” traçar uma contextualização institucional sobre as instituições disciplinares de assistência e controle dos menores no Brasil. Para tal, trouxemos, a um só tempo, estudos sociológicos e históricos que documentam e analisam as mudanças institucionais e as motivações sócio-jurídico-políticas para tais, bem como relatos dos próprios ex-internos a partir de suas experiências sobre essas mudanças. Os trechos de fala dos ex-internos utilizados nesse capítulo fazem parte do rol de materiais empíricos coletados a partir de técnicas de pesquisa expressas no capítulo 3 “Aspectos Metodológicos”. No capítulo 1, a tentativa foi de apresentar um quadro mais impressionista do que realista, provendo uma contextualização geral composta por várias vozes que desafiam a noção de narrativa única, mesclando estudos e documentos sobre o histórico institucional e relatos de quem viveu nessas instituições. Discutiremos também como as questões históricas do “menor” e da “institucionalização precoce” conduziram esses ex-internos, assim classificados, ao problema do estigma. Essa temática é recorrente em suas narrativas e, como veremos no capítulo 4 “Análise”, isso acabou impactando suas trajetórias pessoais. Como fechamento deste primeiro capítulo, buscamos reconstruir o contexto histórico recente do reencontro dos ex-internos na década de 2010.

O capítulo 2 “Aspectos Teóricos” explora as contribuições teóricas sobre memória e identidade em quatro seções principais. No subcapítulo “2.1 As condições sociológicas para pensar o passado: introdução ao debate teórico”, partimos de uma discussão sobre os limites e potencialidades da teoria da memória coletiva de Halbwachs e, conseqüentemente, os limites e potencialidades interdisciplinares dentro dos *Memory Studies*. Buscou-se também entender como esse pensamento fundacional de Halbwachs se desdobrou em vertentes e qual delas é mais adequada para abordar um fenômeno tão dinâmico e complexo quanto a memória. Discutimos ainda, quais as carências dessas vertentes e como uma abordagem relacional, processual e interpretativa poderia dar conta do nosso material empírico. Seguimos para os três próximos subcapítulos que buscam ilustrar, cada um deles, os

“passos” (analíticos) que um processo de rememoração perseguiria. O primeiro passo está expresso no subcapítulo 2.2 “As condições de acesso ao passado”. Aqui discutimos questões relativas ao momento de percepção de algo no presente que potencialmente se tornará uma memória. Assim, no tópico “Memórias de hoje, percepções de ontem: sobre os modos de percepção”, discutiremos como percebemos o mundo e apreendemos experiências a partir de lentes sociais. Seguimos discutindo, em diálogo com as Ciências Cognitivas, a natureza dos eventos que percebemos e como eles podem formar diferentes “tipos” de memória no tópico “Tudo o que é significativo se torna memória?: sobre os tipos de memória”. Nessa esteira, no tópico “É possível lembrar o trauma?: sobre a (in)acessibilidade de eventos violentos”, seguimos discutindo eventos violentos e sua possível relação com a formação do trauma. Colocamos em questão, então, a teoria freudiana do *trauma* que o entende como um “avesso da memória”, abrindo espaço para outras interpretações sobre a relação entre memória, experiências ditas “traumáticas” e a crise de sentido que elas podem gerar. No subcapítulo 2.3 “As condições de reconstrução do passado”, discutimos como se dão os processos de rememoração a partir de uma concepção distribuída da memória. A interação entre indivíduos e artefatos dão as bases para o processo de rememoração que sempre se orienta a partir do momento presente. Nesse sentido, discutiremos o papel do ambiente virtual nesse processo interativo pensando como o tempo e o espaço ganham novos contornos nesse ambiente. Ainda discutindo sobre temporalidade e considerando que a memória é um fenômeno que se molda pelo tempo presente, exploraremos a relação entre memória e identidade. Fechamos o capítulo discutindo o papel que a narrativa tem nesse alinhamento de si ao longo do tempo a partir do processo de rememoração. No subcapítulo 2.4 “As condições de validação do passado”, discutiremos como, ao rememorar, podemos atribuir sentidos a esse passado à medida em que validamos nossas “crenças”/ “conhecimentos” externamente. Isso quer dizer que é essa validação que reforça ou enfraquece os *entendimentos* que construímos sobre o mundo, inclusive sobre o nosso próprio passado. Como

estamos implicados em redes de interação dentro das quais circulamos conhecimento (recordações, inclusive), algumas versões sobre o passado prevalecem sobre outras. Fechamos o capítulo, demonstrando que, às vezes, essa circulação e validação de certos *entendimentos* sobre o passado, podem ser intencionalmente moldadas por uma política, nesse caso, uma *política da memória*.

O capítulo 3 “Aspectos Metodológicos” discute as técnicas e os métodos de pesquisa utilizados na pesquisa. Ele inicia com o subcapítulo 3.1 “Nota sobre a abordagem metodológica” em que sintetizamos o arcabouço conceitual apresentado no capítulo anterior. No subcapítulo 3.2 “Um parêntese sobre a validade do material biográfico”, abriremos um espaço para discutir a pertinência e validade do tipo de material empírico e seu histórico dentro das Ciências Sociais. Por fim, no subcapítulo 3.3 “Nota sobre os dados e sua coleta”, apresentamos cada um dos tipos de dados e as respectivas técnicas utilizadas para coletá-los e analisá-los.

O último capítulo, antes das considerações finais, o capítulo 4 “Análise” contém o coração da tese, pois é nele que as conclusões começam a ser desenhadas. Ele foi dividido em dois grandes subcapítulos. O primeiro deles, “Quem é quem: mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes” traz uma análise das representações das redes evolutivas dos atores e interações online dos ex-internos. Essa análise permitiu mapear os atores envolvidos, suas interações (aferidas pelos comentários postados), agrupamentos entre atores e a mudança desses padrões ao longo dos anos. Ao fornecer os principais atores, padrões de interações e suas transformações ao longo do tempo, a Análise de Redes ajudou a iluminar os caminhos para a análise interpretativa contida no subcapítulo “Análise processual: as dinâmicas de entendimento do passado e de si”. Neste subcapítulo, com base no capítulo 3 “Aspectos Metodológicos”, analisamos todos os dados empíricos coletados de modo a compreender como os atores, em interação, foram processualmente reconstruindo seus passados e identidades. Veremos que esse processo envolve *dinâmicas de validação* sobre os sentidos atribuídos a essas recordações. Com o tempo, a constituição de

*autoridades* dentro na rede de ex-internos fez com que certos sujeitos tivessem maior reconhecimento do que outros. Veremos que um ator, em específico, a filha do ex-diretor da instituição, desempenha um papel importante na rede e atua de forma a empregar uma *micropolítica da memória* que reforça certos *entendimentos* sobre o passado e enfraquece outros fazendo prevalecer uma versão específica dos fatos, sobretudo no que diz respeito às possíveis violências que sofreram dentro da instituição. Com o tempo, algumas dessas versões vão se estabilizando, isto é, institucionalizando-se na rede de ex-internos em questão. Como veremos, o mútuo ajuste das narrativas sobre o que aconteceu dentro da instituição vai de encontro com a maneira como eles querem conceber a sua própria história: como uma história teleológica de superação e sucesso.



# **CAPÍTULO 1 | ASPECTOS SÓCIO HISTÓRICOS**

Nas últimas décadas, a Sociologia e a História tiveram contribuições significativas na temática dos jovens em conflito com a lei. A contribuição sociológica brasileira nessa área tem sido no sentido de abordar a situação da juventude em conflito com a lei a partir de uma dimensão que pode ser caracterizada como macrosociológica. Nessas análises, enfatiza-se as condições objetivas da vida desses jovens, como, por exemplo, a condição econômica, as oportunidades sociais, a relação escolar e etc. Certamente, tais trabalhos são de extrema importância para entender a situação da juventude brasileira ontem e hoje, pois traçam as estruturas institucionais e jurídicas às quais essas pessoas estiveram submetidas. Entretanto, pouco se produziu na Sociologia, a partir do ponto de vista da experiência dessas pessoas que passaram por essas instituições. Como veremos, nossa perspectiva privilegia mais a dimensão vivida dos ex-internos em comparação à dimensão legal que regia o funcionamento da instituição. Do ponto de vista dos ex-internos, a dimensão legal importava pouco em sua experiência cotidiana na instituição, passando, por muitas vezes, como algo despercebido por eles. Rever esse histórico, à luz das vivências expressas pelos ex-internos que compõem este trabalho, também é uma contribuição que também deve ser considerada, embora não tenha sido o objetivo central do trabalho. De qualquer forma, do ponto de vista histórico, buscamos, aqui, dar voz às experiências é pensar os problemas sociais “por dentro”, como argumenta o ex-interno, Som, em um dos contos que escreveu sobre sua infância: “me desculpem os historiadores que contam sobre este lugar tão especial que nos formou, pois, nossas vivências pela unidade é uma história a ser contada, por que sabemos muito bem como era a unidade” (Som, contos escritos, abril de 2018).

No entanto, retomar os trabalhos históricos e sociológicos, bem como documentos de jornais por exemplo, são essenciais para montar o contexto histórico no qual se desenvolveram a instituição que foi palco da infância desses ex-internos. Embora os discursos político-jurídicos e o histórico que traremos aqui discorram externamente (pois se pautam em conhecimentos técnicos e científicos não embasados na experiência real) sobre essas

instituições e seus respectivos internos, eles são centrais para entender as visões de mundo circulantes na sociedades sobre essas crianças, adolescentes e instituições ao longo das décadas.

Nesse panorama histórico, recorreremos à trabalhos sociológicos sobre o tema e em pesquisas documentais em jornais da época<sup>1</sup>, mesclados a falas que foram coletadas em entrevistas e na (n)etnografia dos próprios ex-internos sobre esses aspectos jurídicos, institucionais e históricos que estão expressos no subcapítulo 1.1 “As condições jurídico-institucionais: o histórico da assistência de menores no Brasil”. Esse recorte cobre desde o período imediatamente anterior ao surgimento das primeiras instituições para menores no Brasil no final do século XIX até o início da década de 1990, que coincide com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o período em que os últimos ex-internos pesquisados frequentaram a instituição. Logo em seguida, no subcapítulo 1.2 “As condições sociais desse passado: reflexões sobre abandono, institucionalização e estigma”, traçamos as condições sociais que permearam, de forma geral, a vida desses ex-internos. Aqui levantamos uma breve discussão sobre a questão do abandono, as consequências da institucionalização e o estigma derivado tanto do abandono social e parental, quanto da institucionalização. Essas duas seções desembocam no subcapítulo 1.3 “As condições do presente que levaram a esse passado: histórico do reencontro dos ex-menores” que remonta o passado recente e reconstrói as condições de reaproximação desses ex-internos.

## **1.1 As condições jurídico-institucionais: o histórico da assistência de menores no Brasil**

Este subcapítulo retoma os desenvolvimentos legais e institucionais ligados à questão de crianças e adolescentes no Brasil. Como veremos, o

---

<sup>1</sup> Para compor este capítulo, levantamos todas as notícias do Estado de São Paulo e da Folha de São Paulo de 1890 a 1990 com uma busca dos seguintes termos: “menor”, “menores”, “instituto disciplinar”, “código de menores”, “paulo egydio martins”, “cândido motta”, “juizado”, “mello matos”, “sam”, “funabem”, “febem”, “pró menor”, “instituto agrícola”, “batatais”, “festa do leite”, “delinquência/delinquente” e “abandonado”.

caminho da institucionalização precoce se delineia através de legislações e, posteriormente suas respectivas implementações logo no final do século XIX. Isso decorre da noção de periculosidade que passou a ser atrelada ao menor abandonado, quem teve sucessivamente suas práticas criminalizadas pelas legislações. Paralelamente, discussões sobre o *status* legal de crianças e adolescentes abandonadas ou “desajustadas” foram ensejadas no meio jurídico que sucessivamente tentou promulgar leis e práticas que concedessem condições específicas à idade. À medida que o Estado ampliava seus poderes e responsabilidades sobre a questão, maior foi o afastamento dessas crianças e adolescentes do seio familiar. Apesar das mudanças legais e tentativas de reforma institucional, o modelo de reclusão vigorou por todas as décadas do século XX. Além da exclusão social, a institucionalização precoce também lidou com questões educacionais e de trabalho.

É nítido perceber que essas mudanças legais e institucionais acompanhavam as mudanças sociais de suas épocas e replicavam as ideologias vigentes. Do positivismo e higienismo do final do século XIX, passando pela doutrina de segurança nacional da Ditadura Militar, até o esperançoso período de redemocratização, todos eles impactaram legal e institucionalmente no cuidado/tutela de crianças e adolescentes “desviantes”. Vários trabalhos, que serão retomados aqui, fizeram de maneira majestosa análises de períodos circunscritos de como o desenvolvimento da história da criança no Brasil refletiu os sentimentos e a posição da sociedade ao longo dos tempos.

Compreender o desenvolvimento histórico dos processos de institucionalização de crianças e adolescentes nos permite traçar o contexto sobre como se configurou a instituição que foi palco das memórias narradas. As experiências dos ex-internos pesquisados aconteceram em um contexto socio-histórico mais amplo, ao qual eles fazem referências indiretamente e também proveem não deliberadamente novas informações. Não apenas acompanhar os processos que desembocaram na instituição em que habitaram, como também compreender os significados do contexto social do qual participaram, é de

suma importância para interpretação de suas narrativas e dinâmicas mnemônicas

---

*Da filantropia à eugenia: a percepção dos corpos vagantes como problema social*

Em trabalhos como “Vigiar e Punir” (2009a) e “Microfísica do Poder” (2009b), Michel Foucault demonstra como o poder silenciosamente se ramifica no que ele denomina de “instituições disciplinares” que surgiram no século XIX. Essas instituições organizam o espaço, esquadrinham o tempo, controlam os movimentos de quem está sujeito a elas. Foucault observa algumas características que perpassam todas essas instituições (escolas, prisões, asilos, fábricas, etc.) como rituais de entrada, movimentos controlados, espaços divididos, cronogramas rígidos, despersonalização, entre outros mecanismos que implementam a disciplina. Essa realidade institucional e disciplinar tem sido a realidade de parte da juventude brasileira há décadas desde o início do século XX.

Antes disso, durante o Período Colonial (1500-1815), famílias costumavam “abrigar” crianças abandonadas, pobres e bastardas. Sob uma fachada “filantrópica”, essas crianças eram introduzidas precocemente aos trabalhos domésticos no interior dessas famílias. Instituições católicas de caridade também recebiam bebês abandonados no que ficou conhecida como a “roda dos expostos”. O registro mais remoto dessa prática data do século XVI no Nordeste do país advindo da Europa do século XV (Silva, 1997). A roda dos expostos consistia em um mecanismo rotatório posto na porta das instituições de caridade em que quem recebia o bebê abandonado não conseguia ver quem estava abandonando-o.

Após a Lei do Ventre Livre (1871) e a posterior abolição da escravidão (1888), muitas crianças que já nasceram livres acabaram por não serem integradas à sociedade brasileira (Del Priore, 1999). Somado a isso, a Proclamação da República em 1889 e a crescente industrialização e

urbanização também colaboraram para o aumento expressivo do número de “crianças de rua” por conta da marginalização de crianças negras, que não foram integradas à sociedade após 1888 (Del Priore, 1999). O ideário progressista, positivista e eugenista da República nascente acabou por posicionar essas crianças de rua como um “problema social” a ser combatido em prol do desenvolvimento de uma nação dita “moderna”. É nesse momento que se inicia uma construção ideológica da manutenção da ordem social, em que “desviantes”, como doentes, loucos, crianças e adolescentes desgarradas do seio familiar passam a ser o centro do problema.

Dentro dessa classificação não cabiam todas as crianças e adolescentes, mas os pobres e os sem casa. Assim, a ideia de “salvação da infância pobre” se tornou um dos grandes motes do projeto político civilizatório do país. Enquanto a infância dos estratos mais altos era educada para tomar os altos postos do país, a infância pobre e negra denotava periculosidade e por isso deveria ser salva antes de se tornar criminosa (Frigotto, 1995). A via da salvação se deu pelo controle social que implicava na captura e adestramento desses corpos vagantes para uma suposta manutenção da ordem. Esse contingente “ocioso” deveria servir ao capitalismo crescente e, por isso, o trabalho foi imediatamente atrelado a esse arcabouço disciplinar. Ele, a um só tempo, controlaria as crianças e adolescentes potencialmente perigosos, bem como criaria uma lógica de trabalho em consonância com o capitalismo nascente no país. O foco era transformar os indivíduos em “politicamente dóceis e economicamente úteis” (Foucault, 1990a), seja pela via jurídica, pela medicina e/ou pelo trabalho. De acordo com Bernardo (2008), “os discursos médico-higienistas apontavam para o surgimento de um processo de incidência e proliferação de aspectos delinquentes nos sujeitos das camadas populares da cidade” (p. 222). Esses “regimes de verdade” (Foucault, 1990b) foram sendo gestados e moldados não apenas pelos médicos, mas também pela mídia que, por sua vez, tinha uma resposta nos debates jurídicos.

Esse movimento não estava restrito ao Brasil. Fóruns internacionais já discutiam a questão das crianças e abandonados. Esses sujeitos vêm para a

frente do debate na medida em que eram tratados igualmente aos adultos. Contudo, no final do século XIX, Congressos internacionais sobre a infância começaram a alertar para o fato de que a “lógica criminal precisava dar lugar à lógica social e moral” (Zanella, 2018, p. 130). No Congresso de São Petersburgo e de Antuérpia de 1890, discute-se a diferenciação entre crianças e adolescentes “corrigíveis e incorrigíveis” (Zanella, 2018, p. 114). Do ponto de vista institucional, isso já havia sido resolvido doze anos antes no Congresso de Estocolmo, em que se determinou uma distinção entre reformatórios e colônias correcionais para adultos, em que os primeiros eram destinados à punição de crimes e os segundos à correção e prevenção pelo trabalho.

Essas discussões e deliberações ressoaram no Brasil e tiveram suas expressões no Código Penal de 1890. Nele, já havia previsão para distinção entre instituições de punição para cumprimento de penas de criminosos e instituições de correção para vadios e mendigos. Às crianças e adolescentes menores de 21 anos, estavam reservados os asilos. O Código, entretanto, era inespecífico quanto ao tratamento de crianças e adolescentes, embora ele expandisse a institucionalização e disciplinarização de desviantes como um todo no país.

O aumento do contingente de crianças e adolescentes nas ruas no final do século XIX e o não tratamento específico destes pelo Código Penal de 1890 ensejou discursos sobre a necessidade de se criar políticas especificamente voltadas à essa parcela da população. Em 1893, o senador Paulo Egídio apresentou um projeto de lei propondo a criação de uma instituição destinada a receber e instruir em oficinas industriais, crianças e adolescentes moralmente abandonadas. O projeto tramitou até 1900, quando foi retirado pelo próprio Paulo Egidio após o deputado Cândido Motta apresentar à Câmara dos Deputados de São Paulo um novo projeto para instituição de um Instituto Disciplinar para Menores (Alvarez & Salla, 2018). O argumento de Motta era muito similar ao de Paulo Egidio (quem também apoiou e apresentou o projeto de Motta à Câmara dos Senadores), alegando que a rua seria uma “escola dos vícios” para crianças e adolescentes que nela vagavam, sendo, portanto, mais

“econômico” para o Estado tutelar e, conseqüentemente, prevenir que essas crianças se tornassem criminosas no futuro. Depois de sofrer modificações por dois anos, o projeto de Cândido Motta é aprovado como a lei estadual 844 de 10 de outubro de 1902. No projeto, Cândido Motta previa a criação de um instituto correcional, industrial e agrícola, inicialmente denominado Instituto Educativo Paulista, voltado ao atendimento de menores moralmente abandonados e criminosos. De acordo com a lei:

O Instituto Disciplinar constará de duas secções destinadas a inculcar hábitos de trabalho e a educar, fornecendo instrução litteraria, profissional e industrial, de referencia agricola:

- a) a maiores de 9 annos e menores de 14, no caso do artigo 30, do Codigo Penal;
- b) a maiores de 14 e menores de 21 annos, condemnados por infracção do artigo 399 do Codigo Penal e artigo 2.º da lei federal n. 145, de 11 de Julho de 1893;
- c) a pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de 9 e menores de 14 annos.

A lei dos Institutos Disciplinares previa, portanto, que estes deveriam “abrigar” crianças abandonadas que vagavam pelas cidades entre nove e quatorze annos de idade; para crianças entre nove e catorze annos que tivessem cometido algum delicto previsto no Código Penal de 1890 e que eram recolhidos nesses estabelecimento até a idade máxima de dezessete annos; e adolescentes entre catorze e vinte e um annos que fossem considerados “vadios”, ou seja, que não exercessem profissão/ofício, que não tivessem meios de subsistência ou que tivessem alguma occupação prohibida por lei deveriam ficar reclusos até seus vinte e um annos de idade.

Os primeiros Institutos após a promulgação da lei foram o Instituto Disciplinar da Capital, São Paulo, em 1903 (posteriormente rebatizado de Instituto Disciplinar do Tatuapé), a Colônia Correcional da Ilha dos Porcos, em 1908, o Instituto Disciplinar de Taubaté e o Instituto Disciplinar de Mogi Mirim (criado em 1909 e inaugurado em 1924). Esse era o braço voltado aos menores de toda uma rede disciplinar que foi montada no início do século para controlar e normatizar os desviantes, fossem eles criminosos, pobres, menores ou



doentes mentais. A fundação do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, por exemplo, era o braço ligado à saúde mental dessa rede.

Para caracterizar uma criança e/ou adolescente como “desviante”, o Estado entendia que eles eram aqueles pobres moral e/ou materialmente abandonados. Ou mesmo, como crianças/adolescentes que fugiam do controle da família. Essa distinção entre abandono moral e abandono material foi traçada pelo jurista Evaristo de Moraes em 1902 (Londroño, 2009). Passa-se então a acusar a própria família de infratora, retirando dela a tutela de seus filhos (Paula, 2005). As famílias pobres, que já eram consideradas potencialmente perigosas, deveriam ser controladas, bem como seus filhos, já que ali encontrava-se a matriz do abandono. Nesse mesmo sentido, por “delinquente”, enquadravam-se aqueles que tivessem cometido algum delito previsto no Código de 1890, o qual havia estabelecido imputabilidade penal para aqueles com nove ou mais anos de idade. Em suma, os menores-alvo são crianças e/ou adolescentes “perigosos” ou “em perigo”. Esta criança e/ou adolescente pobre que oferece perigo ou está em perigo passa a ser denominado de “menor”. “Menor” é um termo que desde então categoriza de forma pejorativa essas crianças e adolescentes tidos como marginais ou delinquentes e que, por isso, devem ser objeto de repressão e de “cura”.

A montagem de toda essa arquitetura legal e institucional marcou a passagem do trato privado de menores para a tutela do Estado, especialmente dos menores abandonados. A lei 844 começa a criar as bases da assistência e proteção ao menor, bem como inicia a história oficial do confinamento de jovens no país. Essas instituições tinham um teor muito mais segregacionista do que educacional. Isto, pois excluía da sociedade a parcela pobre da infância brasileira confinando-a em uma *instituição total*. Os Institutos Disciplinares eram instituições totais, na medida em que eram “um lugar de moradia que funcionava com um grande número de indivíduos que foram cortados da sociedade mais ampla por um período considerável conduzidos por um ciclo fechado de vida administrado formalmente” (Goffman, 1961, p. 11 - *tradução nossa*). Mais precisamente, o Instituto Disciplinar é um exemplo do

primeiro tipo de instituição total, das cinco descritas por Goffman (1961): “são instituições estabelecidas para o cuidado de pessoas que são incapazes e inofensivas; estas são as casas para os cegos, os idosos, os órfãos e os indigentes” (p. 16 - *tradução nossa*). Nesses institutos, instaurou-se um modelo de disciplina em que os internos eram adestrados nas tarefas cotidianas, como por exemplo, “repetir os mesmos gestos, nas salas de aula, no recreio, nas marchas em fila, de cabeça baixa, olhos no chão e mãos para trás, vivendo em regime prisional, prática que não foi superada pela FEBEM” (Fonseca, 2008, p. 102-3). A isso somou-se uma “pedagogia disciplinar do trabalho”.

A descrição do Instituto Disciplinar da Capital veiculada pelo Jornal Estado de São Paulo dos dias 25 e 15 de julho de 1907, respectivamente, diz que:

Os menores alli internados, distribuídos em três turmas, entregavam-se aos trabalhos de lavoura nas variadas culturas alli experimentadas. O conhecido edifício [...] estava em silêncio e ultimava-se alli os trabalhos de pintura e outras reformas que determinaram as obras já concluídas do elegante pavilhão para a residência do director. Alguns menores occupavam-se nos serviços de higiene do edifício [...]. É com imensa satisfação que deixo consignadas as minhas magníficas impressões ao visitar o Instituto Disciplinar de São Paulo. Ninguém melhor do que uma autoridade policial para avaliar os serviços incalculáveis que presta à humanidade um estabelecimento desta natureza. Conversei com diversos internados e tive o prazer de verificar que o fim a que se destina o instituto vai sendo objetivado. Os inquiridos por mim diziam que ganhavam o hábito do trabalho (Estado de São Paulo, 25 de julho de 1907, p. 3).

Nessas oficinas adquirem elles [os internos] com o hábito do trabalho, os conhecimentos indispensáveis para mais tarde proverem honestamente a própria subsistência, com o que se convertem em elementos úteis à sociedade. Indivíduos que por índole ou pelo meio em que viviam estavam destinados a tornarem-se perigosos à ordem pública (Estado de São Paulo, 15 de julho de 1917, p. 5).

O trabalho era um instrumento, a um só tempo, disciplinador (na medida em que era forçado e regido por castigos e recompensas), mantenedor da casa (já os próprios internos se encarregavam da limpeza) e gerador de receitas para o orçamento da casa (já que metade do valor produzido pelos internos era retido pelo Instituto) (Fonseca, 2008). Essa ideologia do trabalho imposta às crianças pobres impossibilitou que elas recebessem educação como prioridade

e também as impossibilitou de planejar suas vidas profissionais para além do universo agrícola, doméstico ou fabril.

Descrição parecida sobre o trabalho dos ex-internos como mantenedores dos institutos é encontrada na matéria "A Regeneração pelo Trabalho: Instituto Disciplinar" da revista *A Cigarra* de 30 março de 1914:

Inaugurou-se o Instituto na Chácara Tatuapé com acomodações para cinquenta menores, arrancados da liberdade perniciosa das ruas onde exploravam a caridade pública entregando-se à gatunice e ao vício. O coração do Dr. Cardoso de Almeida está ligado a essa obra benemérita onde se abrigam infelizes sem família [...] O Dr. Sampaio Vidal, com sua reforma, operou nas seções do Instituto uma verdadeira transferência. Os vadios de hontem são hoje excellentes operários e serão amanhã optimos cidadãos e pais de família (*A Cigarra*, edição de 30 de março de 1914).

O foco no trabalho dito regenerador tornava o dia a dia dos internos exaustivo e abusivo, já que o mau desempenho e mau comportamento poderiam implicar em castigos. De acordo com Cunha (2009), o regime de trabalho forçado imposto aos internos era brutal. No início do Instituto do Tatuapé já se instaurara uma lógica de trabalho rural que, décadas mais tarde, foi seguida pelos institutos agrícolas posteriormente construídos no interior do estado de São Paulo, devido à expansão e urbanização da capital. A ênfase no trabalho agrícola forçado servia tanto como lógica disciplinar, quanto como lógica econômica, uma vez que se mantinha as instalações e o suprimento de alimentos para os menores. A faxina dos dormitórios, das áreas comuns, plantio e a ajuda na cozinha eram uma forma de também fazer funcionar a instituição. O trabalho árduo somado a castigos e recompensas são práticas que, como veremos nos próximos capítulos, ultrapassaram décadas e estão presentes até mesmo nos relatos dos ex-internos mais jovens desta pesquisa.

A vivência em institutos disciplinares (e toda a sua lógica de controle, trabalho e coerção) marcam os indivíduos social e psicologicamente. No começo do século XX, 80% dos internos do Instituto de Menores da Capital eram abandonados, ou seja, jamais haviam cometido delitos. A institucionalização, entretanto, transforma a maneira como eles são vistos socialmente. Como veremos nos próximos capítulos em maior detalhe, essa

constituição identitária marcada pelo estigma é comum a todos os ex-internos. Além disso, o uso de violência psicológica, simbólica e até mesmo física também era um recurso utilizado como mecanismo de punição em tais instituições disciplinares: “quando tínhamos bom comportamento nos lares era oferecido passeios à cidade de Ortolândia” (trecho do livro do ex-interno Papa, 2017, p. 52).

Na medida em que se multiplicaram as leis de assistência e proteção aos menores nas três primeiras décadas do século XX, ampliou-se a teia disciplinar composta por Judiciário, instituições de recolhimento e instituições de confinamento para recrutar, classificar, dividir e internar essas crianças e adolescentes.

---

### *O Código de Menores de 1927: os direitos da criança ou o Direito para o menor?*

Nas duas primeiras décadas do século XX, ao passo que se criaram novas instituições para internação de crianças e adolescentes, discussões sobre um tratamento legal adequado para eles avançou no mundo e no Brasil. Embora, em São Paulo, o Decreto de 1902 definisse uma distinção institucional para adultos e crianças e adolescentes, não havia legislação específica vigente que tratasse da questão do menor a nível nacional. De acordo com Fonseca (2008), foram promulgados oito decretos e nove leis direcionadas à assistência aos menores apenas em São Paulo entre 1902 e 1927. Todas elas tinham o intuito muito mais de reforçar o controle social do que de prover assistência e educação às crianças e adolescentes. As leis respondiam aos discursos circulantes em que a criança e/ou adolescente abandonado eram sinal de periculosidade e, portanto, objeto de possível intervenção preventiva do Estado.

O direcionamento jurídico que essas discussões seguiram foi influenciado não apenas pelos acontecimentos nacionais, como também internacionais. Os congressos PanAmericanos da Criança na segunda década do século XX também colocavam a infância como um dos principais vetores do projeto de

modernidade e progresso que estava em curso (Nunes, 2011). Nesse sentido, em 1923, é criada o que ficou conhecida como a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança. Tratava-se de um documento internacional que promove os direitos da criança.

Esses acontecimentos ressoaram a nível nacional. Em 1923, foi decretada a lei 16.272 que regulamentava a situação de menores abandonados e/ou delinquentes. A esta lei, estavam submetidos aqueles menores de dezoito anos com habitação incerta; sem meios de subsistência; órfãos; que tinham pais ou tutores “entregues à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes”; privados de saúde e alimentação; expostos à violência e castigos; “libertinos, mendigos, vagantes ou gatunos”.

Logo em 1924, foi criado o primeiro Juizado de Menores onde atuava o juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Foi ele quem passou a liderar as mudanças da legislação da menoridade daí em diante. O juizado passou a ter maior controle sobre as atividades policiais em relação aos procedimentos para a internação dos menores encontrados nas ruas como abandonados ou delinquentes ou pervertidos (Teixeira, Salla & Marinho, 2016).

O caso do menino Bernardino acelerou a promulgação do Código de Menores que já estava em discussão. Seguindo as tendências internacionais e respondendo às demandas internas, o primeiro Código de Menores de 1927 foi promulgado como a primeira tentativa de constituir uma legislação própria e específica para crianças e adolescentes.

A principal novidade do Código, em termos jurídicos, era a imputabilidade de menores de quatorze anos. Houve uma negação da tese do discernimento que estava em vigência desde o Império. A tese do discernimento responsabilizava menores que se julgassem com capacidade de discernir pelos seus atos com respeito ao crime cometido e, assim, seriam julgados e recolhidos às casas de correção (Alvarez, 1989). Contrariamente, o Código de Menores de 1927 praticamente abole a punição de menores, pois defende uma resposta recuperadora, seja pela disciplina, tutela ou educação.

O Código traça juridicamente, de uma vez por todas, as distinções entre crianças ricas e brancas e crianças pobres – distinção esta que já estava presente nos discursos públicos desde o final do século anterior. Às últimas, fica estabelecido a denominação de “menor”. “Menor” passou a ser aquele que tinha menos de dezoito anos, com habitação incerta, falta de meios para subsistência, estivesse carente material e/ou moralmente, vadiasse, mendigasse ou libertinasse, fosse viciado ou mesmo andasse com gente viciosa (Alvarez, 1989).

O Estado, agora, amparado por um Código de leis, passa a intervir na família e no menor como forma de salvar o futuro da nação. A questão da infância definitivamente passa do âmbito privado para o âmbito público. Para haver sequência nessa intervenção, uma rede de instituições seria necessária. Aqueles menores “delinquentes” abaixo de dezoito anos e aqueles sem família deveriam ser encaminhados para instituições disciplinares. As crianças e adolescentes que estavam sob custódia do Estado geralmente estavam no que se considerava como “situação de vulnerabilidade”, que incluía abandono parental, vagueamento nas ruas, famílias com escassez de recursos materiais, condição psicológica frágil ou em conflito com a lei (devido a pequenos crimes). Assim, de acordo com o Código de 1927, todo o menor que se encontrava em “situação não regular” deveria ser recolhido e permanecer sob os cuidados dos Institutos Disciplinares. Essa nova justiça de menores, formada pelo Código de Menores de 1927 e pelos Tribunais Especiais de Menores, implicaram também em uma reorganização das instituições voltadas para a infância e adolescência. Isso significou uma reordenação da assistência para menores já existente no país formada pelas instituições de caridades e /ou os Institutos Disciplinares, Escolas de Ofícios e Casas Correccionais.

Entretanto, embora o Código de Menores de 1927 tenha introduzido a noção de “menor com direitos”, as práticas dentro dos institutos ainda eram muito semelhantes ao começo do século XX. Embora o Código tenha proibido o trabalho para menores de catorze anos, os institutos disciplinares continuaram empregando o trabalho agrícola e/ou industrial.

Ainda que o Código tenha distinguido um conjunto de leis para tratar a questão da infância delinquente e imoral, ele acabou por criminalizar a pobreza, pois o “menor apareceu como estrangeiro, dentro da própria terra em que nasceu. Terra esta que o negava, condenando-o ao pior dos mundos, julgando-o portador das chagas sociais, disseminando medo e desconfiança” (Rodrigues, 2001, p. 148). Além disso, a intervenção do pátrio poder fica evidente, pois além de o Estado intervir nessas famílias, ele passa a obrigá-las a se identificar em caso de abandono. Isso, pois, “a entrega da criança passou a ser feita diretamente pelos genitores em troca do fim do anonimato, do nascimento da criança e da condição de seus pais” (Silva, 1997, p. 69). Embora isso tenha diminuído consideravelmente o abandono anônimo e a mortalidade de menores na rua, expandiu-se gritantemente o assistencialismo aos menores e o afastamento de suas famílias.

---

*A novas políticas sociais a nível federal: uma assistência ao menor institucionalmente arquitetada*

Como vimos, o Código de Menores de 1927 centralizou e consolidou a gestão da menoridade. O juiz especial de Menores (que já atuava nos Juizados Especiais em São Paulo e no Rio de Janeiro desde 1924) tornou-se o centro das decisões sobre os destinos de crianças e adolescentes tidas como delinquentes e/ou abandonadas. Amparado por um saber médico, o Código trabalhava com várias categorias (viciado, abandonado, pervertido, libertino, delinquente e débeis) que deveriam classificar e informar o juiz para que ele encaminhasse para as instituições de abrigo (Salla & Borges, 2016). Isso acabou acirrando a “perseguição” à formas de “vadiagem” e outros “ilegalismos” na época. Mesmo após o Código e durante a década de 1930, os menores continuaram submetidos à lógica de detenção-soltura que caracterizava as instituições “correcionais” sob a justificativa de “averiguação” (Teixeira, Salla & Marinho, 2016).

A dispersão institucional dificultava o trabalho nos Juizados e a criação do Serviço de Menores Abandonados (SAM) em 1938 veio atender a essa demanda. O SAM, um órgão subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, centralizava e sistematizava os serviços de assistência aos menores diversificados em públicos e privados. Assim, a fiscalização do funcionamento, orientação médica e pedagógica dessas instituições de amparo seria muito mais simples. Dentre essas instituições estavam tanto aquelas que recolhiam, faziam a triagem e por fim abrigavam os menores que haviam passado (ou estavam por passar) pelo Juizado Especial de Menores. Outras instituições particulares também passaram a fazer parte dessa rede. Instituições de caridades que já estavam sob ataque do Código de Menores de 1927 passaram a se tornar instituições públicas. A antiga Casa dos Expostos, onde funcionava a Roda dos Expostos em São Paulo, por exemplo, passou a ser o Educandário Sampaio Viana - uma instituição conveniada, que aparece na fala de várias ex-internos entrevistados por esta pesquisa como uma das instituições aonde eram encaminhados os menores após o processo de triagem. Uma vez pego nas ruas, ainda sem saber as causas e sua “classificação”, o menor era enviado ao Sistema de Abrigo e Triagem (SAT). Ali os menores passavam por exames médicos, psicológicos e pedagógicos antes de chegarem no Juizado de Menores. Após a decisão do juiz, o menor era encaminhado de volta para a família (no caso de terem menos de 14 anos e terem famílias em condições de recebê-los) ou para as Instituições de Abrigo já existentes: os Institutos Disciplinares, Colônias Correccionais, Reformatórios e Casas de Caridade conveniadas. Nos relatos abaixo é possível acompanhar o percurso dos menores desde as ruas até a instituição final:

Até o plantão ficavam todos juntos, depois de decidido o processo, eu como era o mais velho, ali dentro daquele aglomerado, ali a Celso Garcia, o SAT era muito gigante, eu fui para o lar 3. Tinha uma unidade chamava lar 3, lar 4, central, instituto modelo, pavilhão. Um dos meus irmãos foi pro pavilhão 2. O menorzinho, o Cho, foi pro Pacaembu, pra Sampaio Viana, ele tinha 3 anos na época (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).



Foi aonde que eu me entreguei na polícia militar, na antiga rodoviária no Glicério, acho que no Glicério aonde que o pessoal me pegou e me levou no Juizado na Asdrúbal Nascimento. Fiquei no plantão e eles queriam saber minha origem (Zefa, entrevista em profundidade, dezembro de 2016).

E me mandaram para a Asdrúbal do Nascimento, a famosa Asdrúbal do Nascimento que você já deve ter escutado falar. Aí, eu fui para lá. Aí de lá eu fui pro plantão [...] e do plantão me mandaram para os lares onde ficavam meninos de até 14 anos. Dos 14 anos até uma certa idade nessas triagens, ia pra central onde ficava um monte de gente tudo misturado. Quando cheguei no plantão, você tinha que, na Asdrúbal do Nascimento, fazer uma ficha (Tobi, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Aquilo ali era nosso pavor né. Quando a gente via aquilo ali, era sempre um cara dirigindo e uns 2 ou 3 assessores que corria atrás, capturava os menores abandonados. Ele andava a cidade de São Paulo pegando menores abandonados e de vez em quando cruzava com esses caras, a gente era pequenos e eles acabavam se sobressaindo. Ai levava a gente né, Asdrúbal do Nascimento onde era a sede administrativa da promoção social do Juizado de Menores e ficava lá o dia inteiro lá. Então como esses carrinhos de Juizado tinha em todos os lugares, tinha uma sala gigante lá, encostava a gente lá, ficava sentado lá e tinha de outros bairros. E agente ficava lá sentadinho, eles davam uns lanchinhos. Era pão com mortadela ainda né. Um chazinho. E eles tinham lá, assim, semelhante a assistência social. De vez em quando, subia um menor pro quarto andar e tinha um assessor de menores. Como tem hoje, esqueci, tem um nome próprio pra isso... Aí ia preenchendo, preparando nosso processo né? Então, fazia pergunta: seu pai, sua mãe, de onde você veio, por que você fica na rua? Aquele negócio todo. Chegava a tarde e vinha um ônibus, isso durante todo o dia. A gente ficava na Asdrúbal do Nascimento, subia e descia, ficava naquela salinha. E comia lanche porque lá não tinha almoço, então eles davam um lanchinho pra gente. Ia fazendo o processo de cada um. Aí toda tardezinha, a gente tinha que dormir em algum lugar e jantar, então eles recolhiam, vinham um ônibus azul e branco, do Juizado, escrito Juizado de Menores, era bonitinho. Levava a gente para a Celso Garcia. A Celso Garcia chamava "Serviço de Abrigo e Triagem, o SAT", era onde a gente ficava. As crianças que não estavam definidas ainda, pra onde ia, pra onde ia mandar, se ia devolver pra família. Tudo em função do processo que eles estavam preenchendo lá. Então a gente ia pro SAT para um local chamado "plantão" (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Essa centralização e organização da arquitetura institucional do amparo ao menor reflete o caráter assistencialista e paternalista que se estendeu durante todo o período do Estado Novo. Assim, o menor percorria uma trilha institucional no interior do aparelho do Estado. Essa rede institucional organizada pelo SAM operou desta maneira nas décadas seguintes, sofrendo pequenas mudanças e algumas práticas e nomes institucionais, como foi o

caso do SAT que se tornou URP (Unidade de Recolhimento Provisório). Todo esse percurso é descrito pelos ex-internos entrevistados que estiveram nessas instituições já na década de 1960:

Toda noite, um ônibus azul com uma faixa “Juizado de Menores” costumava vir nos pegar. Eles nos levavam para Celso Garcia no prédio do SAT. A gente ficava lá até que decidissem para onde iriam nos enviar. Eles preenchiam alguns formulários e decidiam se a gente voltava pra família ou se ia pra alguma instituição (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Nessa triagem, começou-se a tentar diferenciar, na prática, a classificação e o atendimento para adolescentes infratores e menores carentes/abandonados. Após a triagem, os últimos eram enviados aos patronatos agrícolas e às Escolas de Aprendizagem de Ofício, enquanto os primeiros eram enviados para os Institutos Disciplinares.

Em 1946, logo após o final do Estado Novo varguista, é fundado o Instituto Agrícola de Menores de Batatais que passa a funcionar daí em diante, assim como outros institutos (a saber, Instituto Agrícola de Lins, Instituto de Menores de Iaras, Instituto de Mogi Mirim, Instituto Penal de Itapetininga). Eles eram uma mescla do modelo de Patronato Agrícola e Instituto Disciplinar.

Em 1949, decreta-se a Lei Estadual n. 495 que instituiu a competência do juiz de menores para, ao julgar o abandono, destituir ou suspender o pátrio poder (Silva, 1997, p. 69). O que antes era uma intervenção na família, passa a se tornar uma destituição da competência da família em criar sua prole. A tutela do Estado se torna legalmente amparada e os menores, de fato, tornam-se filhos, agora legítimos, do governo.

---

*Em prol da "Segurança Nacional": o atendimento ao menor como propaganda de governo*

Há mais de vinte anos, discutia-se a substituição do SAM por um novo órgão, já que o SAM se tornou um órgão estigmatizado por conta de denúncias e irregularidades. A mídia o acusava de não ressocializar as crianças e não

passar de um modelo carcerário. Assim que o golpe foi dado, o governo militar rapidamente extinguiu o SAM e fundou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em dezembro de 1964. Ela tinha como objetivo implementar diretrizes nacionais políticas e técnicas de assistências aos menores.

Ao contrário do governo varguista, os militares tinham uma agenda ideológica contra a ameaça comunista. Nesse sentido, eles consideravam que as populações pobres poderiam ser um "alvo fácil" para as ideias comunistas. A política da FUNABEM subestimava a capacidade de famílias pobres criarem sua prole, entendendo que ali poderia estar o foco da fabricação de marginalidade e desvio (Rodrigues, 2001). Embora a FUNABEM tenha herdado e incorporado o prédio, a cultura e o pessoal do SAM (O Estado de São Paulo, 1973), o governo militar buscou colocar à frente alguém que jamais tivesse pertencido ao SAM, Mário Altenfelder. Ele foi um pediatra formado no começo do século XX, quando ainda circulavam as ideias positivistas e eugenistas, e posteriormente formado na Escola Superior de Guerra. Para ele, a família era o gérmen do desenvolvimento da nação. Assim, caso esta estivesse adoecida, a sociedade se tornaria adoecida também. O ambiente familiar era visto como produtor e reproduzidor da marginalidade, o que conversava com as ideias anteriormente postas, em vez de progredir nesse aspecto. Altenfelder adicionava ainda mais conservadorismo ao debate, ao defender que a desestruturação familiar (entendida, por ele, como separação dos pais ou parentalidade solo) e a ausência de doutrina religiosa seriam responsáveis por desencaminhar os menores de rua a atos ilícitos.

O governo também tinha como objetivo mor o desenvolvimento nacional e o controle dos menores passava por esse projeto (Paula, 2004). O combate à marginalidade era parte da "guerrilha urbana" que se instaurou na ditadura militar. Assim como o mito do "perigo comunista", a marginalidade também carregou a chaga ideológica da perversão que poderia desestruturar a ordem vigente. É nesse sentido que se pode dizer que

[...] desde o início a FUNABEM esteve associada às políticas implantadas como Objetivo Nacional de acordo com o pensamento da chamada Escola Superior de Guerra (ESG) vigente em seu Manual, documento publicado

pelo Estado Maior das Forças Armadas, propondo o desenvolvimento de um método de análise e interpretações dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares (Rodrigues, 2001, p. 55).

Assim, em vez de avançar as políticas de sustentação e reabilitação das famílias, a FUNABEM continuou recolhendo e internando crianças e adolescentes pobres. Vestida de um caráter paternalista, a FUNABEM não só recolhia os menores, como estimulava, através de propagandas de televisão, que as próprias famílias internassem seus filhos. As propagandas apresentavam os institutos para menores como um lugar onde as crianças poderiam se desenvolver melhor. As propagandas diziam:

Para que as crianças tenham um futuro, elas precisam de cinco coisas: o F da fé, o E da educação, o B dos bons modos, o E de esperança e o M da moral. Sabe onde elas vão encontrar tudo isso? Na FEBEM. Aqui as crianças carentes terão a chance de se tornar homens do bem. Terão a chance de se tornar médicos, engenheiros e advogados. FEBEM, mais uma vitória! (Propaganda de televisão do governo federal nos anos 1970).

Havia um consenso de que a delinquência era um estágio do abandono e que o governo poderia suprir essa lacuna, prevenindo desvios futuros. E a família, incapaz de tal prevenção acabaria por utilizar “serviços extrafamiliares”, seja por escolha própria, seja por imposição da autoridade jurídica.

Essa campanha realizada pelo governo militar levava as famílias a crer que não teriam condições suficientes para criar seus filhos e que, portanto, a melhor decisão seria entregá-los para a custódia do Estado. Isso é expresso em relatos dos nossos entrevistados: “Meu pai não podia tomar conta de nós, um dia alguém falou sobre a propaganda e meu pai procurou a assistente social para tomar conta do meu caminho (Aldo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

A FUNABEM serviu como propaganda política do regime a nível social mostrando que o governo se preocupava com a população carente. A própria FUNABEM produzia uma revista (a Revista Brasil Jovem, que vigorou de 1967 a 1978) para divulgar as benfeitorias que estava fazendo para a infância

abandonada. A Revista Brasil era o órgão oficial de comunicação da instituição, não era vendida em bancas, mas distribuída às instituições estaduais associadas a fim de criar uma boa imagem da fundação. Ainda dentro do objetivo de divulgar o papel benfeitor da FUNABEM, vários meios de comunicação, em especial a televisão, contribuíram para popularizar a instituição. De acordo com Rodrigues (2001), a extinta TV Tupi "foi um dos veículos que mais divulgou o trabalho realizado pela Fundação" (p. 131). Quaisquer notícias que criticassem ou questionassem a FUNABEM eram revidadas e acusadas como "sensacionalistas e propagadoras de inverdades" (Rodrigues, 2001, p. 99). Nos jornais, o menor era cada vez mais estigmatizado. Discursos como trecho abaixo, veiculado em uma matéria do jornal O Estado de São Paulo, eram recorrentes:

O menor delinquente [...] é um ser desamparado e desgovernado miserável e com fome, muitas vezes, sem casa e sem família. Sozinho ou em bandos, roubando uma fruta numa mercearia ou passando um pano imundo no pára brisa do automóvel para ganhar alguns trocados, ele está na verdade se iniciando numa escola de crimes (O Estado de São Paulo, 18 de fevereiro de 1973, p. 236).

Essa propaganda em favor da internação de menores (uma novidade trazida pelo governo militar) impulsionou consideravelmente as taxas de internação no período, entre 1972 e 1976, por exemplo, cerca de 53 mil crianças foram recolhidas e aprisionadas em institutos disciplinares por todo Brasil (Rizzini & Rizzini, 2004). O governo militar teve êxito em sua missão de controle dos corpos pobres dos menores. Aqueles que eram uma "ameaça" ao país acabaram se tornando protagonistas de uma das maiores frentes propagandistas do regime. A tríade religião, moralidade e controle caracterizou a atuação da FUNABEM que foi vangloriada pelos militares que estiveram à frente da presidência. Isso pode ser exemplificado no trecho abaixo do discurso do presidente General Emílio Médici, em 1970, ao visitar a unidade de internação Instituto Piloto Quintino:

Essa manhã eu vejo um milagre, um milagre. Eu vejo o milagre das transmutação da sucursal do inferno, da escola do crime, da fábrica de

monstros morais em um centro educacional dedicado ao desenvolvimento do menor [...] Este milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de Março. E não tenho dúvidas que ao afirmar que a contestação mais cega e mais surda que tudo nega-se à obra revolucionária haveria de, pelo menos, de bendizê-la para apagar ao sangue e corrupção e vergonha do malsinado SAM para neste lugar erguer a FUNABEM (FUNABEM, 1978, pp. xxv-xxix).

Embora a FUNABEM fosse um órgão federal com atuação a nível nacional, eram os estados que deviam se encarregar de aplicar suas políticas. Em São Paulo, em 1974, criou-se a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró Menor) a fim de executar a política de atendimento ao menor no Estado de São Paulo. Depois de três anos, a Pró Menor foi transformada em Fundação Estadual de Bem-Estar ao Menor (FEBEM) pela aprovação da Lei n. 448/1975. A celeridade de sua criação se deu pela vinda do diretor da FUNABEM, Mário Altenfelder, para assumir, a convite do governador Paulo Egydio, a Secretaria da Promoção Social (Rodrigues, 2001).

Durante os anos que Altenfelder esteve à frente da FUNABEM, ele sempre defendeu a necessidade de criar entidades educacionais. A tentativa de padronização das instituições passou pelo rebatismo de várias instituições que compunham a rede, transformando-as em “FEBEM/ Unidade Educacional n. X”. No mesmo ano, o Instituto Agrícola de Batatais foi rebatizado como FEBEM/ Unidade Educacional 4. As unidades educacionais deveriam executar as orientações e políticas da FUNABEM, dando atendimento direto aos menores. Como já havia toda uma rede de atendimento, as unidades de abrigo foram rebatizadas e outras foram criadas. Com a padronização, todas as unidades educacionais começaram a receber menores independentemente da sua “classificação”: menor abandonado (quem era órfão ou os pais não tinham condições de criar) e menores delinquentes (quem foi recolhido na rua pela polícia e julgado pela Justiça). Apesar do novo nome, Unidade Educacional, com ênfase na “educação”, as instituições continuaram com a mesma lógica de repressora e de regeneração pelo trabalho, aquilo que o Coronel Jorge Paes Leme chamava de “laboraterapia” (O Estado de São Paulo, 1971). O trabalho

continua sendo meio para resgatar da marginalidade e os tornarem úteis à nação.

O alerta para essa situação intrainstitucional é levantado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor em 1975, quando se investigou o problema da criança abandonada e/ou em conflito com a lei e a violência do Estado contra elas. A CPI adensou as discussões em torno da proposição de um novo Código de Menores. Em 1974, o Senador Nelson Carneiro já havia apresentado um projeto de reformulação do Código de Menores que, no entanto, não foi à votação.

Em 1979, essa separação entre menores e delinquentes é apagada do texto do novo Código de Menores. Ele traz a doutrina da proteção integral presente na concepção futura do ECA. Porém, baseia-se no mesmo paradigma do menor em situação irregular da legislação anterior de 1927. A diferenciação passa a ser “em situação regular” e “em situação não regular”. Em “situação não regular”, considerava-se, sem distinção entre criança e adolescente, entre abandonado e delinquente, todo e qualquer menor que se encontrasse em situação de: a.) ausência de assistência básica, b.) ausência de assistência ou representação legal, c.) maus tratos, d.) exposição a ameaças morais, e.) manifestação de má conduta, f.) manifestação de má adequação à família ou comunidade, g.) tivesse cometido alguma ofensa criminal. O Código de Menores de 1979 também coloca o Estado e a sociedade, juntamente com a família, como responsáveis pela situação do menor.

---

### *O ECA e o fim da FEBEM: tentativas de reescrever a história de uma instituição estigmatizada*

No curto período entre 1979 e 1990 várias mudanças aconteceram no país que acabaram por impactar o histórico da assistência ao menor. Embora a legislação e as políticas públicas tenham se alterado ao longo dos anos, a prática institucional se manteve a mesma. O modelo disciplinar, presente desde o primeiro Instituto Disciplinar em 1902 até as Unidades Educacionais da

FEBEM, manteve a prática de exclusão social, afastamento da família, e institucionalização precoce dos jovens “desviantes”. Da mesma maneira que o SAM foi se tornando cada vez mais estigmatizado, as Unidades Educacionais da FEBEM também tiveram suas chagas expostas ao olhar público. Como durante os regimes ditatoriais os órgãos de imprensa tinham muito mais restrição de reportar livremente para sociedade, foi somente após 1985 que se começa a ter mais notícias sobre as reais condições das instituições. Se antes havia apenas notícias de eventos, comemorações ou situações excepcionais, após 1985 é possível encontrar reportagens sobre o cotidiano institucional e algumas entrevistas com os menores. Notícias e posicionamentos como o abaixo passaram a ser comuns no noticiário:

A rebelião de Mogi Mirim é consequência de maus tratos, falta de uma perspectiva de vida por parte dos menores e da incapacidade que a FEBEM tem em planejar a sua atuação (O Estado de São Paulo, 1980, p. 40).

A partir daí [1974], a instituição não parou mais de ser notícia, uma sequência interminável de fugas, tentativas de suicídios de menores, rebeliões e denúncias de maus tratos passou a dividir os espaços dos noticiários com inaugurações de núcleos profissionalizantes e educacionais em tudo que a FEBEM criava na Capital e no interior” (O Estado de São Paulo, 1986a, p. 19).

As fugas têm sido constantes devidos aos maus tratos e à falta de estrutura do órgão (O Estado de São Paulo, 1986b, p. 14)

A unidade experimental da FEBEM continua apresentando irregularidades como a reclusão de menores em celas fortes, utilização de psicotrópicos e aplicação de castigos corporais com cassetetes de borracha e canos de aço. [...] A comissão alegou que a cela forte, cuja demolição havia sido prometida, continua existindo. E segundo informações dos menores ainda é frequentemente utilizada. [...] De acordo com Gabeira, foram encontrados instrumentos de agressão física como cabos de aço e cassetetes de borracha [...] Outra irregularidade denunciada pela comissão é o uso indiscriminado de psicotrópicos para acalmar os menores e mantê-los em estado de apatia (O Estado de São Paulo, 1983, p. 11).

As denúncias de maus tratos (somado ao excesso populacional das unidades) vieram à tona, mostrando que essas eram práticas enraizadas na cultura institucional. Começa-se a ligar as fugas e rebeliões à própria estrutura institucional. Ou seja, a internação e consequente institucionalização precoce não é sadio para uma criança e adolescente e por mais que haja intenções



educativas, a coerção institucional prevalece. Em uma matéria d' O Estado de São Paulo (1985), o secretário da Promoção Social, Carlos Alfredo de Souza Queiroz, afirmou que “a ação da FEBEM não se mede pelas fugas e sim por uma proposta que existe internamente, a de ressocializar os menores que ali estão. É bom lembrar que apenas 10% dos que ali estão, são infratores. Eles têm todo o direito à liberdade, ou seja, é um direito do cidadão. Então, no momento em que eles estão presos, fazem o possível para fugir” (p. 14).

Com o assunto do menor em pauta e com a abertura política, a nova Constituição de 1988 acabou por lançar, no artigo 227, bases para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que chegaria dois anos mais tarde. Nesse artigo, o Estado e a sociedade são chamados a "assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Além disso, decretou a proibição de quaisquer tipos de trabalho para menores de catorze anos. Aos menores de dezoito anos, também passou a ser proibido imputabilizá-los, em vez disso, previu-se medidas socioeducativas para jovens que tivessem cometido alguma infração (Boeira, 2017).

Fruto de movimentos sociais em defesa das crianças e adolescentes, das discussões no legislativo e na sociedade, o ECA nasce pela Lei Federal 8.069 com a reivindicação de defender e promover o acesso à cidadania e à proteção aos menores. O ECA, pelo menos à época, aparentava ser um divisor de águas no tratamento do menor. Ele desloca o foco da institucionalização para a integração da criança na família (Silva, 1997). Para tal, medidas de atendimento aos menores em que o menor era mantido na família, bem como a criação de unidades de passagem buscavam garantir essa desinstitucionalização prevalecente até então. A centralização estatal (tão característica das políticas da FUNABEM) também são atenuadas. São criados os Conselhos Estaduais e Municipais de defesa dos direitos da criança e os Conselhos Tutelares

compostos por representantes do Estado e da sociedade civil. Os Conselhos Tutelares, embora não tivessem função administrativa e/ou executiva, passaram a serem responsáveis por assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A nível institucional, o ECA trouxe algumas mudanças marginais imediatas, mas poucas mudanças reestruturantes no longo prazo, já que a cultura institucional nas FEBEMs, por exemplo, continuou as mesmas até o seu colapso em 2006. Como conta um dos ex-internos entrevistados, o novo estatuto, em um primeiro momento, criou rumores e temores nos funcionários que estavam na ponta do sistema de atendimento aos menores:

Os funcionários queriam bater nele... aí veio o ECA. Os funcionários sabiam que existia, mas não sabia se ia funcionar ou não. Qual é a história? [...] Ele era um funcionário exemplar, um funcionário de tirar o chapéu pra ele. Deu um branco nele e ele espancou. De sair sangue mesmo. Denunciaram ele. No outro dia, ele foi mandando embora. A gente não tinha noção do que podia acontecer e nem eles, tanto é que eles continuaram batendo na gente ainda. Sempre. Só que muita gente batia e não marcava. Mas ele não teve como, o olho do menino ficou roxo, inchado, saiu sangue, não teve como falar que não bateu. E o próprio menino podia denunciá-lo. Não é porque ele quis. Ele foi na enfermaria, o olho inchado. O que aconteceu? Ah, me bateu. Quem? Seu Anú. Aí denunciaram. Isso foi bem no começo do ECA. A gente nem sabia que era Estatuto do menor e da criança. Aí eles falaram 'tem um tal de ECA aí, lê aí'. Eu era criança, como eu vou ler isso? Eu peguei e joguei fora (Som, conversa durante Encontro de Ex-menores, abril de 2016).

Apesar do impacto inicial, de acordo com os relatos dos ex-internos, a prática institucional não mudou significativamente: "Eu peguei antes do ECA, a gente apanhava muito, muito e depois do ECA, mesmo assim a gente continuou apanhando. Não diminuiu. Eles falavam assim: 'se você me denunciar, se você for pra cidade, eu te encontro lá e te bato' (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016). Embora o ECA apresentasse alternativas para a punição clássica de privação total da liberdade em instituições totais (como o sentenciamento de medidas sócio-educativas, como, por exemplo, a liberdade assistida e semi-internação) não houve reforma ou mudança nas próprias instituições de internação. Estas já estavam embebidas em uma dinâmica própria de controle,

repressão e desamparo que não era capaz de promover a reabilitação do jovem e do adolescente. Não apenas as instituições de amparo ao menor, como o próprio corpo jurídico ainda continuou atuando “segundo a mentalidade do Código de Menores” (Passetti, 2009, p. 370) ao olhar o jovem como fonte de perigo social. Antes do fim da FEBEM e sua reforma para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), o fechamento de algumas unidades (como a unidade, na qual viveram os ex-internos entrevistados por esta pesquisa, que encerrou suas atividades em 1996) anunciava o fracasso da instituição que, nos anos 1990, figurou as páginas dos jornais com as rebeliões de seus internos.

---

### *O Instituto de Menores de Batatais: instituição disciplinar ou paraíso rural?*

A história jurídico-institucional da assistência aos menores no Brasil foi constituída por trabalhos acadêmicos que se basearam em leis e discursos oficiais. A realidade do cotidiano institucional, no entanto, foi menos iluminada por esses trabalhos. As notícias e reportagens sobre o interior dessas instituições foram muito controladas durante o regime militar, que justamente coincidiu com a expansão das mídias de massa. O controle e enviesamento sobre essas informações eram peça estratégica para que o governo continuasse mantendo a questão do amparo ao menor como uma boa janela propagandística de seu braço assistencialista.

Embora regidas pelas mesmas leis e políticas, cada instituição de internação deve ter tido dinâmicas de funcionamento particulares. Descrever grosseiramente a organização e a lógica de funcionamento do Instituto Agrícola de Menores de Batatais é apenas uma ilustração e provê uma ideia de outras tantas instituições rurais que atuaram no abrigo de menores.

As informações que se têm a respeito foram obtidas no curso da pesquisa (e serão mais bem destrinchadas ao longo deste texto) por meio de entrevistas com ex-internos e alguns funcionários. Não coube ao escopo desta

pesquisa verificar ou contestar aquilo que foi contado por esses homens que estiveram submetidos a essa instituição. Aqui discorreremos apenas sobre seu funcionamento a título ilustrativo de como as políticas e leis até agora retomadas refletiam institucionalmente no mundo real.

O Instituto Agrícola de Menores Batatais (IAMB) foi fundado mediante Decreto-Lei 1.596-8 de 14 de março de 1947 e ficaria sob o guarda-chuva do SAM. De acordo com o documento, o Instituto abrigaria menores do sexo masculino, de sete e dezoito anos, encaminhados pela Diretoria do Serviço de Menores, após passarem por julgamento e pelo SAT.

O Instituto possuía um terreno rural de 160 alqueires muito próximo à cidade de Batatais, interior de São Paulo. Ao longo de sua existência, ele sofreu poucas alterações estruturais e poucas trocas de diretor. As poucas mudanças que sofreu foram reflexo das transformações legais e das decisões do governo do estadual quanto ao seu gerenciamento. Em 1967, passou-se a chamar Instituto de Menores de Batatais (IMB), perdendo o “agrícola” do nome. Mesmo assim, a prática agrícola permaneceu sendo o centro da instituição. De acordo com Parente (2016), funcionários relatam que, nesse ano, as assistentes sociais começaram a atuar dentro da instituição e que se passou a “encaminhar ‘menores infratores’ para as instituições que atendiam apenas ‘abandonados’” (p. 23). Em 1976, após a criação estadual da FEBEM, a instituição sofreu outra alteração de nome, passando a se chamar Unidade Educacional 4 (UE-4), como todas as outras instituições da rede de internação e abrigo para menores. Em 1983, houve a segunda troca de diretor depois de décadas - a primeira troca aconteceu em 1951, assim o primeiro diretor ficou de 1946 a 1951. De acordo com relatos de funcionários, houve queima de arquivos nessa época. Essa suposição estaria relacionada a um suposto incêndio na Lavanderia Geral. Em 1986, com a municipalização de seis unidades da FEBEM no estado, houve transferência de grande contingente de menores para a unidade de Batatais na década de 1980, o que acabou por superlotar suas instalações (Parente, 2016). Em 1996, a instituição foi extinta e as instalações foram entregues para a administração municipal, deixando as instalações

abandonadas por alguns anos até recentemente, quando a prefeitura permitiu que alguns lares fossem ocupados por projetos sociais. Nos anos 2000, justaposto ao terreno do antigo Instituto, foi construído um edifício onde passou a funcionar a Fundação Casa. Diferentemente do Instituto, o edifício é cercado e concentrado em uma única edificação de três andares.

O Instituto tinha capacidade máxima para abrigar cerca de 440 crianças e adolescentes do sexo masculino entre sete e dezoito anos. De acordo com o Relatório “O menor e a atuação da FEBEM-SP: diagnóstico para novos rumos”, de 1975, 41% dos internos naquele ano eram brancos, 37% pardos e 22% negros (p. 60). Mais de 75% deles eram procedentes da Grande São Paulo” (FEBEM, 1975, p. 60). Esses dados são baseados no censo daquele ano, que verificou superlotação da unidade. Ela estava abrigando 578 menores, sendo que 28 deles estavam evadidos (FEBEM, 1975).

Eles ficavam distribuídos em onze lares, com cerca de trinta e cinco a quarenta crianças em cada. Em cada lar, havia um chefe de lar (geralmente um casal de laristas com ou sem seus respectivos filhos) que cuidava daquelas quarenta crianças e daquela instalação. Para acomodar o casal, havia um aposento separado do grande quarto onde dormiam enfileiradas as cerca de quarenta crianças. O chefe do lar decidia tudo o que acontecia lá. Enquanto ele não estava em horário de trabalho, os lares eram vigiados por vigilantes do Instituto. Esses vigilantes eram funcionários avulsos que ajudavam a cuidar de toda a instituição. Além desses dois tipos de funcionários, havia a assistente social e o diretor. Como havia uma escola dentro do Instituto para atender as crianças do primário, circulavam, na instituição, as professoras da escola. O ginásio era cursado na escola pública da própria cidade de Batatais. Aquelas crianças que não haviam chegado diretamente da triagem da capital, vinham do Lar da Infância que ficava localizado na própria cidade de Batatais e atendia crianças de zero a sete anos. Também havia casos de transferência, em que crianças e adolescentes vinham diretamente de outros institutos do estado.

Os ex-internos ajudavam na manutenção do Instituto, o qual ocupava uma área muito grande. Para isso, eles plantavam e colhiam para a própria

subsistência, além de ajudar a limpar as instalações. Além disso, eles participavam de oficinas de marcenaria e cabelereiro. Muito embora essas atividades eram apresentadas como “profissionalizantes”, elas serviam muito mais ao propósito de “subsistência da instituição e não de preparação para o mercado de trabalho propriamente dito” (Silva, 1997, p. 6). Até mesmo os trabalhos de marcenaria serviam para viabilizar os trabalhos de agricultura, pois

[...] os jovens também produziam os seus próprios instrumentos de trabalho, entre os quais, os inúmeros cabos de madeira que davam sustentação às enxadas. O material bruto, enviado pela sede da instituição, localizada na capital paulista, adquiria a forma adequada ao longo do curso de marcenaria, atividade profissionalizante ministrada pelos próprios funcionários da Unidade Educacional 4 (Moreira, 2011, p. 42).

A ideologia do trabalho que foi constatada na retomada histórica se mantinha no IAMB. Em geral, a prática dos Institutos Disciplinares era reter a caderneta de pecúlio com os depósitos judiciais dos serviços prestados. Em 1954, foi criada a Cooperativa de Menores, que de acordo com Parente (2016), “coordenava todos os trabalhos de produção e venda dos bens produzidos. Os ‘menores cooperados’ recebiam por seu trabalho e pelo resultado auferido com a venda dos produtos, parte da qual era depositada em conta corrente do banco Caixa Econômica Federal para a formação de um pecúlio que lhes era entregue quando de sua saída do Instituto” (p. 28). Vale notar, entretanto, que nenhum dos ex-internos relatou ter recebido dinheiro vivo ao sair - apenas outras formas de ajuda, como pagamento de pensão pelos primeiros meses. De acordo com o Relatório “O menor e a atuação da FEBEM” (1975), dos 550 internos presentes na instituição à época, apenas 49 possuíam carteira de trabalho.

De acordo com Parente (2016), o foco do Instituto era promover o trabalho de forma “relacionada a aspectos de cidadania e a conscientização do valor do trabalho, com vistas a preparar o jovem para sua saída aos 18 anos e sua reintegração à vida fora da instituição” (p. 28). Como veremos, no entanto, grande parte dos eventos rememorados estão ligados ao trabalho como forma

de castigo, ou até mesmo como atividade essencial do dia a dia, sendo o lazer e o estudo atividades menos lembradas, ou lembradas como eventos excepcionais. As missas aos domingos na igreja da cidade também estavam no campo das atividades obrigatórias.

Esse tripé trabalho, educação e religião se manteve ao longo das décadas, para além de quaisquer mudanças na direção da instituição. Claro, não é algo exclusivo à Batatais, encontra eco em outras instituições de abrigo de menores. Essa personalidade institucional criou uma identidade comum que os ex-internos sentem em relação ao instituto e que transcende a época em que o frequentaram.

## **1.2 As condições sociais desse passado: reflexões sobre abandono, institucionalização e estigma**

Essa arquitetura legal e institucional voltada a esses menores tidos como “irregulares”, “desviantes”, “abandonados”, “delinquentes”, dentre outros rótulos que surgiram ao longo dos anos, volta-se a pessoas com trajetórias múltiplas, mas que guardam alguns aspectos semelhantes: a origem pobre, o alienamento familiar, a institucionalização precoce, a sociabilidade masculina e o estigma.

Esses aspectos em comum entre suas trajetórias dizem respeito ao fato de terem nascido em famílias pobres, terem sido alienados de seus pais e posteriormente institucionalizados; terem crescido em um ambiente apartado da sociedade em meio à socialização exclusivamente masculina; terem sido compulsoriamente desinternados aos dezoito anos sem quaisquer suportes emocional e/ou financeiro; e terem enfrentando o estigma pós desinternação.

Neste capítulo, traçaremos um panorama das condições econômicas e psico-sociais que genericamente subjazem as trajetórias desses meninos que foram internados nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 - como é o caso dos ex-internos pesquisados, sobretudo a década de 1970, quando grande parte dos entrevistados se encontrava internada. Para entender suas memórias, é

necessário minimamente explorar, ainda que genericamente, o contexto social no qual estavam inseridos.

---

### *Os filhos do governo: abandono e carência*

Os meninos que passaram pela internação na infância, antes de sentirem e entenderem o peso da institucionalização precoce, compartilharam de um universo que o discurso jurídico entendia como dotado de carência afetiva e material. Isto é uma situação de restrição econômica, violência e fragilidade emocional que caracterizavam o abandono.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, realizada em 1975, estimou que havia 15 milhões de crianças e adolescentes carentes e/ou abandonadas no país na época, sendo que a estimativa real de crianças e adolescentes com condições mínimas para viver eram, na verdade, de 25 milhões (Alves, 1985). Isso refletia a condição sócio-econômica do país à época em que, de acordo com o Censo de 1970, 40% das famílias mais pobres concentravam apenas 8% da renda total do país (Bacha, 1978). O desenho desse panorama é uma consequência da falta histórica de políticas públicas de mitigação da pobreza e distribuição de renda que acabava por empurrar essas famílias a uma situação sócio-econômica extrema.

Esse discurso menorista que se desenhou ao longo do século, como vimos no tópico anterior, tratou de associar a ideia de "abandono" ao "menor delinquente" na tentativa de justificar e ampliar a intervenção sobre a infância pobre (Alvarez, 1989). Por "abandono", entendia-se o suposto desamparo ou alienação parental presente em ambientes familiares pobres e consideradas desestruturadas. Ocultava-se do discurso, no entanto, o fato de que esse abandono era, em grande medida, produzido pelo próprio desamparo estrutural do estado perante às classes populares. Não enfatizar o abandono estrutural corrobora o argumento de que o abandono era uma opção de cada família. Ou mesmo de considerar que a condição "desestruturada" na qual essas crianças se encontravam poderia ser superada com uma institucionalização precoce.



Como vimos, essa ideia de intervenção na infância pobre circulava nos ambientes intelectuais e se concretizava em políticas públicas e legislações. Vale dizer que essa ideia não foi exclusividade do ambiente brasileiro. Em muitos dos Congresos Panamericanos del Niño (Nunes, 2011) circulavam argumentos de que "a delinquência infantil seria a manifestação última e mais completa de um anterior abandono" (p. 121). Esse "arcabouço discursivo vinha em benefício dos setores socialmente médios e abastados, uma vez que franqueava ao Estado o poder de administrar o cotidiano popular com grande discricionariedade, através de medidas de controle, repressão, tutela e intervenção" (p. 129) que minavam o poder pátrio. No microcosmo do grupo estudado, podemos ver esse tipo de discurso se perpetuar nas vozes de quem tinha o privilégio de fazer parte do corpo estatal e pertencia a estratos sociais mais abastados. Em postagem na página do Facebook do Instituto, a filha do ex-diretor comenta: "De onde nasce a violência? Ao contrário do que muitos pensam, ela nasce do abandono, da falta de amor e hospitalidade" (filha do ex-diretor, postagem no Facebook, dezembro de 2017).

O abandono, contudo, não se trata de um comportamento deliberadamente desumano e cruel dos responsáveis, mas sim da degradante situação de pobreza em que nasceram essas crianças. A própria sociedade, portanto, é fonte desse abandono. Abandonado não é aquele sem família ou órfão, mas aquele carente de cuidados. Estar em uma condição de abandono pode acontecer tanto no seio de uma família, quanto no interior de uma instituição de assistência social ou até mesmo após uma desinternação desassistida. Portanto, abandono também pode ser caracterizado como exclusão social. Nesse sentido, a ideia de marginalização, isto é, a não possibilidade de participação social, está diretamente associada à ideia de abandono (Foracchi, 1982), a qual também foi produzida pelo discurso menorista que associa marginalidade, delinquência e abandono.

No caso do Instituto de Menores de Batatais, sabe-se que em 1975 (FEBEM, 1975), 60% dos internos tinham pai e/ou mãe em paradeiro conhecido, o que demonstra certa arbitrariedade nos critérios de internação. Sob o

argumento da proteção de menores abandonados, o estado acaba por alienar essas crianças de seus pais, criando uma nova situação de abandono no interior da própria instituição.

Portanto, havia um ciclo estrutural anterior que levava essas crianças à institucionalização. Como vimos, o decreto de 1923 que propunha proteção do Estado aos menores e delinquentes, categorizava-os a partir da descrição de condições e comportamentos sociais comuns dentre a população pobre. Ou seja, “o comportamento social dos menores oriundos de família de baixa renda não difere fundamentalmente do chamado menor com desvio de conduta ou infrator” (Arruda, 1982, p. 205). Se abandonado era considerado aquele com “comportamento vagante”, aqui enquadravam-se muitas das crianças pobres. De acordo com Paula (2015), os pais pobres que saem para trabalhar, quando não podem levar seus filhos para as fábricas, oficinas e demais locais de trabalho, não têm outra opção que não os deixar em casa sozinhos. Isso, pois não há “um aparato institucional público ou privado capaz de absorver a demanda por creches, liceus e escolas” (p. 29), o que demonstra o abandono estatal estrutural do qual falamos anteriormente. Por isso, os menores, sozinhos, acabam buscando “sustento nas ruas da cidade e, por vezes, envolviam-se em atividades ilícitas” (p. 29). E, finalmente, muitas vezes eram levados a instituições “de amparo”. Essa lógica perpassa a estória de muitos dos ex-internos, muito embora haja uma multiplicidade de circunstâncias que os levaram a essas instituições. Por vezes, a situação de abandono do Estado perante a essas famílias pobres as levavam a deixar seus bebês em terrenos baldios, como é o caso do ex-interno Luma. Em qualquer uma das circunstâncias e particularidades, os discursos políticos e jurídicos pressupunham que a institucionalização precoce iria acolher os “abandonados” e prover maior bem-estar, quando na verdade, na narrativa dos ex-internos isso aparece de maneira ambígua, já que também há abandono dentro das próprias instituições do estado. Ou seja, ao passo que relatavam o “abandono” no ambiente doméstico, isso não justificava a privação da liberdade de ir e vir imposta pela institucionalização.

Nesse momento ela [a mãe] já tinha arrumado um namorado e a gente ficava praticamente sozinho na favela. Ela saía pela manhã e ficava trabalhando até cinco da tarde e ficava namorando até 20h ou 21h [...] Ela não deixava comida, a gente tinha que fazer alguma coisa se pudesse ou quisesse. Às vezes não tinha nem o que fazer. Aí começamos a sair pra rua [...] Viramos maloqueiro, a gente ia pra feira. No final de feira a gente acaba levando umas frutas podres ou eles jogavam lá. Saía de manhã e ficava na rua o dia inteiro [...] Mas também, depois ali [na instituição] dava um tédio, moleque de rua, é igual passarinho preso Mesmo sendo na rua com todas aquelas dificuldades, mas era assim nossa alegria, então era muito gostoso, porque você tinha muita liberdade, asas para voar. Uma hora você tava nas casas pedindo, outra hora ia no ferro velho, roubava uns quadro de bicicleta velho, montava a bicicleta pra sair rodando na área toda ali, Brooklin, Campo Belo, Jabaquara. Era muito gostoso. Aí fui aprisionado (junho de 2017).

Essa aparente situação de “abandono” era o alvo para que a arquitetura jurídico-institucional usasse seu poder discricionário de caracterizar o menor e a família como “irregulares” e interferir no controle da prole das parcelas pobres da população. Como vimos, o aparato jurídico tratou de criminalizar práticas e situações típicas de ambientes vulneráveis, tais como a falta de condições materiais que possam levar a pequenos furtos; a falta de informação e estruturação que pode levar a um ambiente violento; a falta de estrutura pública que apoie a família com oferta de creche; e a falta de apoios financeiros ou escola integral que acaba por levar à vadiagem pelas ruas. Ou seja, o modo de vida da parcela pobre da população brasileira foi criminalizado. Quando não era essa situação, as próprias famílias pobres entregavam seus filhos ao governo, acreditando que assim ofereceriam uma condição de vida melhor a eles. Antes, o faziam em instituições de caridade (majoritariamente na Roda dos Expostos) em uma prática não formalizada e, após o Código de Menores de 1927, passou-se a ter um “processo de formalização do abandono, através do seu encaminhamento diretamente às autoridades públicas” (Silva, 1997, p. 88). Em ambos os casos, após o Código de Menores de 1927, o juiz passou a dar a sentença de abandono tanto àqueles que haviam sido deixados, quanto àqueles que fossem recolhidos ou recapturados após fulga e não fosse reclamado pela família em um prazo de 30 dias (art. 56).

O processo de abandono e a sentença de abandono constituíam, portanto, instrumentos jurídicos que produziram os mesmos efeitos de uma sentença de destituição do pátrio poder, pois à sentença de abandono, seguia-se a decretação da internação do menor até os 18 anos, às expensas do Estado, salvo decisão judicial em contrário (Silva, 1997, p. 60).

Mas, sair de uma situação considerada como “abandono” e entrar para uma situação em que se carrega uma sentença de abandono somada à institucionalização compulsória, como vimos, não muda a condição de desamparo. O suposto abandono como carência material e afetiva se perpetua, em alguma medida, ainda dentro da instituição. A carência afetiva é consequência imediata da institucionalização e, como veremos no próximo tópico, a instituição é um ambiente hostil e ainda restrito materialmente para o desenvolvimento pleno da infância.

---

### *Controle e disciplina: o peso da institucionalização precoce*

A exclusão social caracterizada pelo desprotegimento que essas crianças e adolescentes enfrentaram em seus primeiros anos de vida se acentua no momento em que eles são internados em uma instituição. Os institutos de internação de menores, diferentemente de instituições educacionais, caracterizam-se como “instituições totais” na terminologia goffmaniana. De acordo com Goffman (2007):

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (p. 11).

O fato de crianças e adolescentes estarem internados nesses institutos, impõe a eles uma segregação social em um momento da vida em que necessitam exatamente o contrário: de ampla socialização. Enquanto crianças não institucionalizadas participam de várias instituições (escola, família, comunidade local, entre outras), o interno realiza todas as suas atividades "no

mesmo local e sob única autoridade” (Goffman, 2007, p. 17). No caso de crianças, talvez a privação do convívio com a família seja o peso mais significativo da institucionalização precoce. Mesmo quando se tratava de crianças deliberadamente abandonadas pelos pais, o processo de institucionalização precoce os privava de crescer ao lado de irmãos abandonados que poderiam estar por perto. Sobre isso, comenta o ex-interno Iodo: "Eu lembro do meu irmão sendo pego no fundo da calça e sendo jogado num camburão e nós fomos para a UR dentro de uma viatura. Foi muito difícil, porque nós éramos muito unidos na rua. Eu que era menor me vi ali num lugar estranho, foi muito dolorido” (entrevista em profundidade, outubro de 2016).

O fechamento de uma instituição total também é simbolizado pela "barreira à reação social com o mundo externo e por proibições à saída" (Goffman, 2007, p. 16). A própria localização do Instituto de Menores de Batatais já exercia essa ruptura com o mundo externo e garantia seu fechamento: "normalmente as unidades não eram dentro da cidade, é 10km afastado, então é uma fazenda, área rural mesmo” (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017). A localização afastada colabora tanto para a prevenção de fugas, quanto para dificultar as saídas dos internos à cidade. Os internos mais velhos, a partir de doze anos, realizaram seus estudos ginasiais na escola da cidade (já que o ensino fundamental era ministrado dentro da própria unidade) e podiam fazer saídas pontuais aos finais de semana. Geralmente instituições totais agregam um conjunto de indivíduos que compartilham de algumas características sociais comuns. Características estas que comumente são consideradas “desviantes” do padrão socialmente esperado como “normal”. No caso dos institutos de menores, como vimos, há uma categorização social de crianças e jovens pobres com supostas características e comportamentos desviantes agregados sob a terminologia “abandonados” ou “delinquentes”. As instituições para menores são, portanto, instituições totais que integram essa "arquitetura de controle e disciplinarização" desses indivíduos desviantes a fim de excluir aqueles considerados “degenerados” (Foucault, 2009b). O grupo de ex-internos, assim institucionalizados, pois foram considerados como

"abandonados e/ou delinquentes" era formado por crianças e adolescentes do sexo masculino. A socialização com meninas era inexistente, com exceção das funcionárias (laristas, professoras e assistentes sociais).

Para a manutenção da ordem, a rotina disciplinar envolvia atividades com hora e sequência pré-definida, que deveriam ser realizadas junto com o grupo. Essa "sequência de atividades impostas de cima por um sistema de regras formais explícitas" (Goffman, 2007, p. 17) envolvia acordar, fazer a cama, limpar o refeitório, ir à escola, carpir e, por fim, jogar futebol. Essa sequência de atividades era sempre cronometrada:

O funcionário, umas 5:45 da manhã já vinha no dormitório falando "bom dia, cambada está na hora de acordar" e ai vai para o refeitório preparar o café da manhã (Som, trecho de seus contos escritos, maio de 2017).

Aí, era café da manhã, almoço. A janta, os banhos, a higiene e naquele espaço. Todo mundo sentadinho, bem controladinho, uniformizado, parecendo roupa de preso mesmo (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Não apenas o cotidiano era controlado, bem como o "tempo livre" dos internos aos finais de semana e férias: "quando a gente era adolescente, a gente podia ir até a cidade, mas tinha que voltar às 10h. Aquele que atrasasse um minuto era punido" (Som, trecho de conversa no Encontro de Ex-menores, abril de 2016).

Esse controle do tempo, espaços e movimento eram impostos pelo corpo de funcionários, o "staff" (Goffman, 1961, p. 17 - *tradução nossa*). De acordo com Goffman, nas *instituições totais*, há um abismo entre internos e *staff*, tanto do ponto de vista formal, quanto emocional. No Instituto de Menores de Batatais, as relações emocionais eram mais complexas, pois algumas vezes eram tidas como relações familiares, embora não fossem. Isso se deve ao fato de o casal de laristas personificarem o papel de pais que cuidavam do lar com quarenta meninos. Como contado por Som, em uma conversa em 2016, durante o Encontro de Ex-Menores: "uma parte dos funcionários nos mostrou novas perspectivas e a possibilidade de ter um futuro e uma família; a gente teve bons exemplos de funcionários que apesar dos castigos, também nos davam bons

conselhos". Embora os ex-internos olhassem para os funcionários como referências-guia (principalmente por conta de sua pouca idade), o "padrão de deferência obrigatória" se mantinha, sendo que os "internados são [eram] obrigados a atos verbais de deferência - por exemplo dizendo 'senhor' a todo momento" (Goffman, 2007, p. 30). De acordo com um ex-interno, "os funcionários não tinham empatia e as crianças não podiam nada. A palavra de ordem no Instituto era "sim" ou "não". Você não podia dar outra resposta. Você não podia falar "não" (Lio, trecho de conversa durante o Encontro de Ex-Menores, abril de 2016). Esse distanciamento era necessário para que a ordem se mantivesse e para que o sistema de "castigos e privilégios", "peculiares às instituições totais" (Goffman, 2007, p. 51) pudesse funcionar. Quando o trabalho e a disciplina não eram obtidos espontaneamente pela autoridade exercida pelos funcionários, eles eram buscados pela instituição através do uso da violência. Em duas entrevistas diferentes, Ado relata essa relação entre punição, trabalho e disciplina:

Tanto é que os outros, as outras pessoas tinham medo de ir até o lar 3, mas era só fazer as coisas certas. Quem não quisesse fazer as coisas certas, era punido (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Eu apanhei injustamente, pelo motivo, não sei, eu não merecia ter apanhado. Eu fiquei pra trás carpindo. Nós íamos pra roça e vamos supor, eles mediam dois cabos e falavam "daqui até lá é teu, vai carpir". Eu já não tinha habilidade e eu apanhei por causa disso (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Esse ambiente controlado e coercitivo se tornava insuportável para muitos dos internos que optavam pela fuga como forma de resistir e negar as consequências da internalização. Em suas falas, os internos relembram a vida nas ruas como indicativo de liberdade:

A vida de rua que pra mim era mais gostosa, aí vem o choque, o encarcerado, aquelas regras [...] Ali [internado] dava um tédio moleque de rua, é igual passarinho preso. Mesmo na rua com todas aquelas dificuldades, era assim nossa alegria, então era muito gostoso, porque você tinha muita liberdade, asas para voar. Uma hora você tava nas casas pedindo, outra hora ia no ferro velho, roubava uns quadro de bicicleta velho, montava a bicicleta pra sair rodando na área toda ali, Brooklin, Campo Belo, Jabaquara. Era muito gostoso. Aí fui aprisionado (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Esse impulso pela fuga não apenas simboliza uma negação da institucionalização, mas, sobretudo uma busca pela própria construção subjetiva que é interrompida pela internação. O “processo de admissão” descrito por Goffman (2007) ao adentrar uma instituição total varia de instituição para instituição. No caso dos meninos, que já eram desprovidos de bens e já havia passado (ou passariam) por um processo legal, não era necessário o processo de supressão de objetos e coleta de informações. Entretanto, o processo de “higienização e padronização” que envolve “despir-se, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado” (Goffman, 2007, p. 26) era comum em instituições para menores. Como relata Luma em uma postagem de Facebook de agosto de 2016: "Fui para um local chamado UEP-1 Imigrantes. Muros altos com arames farpados, realmente uma prisão de menores, “me deram calças marrons e camisa branca com emblema da FEBEM”. Muitas vezes isso já era feito nas instituições de triagem pelas quais os meninos passavam antes de chegar ao Instituto:

A gente ia pro SAT para um local chamado plantão. Aí eles normalmente cortavam o cabelo tipo reco, cortava nosso cabelinho, trocava a nossa roupa, como a gente era pelado maloqueiro, então aquele tempo tinha uma praga chamada muquirana. Então você chegando lá, primeira coisa que eles faziam, eles tiravam a roupa dos menores, queimavam a roupa por causa da praga e botava um amarelão na gente. A gente tinha uma camisa de sarja amarela e uma calca também de sarja amarela. Então, primeiro tomava o banho, tirava a roupa, jogava fora, colocava essa roupa, uma roupa numerada, aí eles davam a janta e era um espaço pequeno no plantão (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

O indivíduo internado, segregado do mundo social, amalgamado ao grupo, padronizado, esquadrinhado e controlado pela instituição, desprovido de um ambiente familiar e de seus rastros da vida pregressa, assim eram os meninos internados. A instituição não apenas controla e disciplina, ela também exclui do mundo social geograficamente e temporalmente. Sem resgate do passado e sem perspectiva futura. Essa dimensão temporal é capturada pela instituição. A instituição é dona de seu futuro, já que “geralmente estes (os



internos) não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino” (Goffman, 2007, p. 20). E dona do seu passado que fica registrado em seus prontuários. Aos prontuários cabem também o registro de alguns eventos da vida do interno, sobretudo o entra e sai da instituição e os deslocamentos que eram de desconhecimento do interno, mas planejado com antecedência pelo governo: "Um dia, do nada, fui chamado "ó, você vai pra Batatais, você vai pro Educandário, lá vai ser melhor pra você". Eu não entendia nada do que estava se passando, você tinha que aceitar, não tinha outra opção" (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Quase todos os internos possuíam prontuários, com raras exceções. De acordo com o Relatório “O menor e a atuação da FEBEM”, de 1975, dos 549 internos presentes no instituto na época, apenas doze deles não tinham prontuários (FEBEM, 1975). Eles são fonte de informações registradas pela instituição, um instrumento burocrático bastante manipulado com "conhecimentos de Psicologia e Pedagogia de profissionais dessas áreas que estavam à serviço do Estado” (Silva, 1997, p. 62), que podem, por vezes, ajudar os ex-internos a localizar cronologicamente alguns eventos como entrada e saída do instituto. O acesso ao prontuário, no entanto, não era universal. O prontuário, bem como as fichas e processos ficavam em posse da instituição, foram transferidos para o arquivo do Complexo do Tatuapé. Poucos ex-internos entrevistados haviam entrado com o pedido de requerimento dos prontuários, muito embora esse movimento de resgate de seus documentos tenha começado a se expandir depois que eles se reencontraram. Essa busca pelo prontuário, como veremos ao longo do trabalho, também está muito ligada a uma construção identitária desamparada dos registros que todo indivíduo tem a seu próprio respeito.

Essa excepcionalidade que a instituição total impõe aos internos em relação a sua rotina e sua noção de temporalidade é atenuada pelas comemorações anuais, o que dá uma aparência de normalidade e ciclicidade comum ao mundo externo. “Nas instituições totais, a festa anual frequentemente está ligada à comemoração do Natal. Uma vez por ano [...] sua

mesa habitual será modificada por uma mesma refeição extraordinária” (Goffman, 2007, p. 88). Não apenas o Natal exercia essa função no Instituto de Menores de Batatais, como também a Festa Junina, a Festa do Leite e os campeonatos de futebol. A Festa do Leite, evento recorrente nos relatos dos ex-internos, era inicialmente sediada no Instituto de Menores de Batatais e funcionava com um ponto de troca entre o Instituto e a cidade, pois era aberta àqueles que quisessem frequentá-la. “A festa servirá para incentivar e promover a pecuária, além de difundir e incrementar o consumo de leite e seus derivados. O recinto escolhido é o Instituto Agrícola de Menores de Batatais que ficará aberto até o próximo domingo (O Estado de São Paulo, 1969, p. 37). Como veremos a excepcionalidade desse tipo de evento marca a memória dos ex-internos que os enxergam como um momento de exercício pleno de suas infâncias: “As festas juninas, eu nunca passei uma festa junina na minha vida como na época da FEBEM. Tinha pra todos os gostos, brincadeiras, pau de sebo, tudo, tudo, gincana, era maravilhoso!” (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016). Nesses momentos, não apenas a cidade adentrava o instituto, mas poderia haveria ocasiões em que os internos também saíam para visitar suas famílias (quando as houvesse) ou fossem visitar seus padrinhos. O mecanismo de “apadrinhamento” funcionava para crianças de pais desconhecidos que poderiam receber “um padrinho da cidade”:

[...] quando eu tinha 8 anos, eu ganhei um padrinho. O padrinho é o F. P. aqui de Batatais. Da família P., mora do lado do banco. Eles são bem falados aqui em Batatais. E ele foi um presente. A diretora do lar da infância, Maria do Carmo, falou é ele que vai dar certo com o Luma, porque o Luma não tem visita, não tem família. Aí ele ia todo domingo. Ele não esquecia meu aniversário. Aí eu comecei a ficar normal [...] Ele que, uma vez por mês, ia lá e me levava pra casa dele, ele pegava autorização e eu passava o domingo na casa dele (Luma, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

No relato, o ex-interno faz questão de salientar que a família era “bem falada” na cidade e, portanto, ao apadrinhá-lo, há uma reconfiguração de sua carreira moral. A aceitação de alguém com *status* na cidade lhe trouxe uma legitimidade que, sem isso, seu estigma não permitiria. Embora haja essas janelas de interação entre a instituição e o mundo externo, essa relação é, no

entanto, cuidadosamente manipulada para que essa "experiência do mundo externo é [seja] usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior das instituições é desejável" (Goffman, 2007, p. 60). Assim, as ocasiões de saída para as férias ou para o natal também servia para valorizar a própria instituição em contraposição a um mundo externo perigoso, ou desprovido das condições oferecidas pela instituição.

E ali, a gente passava a descobrir que muitas vezes quem ficava era mais feliz do que quem ia de férias, porque às vezes não tinha o que comer, às vezes aconteciam outras coisas, pois eles chegam e a gente falava "nossa o que foi isso, o que foi aquilo"? Tinha gente que tinha marca de toco de cigarro no braço, chegava com hematoma, era triste (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

---

### *A marca do estigma: os caminhos da carreira moral de um interno*

Os meninos internados acabam por trilhar uma carreira moral baseada no "estigma". Segundo Goffman, estigma é a "situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena" (1988, p. 7) e, portanto, o estigma precede a internação, é reforçado por ela e se estende por toda suas vidas. Antes mesmo da institucionalização precoce, os meninos já eram classificados como "menores", carregando o peso da exclusão social promovida pela pobreza. Essa exclusão é reforçada no momento em que são retirados no convívio social e internado em uma instituição total. Os próprios documentos da instituição já tinham esse entendimento ainda na década de 1970, afirmando que "a condição de cliente da Fundação não é suficiente para que ele perca a sua condição de menor socialmente marginal" (FEBEM , 1975, p. 173).

O estigma pela institucionalização é um dos três tipos de estigma caracterizados por Goffman (1988). Diferentemente do estigma por "abominações do corpo" (deformidades físicas) ou por raça, etnicidade e religião, o estigma por "falhas de caráter" (distúrbios mentais, vícios, prisões ou qualquer outro desvio social) podem frequentemente estar associado à passagem por uma instituição total como a prisão, o manicômio ou hospitais. Esses meninos, já estigmatizados antes de passarem por essas instituições, se

tornam ainda mais estigmatizados quando carregam em seus “currículos morais” a comprovação da institucionalização.

No caso das instituições para menores, com o passar das décadas, elas se tornaram cada vez mais estigmatizadas. De acordo com nossas pesquisas documentais, a co presença dos termos "FEBEM" e "delinquência" aumenta em 720% no jornal O Estado de São Paulo ao longo das décadas. Como demonstra Boeira (2017), em um estudo sobre o retrato da FEBEM na Folha de São Paulo,

a imprensa se constituiu em um “instrumento de difusão e incrustação dos estigmas que caíam sobre crianças e adolescentes [...] ainda que as denúncias e críticas fossem constantes relativamente à atuação da Febem de São Paulo, o discurso acerca dos meninos e meninas internos/as ajudava a reproduzir o que se procurava combater (Boeira, 2017, p. 469).

A pejoração do termo “FEBEM” extrapolou as páginas dos jornais e passou a ser utilizado não apenas para se referir à instituição, mas também àqueles que nela viveram, “ele é um febem”. Mais genericamente, “febem” também se tornou um adjetivo pejorativo para meninos com “mau comportamento”, mesmo que não tivessem necessariamente passado pela instituição. Como forma de *bullying*, nos anos 1990, muitos se ouviu falar em apelidos como o “fulano febem” para meninos tidos como “maloqueiros”, “maconheiros” ou com qualquer outro comportamento tido como desviante. Esse uso de “termos específicos de estigma” entra em nosso "discurso diário como fonte de metáforas e representação, de maneira característica, sem pensar[mos] no seu significado original” (Goffman, 1988, p. 15).

Aos meninos de Batatais, esse estigma perdurou não apenas enquanto viviam na instituição, mas também por muitos anos após a desinternação. Isso é válido não apenas para aqueles que estiveram na instituição após 1976 (quando ela mudou de nome de Instituto de Menores de Batatais para Unidade Educacional 4- FEBEM), uma vez que a instituição permaneceu a mesma e a maneira como contemporaneamente se conhece esse tipo de instituição é pelo nome FEBEM (mais recentemente já se convencionou associá-la ao seu atual nome, Fundação CASA).

Nos relatos de ex-internos, falas como “ser criado na FEBEM que era mal-falado não era fácil” (Luma, postagem do Facebook, janeiro de 2016) é recorrente e questionamentos sobre como esse estigma foi construído à época e como o “manipularam” posteriormente deve ser brevemente explorado.

Em muitos de seus relatos, as lembranças da infância trazem eventos que impactaram em suas carreiras morais estigmatizadas. A passagem pela instituição total desempenha um processo de mortificação do "eu" anterior e de toda a multiplicidade de papéis e atividades que o indivíduo poderia desempenhar fora dela. Como o cotidiano do interno era coercitivo e, muitas vezes, humilhante, ele próprio passa a ter uma visão negativa de si. Essa visão é compartilhada entre os pares, pois:

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio (Goffman, 1988, p. 46).

Essa percepção é difundida entre os próprios internos que tentam, como veremos, manipular essas categorias a fim de afastar posteriormente o estigma de suas identidades.

Em geral, a noção do estigma se torna explícita quando eles começam a estabelecer interação com a cidade, sobretudo quando começam a frequentar o ginásio na própria cidade de Batatais. Apesar das janelas de contato entre cidade e instituto que, como vimos, ocorria em comemorações especiais, a relação direta com a cidade e seus habitantes repousava sobre o estigma dos ex-internos, "tudo acontecia simplesmente porque éramos da Febem e nos viam com maus olhos" (Som, postagem no Facebook, novembro de 2018). Ao frequentar o ginásio na cidade, os meninos passavam pelas ruas e tinham a percepção do estigma que carregaram por pertencer ao Instituto:

Nós passávamos pelas ruas da cidade de Batatais e as famílias se recolhiam. Várias vezes nós escutávamos "filho, sai daí, olha os meninos passando, os meninos da FEBEM". Isso era muito triste de escutar, mas isso era uma situação que a gente tinha que passar, não tinha o que fazer (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Essa relação de repelência entre os meninos do instituto e os cidadãos da cidade ainda está presente na vida daqueles que continuaram na região e sentem a necessidade de demonstrar a aceitação da cidade em relação a eles: "Hoje eu convivo na cidade, todo mundo conhece a minha história. Quem entrar no Facebook vai poder ter uma noção do que foi e da importância que a unidade teve para Batatais [...] E formou muitos cidadãos exemplares para a sociedade brasileira" (Marciano, Programa de TV Educadora, entrevista do canal Educadora de Batatais, 2015).

Essa aceitação do próprio estigma e a conversão dele para uma marca positiva é, no entanto, resultado de suas etapas anteriores na carreira moral desses indivíduos. Nem sempre o pertencimento a tal instituição foi motivo de orgulho. Muitos internos relatam que após a desinternação, na tentativa de ressocializarem-se, a infância institucionalizada era uma marca a ser escondida. De acordo com Goffman (1988),

quando o estigma de um indivíduo se instaura nele durante a sua estadia numa instituição, e quando a instituição conserva sobre ele uma influência desacreditadora durante algum tempo após a sua saída, pode-se esperar o surgimento de um ciclo específico de encobrimento (p. 105).

Ao começar a se relacionar com a sua atual esposa, Ado hesitou por muito tempo em contar sobre seu passado:

Minha esposa sabia que eu era cabeleireiro, sabia onde era o salão, só que eu nunca falei da minha vida pra ela. E ela sempre perguntava, da mesma forma que ela me perguntava, onde tava meus pais, da onde eu vim, eu perguntava pra ela se ela não tinha mãe, porque ela não saía lá de casa. A Isa ficou encucada com isso que não sabia nada sobre mim, chamou a irmã e falou "Ado, ele chama, cabeleireiro, vamos pesquisar no Google" (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

No caso dos meninos, o estigma se ampara no fato de que, para eles, eles foram rejeitados pelas famílias. Como veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos, é interessante notar que eles enfatizam o fato de, na adultez, terem conseguido construir uma família própria. Algo improvável ou impossível para alguém que cresceu desprovido de uma. O esforço de demonstrar que têm uma família está sempre em um jogo implícito com a

tentativa de apagar o estigma. Nesta fala de Chacha, "tempo em que aquilo que se plantou lá atrás hoje simplesmente estou colhendo, cidadão: pai de família e educador há 20 anos pela prefeitura" (postagem do Facebook, janeiro de 2015), ele salienta como se tornou aquilo que a sociedade julgava lhe ser impossível: um pai de família, trabalhador e cidadão, ou seja, parte da sociedade como qualquer outro indivíduo. De acordo com Goffman (1988), "o indivíduo estigmatizado pode também tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividades consideradas, geralmente, como fechadas por motivos físicos e circunstanciais, a pessoa com seu tipo de defeito" (p. 19). Esta fala de Chacha inicia afirmando que seu "sucesso" foi "plantado lá atrás". Essa ideia de que aquilo que o estigmatizou também foi fonte de seu sucesso está relacionado com o fato de que "o estigmatizado pode também ver as privações que sofreu como uma benção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida" (Goffman, 1988, p. 20).

Essa prática de valorizar aquilo que os estigmatizou leva tempo. Como afirma Goffman, e como vimos na fala dos ex-internos, o período pós desinternação, que coincide com sua ressocialização, é um momento de encobrir o estigma na esperança de se inserir entre os normais mais facilmente. O tempo atua como solvente desse sentimento e a sensação de distância (física e temporal) daquilo que os estigmatizou converte-se em um trunfo para sua carreira moral. Por isso,

Frequentemente, as pessoas que têm um estigma participam e patrocinam algum tipo de publicação que expressa sentimentos compartilhados [...] publicam-se a história de sucesso, lendas de heróis de assimilação que penetram em novas áreas de aceitação dos normais. [...] São publicados como exemplo de história de fundo moral sob a forma de biografias que ilustram um código desejável de conduta para os estigmatizados (Goffman, 1988, p. 34).

A publicação de suas estórias é uma vontade que perpassa muitos ex-internos. O primeiro que o fez foi Papa, quem escreveu um livro com sua estória de vida e que tem como subtítulo "uma história de superação". Dentre essa rede de ex-internos, a estória dele é vista como exemplar das demais.

Certamente o livro redireciona a carreira moral dos indivíduos a fim de reposicioná-los socialmente, mas é entre eles próprios que o livro reverbera mais amplamente, pois ali eles não “não precisam esconder o seu estigma e nem se preocupar com tentativas feitas cooperativamente para não prestar atenção a ele” (Goffman, 1988, p. 93). Estar e compartilhar entre estigmatizados é reter a atenção ao seu estigma compartilhado sem ter que necessariamente manipulá-lo. O livro fez muito sucesso entre os ex-internos que celebravam sua feitura e seu lançamento. Papa, em agradecimento, postou no Facebook uma mensagem que, a uma só vez, salienta o fato de sua estória ser, na verdade, um tipo exemplar de tantas outras estórias dos colegas estigmatizados e enfatiza seu caráter excepcional:

Quero aqui agradecer a todos vocês, por terem gostado do livro, obviamente tem muito a ver com a vida de crianças abandonadas que foram tantos e muitos ex-menores que conviveram conosco e que num passado não muito distante passaram por estas adversidades. Hoje somos felizes, rompemos todos os obstáculos e vencemos, ufa, ufa, ufa. As bençãos de Deus a todos vocês vencedores (abril de 2017).

Como veremos no capítulo 4, "Análise", a maneira como eles se distribuíram pela rede de ex-internos (formada pelos grupos e páginas criados no Facebook), está diretamente ligada ao estigma imprimido pela institucionalização. Embora eles se vejam entre pares e se refiram "à totalidade dos membros pelo termo *grupo* ou um equivalente como *nós* ou *nossa gente*" (Goffman, 1988, p. 32), houve uma cisão em suas redes de sociabilidade (inicialmente incentivada pela filha do ex-diretor, mas posteriormente sustentada pelos próprios ex-internos) na tentativa de afastar a insígnia da FEBEM daqueles que viveram na instituição antes da mudança de nome de Instituto de Menores de Batatais para Unidade Educacional UE 4- FEBEM.

A FEBEM, como mencionamos no início do capítulo, que se tornou estigmatizada ao longo das décadas, associaria suas trajetórias a algo ainda mais negativo do que apenas ter sido institucionalizado; associá-los-ia à delinquência e criminalidade. Assim, alguns ex-internos mais velhos (pelo menos no início da constituição da rede entre eles) se negavam a se identificar



com aqueles internos que pertenceram à “FEBEM”, em vez do “Instituto de Menores de Batatais”.

Essa dinâmica dicotômica não é dissidente, mas sim interdependente. Em *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), Norbert Elias trata dessa interdependência estrutural de dois grupos polarizados como associada a formas de poder assentadas sobre tradição, memória e temporalidade (antiguidade). No livro, Elias analisa a formação da identidade social de dois grupos interdependentes no (fictício) bairro inglês de Winston Parva onde aqueles que o habitavam anteriormente (os estabelecidos), por meio de mecanismos simbólicos (como a fofoca, os elogios e outros recursos linguísticos) colaboram no processo de estigmatização daqueles que ali chegaram posteriormente (os *outsiders*). Uma dinâmica análoga aconteceu no grupo de ex-internos pesquisados, uma vez que, embora todos tivessem tido uma carreira moral estigmatizada devido à institucionalização precoce (que por sua vez era consequência da delinquência e/ou do abandono), parte deles tentou afastar as insígnias da FEBEM que foi a nomenclatura que carregou, mais contemporaneamente, as chagas da instituição para menores no Brasil.

A configuração dos grupos e páginas do Facebook demonstra essa dinâmica polarizada e interdependente. A primeira página virtual denominada de “Instituto Agrícola de Menores de Batatais" (IAMB) | 1946- 1976” faz questão de marcar o período temporal em que o Instituto passou a se chamar Unidade Educacional 4 - FEBEM. A foto de capa traz uma imagem aérea e antiga da instituição. Já a outra página virtual, denominada de “Instituto Agrícola de Menores /UE4/ FEBEM de Batatais” busca contemplar as duas nomenclaturas pelas quais passou a instituição em uma tentativa de se vincular ao passado da instituição. Essa página, tem como foto principal o cata-vento que era o símbolo da FEBEM, bem como o nome “FEBEM” ao lado. Os ex-internos mais jovens que administram essa página não optaram por fazer quaisquer distinções geracionais e nem mesmo esconder o último nome que a instituição recebeu.

Enquanto o primeiro grupo tenta marcar uma ideia de anterioridade e posterioridade dentre a grande rede de ex-internos, o segundo grupo tenta amarrar sua identidade aos antigos membros e à imagem da instituição. Essa diferenciação não é apenas simbólica, mas também aparece em postagens como a abaixo:

Muito interessante o fato de esta página do Facebook ter estimulado a criação de outras páginas sobre o mesmo tema - embora as abordagens sejam de momentos históricos diferentes - como a do [laps lamb](#) e IAMB/UE4/FEBEM. Esta inclusive tem como foto de perfil o cata-vento, que era o logotipo da antiga Febem (postagem na página do Facebook "IAMB 1946- 1976").

Essa dinâmica transcende o ambiente virtual e é mobilizada também nos encontros que eles realizam. A repulsa dos mais antigos em relação aos mais novos, que eles consideram "menos disciplinados", é uma tentativa de estigmatizá-los e afastar identificação entre os dois grupos:

Vamos fazer o sexto encontro e o pessoal do Instituto de Menores disse: "se chamar essa turma da FEBEM, eu não vou". Já outro que viveu as duas épocas, o Gege por exemplo, ele foi em 76 e ficou até 85, ele é das duas fases. Ele falou "mas por que essa separação? Os funcionários podem não ser os mesmos, mas nós tivemos a mesma criação". É difícil, mas eu atendi a maioria. Vamos fazer nosso encontro como temos feito. Se um ou outro aparecer, dos novos, aí serão bem-vindos. Mas assim, não vai ser maioria. Se vier, vai ser bem-vindos. Eu particularmente, pra mim, é indiferente. Foram menores que tiveram os mesmos problemas. O que eu entendo é que fomos criados mais rigidamente e eles mais assim.... uma educação mais *light* (...) Acho que o pessoal começou, o pessoal mais velho, se sentiu mais acuado, tá perdendo terreno (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Como veremos no capítulo 4, "Análise", essa dinâmica entre os grupos e a aproximação e afastamento entre si, oscila ao longo do tempo. Entretanto, fica claro que essa disputa em torno do nome e do símbolo da FEBEM está amplamente relacionada com a construção de suas carreiras morais estigmatizadas, uma vez que a imagem da instituição foi, ao longo das décadas, degenerada pela imprensa e conseqüentemente pela sociedade como um todo. No relato de Ado, que frequentou a instituição sob a nova nomenclatura, Unidade Educacional 4- FEBEM, ele relata a repulsa que há quanto ao novo nome:

Não, na verdade eles não querem vincular o nome "IAMB" à "FEBEM". Instituto Agrícola de Menores de Batatais com Febem. A filha do diretor uma vez me falou um negócio que é um absurdo, que o cata-vento da FEBEM era uma coisa do nazismo, sabe? E a gente às vezes fica sem resposta pra não criar conflito (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

É interessante notar que a tentativa de estigmatizar os momentos recentes da instituição é um meio para aliviar seu próprio estigma. Nesse sentido, os menores das gerações mais jovens (que frequentaram a instituição sob o nome de FEBEM) e que são repelidos e estigmatizados pelos mais velhos (que frequentaram a instituição sob o nome de Instituto de Menores de Batatais) usam os mesmos mecanismos ao tentar depreciar a Fundação CASA e valorizar a FEBEM.

Eu falei "não, aí você está errada, porque a FEBEM da nossa época era a FEBEM para menores carentes e a Fundação Casa é pra recuperação de infratores." Então, você pode comparar o IAMB com a FEBEM, mas você não pode comparar FEBEM com Fundação Casa (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Hoje os menores não têm direito de aprender na tal fundação, porque a fundação não tem nada a ver com estar porcaria pra ajudar dos tais direitos do menor e adolescente que ficam presos, não fazem nada quando sai, já sai um bandido formado. É a única coisa que eles apresentam hoje. Na extinta FEBEM, a qual eu me orgulho de ter passado, onde eu aprendi a ser um bom homem. Ex-menor da UT2 e UE4 (Rena, postagem no Facebook, julho de 2017).

Às vezes eu vejo aquelas mulheres da Fundação Casa falar e eu penso que tá falando tanta besteira. Eu ia sentar lá, por exemplo, num debate na TV. Ela ia falar e eu ia falar que elas estão erradas, porque eu fui criado num sistema de FEBEM totalmente diferente do que vocês estão criando (Deu, conversa em dezembro de 2016).

Eu falei "não, aí você está errada, porque a FEBEM da nossa época era a FEBEM para menores carentes e a Fundação Casa é pra recuperação de infratores (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

### **1.3 As condições do presente que levaram a esse passado:** *histórico do reencontro dos ex-menores*

O processo de desinternação dos menores era repentino e disruptivo. Geralmente, acontecia quando eles alcançavam os dezoito anos, muito embora muitos mal sabiam quando isso iria acontecer. Com sorte, saíam com o prontuário debaixo dos braços (a maioria nunca teve acesso a este documento ou o resgatou tardiamente no Complexo do Tatuapé) e alguns meses de pensão pagos para ter onde pernoitar após serem lançados à sociedade da qual não pertenciam há anos devido à reclusão.

Assim que você saía, ele pagava de 2 a 3 meses e o restante ficava por sua conta e risco. Exceto alguns que já saíam já com trabalho, que não foi meu caso [...] Tinham pessoas que eram chamadas na administração "fulano, tô com seu prontuário e na semana que vem você vai estar saindo e quando não .... sabe?" Isso é um choque, você fica como um peixe fora d'água. Eu ficava martelando aquela questão do mundão lá fora (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Para aqueles que tinham família identificada, o instituto se encarregava de contatar a família, levantar o endereço e mandá-los de volta sem nenhum dinheiro ou pensão paga. O suposto pecúlio a ser dado após a saída do interno como fruto de seu trabalho agrícola exercido dentro da instituição não apareceu em nenhum relato. Papa, que tinha sua família identificada (o que não significava que ela queria ou tinha condições de recebê-lo) narra o momento da desinternação:

Aí, é chegado o momento de desinternação, eu completei meus 18 anos. Tive que sair da unidade, foi assim um dos piores momentos da minha vida [...] Até que um dia me levaram na administração central e falaram "você tá desinternado" e.... me trouxeram até São Paulo para eu tentar encontrar minha família. Quando não tem família ou eles não mandam pras forças armadas, eles mandam para um grande resort pra fazer hotelaria, ser cozinheiro profissional, mais ou menos assim [...] No meu caso, chegou e largou a gente na Praça Ramos, desejou boa sorte, deu dinheiro pra condução e mais alguma coisa né? (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Como a maioria deles acabou deixando a cidade de Batatais após a desinternação, apenas aqueles que continuaram morando ao redor ou que visitavam o instituto com frequência tiveram a possibilidade de reestabelecer o contato. Poucos chegaram a retornar ao instituto após sua saída e por isso, em tempos analógicos, não conseguiram estabelecer contato. Aqueles que voltavam ao Instituto para visitas esporádicas reencontravam apenas os funcionários que lá permaneciam e os novos internos: "sempre fui visitar Batatais. Mesmo antes de casar, porque eu tinha muitas saudades da unidade. Eu visitava mesmo solteiro. Depois de casado, levei minha esposa pra conhecer. Depois levei cada filho" (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Alguns contatos esporádicos também aconteceram entre alguns deles que viviam em São Paulo ou mesmo na própria região de Batatais/ Ribeirão Preto, o que permitiu que eles criassem pequenos núcleos.

Foi onde eu tava descendo na São João e encontrei o Tom, ele apareceu na minha vida de novo. Aí ele falou "eu divido apartamento na baixada do Glicério com o Salada, você vai morar com a gente, você vai ficar lá até arrumar sua situação". Fui pro Glicério, Rua Oscar Cintra Gordino, muita gente que foi criada com a gente morava lá e fiquei lá um tempo até que arrumei emprego. Aí o Salada falou assim "ó, você vai ficar aqui, arrumar emprego e fica três meses e não precisa dar um tostão. Você chegou a conhecer o Valdo? [...] Na baixada do Glicério, ele montou uma quitenete e conseguiu juntar 15 pessoas ali. Inclusive o Papa andou morando com ele, um monte de gente e era bem pequena (Tobi, entrevista em profundidade, dezembro de 2016).

Às vezes a gente (eu e Ado que morava nos Campos Elíseos) sempre vinha pra Batatais. Daqui vinham uns e a gente ia para lá (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Fui morar lá perto, no Jardim Ângela. Eles moravam no Capão Redondo. Aí eu encontrei eles lá. Foi assim. Depois eu voltei pro Centro novamente e aí passou alguns anos e aí o Papa começou a remanejar o pessoal, "vamos nos encontrar, vamos um encontro" [...] há uns 4 ou 3 anos, o Papa fez um churrasco na chácara dele e aí que começou a encontrar. Aí começou a encontrar mais, o pessoal que mora em Ribeirão Preto, fazia mais de 30 anos que eu não via... fomos nos reagrupando (Tom, entrevista em profundidade, maio de 2017).

Os primeiros ex-internos que conseguiram reestabelecer contato e transformar isso em um evento pertenceram às primeiras gerações que viveram

no Instituto entre as décadas de 1940 e 1960. Isso aconteceu em 2012, quando um ex-interno, Chacha, que morava em Lins, foi à casa de um ex funcionário do Instituto, em Batatais, deixar seus cartões pessoais para que fossem distribuídos para ex-internos que pudessem aparecer por lá. Pouco tempo depois, um outro ex-interno da mesma geração, em posse do cartão, contactou Chacha.

O ex-funcionário também entregou os cartões à filha do ex-diretor da unidade que ainda mantinha familiares na cidade. Ela havia crescido dentro do instituto e deixou a unidade nos anos 1970 para estudar em Ribeirão Preto. Depois de décadas sem voltar ao Instituto (embora sempre estivesse na cidade), ela teve o interesse de recuperar a "história e a memória" do Instituto. Chacha, o ex-interno que começou a rede também, também se interessou nesse resgate e começou a articular esse primeiro encontro. Ambos cresceram no mesmo espaço geográfico, mas não no mesmo espaço social. Enquanto os menores não sabiam quem eram seus pais ou os viam pouco, ela via seu pai administrando uma instituição com mais de quatrocentos internos e sua mãe dando aula na escola primária dentro do Instituto.

O I Encontro de Ex-menores aconteceu em abril de 2012 no terreno onde ficava o antigo Instituto. O encontro foi bem pequeno, não chegou a ter oito internos. Também não agregou os conjuntos de ex-internos já formados e nem mesmo aqueles que voltavam ao Instituto com frequência:

Fazia tempo que eu não ia lá, aí eu fui em 2012. Eles fizeram um encontro e eu não estava nesse encontro, não sabia nada [...] Em setembro no mesmo ano, nós fomos lá, de rotina nossa, a gente ia mesmo. Eu fui lá fazer uma visita na cidade, no instituto. Eu fui e até fizemos uma brincadeira com o Jono, tem um colega que foi cozinheiro e foi criado lá e moram na cidade. Aí eu fui na casa dele, fizemos uma brincadeira, deixei o carro meio longe, peguei o filho dele e falei "fala pro seu pai, que se o cara pode vir ver aqui e eu preciso de uma assistência aqui" [...] Daqui a pouco vem ele todo desajeitado e eu de costas. Aí eu virei "ahhhh, seu Negão filho da puta! É você??!" Aí fomos na casa dele, batemos maior papão. Aí ele falou "apareceu uma turma e fizeram lá no instituto um primeiro encontro, deixaram cartões". Eu falei "puta que bacana, então me dá". Ele me deu o cartão do Chacha, o telefone do Dada. Vou entrar em contato. Passei meus três dias lá e aí voltei e entrei em contato com o Dada. O Amin que é irmão dele foi criado no mesmo lar que eu. Eles sempre gostaram muito de mim, eu sempre fui referência. Um dia eu estou aqui

em casa e liguei pro Amin. "Eu gostaria de falar com o Amin, é o Papa". Do outro lado da linha o cara ficou eufórico, "nossa Papa, como você tá meu irmão? Ele tá trabalhando, mas quando ele chegar eu vou pedir pra ele te ligar". Aí começou, aí conversamos mais a noite, aí eles contaram o que tava acontecendo nesse primeiro encontro, aí liguei pro Chacha. Eu falei "eu vou no segundo encontro". Eu já gostava, aí eu entrei na briga. Eu comecei a ajudar a organizar. É assim, nós estamos ainda procurando ex-menores (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

A filha do ex-diretor gravou algumas imagens e as organizou em sequência em uma espécie de "documentário amador". A abertura das imagens traz a seguinte mensagem: "o I Encontro foi uma das etapas de recuperação da memória e laços afetivos entre aqueles que viveram no Instituto". Logo, aparecem imagens de poucos ex-internos, alguns de seus familiares e a filha do ex-diretor em roda fazem uma oração em nome do "saudoso Instituto". Alguns relatos de ex-internos e seus familiares são coletados pela câmera. Todos eles têm um teor de louvor à instituição, mostrando-se gratos à oportunidade que tiveram no passado de frequentar aquele local.

Depois de um encontro informal no final do mesmo ano de 2012, os ex-internos se reuniram no ano seguinte, em abril de 2013, para o II Encontro de Ex-menores em Batatais na casa de um dos ex-internos, Cici. Nessa ocasião, o ex-interno Papa fez uma homenagem, entregando um troféu a um ex-funcionário que estava presente e um buquê de rosas para a esposa do ex-diretor, que havia sido professora primária dentro do Grupo Escolar do Instituto. Nessa ocasião algumas imagens são captadas para um documentário que a filha do ex-diretor iria produzir junto à uma professora e antropóloga.

A comemoração se repetiu no ano seguinte, em 2014, quando é exibido o curta documental realizado pela filha do ex-diretor em colaboração com a professora antropóloga. A exibição aconteceu no cinema principal de Batatais. O curta metragem traz o relato de alguns ex-internos das primeiras gerações que frequentaram o Instituto na década de 1950 relatando como foi o resgate de seus prontuários após décadas. A exibição do curta foi organizada pela filha do ex-diretor que pediu apoio à Secretaria de Cultura da cidade. A filha do ex-diretor, nesta ocasião, argumenta que sua vontade de "resgatar a memória do

instituto” se deu quando se sobrinho lhe perguntou sobre o instituto que o avô dirigia e ela, ao buscar referências, não encontrou nenhuma reportagem ou artigo relativos ao instituto. Neste mesmo ano, um ex-interno, Arcia, que viveu no Instituto e permaneceu vivendo em Batatais, faz um contato virtual com a filha do ex-diretor para conhecê-la. Novamente, ela diz que eles tinham interesse em comum de resgatar a memória da instituição. Em setembro, Arcia criou uma página no Facebook denominada Instituto Agrícola de Menores/UE4/ Febem de Batatais e optou por colocar como imagem principal o símbolo da FEBEM, o cata-vento. A primeira postagem escrita por Arcia abre a página para que todos aqueles que participaram da instituição se encontrarem: “todos os irmãos de infortúnio que tiveram a honra de passar por esta instituição única, que formou tantos homens de bem e cidadãos de alto valor” (postagem no Facebook, 2014).

Logo nos primeiros meses da página, é possível ler postagens e comentários de ex-internos tentando encontrar colegas e se reconectar com conhecidos. Papa, que já participava dos encontros anuais, foi um dos primeiros a postar na página escreveu:

Olá, sou Papa, estive aí no período de 68/74, junto com outros dois irmãos meus. Hoje estamos fazendo encontro com ex-menores do IAMB, todos os anos próximo a 20 de Abril. Conseguimos localizar uns 30 ex-menores e estamos procurando mais, entre no Face para conversarmos melhor. Até mais” (postagem de Facebook, 2014).

Na tentativa de encontrar mais ex-internos, Arcia posta em uma página já existente, denominada ACERVO BATATAIS, que ele havia acabado de criar em dedicação à instituição e seus ex-internos. Ele também se encarregou de criar um álbum de fotografias dentro da página com fotos dos perfis de funcionários e ex-internos. Os álbuns estão divididos por década (1940, 1950, 1960, 1960, 1970, 1980 e 2000) para que a busca entre os ex-internos se tornasse mais fácil. A organização dos álbuns de fotografias estimulou a interação das fotos com os ex-internos e filhos de ex funcionários que passaram a fazer comentários se identificando.



Chacha, presente nos encontros desde o primeiro momento, e deixa claro na página que esse trabalho de reconectar os ex-internos vinha sido feito desde 2012 por ele, pela filha do ex-diretor e por Dada. Ele escreve:

Eu e Dada tínhamos tinha um sonho. Eu, Dada e filha do ex-diretor começamos a fazer contatos para o resgate da história do IAMB, com o reencontro de ex-internos [...] Também tive crônicas publicadas no site da 32ª Subseção da Ordem do Advogados com sede em Lins/SP (postagem no Facebook, 2014).

O que antes era um reagrupamento analógico que permitiu a formação de alguns conjuntos de ex-internos desconectados, de fato, se tornou uma rede quando eles entraram nas redes sociais e se vincularam à Batatais ou ao Instituto. Com isso, outros ex-internos conseguiram encontrá-los e a rede, de fato, de expandiu, "essas redes sociais ajudam muito. Zap, internet. No primeiro encontro foram 8, acho. O segundo encontro já 15. Hoje estamos com 35 ex-menores e vai" (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017). Foi após 2014 que outros ex-internos, que não tinham contato direto com aqueles que habitaram o Instituto nas décadas de 1940, 1950 e 1960, conseguiram encontrar essa rede. As redes sociais tiveram caráter passivo e os próprios ex-internos chegaram à página do Instituto. Os relatos abaixo contam que eles sempre procuraram informações sobre o Instituto onde passaram suas infâncias na internet e que, após a criação da página, eles conseguiram encontrar aqueles ex-internos que já estavam conectados:

O Luma conta que me procurava tanto. Nós estudamos junto [...] A partir do Face, mexe aqui, mexe lá, pesquisa e de repente nós se encontramos. Esses aí, o que facilitou foi o Zap [...] Eu lembro que ele falou "você tem zap? passa para mim". Quando vi tava falando comigo. Quando eu li, nome, grupo, foi quando surgiu a ideia. Por que não montar um grupo e resgatar o pessoal? A partir daí, conversando com o Luma [...] ele foi fazendo esse meio campo em São Paulo. Eu e Val como administradores, demos total autonomia pra ele colocar lá no grupo (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Perdi o contato com todo mundo e sempre pensava em encontrar alguém daqui. Voltei aqui umas duas vezes pra visitar e depois fui embora e não voltei mais. Isso foi em 2002, 2003. Até então que eu encontrei o pessoal no Facebook. Aí o pessoal falou "ah vai ter o encontro, vamos lá, vai ser legal, vai ter o encontro de gerações, vai ter o pessoal da antiga e o pessoal do nosso tempo (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

É a história do Face. Era difícil. A gente clicava FEBEM e só caía infracional. Aí eu discava Batatais e nada. Aí um dia, acho que foi o Arcia, eu entrei num coiso do Arcia. Eu pesquisei sem querer, de madrugada, não tinha o que fazer. Procurei no Face e não no Google e veio a página do Arcia, aí eu entrei lá e veio uma homenagem ao ex funcionário que tinha morrido. Eu pensei, poxa ele morreu. Ele foi meu chefe no lar 9. A gente entra e vê as pessoas falando, aí vi os amigos (Luma, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Eu encontrei eles em março do ano passado, eu encontrei eles... na verdade eu já tava procurando alguma coisa de Batatais e nunca achei no Facebook, aí falei "vou colocar FEBEM, FEBEM de Batatais". Eu não achei a FEBEM em si, eu achei um dos funcionários. Por intermédio dele, eu encontrei o pessoal. Aí ele falou que vai ter um encontro, daí ele me passou o número dele, me passaram o grupo (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Em abril de 2015, acontece o IV Encontro de Ex-Menores. Desta vez, após a presença no Facebook, o número de pessoas presentes no encontro já era bem maior. Nesse final de semana de encontro, os ex-internos fizeram um jogo de futebol de um time formado por eles contra um time de moradores da cidade, em alusão ao que acontecia quando eles moravam lá. O documentário exibido no ano anterior também foi exibido novamente. Nessa ocasião, a filha organizou, pela primeira vez, uma exibição de fotos antigos do Instituto que estavam em posse de sua família

Em outubro de 2015, os ex-internos das gerações mais jovens (que estiveram na instituição nas décadas de 1980 e início de 1990), já conectados às páginas do Facebook, conseguiram se conectar entre si e com aqueles das gerações mais velhas. Os das gerações mais novas, ao verem que encontros anuais estavam sendo realizados, resolvem fazer um encontro em Batatais. Esse encontro se realizaria paralelamente aos encontros que vinham acontecendo durante os meses de abril desde 2012. Como alguns dos ex-internos mais jovens haviam se encontrado no encontro de abril de 2015, eles conseguiriam se conectar com outros ex-internos de sua geração. A comunicação entre eles e o anúncio desse novo encontro se deu majoritariamente pelo Facebook. Em setembro de 2015, Luma faz a seguinte postagem: "Sim, vamos agora neste feriado 11/12 agora de outubro nos

encontrar em Batatais vai estar umas 20 pessoas” (postagem no Facebook, setembro de 2015).

Embora a geração mais jovem tenha formado um novo agrupamento na rede de ex-internos a partir do final de 2015, todos ainda interagiam pelo Facebook. E apesar das diferentes gerações, muitos deles já haviam se encontrado no passado. No final de 2015, a esposa de Papa que, como relatamos, voltava ao Instituto anualmente para visitar ex funcionários, postou uma foto de uma dessas visitas que fizeram ao Instituto e perguntou se alguém conhecia o menino da carroça da foto. Rapidamente Luma responde identificando que o menino era Som, que viveu no Instituto entre as décadas de 1980 e 1990 e acrescenta “Sim é o Som... e ele também esteve no encontro” (postagem no Facebook, 2015).

Em dezembro deste mesmo ano, Teti, historiador da cidade de Batatais, amigo do/ filha do diretor, cria um grupo público no Facebook, denominado "Instituto Agrícola de Menores de Batatais 1946-1976" em conjunto com a filha do ex-diretor.

No ano de 2016, o encontro de abril já conseguiu agregar um espectro geracional mais amplo de ex-internos. A página e o grupo do Facebook já estavam bastante ativos e quem viesse a procurar pelo Instituto no Facebook poderia achar com facilidade qualquer um dos dois.

Em março de 2016, mensagens e convites para o V Encontro começam a ser veiculadas no Facebook. Quatro ex-internos participam do programa Entrevista da TV Educadora de Batatais. Na ocasião, eles convidam publicamente para que as pessoas compareçam ao encontro que aconteceria em abril, pois eles estavam buscando por mais ex-internos. Algumas semanas antes do encontro, Ado e Som (que viveram no Instituto entre as décadas de 1980 e 1990) conseguem entrar em contato, por email, com a filha do ex-diretor para saber mais informações sobre o encontro que estava para acontecer.

Este foi o primeiro encontro do qual eu participei presencialmente. Ao chegar no primeiro encontro, todos estavam surpresos pela quantidade de pessoas reunidas já que nos anos anteriores, o número havia sido inexpressivo.

Entre as pessoas, encontramos ex-internos, ex-funcionários e familiares de ex-internos e ex funcionários, chegando a cerca de cem pessoas. Havia também uma programação estruturada para os dois dias de encontro, em grande parte organizada pela filha do ex-diretor e mais dois ex-internos. No primeiro dia, havia uma espécie de seminário para comemorar 55 anos do I Simpósio da Criança que aconteceu no Instituto em 1961. Esse seminário comemorativo aconteceu na Sociedade Beneficente Recreativa Princesa Isabel (local onde se realizam festas na cidade), onde também havia uma exposição de materiais sobre a instituição coletados pela filha do ex-diretor. No seminário, falaria a filha do ex-diretor, um dos ex-internos que se tornou advogado, Chacha, e o historiador Teti. Os ex-internos pareciam estar um pouco entediados, trocando comentários de que não haviam ido até Batatais para ouvir palestras. Ao final das falas, quando todos puderam conversar, comecei a interagir com eles e descobri algumas informações importantes que me ajudaram a organizar o campo em um primeiro momento.

Apresentaram-se a mim dois ex-internos, Som e Ado, e, contaram-me sua relação com o grupo. Disseram que era a primeira vez que iam no encontro e que haviam tomado conhecimento por meio das páginas/grupos do Facebook. Neste dia, após o seminário, alguns ex-internos se dirigiam para a missa da cidade e depois para confraternizações esparsas. Alguns ex-internos haviam alugado uma chácara na redondeza, outros estavam na casa de conhecidos.

No dia seguinte, em um domingo, os ex-internos se reuniram para uma partida de futebol dos ex-internos (que já era uma tradição nesses encontros) e para um churrasco. Apesar de ter conhecido a todos e estabeleci muitos contatos e alguns vínculos. Durante esse encontro, um grupo de WhatsApp foi criado para que eles se comunicassem e fizeram questão de me integrar. Com a rede bem estabelecida, as postagens e comentários no Facebook tiveram maior fluxo. Outros ex-internos foram sendo adicionados organicamente à rede: "Foi através da rede social. Eu comecei a procurar, eu sempre procurava. Eu tenho o nome deles e há 30 anos eu procurava. Eu lembro os nomes, mas não sabia onde procurar" (Lodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Ainda em 2016, a geração mais jovem realizou um encontro em outubro a fim de levantar fundos para que recuperassem o lar 10 (cedido a eles pela prefeitura de Batatais) e pudessem realizar um projeto social nele. Sobre esse encontro da geração mais jovem, Som diz:

A gente ficou quieto, porque era o encontro deles, mas no nosso encontro seria legal você ir [...] quem vai falar são os funcionários, vão ser os ex-menores [...] Eu acho que esse discurso deles é muito do tempo deles, porque se for pra levar pro nosso tempo, a gente nem teria ido lá. O encontro é deles, o tempo é deles. Então o que a gente pensou? Vamos fazer um encontro, é do mesmo local, é da mesma FEBEM, teve funcionário que trabalhou com eles e trabalhou com a gente, então vamos dizer que é a mesma família (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

Como veremos, isso impactou a formação entre eles, criando controvérsias e distanciamentos. Como consequência, naquele ano, Papa realizou um encontro em sua chácara em que participam apenas os ex-internos de gerações mais antigas. Isso, no entanto, não substituiu o tradicional encontro anual que se realizou em abril de 2017. Nessa ocasião, a filha organizou uma homenagem ao centenário do pai (já falecido) durante o Encontro de Ex-Menores. Nesse encontro também foi lançado e vendido o livro escrito pelo ex-interno Papa.

A geração mais jovem manteve a ideia de continuar realizando um segundo encontro em outubro - muito embora, no ano de 2017, apesar da geração mais jovem ter anunciado que o encontro deles aconteceria, ele acabou sendo cancelado.

Quando há cancelamentos e os ex-internos não conseguem se reunir em Batatais, a interação entre eles permanece ativa tanto por Facebook, quanto, sobretudo, por Whats App. Nesse tipo de interação, desenrolam-se conversas cotidianas que ocupam um lugar de sociabilidade familiar. O senso de pertencimento a um mesmo passado e uma mesma realidade também os liga de uma forma fraternal:

Esse encontro abriu um clarão na minha vida, eu tenho mais um motivo para viver ainda com esse reencontro. Até quando eu durar, eu quero todo ano, se Deus quiser, reencontrar meu povo [...] O diálogo que nós temos todos os dias, desde que a gente acorda, 5h da manhã começa as mensagens. O Davi levanta 5 horas. "E aí José Ferreira, já acordou?". As

vezes eu estou com insônia e aí eu mando mensagem para eles [...] A gente sentiu que é uma família mesmo, estamos muito unidos. Tem ex-internos que a gente passa mensagem, mas não conheço, mas já prometi que vamos nos conhecer em abril (Zefa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Em abril de 2018, é lançado o convite para o VII Encontro em Batatais. No mesmo final de semana aconteceram dois encontros com os ex-internos cindidos - essa cisão será investigada ao longo da análise. Em comentário no Facebook, uma funcionária da Prefeitura de Batatais responsável pela área de cultural e museus comentou: "Isso compensou a falha em relação a superposição de atividades por nós planejadas" (Baltazar, postagem no Facebook, abril 2018). Um dos eventos foi organizado pela filha do diretor e contou com a mesma exposição de fotos antigas do Instituto que aconteceu nos anos anteriores. No mesmo dia e horário, aconteceu, nas redondezas das ruínas do antigo Instituto, outro encontro, com ex-internos mais jovens. Foi organizado por Arcia em nome da nova associação que parte dos ex-internos estavam tentando constituir para reformar o lar concedido a eles. Na ocasião, Arcia avisa em uma postagem do Facebook que, com a arrecadação do café da manhã, "o excedente será doado à Casa Abrigo e nas entidades do Cap. Ferreira. O objetivo deste café da manhã é promover o encontro entre os ex-funcionários para uma agradável manhã de amizade, confraternização e boas histórias. Será na Pracinha, bem em frente a nossa sede, no antigo almoxarifado. Será uma grande alegria para nós se vocês comparecerem." Após esse encontro, a filha do ex-diretor posta um vídeo no Youtube com imagens dos encontros anteriores (de 2013 a 2018).

Em 2019, apesar de anunciado em fevereiro, o encontro anual parece não ter acontecido na cidade. Nesse ano, no entanto, muitos ex-internos se encontraram pessoalmente ou foram para Batatais visitar colegas que ainda vivem na região.

## **CAPÍTULO 2 | ASPECTOS TEÓRICOS**

Neste capítulo, faremos uma discussão teórica sobre os caminhos para se pensar a memória do ponto de vista sociológico. Iniciaremos, no subcapítulo 2.1 "As condições sociológicas para pensar o passado: introdução ao debate teórico", com uma discussão sobre o caráter híbrido da memória como um fenômeno que foi tradicionalmente estudado pelas (assim chamadas) ciências duras. Nesse sentido, refletiremos sobre como abordar essa temática sociologicamente sem ignorar a natureza do fenômeno e a contribuição que outras áreas já fizeram a respeito. Seguimos apresentando as premissas básicas trazidas pela teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs, quem rompeu com a longa tradição subjetivista de explicação da memória empreendida por outras áreas como a Psicologia, Psicanálise, Medicina (Neurociências) e Filosofia. Seguimos apresentando as vertentes que surgiram do trabalho de Halbwachs, bem como suas potencialidades e limitações. Pensando no nosso objeto empírico, acolhemos uma das vertentes e adicionamos uma discussão sobre outras perspectivas que deveriam ser consideradas para compreender o nosso objeto.

No subcapítulo 2.2 "As condições de acesso ao passado", focamos no fenômeno da memória explorando seu *status* ontológico e epistemológico. Baseados na clássica teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs, retomamos seu momento inicial de formação que remete à percepção de algum evento passado que será (potencialmente) recordado no futuro. Nesse sentido, discutimos também a pertinência de algumas hipóteses psicanalíticas sobre trauma como o avesso da memória e como resultado do momento de alta descarga emocional.

No subcapítulo 2.3 "As condições de reconstrução do passado" passamos para a discussão sobre os processos de rememoração e a importância da interação e do entorno social nesses processos. Nesse sentido, demonstraremos como hipóteses sobre a mente estendida, desenvolvidas no interior da Filosofia da Mente, podem ser pertinentes para pensar os fenômenos (memória e identidade) que estamos discutindo. Fechamos este subcapítulo



discutindo a narrativa como forma de expressão da memória e da identidade, bem como as consequências que ela pode ter.

No subcapítulo 2.4 "As condições de validação do passado: institucionalização e redes de autoridade", traremos a discussão da rememoração para o âmbito de sua circulação social, considerando as disputas que estão envolvidas na validação e consequente persistência que uma versão do passado pode obter. Essa discussão foi amparada pela Sociologia do Entendimento e por conceitos heurísticos que permitem a análise do mundo social, tais como *rede de autoridades* e *dinâmicas de validação*.

Apesar de se tratar de um capítulo teórico, buscaremos amparar a discussão a seguir com dados empíricos que foram importantes para iluminar os caminhos teóricos aqui escolhidos e até mesmo para lapidarmos alguns conceitos presentes na literatura.

## **2.1 As condições sociológicas para pensar o passado: introdução ao debate teórico**

Historicamente, a memória foi discutida em termos metafísicos, ontológicos e epistemológicos em diversas áreas do conhecimento. Como a memória é um fenômeno psico-físico-social, ela tem rompido as barreiras disciplinares tanto das *hard sciences*, quanto das *soft sciences*. A própria criação da Sociologia da Memória foi uma barreira rompida dado que a memória foi (e ainda é) tradicionalmente estudada por outras áreas. Reconhecer as contribuições que outras áreas podem trazer é fundamental, bem como entender que uma abordagem sociológica da memória não deve traçar explicações espelhadas a elas é igualmente importante.

Da mesma maneira, revisitar as bases da Sociologia da Memória postas por Maurice Halbwachs, incorporando suas premissas e apontando seus limites é fundamental para qualquer sociólogo da memória que queira contribuir com o campo. Nesse sentido, este subcapítulo busca desenhar os limites de um diálogo com as *hard sciences*, retomar as principais premissas da teoria de

Halbwachs, apontar suas limitações e propor uma abordagem sociológica mais compreensiva para pensar os processos de rememoração.

---

### *A relação entre as Ciências "duras" e as Humanidades*

Embora a ciência tenha se especializado a fim de desenvolver análises precisas e aprofundadas, permanecer desconectado do conhecimento gerado por outras áreas tem empobrecido o debate sobre fenômenos complexos que abarcam mais de uma área do conhecimento. Nesse sentido, dada essa complexidade dos fenômenos da memória e da identidade, não podemos negar ou explicar puramente por vias sociológicas. Dialogar com as (assim chamadas) *hard sciences* é dever de pesquisadores que estão em áreas transdisciplinares como é o caso dos *Memory Studies*. O conhecimento produzido sobre o tema, nas mais diferentes áreas, deve ser mais complementar do que excludente. Isso não quer dizer que as explicações devam se espelhar, mas sim se complementar. Há esforços conjuntos entre sociólogos e neurocientistas que tentam espelhar explicações sociológicas em explicações neurológicas, buscando analogias entre os processos orgânicos e sociais, tal como faz o trabalho de Anastasio *et alli* (2012):

Enquanto uma consolidação individual é um fenômeno demonstrável, e tanto indivíduos quanto coletividades têm memória, nós damos o passo radical de formular um processo único na consolidação que se manifesta de maneiras análogas no nível individual bem como no coletivo (p. 3 - *tradução nossa*).

Não acreditamos, contudo, que lidar com a complexidade do fenômeno da memória e estabelecer pontes interdisciplinares implica em formular meramente uma teoria que transponha formulações de uma área do conhecimento para outra, lançando mão de analogias artificiais. Mas, buscamos, sempre que possível, não ignorar os avanços em outras áreas que podem aportar ferramentas e hipóteses enriquecedoras para sustentar a análise dos processos de memória. Por um lado, há condições orgânicas que fogem do

escopo sociológico, mas que devem ser aceitas para que não continuemos desenvolvendo explicações sobre a memória sobre uma base dualista cartesiana que pressupõe uma separação entre mente e corpo. Por outro lado, localizar o fundamento neural de um processo (como fazem as Ciências Cognitivas, ou mais especificamente as Neurociências) não equivale a explicar seu funcionamento, seus efeitos e suas consequências individuais e sociais. E, é isso que as Ciências Sociais buscam fazer, pois são processos que não podem ser detectados por nenhum tipo de tecnologia já que envolve tratar de sentidos e de processos tácitos. Assim, qualquer contribuição advinda das Neurociências tem mais um caráter de enriquecer o argumento a ser desenvolvido do que de aceitar as explicações advindas de um programa forte das Neurociências que buscam explicar fenômenos psicológicos e sociais em termos do comportamento neuronal. Por isso, nosso objetivo é desenvolver uma explicação sociológica para o objeto em questão que dialogue com outras áreas do conhecimento sem assumir consequências reducionistas.

Esse posicionamento de considerar a dimensão biológica para explicar fenômenos sociais está presente em escritos de Norbert Elias sobre sua teoria Simbólica (1991). Ele relaciona a esfera da natureza e da cultura (em vez de contrapô-las) ao considerar que a cultura é um atributo da natureza, isto é, é necessária uma dimensão biológica para que possamos produzir cultura. Usando como exemplo uma ideia de Charles Peirce, um dos clássicos da linguística, quando nos comunicamos, por exemplo, o aparato biológico produz padrões sonoros que ganham uma dimensão cultural ao veicular símbolos que têm um determinado significado (1991). A assunção da universalidade da produção de significados não está nos significados veiculados, mas no aparato biológico que nos permite veiculá-los. Isto é, a capacidade humana de comunicação, reflexão e síntese são condições biológicas *a priori* que nos permite produzir conhecimento simbólico. Mas isso não quer dizer que há um conhecimento simbólico inato, tal qual defendeu Immanuel Kant (2015). O conhecimento é produzido socialmente e varia contextual e historicamente, podendo ser permanentemente reproduzido a partir do aparato biológico que

possuímos. Essa é uma ideia simples, mas por vezes não considerada pela Sociologia e da qual partimos nessa discussão. Entender as dinâmicas, limitações e possibilidades físico-biológicas são importantes não apenas para agregar mais conhecimento sobre o que fazemos, como também para nos ajudar a delimitar e tornar um pouco mais concreto e circunscrito os múltiplos fenômenos aos quais as Ciências Humanas se referem quando evocam o termo “memória”.

---

### *A fundação da Sociologia da Memória e o seu legado*

A Sociologia, embora tenha explorado o universo de fenômenos da memória logo em suas primeiras décadas de existência, nunca a tornou um tema central e amplamente desenvolvido, tais como a modernização, o trabalho, a estratificação social, entre outros. Foi o trabalho do sociólogo francês Maurice Halbwachs, na década de 1920, que inaugurou uma perspectiva sociológica da memória. Ele foi importante não apenas para a Sociologia, mas para as Humanidades como um todo, já que promoveu uma cissiparidade nas abordagens da memória, a qual vinha sendo tratada a partir de uma perspectiva estritamente subjetiva. Isso pois, por séculos, a Filosofia explorou questões relativas à ontologia da memória e manteve reflexões a partir do ponto de vista subjetivo.

Halbwachs rompe com essa tradição subjetivista e oferece uma compreensão da memória a partir de sua interação com o ambiente externo e tudo aquilo que dele pode advir ou influenciar. De acordo com Larry Laudan (1977), o avanço da ciência ocorre com o acúmulo de novas evidências e também com a resolução de anomalias conceituais advindas de teorias anteriores. No caso da memória, como veremos, a dimensão social da memória é uma anomalia para a tradição subjetivista, dado a dificuldade ou a impossibilidade de acomodá-la em bases puramente individuais. A existência dessa anomalia conceitual foi pela primeira vez abordada sistematicamente por

Maurice Halbwachs, quem inaugurou a tradição de pesquisa externalista da memória.

A memória passou a ser objeto de estudo sociológico e Halbwachs estabeleceu vários princípios básicos a serem contemplados em uma explicação sociológica da memória. Embora vários sociólogos tenham considerado o fenômeno "memória" em suas teorias, o legado de Halbwachs não foi suficiente para criar um campo subdisciplinar bem consolidado, a Sociologia da Memória, que teria a memória como objeto central de exploração. Talvez isso se deva ao fato de seus escritos não terem sido traduzidos por muito tempo para outras línguas, pelo caráter inacabado de suas obras e pela própria divergência de interesses da Sociologia que estava focada em compreender os fenômenos derivados da Segunda Guerra Mundial nos anos imediatamente posteriores a sua morte em 1945.

Ele deixou, contudo, um legado que permaneceu silenciado por algumas décadas, chegando, enfim, a influenciar amplamente vários trabalhos que surgiram na década de 1980, compondo o que se conhece como *Memory Studies*, uma área que reúne estudos conceituais e empíricos sobre a memória nas Humanidades. A teoria de Halbwachs gerou dois ramos interpretativos no interior dos *Memory Studies*, possivelmente porque seu conceito central "memória coletiva", carrega certa polissemia:

"memória coletiva" [...] indica dois tipos de fenômenos: memórias individuais socialmente enquadradas e representações comemorativas [...] O problema é que Halbwachs não nos apresenta um paradigma unificado que identifica as particularidades das estruturas de cada um deles e da maneira como estão relacionados - embora nos apresente sugestões úteis sobre os dois assuntos. Halbwachs é um teórico do século XIX que vê o nível individual e o nível coletivo como problemas de diferentes ordens. O problema é que esses dois tipos de fenômenos aos quais a "memória coletiva" se refere parecem ser de ordens ontológicas distintas e que requerem estratégias teóricas e metodológicas diferentes (Olick, 1999, p. 336 - tradução nossa).

Nesse sentido, há o ramo dos estudos da "memória coletiva" (*collective memory studies*) e o ramo dos estudos da "memória coletada" (*collected memory studies*), de acordo com a terminologia de Jeffrey Olick (1999). Ou, igualmente, há a versão forte (*strong version*) e a versão distribuída (*distributed*

version), de acordo com a terminologia de James Wertsch (1998). O ramo dos estudos “fortes” ou “coletivos” agregam estudos que tendem a reificar ou hipostasiar a memória como um fenômeno de longo prazo ligado a uma estrutura social. Assim, “sociedades rememoram ou comemoram” sem precisar necessariamente das mentes individuais para tal, desconsiderando, assim, aspectos bio-psicológicos da memória.

Geralmente, tais estudos enfatizam o papel das organizações sociais e o poder que têm para materializar, organizar e perpetuar determinadas representações culturais. A investigação desses trabalhos está majoritariamente concentrada na análise de materiais físicos tais como monumentos, documentos, locais históricos, entre outras materializações independentes da criação subjetiva. Possivelmente, tais estudos tomaram a veia halbwachiana presente em seu último livro completo escrito em vida *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte* (1941), no qual ele explora como o Cristianismo constrói e destrói a paisagem da Palestina a fim de conformar uma determinada memória coletiva religiosa. Tais trabalhos, ao considerar a memória como "coisa", conseguem compreender como se dão as disputas pelo passado e como as comemorações são moldadas e deliberadamente organizadas em espaços e objetos. A obra de Pierre Nora, *Lieux de la Mémoire* (1984, 1986, 1992), é um dos grandes expoentes dessa linha de trabalhos. Ele entende que, os lugares da memória são lugares simbólicos que têm seus significados reconstruídos constantemente a partir de disputas que buscam criar versões mais legítimas do passado. Esses locais acabam se tornando o centro da história, que passa a ser múltipla, passível de interpretação e transmissão. Outro expoente dessa corrente de estudos é a investigação sobre as condições de produção e transmissão de textos elaborada Jan Assmann (1992) e denominada como “memória cultural”. Nessa chave, embora Assmann também aceite a ideia de reconstrução da memória, ele está focado em uma memória textual preservada por uma organização que impõe uma dimensão normativa à reconstrução e perpetuação dessa memória. Na mesma linha de abordagens macro, são relevantes os trabalhos de Barry Schwartz (2005) que abordam o

fenômeno da memória coletiva a nível institucional, como uma representação do passado incorporado e uma forma simbólica de comemorações. Essa abordagem confere à memória um aspecto hipostasiado e objetificado potencialmente ligado a uma identidade de grupo e práticas específicas de transmissão pautadas em instrumentos de reprodução. Esse tipo de abordagem caracteriza o que denominam de uma “memória **do** grupo”, como algo que, embora reconstruído, é unificado e atribuído a um conjunto de indivíduos. De certa forma, essa abordagem captura representações institucionais (no sentido de "organizações") sobre o passado, fundindo a produção e a recepção do objeto cultural e abstraindo qualquer processo cognitivo que possa estar na base dessa produção da memória, por um lado, e da compreensão da mesma, por outro.

A vertente “distribuída” ou “coletada” (no sentido de “colaborativa”) trabalha com a ideia de uma rememoração colaborativa pautada nos processos mentais operados por alguém(éns), sendo necessários “agentes ativos e instrumentos que mediam a rememoração” (Wertsch, 2009, p. 119 - *tradução nossa*). É dita como uma “versão fraca”, pois não toma a memória como coisa, não há uma concepção hipostasiada da memória. Pelo contrário, entende-se que a memória em si não existe, mas sim processos de rememoração que podem ser colaborativos e distribuídos entre diversas pessoas e instrumentos e/ou objetos em interação, como, por exemplo, “calendários, registros escritos, em computadores, narrativas e outros” (Wertsch, 2009, p. 119 - *tradução nossa*). Aqui, não se pressupõe uma concretude da memória, mas sim a existência de suportes externos que colaboram/apoiam a reconstrução mental operada pelo processo de rememoração. Essa vertente tem relação com os primeiros escritos de Halbwachs sobre o tema (1925; 1923), nos quais ele enfatiza os aspectos sociais da memória individual, entendendo que ela é inscrita em *quadros sociais da memória*, que são categorias socialmente concebidas através das quais o passado é sustentado, organizado, ordenado e selecionado, verificando o que é plausível, realístico e coerente. Essa vertente advogaria, então, por uma memória **no** grupo, desfazendo a ideia de uma

memória desencarnada e afirmando-a como fruto de operações entre mente e ambiente social. Isso deixa espaço para diálogos com outras áreas, como as Ciências Cognitivas - um passo que, como mencionamos no tópico anterior, consideramos importante.

A concepção de Halbwachs sobre a memória, tem um teor funcionalista. Isto é, para ele a memória é um fator de coesão do grupo. O inverso também é verdadeiro, “rituais e outros elementos de coesão que garantem a permanência temporal de uma memória” (Cordeiro, 2015, p. 33). Nesse sentido, quanto mais conteúdos mnemônicos um grupo compartilha, mais coeso ele tende a se tornar. Talvez seja este o “esse é o momento mais autenticamente durkheimiano na teoria de Halbwachs” (Olick, Vinitzky-Seroussi & Levy, 2011, p. 19). O legado externalista e funcionalista que ele deixou e que desembocou nas duas vertentes apresentadas provê uma explicação sobre **como** a memória funciona socialmente. Ou seja, seu foco está em explicar como ela é possível socialmente e se perpetua dentro de grupos. Quando ele fala em “memória familiar”, Halbwachs não está interessado em saber as idiosincrasias de uma determinada família, bem como seu contexto sócio-histórico. Partindo de uma leitura halbwachsiana, se considerássemos como uma família (como eles próprios se consideram), a maneira como eles atribuem sentido aos seus passados estaria mais ligada à estrutura e tradições familiares do que ao contexto sócio-histórico que precedeu essa “família” (que foi retrçado no capítulo 1). Assim, “família” aparece, aqui, como uma categoria transversal que guarda características comuns e que exerce funções determinadas em relação à memória.

Embora alguns comentadores cheguem até a apontar na obra de Halbwachs extra durkheimianas, e apresentando traços daquilo que os comentadores chamam de uma “incipiente sociologia fenomenológica” (Mucchielli, 1999; Coenen-Huther, 1994), ele explora pouco sobre como o processo de rememoração pode estar (e, certamente, está) fortemente pautado na atribuição de sentido. Como dito, Halbwachs sofreu forte influência de Henri Bergson e aceita sua noção de *durée*, isto é, de uma experiência qualitativa e



subjetiva do tempo que é única. À isso, ele incorpora a noção de *ser sensível* para explicar que há algo na atenção e na percepção que é significativo. Como veremos no próximo tópico, sua noção de *ser interpretativo* é rudimentar e acaba encapusulada por sua noção de grupos. Não há, portanto, uma consideração sobre os aspectos compreensivos da experiência. Nessa esteira, quando Halbwachs estuda o caso empírico da Palestina, assim como quando a vertente forte apresenta vários trabalhos sobre memórias dos mais diversos grupos sociais, ambos estão lidando com a memória como uma representação objetiva, isto é, uma abstração coletiva. Ao lidar com essas representações coletivas, tanto Halbwachs quanto outros estudiosos da *vertente forte* não se debruçam sobre os nexos de sentidos dos indivíduos sobre como eles entendem o mundo.

Assim, enquadrar-se na *vertente distribuída* abre caminho para três passos que consideramos importantes na compreensão de processos de rememoração: (i) considerar aspectos bio-físicos da memória, (ii) considerar que rememorar é atribuir um sentido que implicará em uma ação posterior - e é papel do pesquisador desvendá-lo e (iii) considerar dinâmicas políticas, já que toda produção de conhecimento envolve alguma política em menor ou maior escala.

Nesse sentido, do ponto de vista teórico há uma dupla tarefa aqui: (i) entender **como** se dão os processos de rememoração e quais dimensões estão neles envolvidas, e (ii) **o que** é rememorado (sentido) e por quê isso é rememoração (motivação). Um processo de rememoração passa por diversas instâncias e em todas elas estão envolvidas dinâmicas de **como** esses processos ocorrem, quais as condições para tal, quais elementos estão envolvidos, mas também **o que** está sendo rememorado, quais os sentidos tecidos e validados. Assim, cabe a uma análise da memória mais do que explicar como acontecem os processos de interpretação, **interpretá-los** e **compreendê-los**.

---

*Abordando a memória a partir de uma perspectiva relacional, processual e interpretativa*

Pensar em termos de grupos que possuem um conjunto de representações coletivas acerca de seus passados diante de uma rede de ex-internos que estava se reencontrando, reconectando-se e em constante mudança certamente não parece ser o caminho mais adequado. Pensar em uma construção colaborativa da memória, tal qual a *vertente distribuída*, talvez fosse uma abordagem mais adequada para o que estávamos observando. Entretanto, acompanhamos as movimentações dessas relações nos últimos seis anos e elas se transformaram. Além disso, interessava-nos como os ex-internos entendiam suas experiências no Instituto e como isso foi sendo ressignificado à medida que eles se reencontraram. Portanto, há três aspectos que a empiria nos trouxe e que nos mostrou as limitações de adotar a teoria clássica de Halbwachs e seus desdobramentos.

O primeiro deles era o fato de que só foi possível rememorar seus passados com mais frequência e clareza à medida em que eles passaram a se relacionar. As relações entre eles eram muito evidentes do ponto de vista empírico. Não havia, contudo, contornos claros dos limites dessas relações, pois, à medida que os anos passavam, novos ex-internos chegavam e outros se afastavam. Pensar o problema empírico a partir da imagem de uma rede se tornou muito evidente. O próprio processo de coleta do material empírico perseguiu uma rede. A partir de um ex-interno, chegava-se a outro, e a outro e assim por diante. A partir de um ex-interno, chegava-se também a um documento, a uma foto, a um prontuário. Por vezes, essas conexões eram presenciais, mas frequentemente eram digitais, através do Facebook. Eram relações entre os ex-internos e alguns artefatos (fotos, documentos, narrativas) mediadas pela tecnologia. Como pensar essas relações?

O segundo aspecto dizia respeito ao tempo que corria sob essas relações. Isto é, as recordações não eram um fruto imutável das relações, mas

se transformavam ao longo do tempo. Da mesma maneira que as relações se transformavam também. Como pensar essas transformações?

E o terceiro aspecto dizia respeito ao fato de que essas recordações não eram representações abstratas, mas interpretações constituídas de sentidos que eram tecidas e validadas entre eles. Havia sentidos explícitos e tácitos, sentidos diretamente mediados pela linguagem e sentidos que não encontravam correspondência direta na linguagem. Como interpretar essas memórias?

Essas três questões nos levaram a repensar uma abordagem que considerasse, respectivamente, perspectivas “relacionais”, “processuais” e “interpretativas”. De certa forma, são perspectivas que dariam conta de entender a memória como esse processo imbricado no nó entre mente, objetos e relações e, que está sujeito a permanências e mudanças.

Uma perspectiva relacional é aquela que busca rejeitar tanto uma posição voluntarista, quanto uma posição determinista, já que um indivíduo não seria capaz de transformar uma estrutura social e vice e versa. Mais do que isso, ela busca apresentar uma “ontologia plana” (*flat ontology*) que não mantém um co determinismo dos polos micro e macro<sup>2</sup>. Aqui, o foco se desloca dos polos para “transações entre diferentes atores interdependentes”. Quando há uma estrutura social, ela é o efeito de transações estáveis. O passo dado aqui é, de que, em vez de pensar o “indivíduo e suas ações como coisas pré-existentes fora das relações sociais” (Depelteau, 2008, p. 63), pensa-se que o agir, o falar ou o escrever são motivados por entendimentos construídos de forma relacional (Depelteau, 2008). Se formos abstrair a partir da variedade de teorias que são consideradas como “relacionais” (de Nobeit Elias a Bruno Latour), podemos dizer que todas elas partem de três premissas principais: (i) as relações são as únicas unidades de análise, (ii) objetos e indivíduos são constituídos por

---

<sup>2</sup> De certa forma, ao articular os conceitos de memória individual e memória coletiva, é possível dizer que Halbwachs tinha uma meso abordagem sociológica que era co determinista. Isso pois, ele mantém o dualismo indivíduo e sociedade, porém intermediado através do seu conceito chave de *grupo* (Cordeiro, 2017), que atua como uma meso-entidade que intermedia os dois polos. Apesar do conceito de *grupo* ser um bom atalho para caracterizar relações sociais mais estáveis, bem como valores, crenças e ideias convergentes, ele não dissolve as dualidades.

relações e (iii) relações são processos (Depelteau, 2015; 2018; Depelteau & Powell, 2013; Emirbayer, 1997; Crossley, 2010). Entender do que são constituídas essas relações e esses elementos que se relacionam é um esforço que faremos no próximo tópico "Processos de rememoração distribuídos: sobre fluxos de interação entre indivíduos e artefatos" (subcapítulo 2.3).

O aspecto da processualidade é tratado com maior e menor importância dentre as teorias relacionais. A Sociologia de Norbert Elias é um exemplo clássico que consegue dar conta da relacionalidade (a partir de seu conceito de *figuração*) na mesma medida em que confere processualidade a tais relações. Elias entende o tecido social como uma série de ações, planos e reações de uma multiplicidade de indivíduos interconectados que estão em constante fluxo processual. As *figurações sociais* põem em curso processos de mudanças sociais, mais ou menos estáveis<sup>3</sup>.

Por isso, devemos pensar o mundo social como um conjunto de relações que está em constante transformação processual. Assim, mais do que olhar isoladamente para um ator, devemos olhar para o fluxo de ações que estão em constante mudança. A mudança é o estado natural da vida social, portanto, o que deve ser explicado é aquilo que permanece. É claro que há escopos temporais mais e menos amplos implicados na noção de "processo". Elias, por exemplo, trabalha com amplos processos históricos que aos poucos vão sedimentando práticas e *habitus*. Também é possível pensar em escopos temporais mais limitados que se restrinjam à vida de um indivíduo, como fazemos. Nesse sentido, cabe renomear "a memória" (que traz uma noção de "coisa" estanque) para "processo de rememoração" – ou, na forma do gerúndio

---

<sup>3</sup> Há que se considerar algo sobre uma abordagem processualista. Uma leitura processual aberta, e de fato, processual, não deve levar à uma leitura emergentista de padrões independentes de qualquer ação individual ou pelo menos que está além de seu controle. Isso pois, sempre que o conceito de emergência é adotado, pensa-se que a entidade emergente estabelece uma relação de *superveniência* sobre o processo ou sobre as partes do processo responsáveis pela própria entidade emergente. Essa é uma analogia aos processos físico-químicos e alguns processos biológicos, como por exemplo, o fato de uma movimentação de uma única molécula qualquer determinar o movimento dos átomos que a constituem. Ou mesmo, o fato de as células de um corpo vivo, embora estarem individualmente vivas, estarem condicionadas ao todo que é o corpo vivo. O emergentismo, então, também é uma forma de hipostasiação em que a dimensão da processualidade pode ficar prejudicada, uma vez que se assume o resultado do processo como uma coisa que tem relação causal sobre o próprio processo.

em inglês, “*the remembering*”, que possibilita manter a ideia de "processo" em um substantivo. Assim, não cabe assumir que o há um passado em si, mas sim um passado que se apresenta ao presente e que informa motivações futuras. Embora haja mudanças constantes, esse rastro processual é passível de ser apreendido quando há estabilização desses processos. Essas estabilizações acontecem pelo compartilhamento objetivo constante de determinados sentidos sobre o passado que podem ganhar maior estabilidade ao serem materializados. Isso não quer dizer, entretanto, que alguém isoladamente ou algum artefato materializado contém o passado em si, mas ambos retêm algo do passado que processualmente pode ser reinterpretado à luz do presente.

Nesse sentido, adotamos aqui, menos uma perspectiva processual como forma de reconstrução histórica (tal qual propôs Norbert Elias) e mais como uma abordagem que busca imprimir temporalidade aos conceitos e, sobretudo, à realidade empírica observada. Esta não é um resultado estanque, mas um processo em curso que precisa ter seus significados desvendados. Nessa abordagem:

[...] não buscamos o significado de eventos examinando os casos comparativamente, como fazemos na ciência social baseada em variáveis. Em vez disso, analisamos os casos, descobrindo o significado desse ou daquele evento por sua relação com o desdobramento da experiência de um indivíduo. É o mesmo se adotamos uma abordagem narrativa e estudamos a história de uma vida individual com métodos textuais ou adotamos uma abordagem analítica e estudamos uma sequência ordenada de valores de algumas variáveis ao longo de um ciclo de vida individual usando métodos de séries temporais, análise sequencial ou alguma outra abordagem formal. De qualquer maneira, estamos interessados nos desdobramentos da vida de uma pessoa. Pois, esse foco relativamente forte nos resultados limita seriamente a abordagem do ciclo de vida. O processo social não tem resultados. Apenas continua em curso, como também os indivíduos não têm resultados (Abbott, 2016, p. 4 - *tradução nossa*).

Abbott trabalha com a ideia de que os processos não possuem resultados. Isto é, os processos não são teleológicos. Se na explicação *ex post facto* estabelecemos tal teleologia, isso ocorre pela reconstrução racional e nada tem a ver com a realidade social. Todavia, isso não significa que não existam consequências derivadas dos processos.

A realidade empírica apreendida pelo pesquisador deve ser entendida como a estabilização de processos que tornam ideias, como por exemplo “família”, não como uma instituição social que ocupa um espaço analítico transcendente, mas sim como um agrupamento mais ou menos estável, de indivíduos derivado “de um processo contínuo de evolução e transformação” (Abbott, 2016, p. 230 - *tradução nossa*). Assim, se por um lado, não é possível dizer que o curso da vida social sempre gera “resultados finais”, por outro, é possível dizer que encontramos “estabilidades sociais” - ou “regularidades” na terminologia de Abbott (2016), ou “institucionalização” na terminologia de Glaeser (2005). Regras, arranjos, padrões são frutos da estabilidade de processos sociais.

Esses padrões estáveis são o que Glaeser denomina de *institucionalização*, “quando operações mentais se ancoram em práticas e mais práticas” (Glaeser, 2014, p. 228 - *tradução nossa*), como “consequência de sequências de ações-reações mais regulares” (Glaeser, 2014, p. 229 - *tradução nossa*). Esse fluxo de ações e reações que se estabilizam ao longo do tempo se devem a uma série de fatores tais como a própria permanência biológica dos indivíduos (como apontou Abbott) e o compartilhamento intersubjetivo constante de conteúdos (como apontamos outrora) que pode ser estimulado por rituais e que pode gerar a materialização desses conteúdos.

Ambos, Abbott (2016) e Glaeser (2011), ao pensar uma Sociologia Processual, dão mais ênfase ao futuro do que fez Elias (2008). Igualmente, não há o futuro em si, mas somente uma ideia de possibilidades, motivações, planos ou antecipações no presente. Pensar que o passado tem consequência no presente e no futuro é adotar uma perspectiva processual que tem consequências futuras. Glaeser denominou de “Processualismo Consequente” uma abordagem processual que assuma uma ontologia social como “um denso matagal (*thicket*) de processos analisáveis em termos de fluxos de efeitos de ação-reação interconectados, muitas vezes articulados projetivamente” (Glaeser, 2011, p. 30 - *tradução nossa*). As relações sociais presentes e a maneira como elas foram processualmente moldadas projetarão consequências

futuras, sendo que é possível imaginar alguns cenários futuros em que “a memória desempenha um papel central nisso” (Abbott, 2016, p. 11 - *tradução nossa*).

Esse acesso ao passado e essa projeção do futuro, contudo, não estariam restritos às interações sociais face-a-face, sobretudo na contemporaneidade em que a tecnologia passou a romper com os enquadramentos espaço-temporal rígido (Latour, 1999). Pensar no papel das relações sociais para além do espaço e do tempo presente, é uma consequência da adoção da perspectiva processual na contemporaneidade. Assim, “atores isolados - indivíduos ou entidades sociais - nunca estão puramente livres, mas devem sempre fazer seus futuros em condições moldadas por outros e não apenas por aqueles que estão socialmente próximos, mas também por aqueles que estão mais distantes” (Abbott, 2016, p. 2 - *tradução nossa*).

Especificamente o que chamamos aqui de “tecnologias sociais” (isto é, tecnologias que impactam nas nossas relações sociais) não apenas mediam nossas relações sociais, como potencializam e multiplicam nossas interações de maneira assíncrona. Os chamados “serviços de rede social” (*Social Network Services* - SNS) vêm atuando tanto como repositório de conteúdos, quanto como um possibilitador de interações sociais multiespaciais e multitemporais (Cordeiro & Neri, 2019). Nesse sentido, Glaeser (2011) adota a ideia de “fluxos de ação-reação interligados” em vez de apenas “interações sociais”, a fim de abarcar ações e reações que aconteceram em lugares e tempos diferentes, e que impactam o passado e o futuro. Ou seja, uma ação passada - entendida como uma ação física ou um “ato de fala” (Austin, 196) - pode impactar no presente e consequentemente no futuro. Aqui, ação, é qualquer “fazer”, seja ele reflexivo ou não (comportamentos habituais, por exemplo). Adotar uma perspectiva processual, portanto, é entender a memória como um processo que é relacional, mas que sobretudo se desenrola e se transforma no curso do tempo, sendo que o mundo contemporâneo, em específico, tornou isso ainda mais latente. O processo põe em curso não apenas as dinâmicas que

condicionam o processo de rememoração, como também os sentidos atribuídos a essas recordações.

Os aspectos da relacionalidade e da processualidade têm um caráter muito mais descritivo do que interpretativo. Entender como é possível um processo de rememoração não dá conta de entender o que se rememora em cada contexto, o que permanece e o que muda. Para isso, é necessária uma abordagem interpretativa. Olhar para os processos de rememoração a partir de uma perspectiva interpretativa é buscar entender quais são as recordações mobilizadas pelos rememoradores em meio à miríade de recordações que eles podem evocar. Não apenas os mecanismos de rememoração nos interessam, mas também os sentidos e os *entendimentos* que são atribuídos a esse passado. A interpretação ou hermenêutica é motivada pelo conhecimento "visto de dentro" (Merton, 1972), pela forma como os indivíduos conhecem o mundo. Ou como coloca Outhwaite (2007): "Outra maneira de expressar a mesma ideia é dizer que os interpretativistas estão mais interessados em entender (de dentro) do que em explicar (de fora)" (p. 460).

Quais os aspectos/ênfases mais relevantes que são mobilizados? Quais os sentidos atribuídos ao passado? Mais do que isso, quais são os processos e dinâmicas envolvidos nesses processos de atribuição de sentido? No nosso caso, quais motivações de lembrar e quais os sentidos que alguém atribui a sua própria história? Como veremos nos próximos tópicos, a atribuição de sentido não é apenas unirelacional, isto é, uma pessoa que toma um sentido culturalmente construído para atribuir a algo. Ele é multirelacional, é construído e validado nas múltiplas relações sociais que estabelecemos com outras pessoas e com artefatos. O que adotaremos aqui é uma abordagem interpretativa que não entende que o sentido está agrupado em algum âmbito etéreo da vida social, mas é construído e reconstruído a partir das interações e práticas ao longo do tempo.

No capítulo 3 "Aspectos Metodológicos", exploraremos como as ferramentas e o arcabouço conceitual utilizados para realizar a análise. Por enquanto, cabe dizer apenas que, pensar a memória como um processo de rememoração do ponto de vista teórico implica em pensar conceitos que possam dar conta dessa atribuição, motivação e validação de sentidos. Como veremos no subcapítulo 2.4 "As condições



de validação do passado”, partimos de uma tradição muito mais preocupada na busca do sentido da ação, isto é, na motivação dos indivíduos para ação do que na atribuição de sentido à experiência subjetiva. A ênfase na realidade objetiva dos padrões de realização da ação foi a saída encontrada pela Sociologia Weberiana (Weber, 2009 [1921]), uma sociologia compreensiva, para não cair no problema epistemológico do solipsismo - como aconteceu com outras abordagens fenomenológicas. Interpretar processos de rememoração partindo de explicações sobre a intersubjetividade pautadas em uma abordagem fenomenológica nos levaria a impasses insolúveis e que explicariam pouco sobre como os ex-internos foram colaborativamente atribuindo sentido a seus passados. Isso pois, no caso de interpretações fenomenológicas só há intersubjetividade através do acesso desse “local” onde há sentidos compartilhados (Schutz & Luckmann, 1973). Nesse caso, assume-se uma dimensão hipostasiada de conteúdos significativos, caindo naquilo que Whitehead (1929; 1997 [1925]) chama de “falácia da concretude” (*misplaced concreteness*). Isso explicaria pouco como uma atribuição de sentido é tecida a partir de outra atribuição de sentido; de como os sentidos são estabilizados e validados; de como há, de fato, contradições entre os sentidos atribuídos por duas (ou mais) pessoas diferentes. Isso só é possível quando o foco está voltado para a ação que se desenrola no curso temporal. Por isso, adotaremos as contribuições de Glaeser (2011). Diferentemente da abordagem interpretativa fenomenológica, o foco aqui está no significado atribuído e não propriamente na essência do fenômenos. Por isso, ele é caracterizado como uma ponte entre as tradições interpretativas e analíticas.

Levando essa tríplice abordagem em consideração (relacional, processual e interpretativa), nos próximos subcapítulos, 2.2 “As condições de acesso ao passado”, 2.3 “As condições de reconstrução do passado” e 2.4 “As condições de validação do passado”, vamos percorrer os passos de um processo de rememoração (que foram aqui divididos para fins analíticos) para apresentar conceitos que foram pertinentes para pensar partes do material empírico.

## **2.2 As condições de acesso ao passado**

A percepção parece ser, a princípio, um fenômeno simples, envolvido em praticamente toda a nossa relação com o mundo através de nossos sentidos. Ela também parece estar presente na relação que temos com sensações ontologicamente subjetivas, como exemplo, a dor (Searle, 1995). Contudo, a percepção tem sido trabalhada pela Sociologia como um processo interativo que lida com as crenças e, eventualmente, conhecimentos, que adquirimos ao longo da vida.

Assim, a nossa percepção e a percepção de outros é, no curso da humanidade, não apenas a fonte mais importante de conhecimento, como também o teste último do que acreditamos e do que conhecemos. Mesmo o conhecimento que obtemos por procedimentos formais e altamente abstratos, como cálculos matemáticos, passam pela percepção de um indivíduo. É claro que a resposta entre crenças, conhecimento e percepção nem sempre é imediata e transparente. O problema da verdade, que está rodeando essa questão, é o problema mais antigo não apenas da filosofia, mas também da ciência. Portanto, não há resposta simples para tal. Sabemos, no entanto, que a nossa percepção é condicionada por fatores sociais, e isso nos leva evidentemente a perceber o mundo de uma determinada maneira em detrimento de outra, e também nos leva a validar as nossas percepções de maneiras determinadas. Do mesmo modo, a memória se origina a partir de percepções do mundo no momento presente e isso condicionará o curso do processo de rememoração no futuro.

As nossas memórias, as nossas crenças, e os nossos conhecimentos são um misto de aquisição própria e de empréstimo de outrem. Na verdade, como veremos, em muitas ocasiões, essa fronteira é muito difícil de ser traçada com clareza fora de uma análise científica. Aquilo que percebemos também tem naturezas distintas. Alguns eventos contêm conhecimentos abstratos e universais, outros são carregados de emoção e outros são conhecimentos que apenas nos dizem respeito. Essa diferenciação entre eventos de diferentes

naturezas que geram diferentes “tipos” de recordações está presente, como veremos, desde a filosofia bergsoniana até estudos cognitivos clássicos mais recentes.

Neste capítulo, discutiremos sobre as condições sociais da nossa percepção dos eventos do mundo, ou seja, como experienciamos o mundo e o impacto que elas têm em sua rememoração posterior. Nesse sentido, ponderaremos como a natureza do que é percebido no momento presente pode gerar diferentes tipos de memória no futuro. Nessa seara, cabe abrir um parêntese para pensar sobre eventos experienciados que tenham caráter excepcional, como é o caso, por exemplo, de eventos que envolvem violência. Dialogando brevemente com a literatura psicanalítica, exploraremos se, de fato, alguns eventos com alta carga emocional seriam percebidos diferentemente de outros, impondo assim um bloqueio à sua rememoração futura, como defende a teoria freudiana do trauma. A empiria nos trouxe evidências contrárias, as a teoria freudiana não seria capaz de explicar. Assim, optamos por tentar entender o material empírico a partir outra abordagem que tira o problema do campo estritamente da psique e o traz para o campo da compreensão.

---

### *Memórias de hoje, percepções de ontem: sobre os modos de percepção*

Se partimos da ideia de que toda recordação é recordação de algo (no próximo tópico discutiremos que “tipo de algo” pode ser esse), isso quer dizer que uma recordação que tenho hoje é uma interpretação de algo que percebi no passado. As formas que isso tomará no futuro, objetificada ou não, materializada ou não, com circulação social ou não, é um outro passo. Por ora, importa entender como se dá essa percepção de algo que está na base dos processo de rememoração. Essa discussão abriu este texto, logo na Introdução, como forma de nos atentarmos para uma leitura da memória que não fosse estritamente culturalista, mas que contemplasse alguma noção de mente. Assim como também salientamos na Introdução, “o problema sociológico da mente

procura descobrir mecanismos de percepção intersubjetivamente construídos e mediados socialmente" (Zerubavel 1997, p. 8). Ou seja, o problema da mente e o problema da percepção são interligados e inerente aos problema da memória.

Como mencionamos, a ideia de perceber o mundo de uma maneira pré formada perpassa muitas teorias sociológicas, estando localizada nos debates sobre o "tácito". Dentro dessa grande discussão é possível encontrar conceitos que dizem respeito a fenômenos distintos. O conhecimento daquilo que não é explícito pode, portanto, ser social e não social, cognitivo e não cognitivo. Dentro dessa miríade, diversos autores conceituaram a respeito, por exemplo o conceito de "visão de mundo" (Weber, 2009) e consciência coletiva (Durkheim, ano, (2009 [1998]) Ou "*habitus*" (Bourdieu, 2009) como um conhecimento social não explícito pré reflexivo/incorporado. Embora cada um desses tratamentos esteja vinculado a uma abordagem teórica própria, todos eles se apoiam na ideia de que os indivíduos organizam a percepção da realidade de uma determinada forma que conseqüentemente orienta sua conduta no mundo. Todos eles seriam esquemas tácitos de percepção supostos como válidos pelos atores que guiam seu "olhar" pra aquilo que é significativo.

Quando Halbwachs concebeu sua teoria da memória coletiva, essa dimensão também foi contemplada. Consonante à sua leitura externalista da memória, Halbwachs assume uma percepção socialmente orientada pelos "ditames sociais que lhe (ao indivíduo) são impostos, uma vez que os esquemas de percepção são coletivamente produzidos" (Cordeiro, 2015, p. 17). Para ele, todo indivíduo é composto de um *ser sensível* (que percebe o mundo a sua volta e que é responsável pela percepção) e um *ser interpretativo* (que posteriormente vem a interpretar e rememorar esses eventos). A questão é entender como essa óptica/lentes são socialmente constituídas. Halbwachs (1950) denomina essas "lentes" de *esquemas de percepção*, os quais não são individuais a ponto de não serem compartilhados com nenhum outro ser humano, e nem universais a ponto de serem compartilhados com toda a humanidade. Usando do conceito de *grupo* (o qual já apontamos ser seu conceito mediador da codeterminação entre indivíduo e sociedade), Halbwachs

atrela os *esquemas perceptivos* às preocupações e aos interesses que são veiculados por um conjunto de indivíduos (o *grupo*) e que moldariam a nossa percepção do mundo. Assim, como ele mesmo exemplifica (1950), um indivíduo, que pertence a um grupo de arquitetos, ao passear por Londres, teria sua percepção majoritariamente focada em aspectos arquitetônicos da cidade. Essa mesma ideia é rerepresentada por Zerubavel (1997) que entende que nossas *comunidades de pensamento* (“*communities of thought*”) são responsáveis por criar “estruturas mentais que existem na mente antes do ato de percepção atual, que afetam fortemente minha experiência sensória” (p. 24 - *tradução nossa*).

Embora Halbwachs esteja correto ao delinear essa “óptica social da percepção”, sua noção de *grupo* se torna um tanto artificial quando tratamos da realidade empírica. Delimitar as fronteiras desses grupos e assumir que eles determinam *a priori* a percepção humana é uma premissa de difícil sustentação, sobretudo quando há um conjunto de indivíduos que tiveram laços interrompidos (como é o caso dos ex-internos) e que a sociabilidade entre eles não foram constantes. Além disso, apesar da noção de *esquemas perceptivos* poder ser amplamente aceita, ela não especifica os modos pelos quais mapeamos o mundo. Certamente não percebemos o mundo de uma só maneira, homogeneamente moldado por um único ente externo, tal como o *grupo*.

O problema de adotar os *esquemas de percepção* de Halbwachs é há uma divisão entre *ser sensível* e *ser interpretativo* segue uma lógica de analogia entre o conhecimento explícito e o conhecimento implícito, quando na verdade os limites do “conhecimento” não explícito não é tão preciso assim. Ou seja, nós sabemos como um conhecimento explícito é passado de um para o outro, possivelmente pela interação. Aqui ele (como outros autores também) pressupõe que os *esquemas de percepção* (isto, é o conhecimento não explícito) segue os limites do *grupo*, da mesma maneira que o conhecimento explícito segue. A ideia de *esquemas de percepção* é um conceito abstrato que ignora cada pessoa e suas sensações sensórias e emotivas; é uma abstração

sobre a racionalidade apenas. Contudo, os limites daquilo que não é explícito não são tão precisos assim (Turner, 2012). Há dimensões fora da inspeção consciente, pois sabemos mais do que podemos expressar. Há uma dimensão não acessada pela linguagem que não pode ser inspecionada, mas que deve ser considerada (Turner, 2017). Considerar outras dimensões não detectáveis é primordial para pensar aquilo que não é explícito, aquilo que guia nossa atenção.

A ideia de *modos de entendimento* (Glaeser, 2011) pensa a questão da percepção de uma maneira mais compreensiva, pois entende que essas "lentes de apreensão da realidade" podem se constituir por modos diferentes e complementares. Assim, haveria três modos integrados de perceber e interpretar o mundo: o *modo discursivo*, o *modo cinestésico* e o *modo emotivo*. Ao considerar a dimensão sensória (*modo cinestésico*) e a dimensão emocional, Glaeser abarca dimensões não abstratas, mas que dependem de alguém real para senti-las. Também dentro de uma abordagem processual, Glaeser entende que os *modos de percepção* (que ele nomeia como *modos de entendimento* do mundo) não são estáticos e rígidos, mas podem ser dinamizados e reformulados ao longo do tempo. Como esses *modos* modulam a relevância que algo no mundo tem para nós, aquilo que é significativo pode mudar ao longo do tempo. Por significativo, entende-se aquilo que é relevante, isto é, dentre todas as possibilidades de interação com o mundo, nós o diferenciamos entre aspectos relevantes e não relevantes. Assim, ao perceber algo, nós interpretamos este algo. No futuro, essa percepção pode ser (i) *reacessada*, (ii) *reelaborada* e (iii) *reinterpretada*. Sendo estas as três etapas (assim divididas para fins analíticos) do trabalho de rememoração que é contínuo e processual. A memória, então é essa capacidade de interpretação dessas percepções originais, vinculando passado e presente e dotando-o de sentido. E isso é essencial para compreendermos a memória do ponto de vista social, pois, como veremos, a rememoração colaborativa pressupõe intersubjetividade e mútuo entendimento e isso só é possível quando há algum grau de percepção comum do mundo.

Dito isso, cabe perguntarmos primeiramente: tudo o que experienciamos no mundo pode ser acessado e rememorado? Ou pelo menos passível de acesso e rememoração? Tudo o que é percebido é reacesado pela rememoração da mesma maneira?

---

*Tudo o que é significativo se torna memória?: sobre os “tipos” de memória*

O trabalho de caracterização da natureza do fenômeno da memória tem sido feito por diversas áreas do conhecimento como forma de desembaraçar todos os fenômenos correlatos que estão debaixo do guarda-chuva “memória”. Nos últimos anos, a classificação elaborada pelo neurocientista cognitivo canadense Endel Tulving (1972) tem sido amplamente adotada em diversas áreas para delimitar os diferentes tipos de memória. Embora a Sociologia tenha esparsamente desenvolvido conceitos análogos àqueles formulados por Tulving, traçar esses paralelos nos coloca em diálogo com outras áreas do conhecimento.

Sua classificação divide a memória, primeiramente, em “memória procedimental” (*procedural memory*) e “memória declarativa” (*declarative memory*). Tal classificação encontra analogia em outros conceitos anteriores, como o de *memória-hábito* (equivalente à *memória procedimental*) e a *imagem-recordação* (equivalente à *memória declarativa*), conceitos esses formulados por Henri Bergson e retomados por Halbwachs em sua obra. Grosso modo, podemos dizer que a memória procedimental deve ser considerada como uma *função* e a *memória declarativa* como um *processo*. A *memória procedimental* está inscrita no corpo (tanto de um ser humano, como de um animal), portanto é performática, é reprodutiva, é um “saber-fazer” e pode ser fisicamente rastreada. Nesse sentido, ela prescinde de significado e representação, pois ela basicamente advém de um *modo de percepção cinestésico* que pode se tornar “padrões de movimentos incorporados” (Glaeser, 2011, p. 11 - *tradução nossa*). Mais do que isso, a memória procedimental “consiste na expressão não

consciente de habilidades comportamentais e procedimentos cognitivos previamente adquiridos" (Klein & Nichols, 2012, p. 5 - *tradução nossa*). Ela é incorporada e expressa no comportamento. Embora seja também denominada de "memória" foge ao escopo da Sociologia, pois não veicula significados e nem é expressa por símbolos.

Já a *memória declarativa* (ou *memória explícita*) é operada pela mente e precisa de uma capacidade cognitiva específica desenvolvida pelos seres humanos. É uma memória passível de reelaboração e, por isso, ela é expressa de forma representacional, sobretudo através da linguagem. Os sistemas simbólicos são as lentes mais completas para se perceber e entender nossa experiência múltipla e rica do mundo.

Por *memória declarativa*, entende-se tudo aquilo que pode ser discursivamente veiculado. Entretanto, as Ciências Cognitivas fazem uma distinção entre memórias de eventos diretamente percebidos que trazem algum conhecimento sobre o *self*, isto é a *memória episódica*, e eventos ensinados/aprendidos, que trazem conhecimento abstratos para o *self*, isto é, a *memória semântica*. Assim, temos respectivamente, a *memória declarativa episódica* e a *memória declarativa semântica*. Esses dois termos encontram, em alguma medida, ressonância nos conceitos de *memória histórica* e *memória coletiva/individual*, apresentados por Halbwachs (1950). Isso, pois a *memória histórica*, tal qual a *memória semântica*, refere-se a um conhecimento cronologicamente organizado de fato do mundo que é apresentada ao indivíduo, geralmente por meio de mídias externas, já prontas e construídas (Cordeiro, 2015).

A ideia de *memória semântica*, no entanto, é um pouco mais ampla e abarca uma memória genérica de conhecimentos e conceitos que alguém pode vir a acumular ao longo da vida. O processo cognitivo associado a esse tipo de memória seria o de *memorização*. A *memória episódica*, por sua vez, traça relação com as noções de *memórias individual* e *coletiva*. Ambas as noções guardam a ideia de serem memórias relativas a eventos que são experienciados e posteriormente reconstruídos por alguém através de uma "viagem mental". São percepções reelaboradas por meio de um processo de construção de



cenar passíveis de localização espaço-temporal com sentido e que se orientam ao momento presente. O processo cognitivo aqui envolvido é a *rememoração*.

Diferentemente da memória semântica, a memória episódica grava os eventos como tendo sido experienciados em um ponto particular do tempo e do espaço. Nas categorizações padrão, o que distingue a memória episódica é que ela representa "o quê, o onde e o quando" de um evento. Enquanto tal, ela é experienciada como uma memória que faz referência explícita ao tempo e ao lugar de sua aquisição (Klein & Nichols, 2012, p. 5 - *tradução nossa*).

A classificação entre *memória individual* e *memória coletiva* serve aos propósitos da abordagem meso sociológica adotada por Halbwachs em que a entidade *grupo* é responsável por mediar a relação entre indivíduo e estrutura. Aqui, como vimos, adotaremos uma abordagem relacional e processual que busca dissolver e dinamizar essa dicotomia.

Esses dois tipos de memórias (*declarativa semântica* e *declarativa episódica*) podem, contudo, estarem entrelaçadas, apoiarem-se e ocorrerem concomitantemente. Assim, mesmo que a *memória semântica* tipicamente não faça referência ao indivíduo que está rememorando, ela pode expressar fatos sobre esse indivíduo (mas não necessariamente), pois ela tem o mesmo *status* que outros conhecimentos sobre o mundo. Essa informação "é conhecida da mesma maneira que se sabe que  $2 + 2 = 4$ ; ela não é rememorada ou re-experienciada *vis a vis* o contexto na qual ela foi originalmente aprendida" (Klein & Nichols, 2012, p. 5 - *tradução nossa*). Em vez disso, ela é memorizada. É possível, contudo, que ambas as memórias estejam entrelaçadas, isto é, que se busque um conteúdo semântico e ao mesmo tempo em que se recorda das condições de sua aprendizagem, como é caso da passagem de uma entrevista com o ex-interno abaixo:

Outro dia fiquei pensando, daí eu mandei pro pessoal hoje: alguém tem telefone da Profa. Neide? Porque eu tô precisando de uma orientação dela, porque eu esqueci pra quê o gerúndio é usado. [...] isso foi lá na quinta série. Você vai buscando, tentando, você vai buscando... (Tom, entrevista em profundidade, setembro de 2017).

As *memórias semânticas* podem fazer as vezes do que Halbwachs chamou genericamente de *quadros sociais da memória* (construtos sociais que balizam o processo de rememoração, como marcadores temporais e espaciais e a linguagem), colaborando para localizar as *memórias episódicas*, como acontece no relato a seguir em que a morte de Getúlio é uma *memória semântica* que enquadra a *memória episódica* (a colagem no caderno) temporalmente: "Eu lembro na minha mãe quando eu pequeno. Não sei quão pequeno, mas lembro que na morte do Getúlio Vargas, eu morava na Penha com minha mãe e ficava colando as letras do jornal em um caderno" (Vigo, conversa durante o V Encontro de Ex-Menores, abril de 2016).

As recordações compartilhadas pelos ex-internos, contudo, são majoritariamente *declarativas episódicas*, embora às vezes sejam ladeadas de *memórias declarativas semânticas*, como o exemplo acima. Essas são as memórias sobre as quais a Sociologia é capaz de se debruçar: memórias passíveis de representação mental e conseqüentemente de representação discursiva.

Mas, seria tudo o que experienciamos passível de posterior acesso? Haveria algum domínio do irrepresentável responsável por capturar algumas experiências? Caso exista, como ele se relaciona com a memória?

---

### *É possível lembrar o trauma?: sobre a (in)acessibilidade de eventos violentos*

Como vimos, além dos *modos cinestésico* e *discursivo*, também percebemos o mundo através do *modo emotivo*. Perceber o mundo pelas lentes da emoção (*emotive mode* - Glaeser, 2011) é apreendê-lo em termos afetivos, ou seja, a partir daquilo que afeta o indivíduo desde fora. Quando se trata de *memórias episódicas*, muitas delas carregam certa carga emocional. Datas especiais como o primeiro beijo ou a primeira vez que vimos o mar geralmente são apreendidas por nós de forma emocional. Da mesma maneira, quando sofremos alguma situação desagradável ou até mesmo violenta também há uma

experiência emocional envolvida. É claro que esses exemplos não são universais, mas variam de acordo com a percepção de cada um em cada situação específica.

De acordo com a Psicanálise freudiana (com a qual a Sociologia da Memória está em confronto desde os seus primeiros escritos pelas mãos de Halbwachs em 1923), o trauma está diretamente ligado aos processos de memória e como eles se relacionam com os supostos *sistema consciente*, *sistema inconsciente* e *subconsciente* (Freud, 1914). Freud (1990 [1920]) entende que as experiências que temos podem ser estocadas em cada um desses sistemas, e que, de acordo com sua alocação em cada um dos sistemas, essas representações terão diferentes naturezas. Basicamente, Freud (1914) divide as representações em dois grandes tipos: *representação-coisa* (*Sachvorstellung*) e *representação-palavra* (*Wortvorstellung*). O fato é que, segundo ele, o consciente abarcaria a *representação-coisa* e a *representação-palavra*, ao passo que o inconsciente abarcaria apenas a *representação-coisa*, que seria algo reprimido. A *representação-palavra* está encarregada de dar sentido aos estímulos presentes no consciente, articulando-os a uma rede de sentidos. A *representação-coisa* é uma imagem mnemônica direta da coisa (evento/objeto) que carece de interpretação/elaboração e que, portanto, permanece como a representação de uma energia pulsional. São representações sensoriais e, portanto, distinguem-se do traço mnemônico uma vez que elas passam a se reinvestir, isto é, repetir-se constantemente apenas como uma impressão do evento passado.

Uma *representação-coisa* pode receber uma sobreinvestidura pelo sistema consciente e a linguagem acaba por dotar de sentido uma experiência reprimida. Esse processo de sobreinvestidura e significação da *representação-coisa* seria facilitado pelo processo terapêutico (um trabalho de elaboração - *Durcharbeiten*) que estimula o acesso ao inconsciente e faz uso da fala para elaborá-la. Nesse sentido, o processo de rememoração é o processo de criação de sentido que acontece através da representação de palavras e de sua expressão narrativa que “busca uma articulação coerente das experiências

passadas no presente e uma apropriação do passado para transformar a ação presente” (Feierstein, 2012, p. 66).

Mas o que acontece para que haja uma *representação-coisa* retido no inconsciente? E, o que acontece quando não há processo terapêutico que pode levar *representação-coisa* a ser elaborada e dotada de sentido linguístico?

Processos de descarga de tensão com altas cargas emocionais percebidos pelos indivíduos estão inscritos em uma miríade que vai do prazer ao desprazer. Esses estímulos desprazerosos podem ser reprimidos no inconsciente como forma de defesa da psique. Aquilo que é traumatizante justamente está associado ao rompimento dessa estrutura que tem sua atividade psíquica ativada a partir de uma patogênese, o trauma. Nesse caso, há uma cisão entre afeto e representação. De um lado, há o afeto suscitado pelo evento, na forma de um *quantum* de excitação correspondente, que permanecerá retido em parte da psique (o inconsciente) pela incompletude de um movimento psíquico (o movimento de ab-reação) que deveria ter descarregado aquele excesso de estímulo recebido.

Freud tem um modelo simples para a memória em que o consciente arquiva “cópias” de eventos passados que podem ser posteriormente recuperados, enquanto eventos de alta carga emocional, que ultrapassam o limite da psique, são reprimidos (*Verdrangung*) no inconsciente. São esses deslocamentos reprimidos para o inconsciente que podem vir a formar o trauma. Nesse sentido, o trauma seria uma antimemória, já que não poderiam ser reelaborados ao longo do tempo, uma vez que aparecem de forma compulsoriamente repetida sem se integrar-coerentemente ao Ego e, conseqüentemente, ao resto das lembranças conscientes passíveis de representação linguística (Freud, 1990 [1920]). As conseqüências da repressão são a compulsão à repetição que atualiza a experiência traumática e permanece inacessível, pois não alcança a possibilidade de representação linguística. Assim, "é lícito afirmar que o analisando não se recorde absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ele não o reproduz como lembrança,

mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz” (Freud, 2010 [1914], p. 149).

O processo de reelaboração presente na *rememoração* se opõe à *repetição* que aparece de outras formas que não discursivas ou linguísticas: em sonhos, tiques, atos falhos, lapsos ou memórias encobridoras (*Über Deckerinnerugen*).

O que nós permissivamente chamamos de apresentação consciente do objeto pode ser dividido em representação da palavra e representação da coisa [...] o último consiste na catexia, senão na imagem-memória da coisa, pelo menos consiste em uma memória remota que deriva dela. Sabemos que há diferenças entre uma representação consciente e uma representação inconsciente [...] a representação consciente compreende a representação da coisa somada à representação da palavra que a pertence, enquanto a representação do inconsciente é a representação isolada da coisa. A representação de algo que não é posto em palavras [...] permanece conseqüentemente no inconsciente em estado de repressão (Freud, 1914, p. 3022 - *tradução nossa*).

A propriedade do consciente é justamente ligar as representações da coisa (*Dingvorstellungen*) às representações da palavra (*Wortvorstellungen*). Nesse sentido, o sistema inconsciente absorve mimeticamente determinadas cenas, imagens e impressões que permanecem sem organização da linguagem ordinária. Alternativamente, o processo de reelaboração operado pela *rememoração* trabalha com as experiências conscientes que se tornam lembranças passíveis de veiculação social através da linguagem. Até mesmo afetos, que correspondem a processos de descarga, podem ou não serem percebidos conscientemente como emoções (a depender do recalque, ou não, do mesmo).

Contudo, seria possível classificar os eventos como potencialmente traumáticos considerando apenas sua natureza (como violenta, por exemplo)? Teriam todos os eventos a mesma carga emotiva para todos os indivíduos? Uma criança, por exemplo, que jamais sofreu uma violência, poderia vivenciar um evento violento com grande carga emocional a ponto de ultrapassar o limiar psíquico e o inconsciente reprimi-lo, o que levaria a formação de um trauma?

No caso dos ex-internos, observamos, no entanto, que eles lembram e contam com clareza eventos ligados a violências físicas, psicológicas e morais,

que embora lhes causem sofrimento, não parece lhes terem formado um trauma no sentido freudiano. Em conversa, Uta relata:

Não quero ser dramático não, mas é uma lembrança que veio, não posso esquecer, quando um fio de ferro quebrou no meu pé, apanhava porque eu mijava na cama. O nome do cidadão eu não preciso nem falar, porque se eu encontrasse ele hoje, eu falaria. Seu Naza! Já falei! É essa daí! Essa simplesmente não tem como esquecer. Simplesmente porque eu mijava na cama, o fio de ferro que ele batia no nosso pé, quebrou no meu. Então não dá pra esquecer. A dor que a gente sentia que nem conseguia andar depois (Uta, entrevista coletiva, abril 2017).

Nesse sentido, primeiramente, devemos relativizar a relação entre determinados eventos, como os de violência, e sua suposta alta carga emocional. A percepção que alguém tem de um evento não é a mesma que outro possa vir a ter do mesmo evento. Nesse sentido, não é possível classificar um evento como genericamente “traumático”. Além disso, a presença de uma entidade, como o inconsciente, capaz de bloquear a representabilidade de determinados eventos nos parece uma hipótese um tanto determinista e sem fundamentação em outras áreas do conhecimento. Estudos (do que denominam de) “Neurociências Psicanalíticas”, por exemplo, que demonstram que eventos “chocantes” que podem causar sofrimento se tornam memórias com o mesmo *status* ontológico do que as memórias regulares (Bohleber, 2007, p. 163). Seria, portanto, o modelo emocional freudiano o mais adequado para tratar a relação entre um “trauma” e sua relação com processos de rememoração?

A relação entre eventos com forte carga emocional e sua consequente não representação também está presente em trabalhos utilizados pela Sociologia da Violência, como os da antropóloga Veena Das (1999). Ela utiliza o conceito de *formas de vida* de Wittgenstein, seguindo a suposição que a existência dos seres-humanos repousa na linguagem. Como consequência para os indivíduos, incorre-se na afirmação de que “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo” (2007 [1921], 5.6). A linguagem que nunca é privada permanece viva enquanto há uma comunidade que consegue entender tais representações. Isso pois, “é mediante a objetivação linguística, mesmo quando estou falando comigo mesmo no pensamento solitário, que um mundo inteiro pode apresentar-se a mim a qualquer momento [...] a linguagem torna

presente a mim não somente os semelhantes que estão fisicamente ausentes no momento, mas indivíduos no passado lembrado ou reconstituído” (Berger & Luckmann, 2008, p. 60).

Esse raciocínio leva a duas possibilidades: a) a relação de aceitação ou rejeição do que pode ser expresso por meio da linguagem (incluindo as experiências subjetivas) depende da comunidade de falantes que o indivíduo está inserido, b) as experiências extra cotidianas não seriam expressas pela linguagem ou, ao menos, só o seriam com muita dificuldade, pois não há compartilhamento prévio de representações de experiências e significados entre um conjunto de pessoas para as quais tais experiências fariam sentido.

Sob a ótica da segunda possibilidade, Veena Das acredita que a linguagem estabeleceria a fronteira para a definição do que seria “humano” e “não humano”, incluindo nisto a ideia de violência, como uma negação dessa condição humana. Assim, frente a situações extra cotidianas e “não humanas”, teríamos dificuldade em expressar tais experiências por meio da linguagem. Há, portanto, uma situação de ‘não representação’ ou uma ‘sub-representação’ como uma expressão “traumática” de eventos fora do contexto ordinário de uma determinada comunidade. Isso, pois não haveria a expressão em palavras do reconhecimento social de determinadas experiências ditas extraordinárias para uma dada comunidade.

Em diálogo com a hipótese do trauma, é possível encontrar na obra de Sandor Ferenczi (1929; 1932; 1934) uma explicação distinta da freudiana. Diferentemente de Freud que entende que eventos como esses investem uma carga psíquica tão grande que o evento é recalçado e relegado ao domínio do inconsciente, Ferenczi (1992 [1934]) entende que os eventos extraordinários não estão necessariamente ligados a uma alta carga psíquica, mas sim podem tornar-se incompreensíveis ao indivíduo, caso não faça parte do universo de possibilidades/referências do mesmo. Ou seja, Ferenczi tem uma concepção mais contextual do trauma, levando em conta o "*background*" do indivíduo e o contexto social dele.

A construção de sentido para Ferenczi é intersubjetiva, tal como em Wittgenstein. Ferenczi desenvolve seu argumento a partir de um relato de caso clínico em que uma criança abusada sexualmente busca um adulto - que não é seu agressor em si, mas alguém reconhecido como uma autoridade ou referência no círculo imediato da criança- a fim de atribuir sentido ao que aconteceu, já que ela sozinha não entende aquele evento extraordinário. Ao não reconhecer, creditar ou legitimar o relato da criança, esse interlocutor colabora para a formação de um trauma, ou seja, aquela experiência permanece no âmbito do incompreendido e, portanto, do silenciado. Ferenczi propõe uma releitura relacional do conceito de trauma em que o não reconhecimento da narrativa de sofrimento por um terceiro implica na *desautorização/descrédito* da sua experiência no campo social. Essa *desautorização*, ruptura no reconhecimento no campo das relações sociais e políticas, está na base da constituição do que ele vem a denominar de “trauma”. A falta de crédito decorre do fato de o interlocutor assumir que o evento não passa de um acontecimento irreal ou fantasioso (Ferenczi, 1931). Se a autoridade não reconhece o que a criança relata, o evento fica desprovido de sentido, podendo causar sofrimento futuro.

Durante uma entrevista em setembro de 2017, Tom descreve uma situação que aconteceu com um colega que ilustra o que estamos debatendo:

Eu posso imaginar o quanto doloroso deve ser pra uma criança ser abusada. Você consegue imaginar um filho da puta estuprar o moleque e o moleque não poder falar nada? Sem poder falar, porque o funcionário ou o diretor não acreditariam na criança...? (Tom, entrevista em profundidade, setembro de 2017).

É frequente o relato de episódios de violência seguidos de incompreensão ou invalidação do que aconteceu. No trecho abaixo, Luca descreve o sofrimento oriundo não apenas dos eventos vividos (no caso abaixo, ele trata de trabalho forçado dentro da instituição), mas sobretudo da impossibilidade de validar com alguém que ele considerava autoridade, aquilo que ele entendia como errado (incompatível com a sua condição de criança):



Você simplesmente é uma criança, então quem era você? Era uma época que os direitos não valia. Não tinha esse negócio. Tanto que com 7 ano, volto a falar, em vez de eu estar jogando bola eu tava carpindo pomar num sol de rachar mamona. Você não podia levar o caso a quem quer que fosse lá na direção (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Pensar o trauma na chave da compreensão/interpretação/entendimento em vez de pensá-lo na chave da memória nos permite entendê-lo muito mais como um sofrimento psico-emocional do que como uma interdição à possibilidade de rememoração. A ideia de trauma como uma crise do sentido não é exclusiva ao pensamento ferencziano. O que Ferenczi propõe vai além e em direção do que vamos discutir mais a diante: de que o entendimento de algo se dá no âmbito da interação social. E de uma interação social permeada por relações de autoridade e validação do que está sendo dito. O "trauma" de Ferenczi aponta para um sofrimento que advém do descrédito e conseqüente incompreensão de um evento. Esse evento, portanto, pode ser lembrado e reinterpretado no futuro, mesmo que não tenha podido ser interpretado no presente.

A falta de entendimento desses eventos acaba por desconectá-los das narrativas mais complexas. Geralmente são eventos que não encontram nas histórias de vida, mas são trazidos de forma desconectada, ora espontaneamente, ora quando o indivíduo é questionado. Essa dinâmica aconteceu muitas vezes na pesquisa empírica. Após contarem sobre toda sua vida e ao final questionados, relatos de eventos incompreendidos e que causam sofrimento vêm à tona.

**Pesquisadora:** Agora que você já me contou toda a sua história de vida, você quer contar qual a pior e melhor lembrança que você tem?

**Luca:** {**Pesquisadora:** Qual a pior e melhor lembrança que você tem?

**Luca:** [silêncio] Bom, acho que a pior lembrança .... Foi quando eu apanhei .... Eu apanhei sem saber o porquê! Por que você tá apanhando? Não sei, tô apanhando, não sei, se perguntassem pra mim [silêncio]. Foi bem assim, tinha um funcionário do lar 4, hoje falecido também que gostava muito de fazer brincadeira. Imitava a Gretchen, imitava cantor. A gente chegava e quando ele ia fazer imitações, o palco era o dormitório. 40 camas, alternado com criado e todo mundo sentado no criado. Até então o pessoal tudo correndo e brincando. Aí ele passou e disse: "o Seu fulano vem chegando, fica quieto que vai ter brincadeira". Aí todo mundo ficava quietinho. Ele entra com as mãos para trás. E o pessoal achando que vai ter brincadeira. Ele chegou na primeira fileira e o silêncio era

tamanho que ele não precisou falar duas vezes. Ele tava com um conga na mão escondido. "São duas, uma em cada. Perdeu uma, a terceira é na cara". Ele falou desse jeito e aí, pá! Isso é que me deixou assim. Bateu em todo mundo e éramos todos, era o lar menor, sabe? E se for levar o caso na direção, era pior que você. O diretor ia embora e quem ficava lá? Você tinha que ficar lá, não podia fugir. Você tinha que encarar a situação. Essa é uma.... uma... pequena mágoa que eu tenho.

**Esposa:** Eu tô sabendo agora isso, por que você nunca contou?

**Enteada:** E o caso do telefone que você já contou?

**Luca:** É, mas na verdade teve dois casos. Eu te contei o da Lar da Infância. Que embora não foi uma coisa legal, essa pelo menos eu soube o porquê eu tava apanhando [risos]. Nunca contei o que aconteceu no instituto. Teve outras vezes e eu nunca entendi. Eu tinha 7 anos, eu tava trabalhando na cozinha, é barulho de máquina, panela, aquela barulheira. O Seu Antônio, forte, alto, aquela voz "Luiz Carlos" e com aquele barulho eu não ouvi. Ele tinha pedido para eu pegar uma lata de extrato de tomate. Eu ouvi mais ou menos. Pra você obter uma certeza, você pergunta né? Mas eu simplesmente eu.... "Luca, vai na dispensa e pega uma lata". E eu.... não ouvi, e eu "o quê?". Daí ele "vem cá". Aí ele levou eu até a dispensa, "ó, pedi isso aqui ó, mas deixa". Ele olhou pra mim e fez isso! Pá, deu um telefone na minha orelha (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

No caso acima, o evento lembrado não foi compreendido pelo ex-interno. Sua esposa e sua enteada que estavam ao seu lado nunca tinham ouvido ele falar sobre esse evento, embora já soubessem de outras violências que ele havia sofrido na primeira instituição (Lar da Infância) onde foi internado. Aqui, ele explica que entendeu o motivo de ter sofrido uma violência no Lar da Infância, mas que nunca tinha compreendido por que foi agredido no Instituto anos mais tarde. Possivelmente, como descreveu Tom na citação anterior, era improvável que os meninos recebessem crédito daqueles que eles consideravam como "autoridades" e, portanto, vários eventos como esse citado permaneceram incompreendidos ao longo dos anos, possivelmente causando-lhe sofrimento.

Como podemos ver, Luca falou explicitamente sobre a violência que ele sofreu. Não há uma formação de trauma no sentido freudiano em que há uma repressão psíquica que impõe uma interdição discursiva. Há eventos que geraram sofrimento, que podem ser lembrados, mas que, por serem incompreendidos, acabam não sendo integrados em suas narrativas autobiográficas em um primeiro momento. São lembrados e relatados porque

provavelmente também não se trata de eventos excepcionais em suas vidas. Como discutimos no subcapítulo 1.2 "As condições sociais desse passado: *reflexões sobre abandono, institucionalização e estigma*", muitos deles viviam em condições de violência em suas famílias, portanto, situações de agressão faziam parte de seu universo de possibilidades antes e dentro do instituto. Eventos de violência que ainda lhe causam sofrimento e que são anteriores à vida deles no Instituto aparecem na mesma maneira. Um relato direto, explícito e incompreendido, como o a seguir:

Têm coisas que você não esquece, você não guarda rancor, mas você não esquece, por exemplo, minha mãe me acusou que eu estuproei minha irmã, quer dizer, sem fundamento nenhum. Eu fiquei sabendo disso no prontuário. Baseado em que? Isso me magoou muito, de você acusar uma pessoa, não sei da onde ela tirou. Isso me magoou muito, porque eu lembro como se fosse hoje, eu fiquei de castigo, eu fiquei pelado, ela me deixou pelado, o pessoal passando, porque a gente morava num cortiço, as pessoas passando no corredor e eu lá pelado com nove anos (risos). Isso me marcou muito, sem eu ter feito nada, ela me acusou. Até hoje eu não entendo (Tom, entrevista em profundidade, maio de 2017).

Como veremos, muitos desses eventos que envolvem violência (moral, psicológica ou física) são trazidos pelos ex-internos em uma tentativa de interpretar o que aconteceu, dar sentido aquilo que ficou incompreendido. Como veremos também, esse movimento de compreensão está ligado à própria construção identitária dos ex-internos que buscam alinhar os eventos passados de suas trajetórias de vida: "entendimento é uma tentativa de voltar a alcançar algo que foi perdido ou tirado do *self* através do uso de força emocional" (Denzin, 2009, p. 284).

Esse processo se dará a partir de suas falas sobre o sofrimento. A maneira como eles classificarão suas emoções fará parte de um processo contínuo de atribuição de sentido sobre o que passaram e como isso deve se integrar às suas narrativas de vida. Como veremos no capítulo 4, no curso da análise, a questão da violência converter-se-á em uma questão atribuição de sentido às suas emoções, em como eles validam e modulam elas no curso de sua interação com seus pares, e no curso da construção de suas narrativas

mnemônicas. Pensar a rememoração de eventos violentos passados pela via da interpretação da emoção, em vez de fazê-lo pela via clássica do trauma, é um caminho empiricamente possível e sociologicamente interessante.

Assumimos, portanto, que se houver trauma, no sentido psicanalítico, este será construído a partir da concepção ferencziana. Isto é, a partir da ideia de que certos eventos excepcionais, ao serem incompreendidos, podem levar a traumas. Não serão esquecidos ou encapsulados pelo inconsciente, mas permanecerão incompreendidos, poucos elaborados e pouco integrados às narrativas centrais. Nesse sentido, esses eventos podem (ou não) ser retomados no momento presente a fim de serem compreendidos e terem novos sentidos atribuídos. Esse processo de atribuição de sentido a situações de violência pode ser melhor analisado a partir da ideia de *emotives* e *regimes emotivos* (Reddy, 2001) que serão explorados no subcapítulo 2.4 "As condições de validação do passado". Como "*emotives*" configuram uma analogia à ideia de "enunciações performativas" do filósofo John Austin (1962), "uma afirmação sobre emoção pode se auto alterar" (Reddy, 2001, p. 103 - *tradução nossa*), pois o sentido conferido pode mudar e construir o entendimento que temos sobre alguma emoção.

Feitas as considerações sobre as condições de representação para a rememoração, vemos que o melhor modelo para tal são as dinâmicas de possibilidade de fala e de autorização/desautorização como expressas pelas ideias de Wittgenstein e também Ferenczi. Há, contudo, outras perguntas a serem respondidas. Uma vez dada a possibilidade de acesso a um evento passado, como se dá o processo de rememoração? Há condições específicas para isso? Como algumas recordações se fortalecem ou se enfraquecem? Fazemos uso de quais estratégias intersubjetivas para rememorar? Se o processo de rememoração é uma constante atribuição de sentido à luz do presente, o que permanece e o que muda? Por quais motivos rememorar nossa própria vida? Como se dá a dinâmica de atribuição de sentido ao passado no momento presente? Esses eventos traumáticos são revisitados?

Em que circunstâncias e condições? Essas são as perguntas a serem exploradas no próximo subcapítulo.

## **2.3 As condições de reconstrução do passado**

Rememorar é um ato humano. Dada as condições fisiológicas normais, sempre rememoraremos. Não de tudo, nem sempre da mesma maneira, mas rememoraremos. Rememoraremos quando não queremos e quando queremos. O processo voluntário de rememoração é mais complexo e sofisticado do que uma imagem que nos acomete no meio do dia. Como vimos, rememorar não é lembrar de algo ao acaso, é um processo que envolve revisitar nosso próprio passado e, portanto, revisitar quem somos. Interagir com outros ou com coisas que possam nos ajudar nessa empreitada é inevitável. Se há atividades cognitivas envolvidas nessa dinâmica mnemônica, certamente elas têm um teor social, pois estão em interação com objetos significativos e estão amparadas pelas (agora) imprescindíveis tecnologias que estão se tornando uma extensão de nosso próprio corpo.

A maneira como esse complexo processo de rememorar o próprio passado se dá ainda é algo a ser observado pelos cientistas com cuidado. De preferência, não de dentro de seus laboratórios codificando cada recordação em palavras, mas olhando para mundo social e se atentando para como a rememoração, na verdade, é fruto da interação; como a rememoração é fruto de uma necessidade identitária; como a rememoração dá frutos narrativos que tomam contornos múltiplos. Neste capítulo, discutiremos como os processos de conhecer o próprio passado são indissociáveis do processo de conhecer a si. Nesse sentido, discutiremos o papel da interação com o mundo social (humano e material) nesses dois processos que estão inevitavelmente amalgamados em um só: o processo mnemônico-identitário. Por fim, exploraremos como esse processo mnemônico-identitário possibilita narrativas autobiográficas.

---

## *Processos de rememoração distribuídos: sobre fluxos de interação na contemporaneidade*

Os processos de rememoração envolvem uma série de ações concatenadas que vão desde a evocação de eventos, passando pelo possível acesso a eles, sua reconstrução e sua representação. A compreensão de que esses processos não são constituídos apenas de processos mentais isolados, mas que acontecem na interação com o ambiente social é a ideia mais fundamental da *vertente distribuída* dos *Memory Studies* que entendem que, para Halbwachs, a rememoração é “uma questão de como as mentes trabalham em conjunto na sociedade” (Olick & Robbins, 1998, p. 109). Aqui já está posta a premissa de que o processo de conhecimento e interpretação do passado depende do entorno social.

Assim, essa apreensão do mundo que, como vimos, já ocorre através de uma óptica social, pode vir a se tornar uma recordação caso seja acessada e reconstruída posteriormente. Dado que a mente não faz um estoque estático de imagens de eventos passados ao qual você tem acesso a tudo que deseja e a qualquer momento, é necessário que algumas condições sociais sejam atendidas para que possamos acessar um evento passado. A rememoração só é possível quando estamos em um ambiente/meio/entorno social – “*entourage social*” (Halbwachs, 1994 [1925])- , em que há relações sociais com outros indivíduos. Ao longo de seus escritos, Halbwachs elucida essa ideia a partir de vários exemplos, sendo o mais emblemático aquele que abre seu primeiro livro sobre o tema, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925), a respeito de uma menina que não se lembra (ou lembra muito parcialmente) de seu passado, pois foi retirada abruptamente de seu povo e transportada a um outro país. Assim,

de modo que algumas memórias incertas e incompletas reapareçam, é necessário que alguém, na sociedade em que se encontra agora, mostre-lhe pelo menos algumas imagens que reconstituam o grupo e o ambiente do qual ela foi arrancada (Halbwachs, 1994 [1923], p. VI - *tradução nossa*).

Se o *millieu social* se perde, é mais difícil de rememorar. Se ele é recomposto, mais fácil será. No caso dos ex-internos, o relato de saída abrupta dos ex-internos é frequente e muitos deles não conseguiram manter contato posterior. O meio social foi desfeito do dia para a noite. Uma parte do quebra-cabeça do passado estava ausente. E montar esse quebra-cabeça é, ao final, ver a imagem de si próprio, como relata o ex-interno Papa: "o tempo passou e veio uma cobrança psicológica, pesando em minha memória, em minha alma, a necessidade de saber aonde e como estavam aqueles ex-menores que conviveram comigo, naquele tempo. Esses homens eram como verdadeiros irmãos" (Papa, trecho do livro, 2017, p. 79).

A partir do momento em que eles se reconectaram, restabelecendo essa rede de interações, os processos de rememoração se tornaram mais ativos e constantes. Essa interação não precisa necessariamente se dar face-a-face, mas pode se dar através de meios tecnológicos, estabelecendo assim uma rede de transações translocais e transtemporais. É com o entorno social restaurado que é possível estabelecer processos de rememoração mais fluídos: "Quando foi em 2014 eu comecei a descobrir grupos de ex-internos da FEBEM [...] Aí sim que eu fui relembrar de tudo, dos amigos de infância, dos funcionários, tirei muitas ideias e pude conversar sobre o nosso passado" (Gege, entrevista em profundidade, abril de 2016).

O entorno não fornece apenas as condições para rememoração, como também é responsável por atuar como um gatilho para ela. Raramente, empregamos processos de rememoração involuntários que nos acometem sem ter quaisquer influências externas. Geralmente uma fotografia, um questionamento e até mesmo uma percepção olfativa são responsáveis por disparar um processo de rememoração que nos leva a acessar eventos passados. O acesso a eles é possível não por uma viagem mental isolada, mas sobretudo pela interação com as memórias de outras pessoas (sejam acessadas por conversas ou textos), bem como pela interação com nossas próprias memórias materializadas por meio de narrativas escritas ou gravadas. Ou seja, para que uma recordação seja viva, ela deve ser passível de acesso. A

circulação dessas memórias é fundamental para que possam ser reaccessadas.

Halbwachs propõe a importância das interações para os processos de memória, mas não aprofunda acerca das especificidades, condições e consequências dessas interações entre indivíduos, ambiente e artefatos. Tal posição externalista encontra eco nas formulações, décadas mais tarde, de correntes da Filosofia da Mente que defendem a hipótese da mente estendida.

A "hipótese da mente estendida, formulada por Andy Clark e David Chalmers (1998), gerou um programa de pesquisa com várias vertentes. Contudo, todas elas partem resumidamente do pressuposto (contra as explicações internalistas) de que a cognição não está posta exclusivamente na mente do cognoscente. Ou seja, em muitos momentos, a mente confia em objetos externos a ela para realizar seu processo cognitivo. Dessa hipótese, surgiram as ideias de mente incorporada (*embodied mind* ou *embedded mind*), mente amparada (*scaffolded mind*) e mente distribuída (*distributed mind*).

A posição externalista mais radical é aquela defendida pela mente estendida (*extended mind*) em que a mente precisa de um objeto externo ou uma externalização para melhorar a performance cognitiva, havendo assim um *isomorfismo* ou *paridade* entre objetos externos e capacidades mentais. O exemplo clássico é do caderno de Otto, um indivíduo que sofre de Alzheimer e precisa anotar tudo em seu caderno para viver. O caderno funciona como uma extensão da sua mente. Diferentemente, há as vertentes baseadas no princípio da *complementaridade*, ou seja, de que diferentes propriedades podem trabalhar conjuntamente. Aquela mais semelhante à vertente interpretativa de Halbwachs denominada de "memória coletada" ou "memória "distribuída" é justamente aquelas que defendem uma *cognição distribuída* (Sutton, 2006, 2010; Hutchins & Klausen 1996; Heersmink, 2017a), mais especificamente uma *memória distribuída*. A *cognição distribuída* defende a ideia de que elementos externos desempenham funções de complementariedade e auxílio aos processos mentais. Haveria, portanto, um sistema colaborativo de interação entre indivíduos e artefatos externos. Aqui não se propõe apenas uma memória



estendida, voltada a objetos externos, mas também uma cognição distribuída em diversas mentes individuais. Deslocamos, assim, o *locus* da subjetividade para o social (Cordeiro & Neri, 2019). No que se refere à memória (que é uma forma de cognição), esses argumentos casam muito bem com o pensamento halbwichiano. As recordações, uma vez que são objetivadas, podem se espalhar pelo ambiente e colaborar no processo de rememoração de terceiros. Assim como as lembranças de terceiros podem apoiar nosso processo de rememoração: "No grupo mesmo, a gente começa a brincar: 'ah você, lembra disso? Você lembra daquilo?'. 'Lembra aquela vez que a gente foi na cachoeira e quase morreu?' Se você vê, quando a gente senta pra conversar da FEBEM sai cada história que nossa! 'Caralho aconteceu isso?' " (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Os trabalhos de John Sutton e colaboradores (2009; 2013) se debruçam especificamente sobre os processos de rememoração. Assim como fazem algumas interpretações sociológicas da memória, há um deslocamento do *locus* da subjetividade para o social ao analisar e interpretar a memória. A nossa memória não depende apenas da nossa mente, mas das nossas relações sociais e materiais. Os últimos são denominados de “adereços mnemônicos” (*memory props*) (Glaeser, 2011) ou “artefatos mnemônicos” (*mnemonic artifacts*) (Heersmink, 2013).

No caso dos ex-internos, eles começaram a lembrar com mais clareza e constância quando restabelecerem sua rede de contatos entre si. O fato de não morarem na mesma cidade, ou não terem a oportunidade de se encontrarem pessoalmente com constância, fez com que a interação fosse estabelecida virtualmente e, uma ou duas vezes ao ano, presencialmente. Grande parte de suas interações (ou melhor, “transações” para adotarmos o termo que citamos anteriormente) são possibilitadas majoritariamente pelo Facebook e minoritariamente pelo Whats App: “Nós tem eles tudo no Zap, né? Aí você fica todo dia trocando mensagem, tio daqui, sobrinho de lá, por isso que tem uma identificação. Se você não tem esse tipo de comunicação, não tem identidade com ninguém” (Zefa, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Assim, o papel do Facebook entre os ex-internos não apenas restabeleceu a rede de contatos entre eles, como também atua como instrumento evocativo de recordações, meio circulante de artefatos (tais como gravações e fotografias), como transmissor de relatos mnemônicos de terceiros e também media as relações através de seus algoritmos. Ou seja, transforma as relações sociais a partir de mediações e agências que, sem uma análise crítica, podem ser invisíveis.

Na década de 1930, o historiador Lewis Mumford demonstrou como a invenção do relógio por monges da Idade Média impactou nossa relação com o tempo, não apenas na maneira pela qual “os homens seguem o tempo, mas em como os homens sincronizam suas ações” (1932, p. 14 - *tradução nossa*). Da mesma maneira, o uso de *Social Network Services* (mais especificamente do Facebook) alterou a maneira como interagimos, reagimos e coordenamos nossas ações, sobretudo no que diz respeito aos processos mnemônicos que dependem da colaboração de outros. Além disso, ele possui uma função evocativa importante em que seu algoritmo nos rerepresenta atividades e postagens passadas, reforçando nossas interações com algumas recordações ou eventos passados. Os comentários em postagens antigas do Facebook são uma forma de interação que rompe essas barreiras espaço-temporais, por exemplo. Os algoritmos selecionam e recuperam certas postagens em detrimento de outras, sendo que os critérios de seleção para tal são opacos. Há uma mediação/ação implícita nessas novas formas de interação pós advento dos *Social Network Service*. (Cordeiro, 2020a). O Facebook acaba por ser mais um “jogador” no jogo social (Tufekki, 2017) que decide/estimula/desestimula certas interações (ou *transações* como conceituamos anteriormente) que estão para além da vontade dos ex-internos que interagem nessa plataforma.

O Facebook constrange e permite que *clusters* sejam formados, ou seja, dentro da sua rede de “amigos” é possível restringir essas relações com o uso de grupos e páginas públicas. Esses espaços se “aproximariam muito mais de um mosaico de distintas comunidades dispostas a ignorar a existência de outras comunidades do que compartilhar experiências e organizar os esforços a

fim de construir uma ágora virtual” (Santos, 2005, p. 43). De alguma forma, essas "comunidades" excluem o diferente e tendem a uma homogeneização de usuários em termos de valores que criam espaços de “convívio com o semelhante e não com o distinto” (Santos, 2005, p. 43). No caso dos ex-internos, páginas e grupos do Facebook, pelo menos em um primeiro momento, mostraram-se como um espaço reservado de sociabilidade que, a partir de uma leitura nostálgica, seria análoga à ideia de *Gemeinschaft*. Ali, não haveria o julgamento escancarado da sociedade mais ampla quanto à sua condição de "marginalidade", tampouco o “peso” do estigma (Santos, 2007). Décadas atrás, Walter Benjamin diagnosticou que o espaço para compartilhamento de experiências, características das comunidades, havia sido enfraquecido e estrangulado ao adentrarmos a Modernidade. A narração, para Benjamin, é o exercício oral de contar as experiências e tecê-las a partir de outras experiências dos outros. A figura do do “narrador”, como alguém que apela para suas próprias experiências vividas (*Erfahrung*) e para a experiências daqueles que o ouvem, haveria desaparecido (Benjamin, 2006). Na modernidade estaríamos imersos em um mundo de “fatos” (*Erlebnis*) e não de eventos pessoais interpretados. Obviamente que o Facebook (ou qualquer outra SNS) não subverteu as transformações socio-históricas e tecnológicas que aconteceram com o advento da modernidade. Entretanto, ele reapresentou espaços circunscritos em que a prática de narrar para uma comunidade específica pôde ser retomada. (Cordeiro & Neri, 2019). A própria pergunta inicial do *feed* “O que você está pensando?” estimula que pessoas compartilhem pensamentos cotidianos, memória e intenção futuras. Nessas circunstâncias, o leitor desses pequenos relatos, fotografias ou opinião é um outro genérico dado que a rede de amigos é geralmente tão grande que dificilmente aqueles relatos estimularão algum tipo de sociabilidade. Entretanto, nesses micro espaços virtuais circunscritos pelos grupos ou páginas tecem um outro tipo de sociabilidade. Algo análogo a uma comunidade, mesmo que em um sentido transfigurado de “comunidade” que prescinde da proximidade geográfica e da comunicação oral. Nesses espaços, há algo que liga os usuários, sejam

experiências, valores, gostos ou outros. No caso específico dos ex-internos, estabeleceram uma sociabilidade virtual comunitária pautada no compartilhamento de narrativas e fotografias relativas a recordações ligadas aos seus passados. Como veremos, no caso dos ex-internos, e nesses espaços virtuais como um todo, "o não compartilhamento de valores comuns pode ensejar ameaças aos próprios indivíduos, que vêm comprometidas, de alguma maneira, as suas possibilidades de manutenção do fluxo interativo na sua comunidade" (Santos, 2007, p. 14).

É inegável que os *Social Network Services* mudaram as formas de sociabilidade e, sobretudo, as possibilidades de interação, como um todo. Eles possibilitam interações translocais e transtemporais, pois conectam pessoas em diferentes locais e tempos sem que elas não precisam reagir instantaneamente – ou seja, as ações e reações podem ser assíncronas, possibilitando inclusive as *articulações projetivas* que a vida social, entendida como *processual*, pode gerar. Além disso, os SNS podem incluir outros artefatos nessa rede como, por exemplo, fotografias, gravações e textos. Muito embora esses objetos e fotos circulem com mais frequência no Facebook, a dinâmica de interação face a face permite o manuseio de tais artefatos.

Os encontros presenciais também têm uma importância seminal na construção colaborativa de memórias. A comunicação fluída que acontece entre os ex-internos nos três dias de encontros, permite que eles veiculem recordações de eventos específicos que vão sendo completados pelas lembranças alheias como um quebra cabeça. Nesses encontros, muitos deles levam os poucos objetos guardados e as raras fotos. *Artefatos mnemônicos* ou *objetos evocativos* são artefatos externos que disparam evocam, suportam e/ou mediam o processo de rememoração.

Eu defino como objetos evocativos, objetos ou estruturas físicas que, em virtude de propriedades representacionais ou não-representacionais, evocam memórias autobiográficas. A função autobiográfica não precisa necessariamente ser a função de primária tal objeto. Um violoncelo, por exemplo, tem como função primária fazer música, mas tem como função secundária (e talvez como função não intencional) nos lembrar de nossas próprias experiências passadas (Heersmink & Carter, 2017, p. 8 - *tradução nossa*).

Em conversas como a abaixo, podemos verificar que a fotografia assegura e suporta recordações incertas. Diante de uma fotografia do time de futebol dos ex-internos no Instituto, dois ex-internos conversam:

**Papa:** belas lembranças de 1960/1970

**Jove:** Você lembra exatamente da escalação, caro irmão? Forte abraço.

**Papa:** Tenho em outro uma foto. Vou procurar e te falo. Abraços irmão e boa noite (Postagem no Facebook, abril de 2020).

Heersmink (2013) classifica os artefatos mnemônicos como *semânticos* e *ecológicos*: os *artefatos semânticos* têm um papel simbólico importante na medida em que veiculam uma representação simbólica de algo relacionado ao passado, enquanto os *artefatos ecológicos* estão fisicamente distribuídos no ambiente. O significado não é intrínseco ao artefato, mas adquirido no seu uso e no seu compartilhamento. Tomando emprestado a terminologia de Charles Peirce, Heersmink (2013) aponta para três tipos de artefatos: *icônicos*, *simbólicos* e *indexicais*. O *icônico* é um artefato “similar ou isomórfico a que ele representa” (Heersmink, 2013, p. 476 - *tradução nossa*). Uma foto ou um vídeo, por exemplo, apresenta a foto de um evento, ajudando-nos a lembrar o que aconteceu:

Queridos amigos, é tão bom que você postaram essas fotos [no Facebook] porque agora eu consigo lembrar como o instituto era e como eu vivi lá com os meus colegas. Valeu irmãos (Leno, postagem no Facebook, abril de 2016).

Eu guardo [a foto] por que daí eu lembro de tudo né? Eu olhando aí eu não esqueço do Instituto, eu não esqueço de Batatais (Amin, trecho de fala no documentário Fios da Vida, 2014).

Os *artefatos indexicais* são objetos que se referem ao evento representado. Diferentemente dos *icônicos*, os *indexicais* constroem uma ponte para a conexão opaca entre o objeto e sua representação. Geralmente a relação é opaca, pois é altamente dependente do contexto de conhecimento no qual ele se insere. Por exemplo, enquanto o vídeo de uma competição de futebol é um *artefato icônico* e por isso representa diretamente (isomorficamente) um evento esportivo no passado), uma camiseta de futebol é um *artefato indexical*, pois está

apenas contextualmente relacionada à competição. No trecho abaixo, o ex-interno Chacha elabora sua relação com uma medalha de ouro que ganhou na época em que competia esportes no Instituto: "Raridade [este objeto]. Medalha conquistada nos VI Jogos da Primavera no início da década 1970. Devo tê-la conquistado nos 100m rasos ou no revezamento 4 X100m, prova de atletismo" (Chacha, postagem no Facebook, julho de 2016).

Os *artefatos simbólicos* têm formatos flexíveis, podem expressar uma série de informações e significados que precisam de símbolos socialmente organizados e compartilhados, como por exemplo a linguagem. Aqui, no caso estudado, podemos indicar os próprios relatos dos ex-internos como artefatos simbólicos. Na sequência abaixo, é possível acompanhar a construção colaborativa de lembranças a partir de pequenos relatos sobre o passado:

Final do ano, 1980, eu outras 300 crianças no jardim. Meus amigos mais próximos e eu éramos aqueles sem genealogia. Todo ano era a mesma coisa e eu sempre esperava que minha mãe viesse me buscar e me levar para casa. Mas ela nunca veio até hoje (Luma, postagem no Facebook, dezembro, 2016).

Luma, eu também experienciei essa realidade de final de ano. Eu também sentia a expectativa de que alguém viria me buscar, pelo menos para as férias. Mas de qualquer forma a gente sobreviveu. (Gema, postagem de Facebook, dezembro, 2016).

Luma e Gema, eu estava viajando no tempo enquanto estava lendo os comentários de vocês. Quantos anos que a gente passou por isso? Num dado momento eu desisti de esperar (Som, postagem de Facebook, dezembro, 2016).

Não só os próprios relatos deles, que são *artefatos simbólicos* muito próximos ao evento que representam, como também documentos podem ser considerados *artefatos simbólicos*. No caso estudado, documentos são escassos, dado que poucos deles tiveram acesso ao seu prontuário. Esse resgate do prontuário, para maioria deles que o possui, aconteceu tardiamente, depois que se reencontraram e surgiu a ideia de recuperá-lo nos arquivos do Estado. Apesar de ter informações burocráticas, o prontuário é significativo do ponto de vista da rememoração, além de ser um objeto evocativo de memórias, ele traz informações que podem dar mais certeza sobre o que está sendo lembrado:

Além de ser um documento, é uma lembrança que às vezes eu olho [...] (Amin, trecho de sua fala no documentário Fios da Vida, 2014).

**Pesquisadora:** Você se lembra disso?

**Som:** Aí eles vão contando pra a gente, tem o prontuário que ajuda bastante também. Inclusive no meu prontuário tem um jornal lá de 83 ou 82, eles procurando minha família. Eles me falaram desse jornal na época. Eu não lembrava, mas lembrei por causa do prontuário.

(Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

A depender do quão completo está um prontuário, ele pode conter outros tipos de artefatos como fotografias (artefatos indexais): "Lá tem foto minha de quando eu era criança, tem medalha que a gente ganhou nos campeonatos" (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

Embora os *artefatos ecológicos* não sejam representacionais, eles também podem apoiar e disparar lembranças. Eles geralmente compõem o próprio ambiente físico. O próprio Instituto (ou melhor, suas ruínas) é um bom exemplo de artefato ecológico. Diante das ruínas do Instituto, Uta apontou seu dedo para um dos edifícios e disse: "olha! Lá era onde passavam os a janelinha lá, naquele... naquela... você consegue ver?" (trecho de fala do vídeo documental "Ex-internos do Instituto Agrícola de Menores de Batatais/SP", abril 2012). É claro que um *artefato ecológico*, por não ser representacional, dificilmente seriam compartilhados em redes sociais - a menos que fossem imagens desses artefatos, portanto seriam *artefatos icônicos* e não mais *ecológicos* (espaciais).

Portanto, nas redes sociais, são os *artefatos icônicos* e os *artefatos simbólicos* que circulam, mediam interações e amparam processos de rememoração. Ao olhar a realidade empírica, essas interações e classificações estão todas interligadas. Diante de uma foto antiga de dois ex-internos correndo, postada no Facebook, Chacha declara: "Caramba! Que relíquia! Pena que não estou reconhecendo e lembrando o nome dos dois atletas, mas lembro vagamente de ambos!" (postagem no Facebook no grupo público IAMB 1946/1976, junho de 2016). O comentário do colega o ajuda a recordar: "É o Jove e o Neto" (postagem no Facebook no grupo público IAMB 1946/1976, junho de 2016). Esse tipo de interação no Facebook é muito frequente, pois a

dinâmica da rede social não apenas permite o compartilhamento desse tipo de artefato simbólico, como estimula intencionalmente esse compartilhamento. A clássica pergunta do Facebook logo no topo da página, “No que você está pensando”?, induz os usuários a postarem não apenas textos, como também imagens.

Como efeito secundário esse tipo de *feature*, bem como todo o desenho que as redes sociais permitem (*afford*) que os usuários cotidianamente publiquem acontecimentos e gostos em suas páginas, gerando uma espécie de arquivo para cada usuário. Arquivos estes que não são passivos, mas sim ativos, uma vez que os próprios algoritmos dos SNS se encarregam de recuperar esses dados e reapresentá-los aos usuários como forma de “memórias” (Cordeiro, 2020a). De acordo com Lupton (2014):

Várias tecnologias digitais têm sido desenvolvidas para digitalizar o *self* ou o corpo do indivíduo. Isso inclui o compartilhamento de fotografias em plataformas de mídias sociais, perfis, blogs e comentários escritos sobre os usuários [...], no nível ontológico, nosso senso de identidade e corporificação agora estão implicados com as tecnologias digitais (p. 164-5 - *tradução nossa*).

Isso nos leva a repensar, em termos contemporâneos, o antigo problema filosófico da *identidade temporal como evidência da memória*, o qual discutiremos a seguir.

---

### *A reconstrução do passado como forma de construção de si: sobre a identidade*

A relação de dependência entre memória e identidade foi a resposta dada por John Locke (1689 [1996]) para o "problema da persistência da identidade" no tempo, que foi perseguido pela Filosofia durante séculos. A essa resposta, foi dado o nome de "evidência da memória", pois a tese é de que é necessário que lembremos minimamente sobre o nosso passado para reconhecermos o *eu presente* como o idêntico ao *eu passado*. Nessa tese, Locke pressupõe a



continuidade da consciência como premissa para que haja essa identidade entre o *eu passado* e o *eu presente*. Ele calca a tese em uma hipótese subjetivista e una do *self*.

À época da proposição de Locke, o filósofo inglês Joseph Butler (1975 [1736]) fez a seguinte crítica: se a minha identidade/ *self* é constituída de memórias, como eu sei que as memórias que eu tenho se referem, de fato, a mim? Ou seja, Joseph Butler sugere que Locke pressupôs que o *self* seria composto apenas de lembranças que são lembradas pelo próprio indivíduo – algo que aos olhos de Joseph Butler parecia restrito e improvável. Isso, pois de acordo com Butler, esse argumento levaria a uma circularidade lógica, já que pressuporia a continuidade da consciência/unidade psicológica, a qual, por sua vez, deveria ser garantida pela própria memória.

Por muitos anos, na Filosofia, o debate da continuidade do *self* ao longo do tempo se dividiu basicamente entre os argumentos que defendem que isso é garantido pela continuidade da consciência (os neolockeanos são tributários dessa corrente) e pela continuidade do corpo. O primeiro entende que *self* é um processo que unifica a corrente de experiências e pensamentos que uma pessoa tem sobre si próprio ao longo do tempo. O segundo defende que o *self* repousa na permanência do corpo ao longo do tempo, isto é, a existência de processos cerebrais é mais importante do que a consciência das experiências vividas (Gallagher, 2000). Ambas as ideias estão calcadas em um indivíduo uno, em um *homo clausus*, que percebe e produz recordações isoladamente ou que possui uma condição cognitiva intacta.

Essas concepções foram revistas a partir dos anos 1970 a partir de concepções do *self* menos essencialistas. Neste e no próximo subcapítulo, discutiremos as noções de *self distribuído* e de *self* narrativo, respectivamente. Ambos ainda colocam as recordações do passado no centro de suas concepções, mas diferentemente da concepção de *self* de Locke, elas rompem com a ideia unitária e fechada de indivíduo. A ideia de *self distribuído* rompe com o pressuposto de que é necessário um ente biológico com plenas condições cognitivas estritamente associadas à consciência; ao passo que o

*self narrativo* rompe com a ideia de que a unidade do *self* se deve à consciência e capacidade de recordarmos tudo sobre o nosso passado de maneira coerentemente interligada.

Pensar identidade a partir da ideia de *self distribuído* foi amplamente fundamentado nas descobertas do cientista cognitivo Sydney Shoemaker que introduziu o conceito de *quasi-memory* ou *memória-q* (1970). A noção de *memória-q* rompe com o pressuposto da continuidade da consciência defendido por Locke e os neolockeanos. Shoemaker chegou a essa ideia após analisar um caso de uma pessoa que, após ter sofrido um acidente, manteve todas as suas *memórias declarativas episódicas*, contudo não reconhecia nenhuma delas como tendo sido experienciada por ele mesmo. Isso levou Shoemaker a concluir que a identidade está ligada a fenômenos separados de seus corpos. Isso quer dizer que, haveria a possibilidade de o *self* ser, pelo menos em parte, constituído externamente (Reynolds, 2009), rompendo com o peso dado unicamente à consciência interna.

Essa proposição de Shoemaker faz uma importante distinção entre percepção e consciência até então inédita nas Ciências Cognitivas. Propõe-se uma concepção de co-dependência entre memória e identidade em que a identidade não é constituída apenas por memórias que foram construídas a partir do fluxo perceptivo do indivíduo, mas também por aquelas que estão no fluxo da sua consciência temporal. Assim podemos considerar um *self* que se estende no ambiente para além do confinamento corporal. Ou seja, a consciência não é a única garantidora do *self* no tempo, já que a interação com o ambiente externo (artefatos e pessoas) também é um dos principais responsáveis. O solipsismo encontrado em algumas abordagens subjetivistas se vê descartado de saída nesse caso.

Os casos levantados para defender a ideia de *memória-q* tratam de pessoas que perderam a memória, mas que aprenderam sobre seu passado a partir de fotografias e o que outras que pessoas lhes contaram, e pessoas que

lembravam eventos de seu próprio passado, mas não tinham a sensação de que eles que haviam vivido aquilo (Klein & Nichols, 2012).

Essa experiência abre a possibilidade de tratarmos a *memória declarativa episódica* não apenas como sendo *autorreferente*, ou seja, testemunhada pelo próprio indivíduo, mas também como advinda de experiências não testemunhadas diretamente (as *memória-q*). Ou seja, ele desatrela a necessidade do testemunho sensorial da rememoração de *memórias episódicas*. Isso significa que podemos ter uma *memória-q* de um passado experienciado por um terceiro a ponto de nos causar estados mentais semelhantes àqueles causados por memórias episódicas que nós mesmos testemunhamos e que são tão presentes em nossa mente que acabamos por reconhecê-las como se fossem oriundas do nosso próprio passado. Entretanto, não são todas as memórias declarativas episódicas testemunhadas por terceiros que nos levaram a estados mentais semelhantes e que reconheceremos como se fossem nossos próprios passados. Apenas aquelas que fazem parte da nossa biografia e que são coerentes com a narrativa autobiográfica que construímos podem amparar nosso próprio processo de rememoração constitutivo de nosso *self*, ao qual podemos dar o nome de processo *mnemônico-identitário*.

Reconstruir uma recordação implica simultaneamente em construir identidade, na medida em que se constrói um sujeito consciente que se relaciona com os ditos elementos dispersos de seu passado e o constrói como uma cena e um presente recordado que surge na narração de si mesmo (Feierstein, 2012, p. 59 - *tradução nossa*).

Nesse sentido, se as relações sociais e as relações com artefatos externos são constitutivos da memória, essa rede complexa de relações também determina, em parte, nosso *self*. Isto é, conhecer a si próprio é conhecer uma parte suficiente de nosso passado, e se conhecer o nosso passado depende de uma rememoração que é possibilitada pelo entorno social, a concepção de identidade que assumimos aqui também é distribuída – “*distributed self*” (Heermink, 2016). Ter consciência de si e de seu próprio passado não depende apenas de uma continuidade psicológica e biológica, mas também de uma continuidade social que colabora para que alguém

entenda quem é, a partir da interação com o outro e com artefatos que lhes são significativos. Nesse sentido, é “crucial que a teoria social se lembre de que o *self* está espalhado por toda paisagem social e não concentrado em um único local biológico” (Abbott, 2016, p. 7). Portanto, um processo de rememoração sempre alimentará um processo de formação identitária, sendo que ambos os fenômenos estão estritamente imbricados. Assim, um processo de rememoração pode ser renomeado como um processo mnemônico-identitário.

Como discutimos no tópico anterior, mídias sociais como o Facebook utilizados pelos ex-internos, é um espaço de reforço das relações sociais e do desenrolar de processos mnemônicos-identitários. Nesses espaços, há uma ênfase à apresentação do *self* para os outros, como alguém dotado de um nome, fotografias de si, histórias passadas e presentes, opiniões e uma rede de “amigos”. O Facebook definitivamente ocupa um papel importante no acesso e construção de memórias autobiográficas não apenas dos ex-internos, como de grande parte da população. Sherry Turkle, em seu livro *Evocative Objects: Things We Think With* (2011), cita o depoimento de um adolescente a respeito:

Se o Facebook for deletado, eu seria deletada... Todas as minhas memórias provavelmente iriam embora. Outras pessoas postaram fotos minhas e tudo isso também seria perdido. Se o Facebook for desfeito, eu ficaria doída, pois isso é o que eu sou e faz parte da minha vida (Turkle, 2011, p. 192 - *tradução nossa*).

A ideia de “ser deletada” diz respeito à relação entre memória e identidade, ou seja, nossa identidade é possível pois conheço algo do meu passado que me liga ao presente. Essa necessidade de rememoração como garantia do *self* atravessou os séculos e, se antes escrevíamos em diários com fotografias anexadas, hoje, o Facebook faz esse papel com o adicional de reestabelecer laços sociais que transpassam limites geográficos e temporais. No caso dos ex-internos, embora eles se encontrem ao vivo cerca de duas vezes por ano, o Facebook exerce esse papel quase cotidiano de interação e de rememoração que não seria possível sem ele, sobretudo pela distância espacial em que se encontram os mais diferentes ex-internos. Esses pensamentos, recordações, esse verdadeiro “diário” público, exposto para a rede, dá tração

para os processos de rememoração colaborativos. Entretanto, nesses espaços, como veremos, as interações entre outros usuários e fotos se dão a partir do compartilhamento de pequenos relatos sobre si e sobre o passado. Grandes narrativas não são comportadas nesses espaços, pois a própria tecnologia não tem um desenho que permite (*afford*) isso. A expressão de relatos mais abrangentes e consolidados acontecem em outros espaços, geralmente espaços sem ou com pouca interpelação, em que as narrativas podem se desenrolar. Esse isolamento social não significa, contudo, que não haja, no mínimo uma interação mental com o entorno.

Nós não temos um *self* ou um *self* verdadeiro que é acessível para nós independentemente das histórias que nós contamos sobre ele e as explicações que podemos dar. Ele é externo, interacional, orientado a outros e dependente do fato de que desempenha um papel na interação social e aceitação pelos outros, bem como um raciocínio em algum sentido com a experiência interior. A coerência do *self* [...] é uma conquista narrativa – o resultado de construir uma história de alto nível a partir de várias narrações do *self* que implementamos para entendermos e explicarmos nós mesmos para os outros, mesmo que seja apenas em pensamento (Turner, 2018, p. 170 - *tradução nossa*).

Essa expressão narrativa do *self temporal* se dá por meio de histórias contadas por nos mesmos sobre nós e por outros sobre nós. Nesse sentido, a ideia de *self* narrativo pode ser complementar à ideia de *self* distribuído.

---

### *A narrativa autobiográfica como espaço de construção de si e do passado*

Diante de uma miríade de memórias que temos que são transformadas à luz do presente, constituir uma narrativa de si é uma atividade laboriosa de escolher e ligar certas partes do nosso passado. Essa narrativa (essa história de si) pode ter formatos mais ou menos complexos. A princípio, o ato de contar histórias (de si ou não) é a própria base do processo de entendimento (Shank, 2000). Entendemos o mundo a partir das histórias que ouvimos e contamos. De maneira mais geral, para Shank (2000), a mente (a cognição humana) nada mais

é do que um conjunto de histórias sobre as experiências que já tivemos. Portanto, "o que sabemos/conhecemos está imbricado no que contamos e o que contamos determina fortemente o que sabemos/conhecemos" (Shank, 2000, p. 17). Quando se trata de narrativas de si e um esforço deliberado de construir essa história para a manutenção da identidade (que por sua vez é uma conquista de manter a continuidade e coerência do *self* diante de diferentes situações de mudança) há de ter um espaço para que o encadeamento dessas memórias ocorra. Esse é o espaço biográfico (Arfuch, 2012) que pode ter diferentes configurações a depender dos diferentes biografismos que o constituem. Biografismo são as práticas narrativas de si próprio e essas podem assumir diferentes formatos. O fruto dessas práticas nesse espaço são as narrativas biográficas que nos dão a possibilidade de acesso à experiência de um *self* que as comunica como uma forma de autorrepresentação. São através delas que podemos reconstruir as intencionalidades e o gênero do curso das ações e eventos da nossa vida.

Em geral, a prática biográfica, que é a maneira que encontramos de organizar experiência através da linguagem, "integra fenômenos isolados ou alienados em um único processo unificado" (Connerton, 2013, p. 26 - tradução nossa), coadunando diferentes eventos de diferentes temporalidades. A narrativa articula uma pluralidade de ações que se desenrolam no tempo ao organizá-los em um único fluxo temporal e em uma síntese com perspectiva temporal limitada.

Essa síntese geralmente é teleológica. Isto é, a representação de si através de uma narrativa que seleciona recordações que sejam pertinentes para o momento presente. Em uma autobiografia, as recordações e ações estão encadeadas servindo a um propósito que é justamente ligar algo do *eu passado* a algo do *eu presente*. Um biólogo, por exemplo, buscará enfatizar momento da sua infância em que ele demonstrou interesse por elementos do mundo natural ou experiência que tece com o mundo natural que o levaram à escolha da biologia. Na citação abaixo está bem exposto como é a relação da conexão entre essas recordações ligadas na narrativa:

A conectividade através do tempo não se trata apenas de uma meta conectividade causal (ainda que também possa sê-lo), mas sim de uma conectividade de sentido- uma conectividade que traz sentido aos eventos (Ricoeur 1992: 115). Essa ideia de uma conectividade ligada à produção de sentido não é uma conectividade causal, nem uma conectividade real na terminologia de Hume. Isso não quer dizer que não seja algo puramente imaginativo ou ficcional. Em vez disso, é interpretativo ou hermenêutico (Gallagher, 2004, p. 406 -*tradução nossa*).

Refraseando, a ligação de um evento/experiência a outro/a em torno de um eixo (que é o enredo) não tem uma natureza causal, mas sim interpretativa. Isto é, a parte de um trecho da sua estória, dá-se sentido ao todo. Isso também não quer dizer que seja uma ligação real (que de fato, esses eventos estejam causalmente ligados), muito menos fictícia (que o biógrafo inventou um dos eventos para conectá-los). Essa ligação é interpretativa, é o que traz sentido à estória. E atribuir sentido à uma estória de si, a partir de recordações, é constituir a própria identidade (ou *self temporal*) de modo a torná-la apresentável. Nesse sentido, Ricoeur (2011) propõe que a identidade implica em uma estrutura imutável ao longo do tempo (*mesmidade*), entende que a identidade é aquilo que nos diferencia dos outros, aquilo que nos torna singular a partir de nossas estórias. Assim, a identidade abarca também as sinuosidades das trajetórias de vida ao longo do tempo e contingências constitutivas de sua relação com o outro. O que traça a identidade é justamente esse "quem" da ação que permanece o mesmo no curso temporal. Ricoeur entende que essa apreensão do "quem" que age ao longo do tempo só se torna tangível a partir das mediações narrativas, concebendo assim a noção de *self narrativo*. Nesse sentido, um material biográfico (completo ou fragmentado, como veremos aqui) sempre tende à coerência e sentido das experiências vividas.

Embora o narrador seja tipicamente o protagonista desse tipo de narrativa, Lindemann (2001) considera a importância das narrativas de terceiros sobre nós mesmo para a construção de nossa própria narrativa. Como vimos, todo processo de rememoração é possível pelas relações sociais. A construção biográfica não acontece de forma diferente. Nesse sentido, teríamos uma concepção de *narrativa distribuída* que é consequência de uma concepção de

*memória distribuída* e o *self distribuído* que pressupõem uma *mente distribuída*: "a identidade consiste na manutenção de uma *master* narrativa que abarca outras narrativas sobre o *self* que afetam o cérebro desde fora pela habituação e processos similares, juntamente com alguma propensão à narrativização" (Turner, 2018, p. 163 - *tradução nossa*).

A noção de *narrativa distribuída* aponta para a ideia de que as narrativas não são um produto subjetivo, mas socialmente colaborativo. Narrativas públicas podem ser contestadas, aprimoradas, legitimadas e validadas em um dado contexto social. Essa publicização ficou muito mais fácil com o advento das redes sociais. Se antes, os diários eram irreplicáveis (ou replicáveis a muito custo, pelo menos antes da prensa), após a internet, houve uma proliferação dos *lifelogs*, postagens sobre si nas redes sociais e outras formas digitais de disseminação de relatos autobiográficos. Eles geram um conhecimento não apenas para o narrador, mas para o pesquisador acessar e analisar esses textos. Por narrativa autobiográfica, então, entende-se uma ampla gama de produções:

Uma narrativa pode ser oral ou escrita e pode ser provocada ou ouvida durante o trabalho de campo, uma entrevista ou uma conversa natural. Em qualquer uma dessas situações, uma narrativa pode ser (a) uma breve história tópica sobre um evento particular e personagens específicos, como um encontro com um amigo, chefe ou médico; (b) uma história extensa sobre um aspecto significativo da vida, como trabalho escolar, casamento, divórcio, parto, doença, trauma ou participação em uma guerra ou movimento social ou (c) a narrativa total da vida, desde o nascimento até o presente (Chase, 2008, p. 59 - *tradução nossa*).

Nesse sentido, é possível encontrar vários tipos de narrativas autobiográficas que circulam entre os ex-internos organicamente com graus de estruturação diferentes. Independente do formato, a maioria deles expressam essa vontade e/ou necessidade biográfica: "Eu acho que é uma satisfação você fazer uma autobiografia. Compartilhar aquilo que, vendo e revendo, principalmente para a família, para os amigos."

Encontramos, narrativas biográficas que vão desde relatos mais desestruturados, como comentários no Facebook e falas em rodas de conversas em seus encontros presenciais, até contos que eles circulam *online*



(por *email* e/ou Facebook) ou até mesmo livros editados escritos por eles próprios. O primeiro tipo permite a interpelação direta de seus colegas, algo que não é possível nos dois últimos tipos. A forma clássica e estruturada de uma narrativa, como é o caso do livro editado e dos contos, é menos frequente, já que exige um esforço considerável do narrador. Para obter mais narrativas estruturadas como essa, como veremos, optamos por realizar entrevistas narrativas, criando assim um espaço para produção de narrativas autobiográficas completas.

Embora os relatos do Facebook não permitam acompanharmos toda a teleologia e coerência às quais tende uma narrativa autobiográfica completa, ele permite que vejamos a processualidade e interacionalidade com que são construídas essas narrativas ao longo do tempo, tecendo assim longas e colaborativas narrativas sobre seus passados. As narrativas presentes no mundo *online* não pertencem a um mundo separado, mas são produtos desse fluxo processual de ações e reações que tecem o tecido social. Isso, pois o Facebook “foi desenhado para se tornar parte da vida dos usuários e para moldar também as narrativas *offline*” (McNeil, 2012, p. 67 - *tradução nossa*). Assim, tudo o que é dito no âmbito virtual ressoa no “mundo real”. Até mesmo as narrativas biográficas mais estruturadas estão ligadas aos relatos produzidos online. A constante necessidade de construir narrativas inteiras e coerentes (como é o caso da iniciativa do livro de memórias escrito por um ex-interno ou mesmo a vontade que eles demonstram em conceder entrevistas autobiográficas) está muito mais ligada a uma necessidade de trazer coerência às recordações, constringendo-as a uma ordenação lógica e cronológica, e provendo-as um sentido coerente. Esse tipo de narrativa estruturada é um verdadeiro tecido de significados costurados. Como veremos, são nas narrativas autobiográficas extraídas das entrevistas que é possível apreender os significados que eles atribuem às suas institucionalizações precoces em suas histórias de vida. O aspecto oral traz a esse tipo relato outras camadas expressivas como gestos e performances que estão ausentes em livros editados, os quais são revisados por um terceiro que geralmente os reescrevem

de modo a se tornarem publicáveis (Goody, 1996). Sobre esse constrangimento que sofreu sua narrativa, o ex-interno Papa conta sobre seu livro: "Eu escrevi minha estória em 150 ou 200 páginas. Mas ia ficar muito caro para imprimir. O editor disse pra cortar, porque tinha muita besteira. Aí eu revisei e ficou só as melhores partes" (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Os livros provavelmente são o tipo de mídia que mais constroem as narrativas autobiográficas a se tornarem sintéticas e coerentes. Esse tipo de materialização de memórias também canoniza a versão narrativa em questão (Cordeiro, 2015) e é circulada entre os outros ex-internos com maior facilidade.

Todas essas formas de relatos autobiográficos, digitais ou não, literários ou não, são formas de conhecimento do passado e de conhecimento de si que engendram processos mnemônicos-identitários. As Ciências Sociais têm discutido a relação entre verdade e ficção nessas formas de conhecimento que são as narrativas biográficas. Entretanto, tão pouco interessa

o conteúdo do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, de momentos, de atitudes, mas precisamente as estratégias de autorrepresentação é o que importa. Não tanto a ‘verdade’ do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de se nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança (Arfuch, 2012, p. 239).

Nesse sentido interessa pouco discorrer sobre a ficcionalidade dos relatos ou sobre a falsidade de uma memória. Isso, pois, ela pode ser pouco acurada, mas será sempre, no mínimo, “autêntica”, (Bernecker, 2010) no sentido de que há uma correspondência entre a representação do evento (a recordação) e a experiência do indivíduo durante algum evento. Quando contestada, não quer dizer que a memória é completamente falsa, mas somente que ela não é autêntica para um dos indivíduos. Assim, o conceito de “memória falsa” salientada por alguns trabalhos simplesmente não faz sentido para o debate sociológico sobre os processos de rememoração, pois uma “memória falsa”

poderia simplesmente ser considerada como uma mentira deliberada (em condições normais) ou como uma alucinação (em condições patológicas)<sup>4</sup>.

Do ponto de vista da Sociologia (ou pelo menos para o tipo de abordagem sociológica que estamos delineando neste trabalho), todo tipo de conhecimento produzido por recordações é válido, uma vez que diz respeito à experiências pessoais que são produzidas e recebida no meio social. Se alguém relata um evento passado que faz parte de sua vida e que faz sentido a ele, o que podemos ter são contestações sobre o sentido que ele atribui a este evento. Portanto, interessa nas narrativas biográficas, investigar menos a verossimilhança ou uma verdade por correspondência e mais as dinâmicas que criam verdades por "consenso", ou melhor "dinâmicas de validação". Como veremos na próximo subcapítulo, essas dinâmicas de validação dos relatos autobiográficos podem se tornar intencionais, transformando-se em verdadeiras políticas de "*self making*" (construção de si).

## **2.4 As condições de validação do passado**

Como apresentamos, a percepção do mundo já opera um recorte daquilo que rodeia o indivíduo. Essa ótica, através da qual nós vemos o mundo, é constituída pelos modos como interagimos com o mundo (discursivamente, emotivamente e cinestesticamente). A reconstrução do passado envolve uma dinâmica complexa em que essas percepções passadas são resgatadas e interpretadas à luz do presente. Isso é possível quando algumas condições sociais estão dadas – bem quando uma “normalidade” fisiológica está garantida. Entretanto, ainda não foi discutido quais são as dinâmicas de interação pelas quais passam as versões sobre o passado que se sobressaem, estabilizam-se, são validadas e perpetuam-se. Para tal, é necessária uma interpretação compreensiva que não é abarcada nos trabalhos de Halbwachs,

---

<sup>4</sup> Esse debate, contudo, não é irrelevante para outras áreas do saber que investigam patologias ou para investigações que buscam descobrir fatos do passado baseados em memórias, como é o caso do Direito. No capítulo 3, discutiremos sobre a validade das narrativas como materiais empírico e como eles podem e devem ser utilizadas em várias pesquisas nas Ciências Sociais.

nem na vertente da *mente distribuída*. Tão pouco ambos exploram as dinâmicas que levam a certas “memórias” serem tomadas como mais válidas. Em Halbwachs, encontramos a ideia de que algumas memórias coletivas reúnem versões convergentes sobre o passado que podem ter preponderância sobre outras. Não há, contudo, uma análise fina de como ocorrem são esses “processos de validação”. Neste subcapítulo, exploraremos essa dinâmica de construção de sentido intersubjetivo sobre o passado, entendendo também como certas versões são estabilizadas (*institucionalizadas*) ao serem “validadas” por *autoridades*. Esse arcabouço teórico advém da Sociologia do Entendimento de Andreas Glaeser.

---

### *Como ressignificamos o passado ao longo do tempo?: sobre as dinâmicas do entendimento*

Podemos lembrar de coisas de diferentes naturezas, por exemplo, onde nossa casa está localizada, o nome de uma personalidade histórica, a festa do nosso aniversário de cinco anos ou a tarde em que fomos roubados. Algumas dessas coisas surgem à mente sem nos levar a um trabalho laborioso de entendê-las; outras continuam chamando nossa atenção por anos, levando-nos a processos constantes de entendimento acerca do que aconteceu. Embora a recordação possa estar fortemente envolvida com o entendimento, elas ainda se referem a diferentes processos. Destas cinco coisas, provavelmente revisitaríamos e tentaríamos entender cuidadosamente o episódio do roubo ou da festa de cinco anos. Esse episódio (isto é, esta *memória episódica*) conta algo sobre quem somos, o que sabemos e como percebemos o mundo, ao passo que o nome de uma personalidade histórica ou a localização de uma casa (isto é, uma *memória semântica*) não oferecem (*afford*) múltiplos entendimentos. Além disso, há eventos que retiveram mais nossa atenção do outros e principalmente, há eventos passados que são mais relevantes no presentes e por isso nos debruçamos a compreendê-los.

Nem toda recordação autobiográfica tem significado imediato, pois entender o passado faz parte dos fluxos de ação e reação que tecem o tecido social (Glaeser, 2011). Da mesma forma que uma recordação muda através do fluxo temporal, um *entendimento* também muda. A estabilização ou a predominância de um *entendimento* sobre os outros podem ocorrer e apenas um rastreamento processual poderia interpretar essa dinâmica.

A recordação e o *entendimento* estão interligados de várias maneiras. Em primeiro lugar, ambos são processos atualizados no momento presente. São processos conscientes e discursivamente expressos que também são constituídos por emoções e percepções. No entanto, ambos os processos podem ser completamente independentes, uma vez que existem recordações desconectadas de *entendimentos* e *entendimentos* sem recordações<sup>5</sup>. Quando se trata de autobiografias, ambos aparecem frequentemente imbricados. Pois, justamente a autobiografia é um esforço deliberado de atribuir sentido ao próprio passado. Sempre que dizemos "eu entendo alguma coisa", quero dizer que posso atribuir "significado a um evento, pessoa, objeto ou representação do passado".

Como vimos no subcapítulo 2.2 "As condições de acesso ao passado", os modos de entendimento (*modo discursivo*, o *modo emotivo* e o *modo cinestésico*) são instrumentos pelo quais apreendemos o interpretamos o mundo (Glaeser, 2011). O modo discursivo é o meio mais primário pelo qual entendemos o mundo, pois são sistemas simbólicos completos capazes de moldar nossa experiência múltipla e rica do mundo. A emoção, por outro lado, filtra o mundo basicamente em termos de rejeição e atração de um repertório de sentimentos. O *modo cinestésico* filtra o mundo através dos sentidos, da maneira como nos movemos, cheiramos, percebemos as cores. A partir desses

---

<sup>5</sup> Do ponto neurológico isso também se mostra verdadeiro. As recordações são processadas pelo hipocampo. A *memória declarativa* (sobretudo a episódica) é processada pelo hipocampo e quando há emoções envolvidas, o processamento também ativa a amígdala. Já o entendimento/compreensão seria processada pelo neocórtex, pois faz parte de altas funções que envolvem o pensamento consciente, a linguagem e o raciocínio.

três modos, filtramos o mundo e, a partir deles, construímos nossa compreensão do mundo.

*Entendimentos* podem ser gerados sobre os mais diversos aspectos da vida. No caso pesquisado, os *entendimentos* gerados (os significados atribuídos) dizem respeito ao passado dos próprios ex-internos, sobretudo, o passado que viveram dentro da instituição. Assim, o *entendimento* sobre o que se passou é, em grande parte, um “auto entendimento” (*self understanding*) que tem papel central na constituição da própria identidade. Nessa dinâmica de atribuir sentido às próprias recordações, podemos dizer que “os entendimentos não estão separados de um *self making*” (Glaeser, 2011, p. 221 - *tradução nossa*), que justamente é um trabalho de tecer um entendimento sobre si e seu passado. Fazemos isso ao resgatas memórias e reinterpretá-las, salientando certos aspectos e dando menos importância a outros. No caso do ex-internos, muitas memórias estão ligadas a eventos que envolvem emoções, sofrimento e medo. Como discutimos, muitas dessas recordações são expressas por ele através do discurso. Ainda o uso da linguagem seja muito direto e sem metáforas, muitos desses tipos de eventos permaneceram incompreendidos por eles. E são compartilhados entre os colegas e ressignificados ao longo do tempo -como veremos no capítulo 4. Mas como ressignificar uma emoção ligada a uma memória difícil, por exemplo? Já entendemos que esses eventos são passíveis de expressão por eles, mas resta explorar se, ao buscar entendê-los, há se fato uma ressignificação da emoção em si.

As emoções, ao se tornarem intersubjetivas através da fala, saem do âmbito do incontrolável ou de um suposto inconsciente e passam a ser apreendidas racional e conscientemente (Reddy, 2001). Ainda que sensações corporais e sentimentos interajam de uma maneira dinâmica, podendo ser identificadas como “agradáveis” ou “desagradáveis”, elas são emocionalmente interpretadas dentro de determinados contextos culturais. O conceito de “*emotives*”, pensado por William Reddy em *The Navigation of the Feeling* (2001), é uma tentativa de dar conta dessa transformação pela qual passam as sensações físicas para a linguagem expressa.

Tanto a nomenclatura, como sua teoria, são baseadas na teoria dos *Speech Acts* de John Austin (1962). A ideia de *emotive* guarda alguma relação com o que Austin denomina de *performatives*, isto é, sentenças que produzem efeitos no mundo, por exemplo, quando você fala “sim” em uma cerimônia de casamento, você está selando um compromisso civil (às vezes também religioso) que faz parte da realidade do seu mundo. Um *emotive*, por sua vez é um tanto mais amplo, ele é a.) descritivo, b.) relacional, e c.) autoevidente. São descritivos, pois eles descrevem como uma pessoa sente. Eles são relacionais, pois estão ligados à vida social, negociando como os outros devem sentir. E, são autoevidentes, pois exploram como um indivíduo sente e por que sente de tal maneira. Os *emotives* são uma expressão externa de como alguém sente, eles também são afetados pela vida social. Assim, os *emotives* não apenas traduzem a emoção como buscam fazê-lo através das convenções socio-culturais. Por outro lado, um *emotive* é uma tentativa de sentir o que se diz que se sente. Ele produz uma ação no mundo, pois é discursivo, consciente e intencional, ele muda, constrói e intensifica as emoções, erigindo novas realidades sociais.

Nesse sentido, o *entendimento* de algo, seja ele emotivo ou discursivo, não é apenas uma operação mental/psicológica. Ele é também constituído a partir do compartilhamento e estabilização desse sentido atribuído (Glaeser, 2011). Ao entender, temos maior ou menor grau de certeza e clareza ou podemos entender parcialmente algo. São as práticas que ancoram essas operações mentais, pois são elas que criam esse critério exterior, “prática é o conceito que melhor captura o fato de que viver em sociedade não é simplesmente uma questão de seguir regras, mas é dominar as pistas e expectativas dos outros, do uso dos símbolos e do processo de contínuo ajuste mútuo” (Turner, 2008, p. 49). Glaeser entende que essa compreensão do mundo

guia nossa ação e é realizada nela, ou seja, ela se efetiva na pragmaticidade<sup>6</sup>. Esse processo é sempre resultado de nossa constante interação com os outros, portanto, é situacional, relacional e processual, ou seja, transforma-se ao longo do tempo através da comunicação<sup>7</sup>.

É na ação que transmitimos o significado atribuído que pode ser modelado, negociado, afirmado ou enfraquecido. Portanto, as maneiras pelas quais nós pensamos, falamos e nos comportamos constituem a ordem social. De acordo com Glaeser (2011):

---

<sup>6</sup> Schütz também explora a relação entre o recordar e o compreender. Ele adota um conceito fenomenológico de *consciência interna do tempo*, que é a condição que nós seres-humanos temos ao experimentarmos o mundo. Essa consciência interna está dividida em presente, passado e futuro e, tudo o que passa por ela consciência é dotado de sentido. A memória seria, com isso, uma sequência de presentes retidos que, ao serem revividas, passariam novamente pelo fluxo da consciência do tempo e adquiririam sentido novo. Segundo ele, “o significado nada mais é do que a atitude da mente experimentadora em relação às experiências passadas” (Schütz, 1976 [1944], pp. 61-2 - *tradução nossa*). Consequentemente, para ele, entenderíamos apenas o que já aconteceu. Isso implica que não há relação mediada entre o que vivemos e o que recordarmos. Nesse cenário, a explicação não deixa espaço para um processo colaborativo ou distribuído de recordação, como discutimos aqui. O papel das recordações de outros indivíduos é ser apenas um conhecimento externo e não ataria ou apoiaria absolutamente nada em nós. Se as lembranças de outros desempenham apenas o papel de gatilhos, a teoria de Schütz enfrenta uma dificuldade significativa nesse sentido. Qualquer coisa externa que tenha alguma correspondência com o que temos no horizonte de nossa retenção provocaria essa retenção no presente. Como consequência, qualquer experiência poderia ser destacada, pois não existem critérios sociais que organizem o processo de recordação em uma fenomenologia sociológica como a que ele propõe. A vida subjetiva seria um ciclo de *feedbacks* que transformam “passados” em “presentes”. Assim, experimentar é re-experimentar de maneira solitária, solipsista. Para superar a tendência solipsista de sua teoria subjetivista, Schütz deve confiar no conceito de *mundo da vida*, que é um armazenamento de significados compartilhados socialmente (Schütz, 2011). De alguma forma, novamente, há uma “falácia da concretude” (*misplaced concreteness*) aqui. (Whitehead, 1929; 1997 [1925]). Mais do que uma questão conceitual sobre o *mundo da vida*, esta é uma questão de ontologia social em que a experiência social cria um mundo isolado da realidade social diretamente vivenciada e da realidade social que está no horizonte da experiência direta. Aqui, a memória se torna totalmente indistinta da experiência real. Por isso, a abordagem de Schütz para lembrar e entender não pode ser tomada como histórico-sociológica, mas apenas como “fenomenológica-constitutiva” (Muzzetto, 2006, p. 7 - *tradução nossa*). Em outras palavras, a teoria de Schütz só pode ser descritiva. Uma descrição como a permitida pela teoria de Schütz, pode ser útil quando se trata de casos individuais e isolados, porém não consegue dar conta de um processo coletivo de criação de uma narrativa comum apoiada na mobilização da memória de diferentes indivíduos, pois, justamente, o processo não consegue se restringir a um único indivíduo e, além disso, o processo é feito com participação desigual entre os indivíduos, dado que eles entram em relações assimétricas. A assimetria da participação dos indivíduos em relação a processos sociais leva à necessidade de tratar do fenômeno sociológico clássico conhecido como *poder*. Sabemos que algumas versões das narrativas serão mais válidas do que as outras, assim, seria muito difícil atribuir esse tipo de explicação a partir a partir da descrição da experiência subjetiva dos indivíduos.

<sup>7</sup> A chave da vida humana é a interpretação e a comunicação; e ao analisá-la sob essa perspectiva, essa abordagem se alinha com os princípios mais básicos de uma abordagem interpretativa



O mundo social é existe exclusivamente no processo de fazer e refazê-lo através de nossas ações. Assim, os fenômenos sociais nunca ganham existência separadamente de dos corpos e mentes vivas. Até mesmo os objetos materiais que mobilizamos ou produzimos só alcançam uma realidade social na medida em que continuam desempenhando um papel nas ações contínuas da pessoas Por conta da existência de suas ações, que são fisicamente ancorados nos corpos humanos, fenômenos sociais são sempre local e temporalmente específicos (p. 29)

É nesse sentido que para entendermos até mesmo a ordem social (e suas transformações), precisamos nos voltar para como entendemos o mundo e coo esse entendimentos orientam práticas que posem se estabilizar ao longo do tempo. É sobre isso que discutiremos no próximo tópico.

---

### *Como reproduzimos certas versões do passado?: sobre as dinâmicas de validação e institucionalização*

O sentido que atribuímos a algo no mundo muda de acordo com o momento presente a partir da interação que estabelecemos com ele. Nesse sentido, voltando aos processos de rememoração, é possível dizer que podemos lembrar de eventos significativos da nossa vida ao longo de toda ela. O sentido que atribuímos a essa recordação ao longo do tempo, pode, no entanto, transformar-se. Há momentos, contudo, em que esses sentidos podem se estabilizar e isso só é possível quando os validamos externamente. Essa estabilização de sentidos sobre algo é o que Glaeser denomina de *institucionalização*. A *institucionalização* de um *entendimento* é um momento de estabilização nos processos de interação incessantes, isto é, estabilizações de ações e reações (práticas).

Processos institucionalizados podem ser vistos como fios entrelaçados em um tecido. Mesmo que alguns fios possam ser mais importantes do que outros, tipicamente não há um único fio que interliga tudo. Em vez disso, a estabilidade do todo é provida por um suporte mútuo de um certo número de fios que se apoiam mutuamente. Essa metáfora pode nos ajudar a apreender como funciona uma dinâmica institucional (Glaeser, 2011, p. 44- *tradução nossa*).

Uma *instituição* não é algo hipostasiado e congelado, mas sim um conjunto estável de *entendimentos* sobre algo, orientando assim

coordenadamente as ações: “o processo de fazer e refazer uma *instituição* está distribuído por no mínimo dois, ou mais comumente, milhões de indivíduos cujas ações se tornam interconectadas através de complexos fluxos projetivamente articulados” (Glaeser, 2011, p. 33- *tradução nossa*). Uma instituição sempre depende do constante *entendimento* e ações coordenadas de uma comunidade, pois como assumimos no tópico “Processos de rememoração distribuídos: sobre fluxos de interação entre indivíduos e artefatos” (subcapítulo 2.3), nenhum

[...] fenômeno social ganha existência fora de corpo vivos e suas respectivas mentes. Até mesmo objetos materiais que produzimos e mobilizamos apenas têm realidade social na medida em que eles continuam desempenhando um papel nas ações em curso dos indivíduos (Glaeser, 2011, p. 29 - *tradução nossa*).

Nesse sentido amplo de “instituição”, quase todos os aspectos da vida social podem ser institucionalizados, de comportamentos estabilizados, pensamentos que se cristalizam em mentalidades ou objetivos que se tornam normas e valores (Glaeser, 2011).

Então, como diferentes *entendimentos* sobre o mundo podem se *institucionalizar* convertendo-se em o **Entendimento**? Essa estabilização não emerge espontaneamente, mas é fruto de uma *dinâmica de validações*. Os “graus de certeza” que uma interpretação sobre algo pode adquirir ao longo do tempo são chamados de *modos de validação* (Glaeser, 2011; 2014). Os *modos de validação* de entendimentos são mecanismos que levam ao ajuste (ou não) de certos entendimentos sobre o conhecimento do mundo, incluindo o conhecimento passado.

A *dinâmica de validações* é complexa e é ela que põe em curso as transformações dos *entendimentos* ao longo do tempo. Estamos sempre a elaborar *entendimentos* a partir do *entendimento* de outras pessoas, há um movimento mimético em que geralmente adequamos nossos *entendimentos* a partir do *entendimento* de outras pessoas que por conta de suas “formas simbólicas são passíveis de serem facilmente comunicadas e distribuídas” (Glaeser, 2011, p. 235 - *tradução nossa*). Ou seja, o *processo de validação* é um

processo intersubjetivo em que dois ou mais indivíduos compartilham um conhecimento a partir da intersecção de seus campos de experiência.

Nós ganhamos estabilidades nos entendimentos quando nos envolvemos em redes de relações nas quais podemos checá-los uns com os outros. Assim, a regularidade se torna uma realidade intersubjetiva, uma instituição sobre a qual nenhum de nós controla individualmente, ainda que todos nós contribuamos para sua manutenção (Glaeser, 2011, p. 175 - *tradução nossa*).

No quadro teórico de Glaeser, um *processo de validação* não é apenas um processo intersubjetivo neutro como ele também implica na superposição de uma *autoridade* sobre os demais. Quando a autoridade não está formalizada em uma posição hierárquica bem definida e aceita pelos demais, ela é dificilmente explícita ainda que ela exista. Em tais casos, a autoridade é mantida pela crença e orientação dos outros agentes que tal pessoa é uma autoridade e, com isso, aproximamo-nos da concepção weberiana de autoridade (Weber, 2009 [1921]). Segundo Glaeser, há três tipos de *dinâmicas de validações*: *ressonância*, *corroboração* e *reconhecimento*. Apresentamo-las a seguir.

A *ressonância* ocorre quando um entendimento sobre algo é “consistente com outros conhecimentos nossos sobre o mundo, com nossos desejos e nossos valores” (Glaeser, 2011, p. 25 - *tradução nossa*). Essa *ressonância* ou coerência entre sentidos também pode acontecer pela comparação entre os próprios sentidos atribuídos pelo indivíduo ao longo do tempo.

A ressonância pode acontecer pela consistência entre um entendimento e outras crenças, valores, opiniões ou entendimentos anteriores. Ou seja, na medida em que há um grau de concordância entre o entendimento atual  $E_2$  e um entendimento anterior  $E_1$  que é trazido em comparação à  $E_2$  (Glaeser, 2011, p. 230 - *tradução nossa*).

Dessa forma, quando se trata da rememoração do próprio passado como fonte da manutenção da identidade (manutenção do *self* ao longo do tempo), uma *ressonância* de sentidos ao longo do tempo levaria à coerência da mesma. Uma fragmentação do *self*, por outro lado, pode acontecer quando atribuímos sentidos muito distintos a um mesmo evento passado ao longo do tempo. É

possível recuperar diferentes *entendimentos* sobre o mesmo objeto, mas não é possível produzir e reconhecer diferentes memórias do mesmo objeto. Na narrativa abaixo, de um ex-interno de Batatais, é possível acompanhar como essa dinâmica de *ressonância* opera: “O preso foi espancado e eles foram chamados de "comunistinha de merda" ou "terroristinha". Naquela época, associei a palavra “comunista” à “comunhão” pregada pelo padre da missa que eu costumava assistir” (trecho da fala de Asdrúbal, ALESP, 2013).

Asdrúbal consegue recuperar a mesma recordação, porém ele atribui *entendimentos* distintos ao longo do tempo. Em um primeiro momento, ele não entendeu o que significava o julgamento "comunista" que recebia durante o espancamento, e mais tarde passou a entender o que o termo "comunista" significava. Em seu discurso, a associação mais próxima era com a "comunhão", uma experiência habitual, uma vez que os ex-internos participavam obrigatoriamente da missa todo fim de semana. Dessa maneira, quando se trata da recordação do passado como fonte da manutenção da identidade (manutenção do *self* ao longo do tempo), uma *ressonância* de significados ao longo do tempo levaria à coerência da identidade. A fragmentação do *self*, por outro lado, pode acontecer quando atribuímos significados muito diferentes ao mesmo evento passado ao longo do tempo.

Outro tipo de *modo de validação* é a *corroboração* que ocorre quando um entendimento é testado (posto em curso no mundo) e, conseqüentemente, é bem-sucedido. Isto é, uma *corroboração* ocorre quando quando os *entendimentos* “são retrospectivamente vistos como guias úteis para atingir uma realização” (Glaeser, 2011, p. 24 - *tradução nossa*). O tradicional teste empírico de um cientista, por exemplo, é um modo de validação por *corroboração*, pois a “realidade empírica mostrará se aquilo está correto ou não; *entendimento* e o mundo parecem se fundir” (Glaeser, 2011, p. 25 - *tradução nossa*). Ou seja, diante de um entendimento hipotético, um tanto incerto, busca-se no mundo externo sua validação ou se desvalida (que é sempre contextual, pois uma pessoa pode exercer um papel de autoridade sobre um determinado assunto e não sobre outro) concorda com ele. Assim,

ocorre uma legitimação, um *reconhecimento* do mesmo. Nós não nos importamos com ou levamos a sério todas as aprovações/desaprovações e crenças de outros, mas somente de algumas pessoas. Uma *autoridade* pode ser, por exemplo, alguém que tenha uma certa reputação com um público específico, que tenha um status simbólico, financeiro ou anterior em um espaço social específico.

Como veremos, a *dinâmica de validação por reconhecimento* é muito frequente entre os ex-internos pesquisados. Alguns constituíram sua autoridade baseada em um reconhecimento simbólico, tanto por anterioridade no espaço social, como por acúmulo de certos capitais simbólicos acumulados (como títulos).

É válido notar que uma *validação* é quase sempre situacional e depende diretamente do *status* de autoridade que alguém tem para nós. Isto é, não nos preocupamos ou levamos a sério todas as aprovações/reprovações e crenças de outras pessoas, mas apenas de algumas delas. Portanto, existem pessoas que exercem autoridade sobre outras pessoas em circunstâncias específicas, por isso estamos sempre inseridos em *redes dinâmicas de autoridades*. Essa ideia de *redes dinâmicas de autoridade* guarda pontos de contato com a ideia de *balança de poder* de Elias (1996) na medida em que considera dinamicidade e interdependência das relações de poder dentro da rede. Na maior parte das vezes, de balanças de poder instáveis e podem mudar (Elias, 1996, p. 85).

Dentro da rede, verificamos nossos *entendimentos* para nos dar certeza sobre o modo como entendemos o mundo a fim de internalizá-los ou transformá-los, dependendo da validação externa positiva ou negativa.

Em suma, nós internalizamos nossos entendimentos ao confrontá-los com os outros, cujo o julgamento autoritário é reconhecido por nós, através de interações com outras pessoas e com o mundo material que proveem a corroboração que dá confiança à maneira pela qual ordenamos o mundo e finalmente ao checar nossos entendimentos com outros conhecimentos, valores, sentimentos, desejos e habilidades (Glaeser, 2011, pp. 25-26 - *tradução nossa*).

É a concordância ou a discordância com a *autoridade* que pode gerar tanto a reformulação de um *entendimento*, quanto o reposicionamento da *autoridade*. Em uma rede, há sempre um mútuo ajustamento dos *entendimentos* sobre algo:

Dependendo das circunstâncias, se uma autoridade discorda de algo dito por alguém, ela pode perder sua autoridade ou ambos podem ajustar suas avaliações sobre um entendimento para haver uma mútua adequação, ambos podem redefinir um entendimento compartilhado, ou um ou ambos podem começar a duvidar dos princípios dos qual autoridade é atribuída (Glaeser, 2011, p. 224 - *tradução nossa*).

Tomando a ideia de *processualismo consequente* defendida no tópico 2.1 "As condições sociológicas para pensar o passado: *introdução ao debate teórico*", concluímos que uma *validação* não precisa acontecer em uma interação face a face ou no mesmo momento em que um *entendimento* é proferido. Ou seja, alguma *validação* pode se dar em relação a algo que foi expresso no passado e que influenciou a *validação* de um entendimento no momento presente. Isso, pois as ações e reações ocorrem na rede de forma translocal e transespacial. Por isso, a partir desse quadro teórico, podemos pensar até mesmo em escalar a formação e transformação de *entendimentos* sobre algo.

Há determinados momentos em que há espaço para reflexões explícitas acerca de como um *entendimento* é formado e sobre como alguém se torna uma autoridade sobre um determinado assunto. Esses momentos são denominados de *metaentendimentos* (*meta understandings*). Esses momentos podem ganhar vários contornos mais ou menos ritualizados. Momentos de *meta entendimento*, no entanto, não são frequentes já que interpretamos o mundo o tempo todo sem refletir sobre a maneira como o fazemos. Entretanto, momentos de *meta entendimentos* são boas janelas para percebemos os momentos de inflexão e transformação de certos *entendimentos*. O fortalecimento ou enfraquecimento de um *entendimento* faz com que transformemos nossa interpretação sobre o mundo, dando mais ou menos importância a certos aspectos dele e criando novas interpretações.

Como veremos, os ex-internos, após se encontrarem, constituíram uma nova *rede de autoridades* em que os *entendimentos* que tinham sobre o passado passaram a ser discutidos, acomodados e transformados de acordo com as *validações* (ou não) sobre o que foi relevante (e o que não foi) e sobre qual o sentido dos acontecimentos de suas infâncias.

---

### *Como versões do passado se objetificam?: sobre as dinâmicas de materialização no mundo contemporâneo*

A materialização de recordações em textos escritos é muito mais comum na contemporaneidade do que na antiguidade<sup>8</sup>. Embora o papel e o caderno tenham atuado, por muito tempo, como suportes imediatos ao nosso pensamento. Sua publicação e circulação só poderia acontecer se houvesse uma publicação oficial, geralmente amparada por instituições. Com o surgimento das redes sociais, a externalização e a circulação de pensamentos e recordações são processos indissociáveis. O fluxo desses conteúdos permite que pessoas que não estejam interagindo fisicamente possam ter acesso às recordações e pensamentos externalizados. É isso que permite as mencionadas *articulações projetivas* (Glaeser, 2005), isto é, o impacto transtemporal e transespaciais que certas interações podem ter. Para que ela aconteça, é necessário que a ação se converta em uma forma transportável, que possa se articular em um outro momento espaço-temporal, por exemplo, um discurso que é gravado, ao ser publicado em um jornal, pode afetar outras pessoas que não estavam na cena imediata de seu proferimento.

---

<sup>8</sup> Em trabalho anterior (Cordeiro, 2015), denominamos de *conteúdos mnemônicos epistemicamente acessíveis fortes* aquelas recordações que se materializavam em textos escritos, em oposição aos *conteúdos mnemônicos epistemicamente acessíveis fracos* que são recordações oralmente compartilhadas. No contexto da discussão, analisava-se experiências religiosas que foram compartilhadas oralmente e eventualmente materializadas em textos escritos que, por sua vez, foram reformulados ao longo do tempo. Como demonstrávamos em tal trabalho, a materialização de recordações rompia a barreira geracional imposta às recordações orais. Halbwachs (1950) explora essa ideia de que as recordações orais não conseguem ultrapassar mais de duas ou três gerações. Em adição, nós discutimos (Cordeiro, 2015) que, ao ultrapassar mais gerações oralmente, o conteúdo tomava outros contornos específicos que fogem às especificidades da memória, tornando-se História ou mito.

É claro que o âmbito virtual “não é uma mera réplica do mundo *offline*” (Tufekki, 2017, p. 131 - *tradução nossa*), pois tem uma dinâmica transtemporal e transespacial que permite “transações de ação e reação” (Glaeser, 2011) mais constantes e céleres do que o mundo presencial pode ter. Isto é, a possibilidade circular, num momento  $t_2$ , recordações materializadas de um momento  $t_1$  é muito maior, ou seja, ações passadas conseguem impactar o presente e o futuro com muito mais assertividade. No mundo virtual, não há barreiras físicas e temporais que possam limitar a reciprocidade e mutualidade de uma possível interação (exceto quando o acesso a tais locais é vetado), pois embora as ações estejam espaço-temporalmente separadas, o ator e o reator não precisam estar fisicamente em interação, dado que sua ação inicial foi materializada e armazenada. Diferentemente da publicação de um livro, por exemplo, em que o agente "1" age no mundo impactando uma série de outros "N" agentes que lerão seu conteúdo sem necessariamente reagir de forma recíproca ao agente "1", nas redes sociais as reações dos "N" agentes ao agente "1" são (quase) sempre possíveis. Do ponto de vista da rememoração, o Facebook é um “ambiente virtual” mais propício à disseminação de narrativas mnemônicas, já que estas, diferentemente de testemunhos ou trabalhos literários autobiográficos, gozam de uma “fragmentação e deslocamentos próprios de textualidades digitais que conseguem muito mais espelhar a informalidade, a aleatoriedade e a fluidez da memória do que as narrativas tradicionais” (Garde-Hansen & Reading, 2009, p. 51-2 - *tradução nossa*).

Não há como, contudo, separar "mundo *online*" do “mundo mundo *offline*”, já que são âmbitos mutuamente constitutivos, criando assim o que Latour (2012) denomina de “redes sociotécnicas”, isto é, elementos sociais e técnicos em constante transformação processual. Voltamos aqui à ideia de uma ontologia focada em relações, em vez de entidades, que representa a realidade social como composta por relações múltiplas que se alteram ao longo do tempo” (Cordeiro, 2020a). Em suma, a materialização de recordações é um processo integrado à própria "sociedade contemporânea que é um fluxo denso de redes de relações transespaciais e transtemporais possibilitada por redes



digitais e estabelecidas entre indivíduos, mídias digitais, algoritmos e conteúdos simbólicos” (Cordeiro, 2020a). E é nesse ambiente sociotécnico que “as ações são projetivamente articuladas através do espaço e do tempo mediadas pela sua comunicação, transporte e armazenamento” (Glaeser, 2011, p. 29 - *tradução nossa*).

Do ponto de vista metodológico, a materialização de certas recordações veiculadas nas redes sociais permite que se observe as interações e colaborações (não simultânea como em uma conversa, mas colaborativa com certa lacuna temporal) conjuntamente com o amparo de outros artefatos. Nesse sentido, o uso do Facebook pelo ex-internos teve um papel profícuo mnemonicamente, pois entrelaça diversas formas de materialização e interação. “Diferentemente da História, que foi tradicionalmente promovida e defendida pela palavra escrita, a memória foi projetada em múltiplas mídias e formatos ao longo dos últimos séculos: escrita, áudios, imagens e artefatos” (Garde Hansen *et al*, 2009, p. 8 - *tradução nossa*). Além disso, a rede social permite o armazenamento de recordações múltiplas sobre um mesmo assunto que podem ser retomados e comparados ao longo dos anos.

O fato de poder armazenar várias pequenas narrativas faz, por outro lado, com que as redes sociais sejam um meio muito menos canônico do que um livro. O caso do livro do ex-interno Papa mencionado no tópico “Como versões do passado se objetificam?: dinâmicas de materialização no mundo contemporâneo” (subcapítulo 2.4), como veremos, gera outro tipo de *reconhecimento* entre os ex-internos. Não só pelo meio pelo qual é veiculado (livro), mas também porque sua materialidade não virtual faz com que se torne parte da *memorabilia* de quem os tem em casa.

Como vimos, essa proliferação desordenada de narrativas de recordações presentes nas redes sociais pode vir a ganhar uma nova ordem quando mecanismos como a criação de grupos e páginas passam a cercá-las. A ferramenta de criação de grupos ou páginas, de alguma forma, pode separar os usuários, pois controla sua entrada e seleciona suas falas, já que no grupo/página um administrador pode apagá-las, o que acaba por intervir na

circulação material dessas recordações. No que se segue, é possível dizer que as tecnologias (das virtuais às não virtuais) podem ter propriedades políticas. "Políticas" no sentido de engendrarem "arranjos de poder e autoridade" que conseguem criar "ordenar a atividade humana" (Langdon, 2001, p. 28 - *tradução nossa*). Seria ingênuo pensar que as tecnologias são instrumentos/meios neutros que não podem ajudar a produzir o "poder, autoridade de uns sobre outros" (Langdon, 2001, p. 25 - *tradução nossa*). Diferentemente de tecnologias que produzem esse tipo de poder explicitamente (a bomba atômica seria um exemplo dessa natureza), uma rede social, como o Facebook, não parece ter sido desenhada com alguma intencionalidade específica, mas, mesmo assim, ela não está isenta de ser um instrumento que favorece o poder ou autoridade de uns sobre os outros. Nesse caso, não seria uma tecnologia toda desenhada a fim de produzir certo poder, mas apenas "características no desenho ou no arranjo de um determinado aparelho ou sistema poderia promover meios convenientes para estabelecer padrões de poder e autoridade" (Langdon, 2001, p. 38 - *tradução nossa*). O "grupo" (um *feature* presente no Facebook) tem um desenho hierárquico em que um administrador explicitamente tem o poder de moderação daquilo que é postado, o que entra nos álbuns de fotografias e etc. O grupo também tem duas áreas específicas para postagens: as postagens fixadas em que podem ser colocadas postagens sobre a descrição da página e avisos (que só pode ser realizada pelo administrador da página) e o *feed* do próprio grupo que mostra postagens (se assim o administrador permitir) dos outros membros. É o administrador que também autoriza ou não a entrada de novos membros. A maneira como o *feature* "grupo" foi desenhado permite que um líder possa direcionar os demais. Já a configuração de "*página pública*" do Facebook funciona com as mesmas *features* de um usuário comum, mas deixa suas publicações em aberto.

A comunidade ligada o Instituto de Menores tem um grupo e duas páginas (uma pública e uma pessoal), sendo que o(s) administrador(es) de cada uma delas de alguma forma constroem a forma e o conteúdo do que vai ser dito em cada uma delas. Isso não é diferente da dinâmica da vida social *offline* em

que alguns espaços constroem as ações. Como veremos adiante, a primeira página pública foi criada em 2014 por um ex-interno com o nome de “Instituto de Menores de Batatais/FEBEM”, englobando ambos os nomes que foram dados à instituição ao longo dos anos. Um ano depois, a filha do antigo diretor criou um grupo no Facebook denominado “Instituto Agrícola de Menores de Batatais 1946-1976”, restringindo o período em que o Instituto manteve seu nome original e excluindo o período de tempo em que o instituto passou a se chamar FEBEM-UE4 (Fundação do Bem Estar do Menor - Unidade Educacional 4). A exclusão do período posterior está diretamente ligada à mudança de nome, dado que seu pai continuou diretor da unidade até 1983. Exploraremos essas diferenças em detalhe a seguir

Além dos perfis pessoais dos ex-internos, são nesses dois ambientes virtuais que eles interagem, narram eventos de seus passados, postam fotos e conversam sobre os encontros anuais atuais. Não apenas narram como também, a partir do mecanismo de comentários, os ex-internos debatem temas, recordações e opiniões. É a partir desse tipo de interação e outras evidências menos explícitas que é possível observar o cerceamento de algumas falas e o direcionamento de algumas discussões. A materialização escrita e o armazenamento desta pelo Facebook, somado às *features* que permitem a fixação ou destaque de certos comentários, acabam por reforçar ou colocar em evidência certas narrativas específicas.

Quando institucionalizados, os *entendimentos* sobre algo, para se manterem ao longo do tempo, precisam ser reforçados continuamente. Caso contrário, eles podem rapidamente se desinstitucionalizar e se transformar. Quando há materializações de certos entendimentos, em livros ou filmes por exemplo, há uma dupla consequência: a.) é provável que se torne um instrumento de validação e b.) há uma estabilização concreta de um *entendimento* sobre algo que, mesmo que seja negado posteriormente, terão que inevitavelmente lidar com ele. Há dois artefatos produzidos que trazem materializações de recordações e, conseqüentemente, de *entendimentos* sobre o passado que são bastante importantes para

entendermos como eles impactaram na *rede de autoridades* e em sua institucionalização: um livro escrito por um ex-interno sobre suas memórias autobiográficas e documentários sobre o Instituto produzidos/dirigidos pela filha do ex-diretor do Instituto. Ambos têm uma possibilidade de circulação entre os ex-internos e perenidade que permitiu que funcionassem como instrumentos de *validação por reconhecimento*. Ou seja, muitos ex-internos viram nessas narrativas materializadas espelhamentos sobre seus próprios *entendimentos* do passado:

Minha história é o que o Papa escreveu naquele livro (Tom, entrevista em profundidade, maio de 2017).

O que o Papa fez ali, a nossa história está seguindo igual a dele. Tirando que a mãe dele era leviana e o pai era alcoólatra. Esquecendo isso daí, a nossa história é igual [...] Tirando a parte da mãe, o resto é quase tudo igual. (Zefa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Tanto Papa, quanto a filha do ex-diretor, como veremos, são figuras centrais na articulação da rede de ex-internos e vêm se constituindo como autoridades, sendo esses que esses dois artefactos contêm narrativas mnemônicas (o livro e os documentários) são causa e consequência dessa autoridade. Intencionalmente ou não, essas materializações favorecem a *institucionalização* de determinados *entendimentos*. No próximo tópico, exploraremos o que são e como se dão ações intencionais para a *institucionalização* de certos *entendimentos* sobre o passado.

---

### *Como e por quê certas versões do passados são intencionalmente moldadas?: sobre políticas da memória, políticas de si e regimes emocionais*

A ação (ou conjunto de ações) para manter ou mudar uma *instituição* é o que Glaeser denomina de "fazer político". Bem como o termo *instituição*, o termo *política* não é tomado em seu sentido macro. Fazer política é uma atividade cotidiana, "estamos todos envolvidos na política, sejam pequenas ou

grandes" (Glaeser, 2011 p. 23 - *tradução nossa*), criando assim padrões de ação e reação continuados.

Há a política familiar que divide o trabalho entre esposa e marido; há a política da linguagem que estabelece a predominância de determinados códigos para criar padrões de inclusão ou exclusão a serem usados; há a política da religião que estabelece as fronteiras entre credos e rituais, há a política da economia dos comportamentos que transformam pessoas em consumidores e há a política do conhecimento científico (Glaeser, 2011, p. 46 - *tradução nossa*).

A política é um conjunto de ações que formam *instituições* a partir de relações sociais e da persuasão deliberada que alguém emprega para manter essas *instituições*. *Instituição* aqui não no sentido de "organização" (formal), mas no sentido de estabilização de certos padrões de ação, padrões de crenças e valores e de sentidos atribuídos. Qualquer forma de *política* depende dessa orientação, coordenação e legitimação de certos *entendimentos* sobre algo. De certa forma é uma meta prática, pois é uma prática que orienta outras práticas<sup>9</sup>.

Nesse sentido, as vozes dissidentes a uma determinada autoridade em um contexto particular tendem a ser silenciadas, deixadas de lado ou desacreditadas, porque "infectam" cada vez mais pessoas com seu desvio, levando, eventualmente, a 'construção de fração' e tendências 'divisionistas' (*spalterische*) (Glaeser, 2011, pp. 223-4 - *tradução nossa*). O ato político de "selecionar" certos entendimentos em função da manutenção ou alteração de uma instituição, embora seja sempre deliberado, pode acontecer explicitamente ou não. Ou seja, pode-se dizer abertamente que um *entendimento* específico não é adequado para a manutenção de uma *instituição* (isso ocorre em momentos em que existem meta-entendimentos) ou podem ser excluídos procedimentalmente do "discurso crítico" (Glaeser, 2011, p. 224 -

---

<sup>9</sup> Glaeser se baseia na definição de governamentalidade de Michel Foucault para conceber a ideia de "política" (uma prática da prática), em que ele define como "uma conduta da conduta". Mais do que isso, "o início da compreensão discursiva da ação como *política*, nesse sentido, ocorre precisamente no contexto histórico que Foucault descreve o termo governamentalidade a partir de outro significado: a emergência da autocompreensão do Estado ou do governante como formador ativo as suas próprias condições, da auto-reprodução na gestão do território e do desenvolvimento populacional" (Glaeser, 2011, p. 41).

*tradução nossa*). Quando existe um momento de *meta entendimento* explícito, ele geralmente é gerido em momentos ritualísticos em que há validações (ou desvalorizações) de *entendimentos*. O Parlamento e seus debates públicos, por exemplo, são locais onde acontecem rituais de validação.

Quando os *entendimentos* são relativos ao passado, denominamos de *política da memória*, isto é, ações que visam "moldar determinadas ressonâncias e até mesmo identidades" (Glaeser, 2011, p. 249 - *tradução nossa*). Ações que visam ampliar a *ressonância* de determinados *entendimentos* sobre o passado, a um só tempo espalhando, repetindo e materializando os *entendimentos* pretendidos e afastando, silenciando e até mesmo os censurando. A depender do grau de intencionalidade, há uma distribuição planejada desses artefatos que permitem (*afford*) determinadas versões do passado a fim de atender propósitos políticos específicos. Essa seleção intencional de determinados *entendimentos* pode levar a validações circulares "mobilizando pessoas através de uma visão de mundo clara e inambígua" (Glaeser, 2011, p. 249 - *tradução nossa*). Essas *políticas da memória* têm um impacto direto na construção do *self*, já que afunila as possibilidades de interpretação do que aconteceu consigo próprio.

*Políticas da memória* bem-sucedidas podem vir a instaurar verdadeiros *regimes mnemônicos* e conseqüentemente *regimes de si*, e *regimes emocionais*. Ou seja, criam expectativas específicas sobre como entender o passado, como se auto conceber e como expressar emoções ligadas a isso. Como vimos, as emoções também são processos racionais que se tornam intersubjetivas quando expressadas e, portanto, estão diretamente imbricados nas redes de ações e objetivos humanos. Nesse sentido, é comum que comunidades, grupos, famílias e até sociedades inteiras criem *regimes emocionais* (Reddy, 2001), isto é, expectativas específicas sobre como sentir. Os *regimes emocionais* fornecem prescrições relativas às melhores estratégias para perseguir um aprendizado emocional que se adeque aos padrões culturais desse grupo ou comunidade.

[...] emoções estão estritamente associadas com uma densa rede de objetivos que dão coerência ao *self*; a unidade da comunidade - tal como deve ser- depende, em parte, da sua habilidade em prover um conjunto coerente de prescrições para as emoções. Isso pois, a conformação intencional das emoções (na medida em que são hábitos cognitivos) é possível; está sujeita às constrações do controle mental (Reddy, 2001, p. 61- tradução nossa).

Dessa maneira, *regimes emotivos* não deixam de ser *instituições* no sentido glaeseriano, na medida em que são *entendimentos* estabilizados sobre como sentir determinados eventos/experiências.

## 2.5 Uma síntese conceitual para compreender os processos de rememoração

A discussão que fizemos até aqui nos permitiu pensar os melhores caminhos para abordar o material empírico. Ele que nos guiou entre conceitos que fosse mais ou menos adequados para os vários problemas que ele nos apresentou. São conceitos e abordagens interessantes para esse material empírico em específico, mas que também contribuem para o debate teórico dos *Memory Studies*.

Concebemos uma **ontologia social relacional** em que os entes sociais não são essencializados e estão em interação sem distinção de níveis ou camadas. Os fenômenos que derivam dessa interação não são hipostasiados ou emergentes, mas dependem das relações sociais e sua manutenção. Esse fluxo de ações e reações se desenvolve ao longo do tempo. Essa **processualidade** da vida social repousa sobre o incessante decorrer do tempo, o qual desempenha papel central na transformação dos fenômenos sociais. Nesse sentido, qualquer fenômeno social é processual, o que nos leva a entender que não existe “a” memória, mas sim processos de rememorações - ou apenas *remembering*, em que o gerúndio abarca o caráter processual. Portanto, não há um passado em si, mas um **passado à luz do presente**. Até mesmo aquilo que é codificado do passado em meios materiais recebe uma

nova interpretação à luz do presente e está enredado nessa **rede de relações sociais** que caracterizam a **trama social**.

Se memória abarca uma série de fenômenos que caracterizam o resgate do passado no momento presente, há memórias de naturezas e funções diferentes. Tratamos aqui do que amplamente se denomina de **memória autobiográfica**, a qual é composta por uma série de eventos que foram significativos para a vida de alguém e que podem ser contadas a outras pessoas. Se a memória autobiográfica pode ser contada ou declarada, isso quer dizer que ela é passível de **representação discursiva**. Uma memória autobiográfica contempla majoritariamente lembranças relativas a eventos da vida de alguém, as quais são conceitualmente denominadas de **memórias declarativas episódicas**. Não raro, elas podem ser ladeadas de **memórias declarativas semânticas** que dizem respeito a outros aspectos/conhecimentos passados do mundo que são aprendidos, e não experienciados. Se uma **memória episódica** deve ser experienciada, isso significa que um indivíduo testemunhou um evento e o reconstruiu posteriormente – seja ele o indivíduo rememorador ou um indivíduo terceiro que tenha testemunhado um evento significativo sobre o meu próprio passado. Toda experiência do mundo é perspectivada por uma **óptica social**, as lentes pelas quais apreendemos o mundo presente. Essa óptica social é tácita e tomada como dada pelo indivíduo, ou seja, ao retomar algum evento passado, ela não expressará ou negociará essa perspectivação que é implícita à vida social.

O acesso e a reconstrução do passado só são possíveis quando algumas condições sociais presentes estão postas, isto é, temos que estar em interação com imbricados em relações sociais que apoiam nosso processo de lembrança. Essa **interação** pode acontecer de forma **transtemporal e transespacial**, ou seja, são **fluxos de ações e reações** que se dão no curso do tempo em que algo feito/dito no passado pode impactar no presente ou no futuro. Esse impacto transtemporal e transespacial é denominado de **articulações projetivas**. Os fluxos interativos transtemporais e transespaciais



que permitem tais articulações foram potencializados pelo surgimento de **tecnologias sociais** (tais como o Facebook e Whats App) que **conectam virtualmente pessoas e artefatos**, funcionando também como um repositório dos discursos dos primeiros e da digitalização dos segundos.

Assim, o meio social desempenha um papel importante no nosso processo de rememoração, o que nos leva a assumir que a **memória está amparada pelas relações sociais e distribuídas entre rememoradores e artefatos**. Esses artefatos podem ter naturezas diferentes: **artefatos icônicos** que representam os eventos (e.g., fotografias e vídeo), **artefatos indexais** que carregam carga simbólica do evento (e.g., uma camisa de futebol) ou artefatos simbólicos (e.g. **as próprias narrativas mnemônicas ou documentos como prontuários**). Todos eles têm um papel evocativo, de mediação e de suporte à rememoração. Uma vez estabelecidas as condições de acesso e reconstrução do passado, temos a possibilidade (em condições normais) de rememorar tudo que nos foi significativo. A seletividade do que será rememorado e a maneira como atribuiremos sentido a esses eventos, contudo, dependerá de algumas circunstâncias.

Ao **rememorar**, aquilo que é iluminado ou silenciado tem a ver com dinâmicas presentes. Por isso é uma prática processual que se transformam ao longo do tempo de acordo com a transformação das próprias relações sociais. As múltiplas interpretações que atribuímos ao nosso passado podem vir a se estabilizar. O que fará com que um **entendimento** se **estabilize** (isto é, **institucionalize-se**) é a **validação** que ele pode sofrer. Ele pode ser validado pelo **reconhecimento** de um terceiro que se apresenta como uma autoridade para aquele assunto. Nesse sentido, há uma **rede de autoridades** em que certas pessoas são importantes validadoras de certos **entendimentos** e outras não. A **ressonância** acontece quando há concordância entre um **entendimento** do passado e um **entendimento** do presente, ou entre um entendimento e outros valores e opiniões. Nesse sentido, sendo os processos de rememoração uma das principais empreitadas para a manutenção do *self*, há uma tendência a

esse tipo de coerência, sendo que quando não houver, a identidade/*self* pode ser impactada. E, por fim, a **corroboração** acontece quando um *entendimento* se mostra válido ao ser posto em prática com sucesso ou quando for ser verificável e encontrar correspondência com algo no mundo – a partir de um documento, por exemplo.

Os níveis de **manutenção e coerência** de versões sobre um passado serão maiores quando houver **institucionalização**, ou seja, quando há uma estabilização dos entendimentos e respectivas ações orientadas por esses *entendimentos*. Quando há uma organização formal sustentando esses processos, a institucionalização se torna muito mais fácil e constante. Quando não houver, esses sentidos poderão flutuar e ser discutidos até que haja uma intenção de institucionalizá-los. Essa ação deliberada de manter, transformar ou destruir instituições é um trabalho **político**. Há políticas de toda natureza, nesse caso “políticas da memória” e “políticas de si”.

## **CAPÍTULO 3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Neste capítulo, discutiremos questões metodológicas. Partimos da síntese dos conceitos que acabamos de apresentar. Essa síntese é o resultado de um sinuoso caminho que implicou em revisitar os dados e os arcabouços teóricos em um constante movimento de ir e vir. Apresentá-los de antemão na tese é apenas uma organização sistemática que se deu *a posteriori*. Organizá-los e encadeá-los só foi possível pelos rumos que o levantamento dos dados empíricos nos permitiu. O campo empírico e seus desafios foram nos mostrando se havia necessidade de mais técnicas a serem adotadas para que pudéssemos ter uma visão mais compreensiva daquela realidade social estudada.

No subcapítulo 3.1 "Nota sobre a abordagem metodológica" discutiremos como teoria e empiria podem e devem dialogar através das abordagens metodológicas que iluminem e articulem ambos. A adoção de uma teoria deve estar em consonância com a adoção dos métodos utilizados para coletar e examinar dados empíricos. Nesse sentido, discutiremos como uma abordagem relacional, processual e interpretativa orientou a etnografia e a coleta de entrevistas. No subcapítulo 3.2 "Um parêntese sobre a validade do material biográfico", discutiremos as críticas e defesas em prol do uso de materiais biográficos na Sociologia nas últimas décadas. No subcapítulo 3.3 "Nota sobre os dados e sua coleta", descreveremos cada uma das técnicas de pesquisa utilizadas, além de fazer um preâmbulo sobre questões éticas envolvidas nessa coleta.

### **3.1 Nota sobre a abordagem metodológica**

Não há uma memória "pura" que possa ser apreendida – aliás se esta existe, só poderia ser apreendida a partir de um ambiente artificial controlado, como por exemplo, em um contexto laboratorial. O ofício do sociólogo, diferentemente, está voltado a análises da vida social corrente que é múltipla, mutável e orgânica. Para entender essas dinâmicas e processos é necessário um trabalho não apenas de mapeamento, mas sobretudo de interpretação. A

hermenêutica é o trabalho de interpretação, e a interpretação é a clarificação do significado (Denzin, 2009). Assim, o trabalho interpretativo<sup>10</sup> aqui empregado será no sentido de interpretar os relatos e narrativas expressas pelos externos.

Como vimos no tópico "Abordando a memória a partir de uma perspectiva relacional, processual e interpretativa" (subcapítulo 2.1), a hermenêutica parte de pressupostos teóricos gerais comuns às várias vertentes, entretanto, do ponto de vista metodológico tem sido utilizada em conjunto com aportes teóricos bastante distintos. Se pudéssemos dividi-la em dois grandes grupos, diríamos que esse tipo de abordagem pode colocar o foco (i) em tipificações de orientação subjetiva ou (ii) em ações. A posição interpretativa de Alfred Schütz (1967), que trouxe para a Sociologia a abordagem fenomenológica influenciada por Edmund Husserl, entende que o cientista social está meramente construindo tipificações de segunda ordem baseadas naquelas já realizadas no *mundo da vida*. Nessa vereda, o objetivo último de uma sociologia fenomenológica (que é interpretativa) é descrever as estruturas de orientação subjetiva no mundo e não explicar as características gerais do mundo objetivo (Berger & Luckmann, 1997). A orientação subjetiva no mundo, na perspectiva fenomenológica, está vinculada a descrever e interpretar como aspectos da realidade são selecionados como sendo relevantes para os indivíduos, em detrimento do resto da experiência não-significativa ou irrelevante.

---

<sup>10</sup> A Hermenêutica "Social" é a forma moderna da hermenêutica aplicada ao campo social e um dos ramos das hermenêutica. Ainda dentro dessa tradição hermenêutica-interpretativa "social" há vários ramos que obedecem pressupostos teóricos distintos. A "ciência hermenêutica", no sentido de estudo ou técnica de interpretação de textos escritos, precede seu uso na Antropologia e na Sociologia em sua forma moderna. Friedrich Schleiermacher (1768-1834) consolidou a hermenêutica sistematicamente, estabelecendo o termo "compreensão" (*Verstehen*) para a interpretação entendida como uma atividade sistemática. Ele que foi responsável por ampliar o domínio da hermenêutica para além de textos legais e sagrados, aplicando-a a todos os documentos e modos de comunicação. Gadamer (1999) e Ricoeur (1980) finalmente acabaram por aplicar a hermenêutica para todas as atividades humanas. A interpretação aqui envolve tanto a compreensão linguística do significado quanto a compreensão psicológica da intenção do autor, buscando o significado que as pessoas atribuem às suas experiências e quais são as suas visões de realidade. Wilhelm Dilthey (1999 [1900]), como Schleiermacher, enfatizou a continuidade entre a compreensão cotidiana e processos mais formais de interpretação.

Já Weber (2007 [1921]), dentro de uma tradição interpretativa mais ampla, se preocupou em buscar o sentido da ação ou a motivação dos indivíduos para a ação como uma forma atenuada de explicação, a qual ele chamou de “interpretação-explicativa” (Weber, 2009 [1921]). Isso demonstra a preocupação científica de Weber em explicar os fenômenos da vida social, mais do que apenas descrevê-los. Baseada nessa perspectiva interpretativa “pragmática”, Glaeser (2011) entender que a compreensão é “um método em que deve-se depreender o entendimento/significado a partir das práticas cotidianas” (p. 21). O ponto é que as práticas estão em curso no mundo social e se estabilizam e se transformam no horizonte temporal. Então, empregar um trabalho interpretativo calcado em práticas é entender o mundo social nesse processo contínuo de se transformar e se manter que só é possível através de nossas ações contínuas (Glaeser, 2011). Compreender o mundo social, então, só é acessível através das práticas que se manifestam por ações e discursos. Embora o sentido dado a algo por alguém não seja limitado ao âmbito discursivo, do ponto de vista metodológico, são as narrativas que nos permitem acessá-lo:

mesmo que eu queira diferenciar modos sensórios de entendimento mais diretamente, como por exemplo, as experiências de aprisionamento, eu não poderia fazer isso por conta da insuficiência de detalhes ou dados. Como meu ponto de acesso primário ao passado é o discurso, até a identificação de entendimentos emotivos e cinestésicos impõe desafios metodológicos que me obrigam a considerá-los em um grau muito menor do que eu gostaria que tivesse sido possível em um estudo de observação participante (Glaeser, 2011, p. 11 - *tradução nossa*).

De alguma maneira, como vimos, o *entendimento emotivo* é reenquadrado em termos discurso-cognitivos e muitas vezes moldados dentro de *regimes emotivos* que podem ser mapeados a partir das falas dos indivíduos.

Nesse sentido, a abordagem metodológica deve se focar em analisar as narrativas e práticas. Dito isso, consideramos que os meios para captar ambos empiricamente é coletar narrativas e observar práticas. Havia algumas maneiras de se coletar narrativas biográficas nesta pesquisa. Isso pois,

narrativas podem ser orais ou escritas e podem ser descobertas ou ouvidas no trabalho de campo, em entrevistas ou naturalmente ocorrendo durante uma conversa. Em todas essas situações, uma narrativa pode ser uma (a) uma história típica e curta sobre algum evento particular [...], (b) uma história extensa sobre algum aspecto significativo da vida de alguém [...] ou (c) a narrativa da vida inteira de alguém, do nascimento ao presente (Chase, 2008, p. 58-9).

Nesse sentido, os três tipos de narrativas poderiam ser apreendidas do campo empírico. O primeiro tipo pôde ser coletado em postagens no Facebook, e durante o trabalho de campo; o segundo tipo pode ser coletado em contos, nas entrevistas coletivas e nas entrevistas em profundidade e o terceiro tipo pôde ser coletada nas entrevistas em profundidade nos livros autobiográficos escritos por eles. Cada uma dessas técnicas foi empregada com vistas a abarcar o campo empírico da maneira mais compreensiva possível. Como analisamos e coletamos esses dados a partir dessas técnicas será melhor explorado no subcapítulo 3.3 “Notas sobre os dados e sua coleta”.

Levando em conta tudo o que foi discutido até aqui, essas narrativas, contudo, não poderiam ser analisadas descoladas do processo em que foram produzidas. No que se segue, a abordagem metodológica aqui impressa não se ateve a buscar apenas os sentidos subjetivos atribuídos e encadeados nessas narrativas mas, sobretudo, buscou compreender (i) com quais outras narrativas dialogavam, (ii) em qual época foram escritas, (iii), não apenas por quem foram escritas, mas sobretudo como o “público” recebeu e foi afetado por elas e (iv) se foram contrapostas, validadas e perpetuadas ao longo do tempo. Nesse sentido, narrativas e práticas estão interconectadas e são um modo de buscar compreender o que está por trás delas, pois

As narrativas são a forma particular pela qual aprendemos a comunicar uma sequência interligada de eventos e, portanto, são o meio de escolha para relacioná-los (White 1973; Ricoeur 1984). O trabalho analítico de selecionar e conectar tipos relevantes de eventos fora de uma tapeçaria infinitesimalmente complexa de acontecimentos, de propor ligações sistemáticas de ação-reação no centro desses eventos e de hipotetizar como esses eventos constituem, mantêm ou mudam instituições é o trabalho feito por um tipo particular de *employment* (Glaeser, 2011, p. 56).

Se nosso foco era desvendar esse processos mnemônico-identitários que se desenrolam nas interações e atribuem sentido ao passado e a si, a ideia de analisar de entender memória a partir de processos (como propusemos) e a ideia de apreender esses processos a partir de práticas nos parece coerente. As memórias só podem aparecer nas relações, isto é, na ações e reações das pessoas. Não há nenhum ente que seja apreendido externo e etéreo que exista para além disso. Se não queremos perseguir uma “sociologia dos fantasmas”, precisamos tomar os dados etnográficos e narrativos como a manifestação desses fenômenos.

Os dados narrativos e etnográficos, entretanto, devem ser coletados e compreendido em uma perspectiva temporal ampla. Uma análise densa e focada em um único recorte temporal específico não consegue dar conta do caráter processual da rememoração e da interpretação. Como vimos, o processo de compreensão do passado acontece processualmente ao longo do tempo e está diretamente ligado às *dinâmicas de validação*. Nesse sentido, uma abordagem metodológica que trabalhe apenas com um recorte temporal muito restrito não conseguiria captar esses processos e interações. Em contrapartida, uma abordagem metodológica muito ampla que abarque longos processos sociais tal qual define Elias<sup>11</sup> não consegue analisar relatos de vida, como é o caso do presente trabalho. Esse interesse pelos relatos biográficos segue uma tendência que se iniciou nos anos 1970 com os usos das narrativas biográficos como caminhos para compreender não apenas as subjetividades, mas sobretudo a realidade social como um todo (Teixeira, Salla & Monsma, 2018). Esse tipo de abordagem é válida tanto para microssociais, quanto macrossociais, pois como propuseram Thomas e Znaniecki (2012 [1918]), uma instituição não devem ser estudada a partir de sua “estrutura” abstrata formal, mas sim a partir das experiências pessoais de seus membros.

A Sociologia tradicionalmente tem trabalhado com abordagens qualitativas metodológicas que desenham o objeto (geralmente atores sociais) a

---

<sup>11</sup> Para Elias (2006, p. 28), “o conceito de processos sociais refere-se a transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, que abranja em geral não menos de três gerações” (Teixeira, Salla & Monsma, 2018, p. 69).



partir de sua localização, classificação social e econômica ou traços culturais. Quando consideramos uma ontologia social focada em processos em vez de entidades substanciais, esse tipo de abordagem parece inadequada e é necessária uma abordagem que lida com a realidade social processual e relacional. Glaeser (2005a) e Desmond (2014) propõem novas formas de etnografia que não seguem apenas uma caracterização estática e densa do grupo estudado. Não apenas porque eles estão interessados em processos, mas também porque a realidade social contemporânea produz uma quantidade circulante massiva de dados. Além disso, não se pode considerar “grupo” como uma entidade auto constituída que é definida pela quantidade de sua produção cultural ou pelas suas características. Assim, devemos entender que os indivíduos interagem em rede ao longo do tempo e que grupos só existem instanciados em um momento do tempo (Fine, 1979).

Uma descrição delongada, “à la Malinowski”, já não funciona mais por alguns motivos. Primeiramente porque na contemporaneidade nos deparamos com uma quantidade oceânica de dados e a descrição deles seria infinita. Em segundo lugar, o pesquisador não pode mais tratar o conjunto de indivíduos estudados de maneira estanque, descrevendo-os tal qual se descreve uma fotografia. A etnografia tradicional se restringe a uma dimensão espaço temporal limitada e focada em interações face a face, sem levar em consideração a expansão de horizontes propiciada pelas técnicas de comunicação e armazenamento de informações que permitem as tais *articulações projetivas*. Em terceiro lugar, não seria possível falar em “grupos auto constituídos”, já que os indivíduos interconectados como em uma rede. Apenas seria possível assumir grupos instanciados que aparecem em momentos específicos em torno de algum elemento de coesão, mas que pode se desfazer ao longo do tempo. Nesse sentido, poderíamos renomear grupos como *clusters* (aglomerados), ou seja, concentração de indivíduos em uma rede que pode se aproximar ou afastar ao longo do tempo. E em quarto lugar, aquilo que é “produzido” pelo grupo não deve ser entendido como técnicas ou como repositórios cristalizados, mas sim como processos que podem vir a gerar

articulações projetivas. Mais especificamente sobre a “produção de memória”, Glaeser afirma que: “Há um corpo crescente e bem estabelecido de literatura sobre a *mass media* e sobre as práticas de memória social (Olick, 1998) [...] infelizmente, o foco dessa literatura tem sido nas técnicas *per se* e não em como elas permitem os processos” (2005, p. 26 - *tradução nossa*).

Tirar o foco da descrição de grupos e assumir que os indivíduos interagem em rede a partir de ações-reações que não são imediatas - mas que transcendem o tempo e o espaço - engendrando processos sociais mais amplos, permite que deixemos de considerar a etnografia como sendo um estudo de caso particular. Etnografias processuais surgiram sobretudo após os trabalhos de Max Gluckman (1961) que, diferentemente dos funcionalistas- estruturalistas, passou a olhar para os processos para entender as mudanças, as gênesis e as integrações e desintegrações sem atrelá-los a sistemas totais. Tradicionalmente a etnografia serviu para estudar grupos, seus objetos, costumes e tradições como auto constitutivos. Gluckman (1961) repensa essa abordagem estática e densa da etnografia para pensá-la como uma abordagem que investiga processos mais amplos, que podem acontecer na sociedade como um todo e que se tornam acessíveis ao estarem instanciados por um conjunto de pessoas.

Uma modalidade específica é estudada e as teorias da dinâmica do processo são desenvolvidas na esperança de que seu projeto produza informações relevantes para uma classe mais ampla de fenômenos. E sem o desenvolvimento de um entendimento explícito da dinâmica do processo, todas as narrações do processo permanecem irremediavelmente irrelevantes (Glaeser, 2005, p. 32- *tradução nossa*).

Como é a partir da instanciação do processo que se mapeia o campo, isso não se pode considerar que essa fotografia representa o todo como algo estático ou limitado, mas apenas que é uma instanciação de um processo em curso. As narrativas, portanto, habitam essas redes, sejam espontaneamente produzidas pelos indivíduos, sejam elas coletadas pelo pesquisador. Em ambos os casos, elas devem ser entendidas em um contexto de interação entre os indivíduos. As próprias narrativas retomam passado e prospectam futuro em um

movimento contínuo de transformação. Nesse sentido, não se pode interpretar narrativas como regressões repletas de causalidades, mas como vários processos que estão em curso. Não é necessário abordar as narrativas a partir de um método linear e causal, mas deve-se focar nos significados e encadeamento feitos pelas narrativas: “o significado das narrativas está em função do presente e do contexto passado” (Abbott, 1993, p. 439 - *tradução nossa*).

Assim, como descreveremos mais pormenorizadamente no subcapítulo 3.3 "Nota sobre os dados e sua coleta, foram utilizadas quatro técnicas de coleta de dados a fim de dar conta desse tipo de abordagem metodológica que discutimos aqui: etnografia, netnografia, entrevistas em profundidade e entrevistas coletivas. Esse não foi uma demanda trazida apenas pela perspectiva teórico-metodológica, mas sobretudo pela própria dinâmica da realidade social do que estava sendo pesquisado. Para além daqueles dois finais de semana de encontros que aconteciam uma ou duas vezes ao ano, havia uma interação virtual rica que também poderia fornecer dados. Nesses dois ambientes, *online* e *offline*, os ex-internos conversavam majoritariamente sobre suas histórias que perpassavam o passado antes, durante e após suas passagens pela instituição. Em ambos os casos, eram trocas dialógicas e intercortadas pelos outros ex-internos que faziam comentários e adições aos relatos. Em ambos os ambientes havia, em maior e menor grau, circulação de artefatos que eventualmente amparam esses relatos. Por outro lado, nessas ocasiões os relatos, não são aprofundados e detalhados, algo que só poderia ser alcançado em narrativas biográficas únicas e sem interpelações. Nesse sentido, a importância de narrativas autobiográficas completas coletadas individualmente. Ao longo da pesquisa também foram encontradas gravações de encontros de ex-internos anteriores à minha chegada em campo. Esse material documental foi analisado tal como se fosse um material etnográfico visual, dado que se trata de imagens não direcionadas das interações deles durante esses encontros.

Nesse sentido, a abordagem metodológica buscou articular teoria e técnicas de pesquisa, a fim de prover uma interpretação sobre como os ex-internos, depois de um hiato de muitos anos, passaram a rememorar seus passados e como buscaram entender a si depois de reencontrar com outros ex-internos que compartilhavam de experiências comuns. Como essas relações afetam os sentidos que atribuem às suas recordações. Embora não se tivesse como finalidade reconstruir em indivíduos específicos e suas estórias de vida focadas e nem a reconstrução de uma história institucional do Instituto baseada na perspectiva daqueles que foram marginalizados e silenciados pela história oficial, ambas foram, de alguma forma, efeitos secundários da análise.

Aqui, há um duplo trabalho interpretativo. Assim como os cientistas selecionam a realidade de acordo com o que é relevante, interpretando o material empírico enredado por narrativas e outras representações como fotografias, gráficos e gravações, os indivíduos leigos também o fazem. A diferença é que o cientista busca utilizar códigos e esquemas compartilhados pela sua comunidade científica e de forma mais ou menos sistemática (Goodwin, 1994). Os indivíduos também usam esquemas socialmente compartilhados, mas que não são fixos e que são construídos através das interações sociais. Uma investigação interpretativa constrói uma interpretação sobre o que os indivíduos interpretaram em seus contextos sociais. É uma estórias sobre as múltiplas estórias: “as estórias são efetivamente representadas pela teoria e a teoria é a abstração reflexiva de estórias refinadas com sucesso. Isso não garante que teoria e narrativa estejam perfeitamente ajustadas uma à outra” (Glaeser, 2011, p. 57).

### **3.2 Um parênteses sobre a validade do material biográfico**

O universo empírico desta pesquisa é amplo e composto de materiais empíricos de naturezas diferentes. Dada essa riqueza do campo empírico, ele poderia me fornecer dados para diferentes objetos de pesquisa: memórias, redes, grupos, condições culturais de uma dada época, informações sobre

estruturas políticas, evidências sobre modelos educacionais, entre outros tantos. Como o foco é nos processos de reconstrução do passado, seus sentidos e as consequências identitárias disso para essa rede de ex-internos, não fará parte do nosso escopo empírico coletar outras fontes documentais e históricas com profundidade a fim de atestar algum tipo de correspondência entre os documentos e as narrativas dos ex-internos pesquisados. A pesquisa documental se restringiu ao capítulo 2 “Aspectos Socio-Históricos” a título de contextualização. Isso, pois, esses outros documentos compõem outras facetas da realidade, enquanto estávamos nos focando nas experiências dos próprios internos.

Dado o objeto da pesquisa, percebemos que os dados a serem utilizados só poderiam ser provenientes dos próprios relatos dos ex-internos. Para tal, concluímos que a melhor estratégia para coleta desses dados seria via etnografia e entrevistas. Contudo, como não se tratava de um grupo autoevidente, bem delineado e estável (pelo contrário, tratava-se de relações recém-constituídas e em constante transformação), mapeá-lo foi uma tarefa laboriosa e, portanto, esse foi o primeiro passo antes da coleta dos relatos. Como veremos, as conexões dos ex-internos no Facebook e suas interações ao longo do tempo foi uma estratégia necessária e concomitante à coleta de relatos. Para que isso fosse possível adotamos a técnica de Análise de Redes que será explicada adiante.

Para a coleta dos relatos, a etnografia, as entrevistas em profundidade e a análise de materiais produzidos por eles e que contenham relatos deles se mostravam os caminhos possíveis para buscar dados sobre como eles recordam e entendem seus passados. Nesse sentido, duas questões metodológicas principais se impuseram: a multidimensionalidade da interação dos agentes e dos dados, e a validade do material biográfico.

Os ex-internos transitam e interagem entre as dimensões virtual e presencial, algo que é característico da contemporaneidade, mas que se torna imperativo em redes de pessoas que não estão ligadas por algum espaço físico, instituição ou que moram em lugares distantes uns dos outros - como é o caso

deles. A Sociologia vem discutindo uma nova configuração para a etnografia há algum tempo. Em um primeiro momento, a ideia de uma etnografia exclusiva ao ambiente virtual foi amplamente desenvolvida e debatida para caracterizar etnografias para estudar grupos presentes apenas em plataformas digitais, o que se convencionou de *etnografia virtual* ou *netnografia* (adotamos, aqui, o último termo). A observação do espaço virtual no nosso caso também enriqueceu o debate que apresentamos anteriormente em torno das ideias de *memória distribuída*, interação entre mente e tecnologia, materialização das memórias e *processualismo consequente*. Tratando-se de um fenômeno intangível (a rememoração e a identidade), ter os dados registados temporalmente (como se tem no Facebook) colaborou para percebermos como ações (no nosso caso, "falas" que aqui consideramos como *speech acts*) tomadas no passado tiveram consequência em momentos posteriores (Cordeiro, 2018). Isso só foi possível acompanhando as interações online no curso do tempo. Embora a *netnografia* ainda seja uma técnica pouco sofisticada, limitada e que espelha os caminhos metodológicos da etnografia tradicional, ela abre janelas ricas para explorar aspectos que seriam impossíveis em uma interação face-a-face. Assim, em alguma medida, a *netnografia* e a *etnografia*, aqui utilizadas, fazem parte de uma abordagem mais ampla denominada de *etnografia multissituada* (Coleman & Von Hellerman, 2011). Este é um termo que vem sendo utilizado para caracterizar etnografias que em que se interage com o interlocutor em espaços diferentes da vida social. Em geral, tem sido usada para etnografias a nível global, o que não é o caso da presente pesquisa. No entanto, ainda assim, ela ainda guarda pontos de contato com o que fizemos aqui: etnografias em diversos espaços, presenciais e virtuais.

A segunda questão diz respeito aos materiais biográficos que foram utilizados. Antes de tratarmos do material biográfico em si, vale lembrar que estamos tratando de uma forma de conhecimento comum, não validada cientificamente e ancorada nas experiências dos entrevistados. Isso pois, "a memória não existe como um domínio separado de outros campos do conhecimento 'autorizados', mas se constitui como forma de conhecimento

cultural e histórica resultante da (inter)subjetividade como conhecimento e conjunto de significados válidos" (Radstone, 2000, p. 111 - *tradução nossa*). Assim, não fazer parte de um conhecimento acadêmico ou científico não desmonta sua validade tanto como objeto teórico nem como fonte de empiria. Isso, contudo, nem sempre foi aceito na Sociologia. Em seu célebre artigo, publicado em dossiê de mesmo título, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1986), Pierre Bourdieu levantou e firmou uma suspeição epistêmica frente aos materiais biográficos (testemunhos, histórias de vida, relatos autobiográficos ou entrevistas orais, entre outros). Ele argumenta que há um estatuto ilusório/fictício nas construções identitárias individuais presentes nesses materiais. Esse artigo surgiu numa época em que, como veremos, o uso de materiais biográficos havia sido retomado após um longo período de latência desde seu uso na década de 1930 pela Escola de Chicago. Basicamente, Bourdieu denuncia um suposto caráter coeso e invariável do sujeito biografado (por outro ou ele próprio) frente à real multiplicidade de contradições e incongruências que caracterizam a vida de um indivíduo. A crítica de Bourdieu é tão genérica que não entra, de fato, em conflito com o uso de materiais biográficos. A crítica também não considera também a dimensão da temporalidade impressa na narrativa, tão bem trabalhada por Paul Ricouer (2011) pelas noções que já apresentamos de *ipseidade* e *mesmidade*. Reconhecemos e assumirmos, portanto, que por trás de um relato biográfico não há o pressuposto de uma identidade (*mesmidade*) que funda o indivíduo, mas ao contrário, como propôs Ricouer, de que a identidade abarca as relações, contradições e mudanças presentes nas experiências e ações de alguém no curso temporal que só podem ser expressas e apreendidas através de um relato narrativo. Diz ele: "diferentemente da identidade abstrata do mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da *ipseidade*, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida" (Ricouer, 2011 p. 419).

Contudo, isso não nos isenta da crítica bourdiesiana que justamente recai sobre esse pressuposto de que as experiências de alguém podem ser

organizadas em uma narrativa biográfica coerente tida como “ilusória” e “fictícia”. Há três comentários a serem feitos face à crítica de Bourdieu.

Primeiramente, Bourdieu pressupõe que qualquer material biográfico é dotado de uma unidade e completude que abarcaria toda a vida e ações do indivíduo. Como veremos, isso nem sempre acontece. Um relato em um momento T1 do tempo pode contradizer um relato no momento T2 do tempo e isso não descaracteriza ambos os relatos de serem biográficos, bem como também não apaga as contradições entre eles. Com isso, Bourdieu ignora a dimensão da temporalidade e da narrativa como dimensão constitutivas da própria identidade de um indivíduo. É uma ilusão Bourdieu achar que as biografias não lidam com o problema da processualidade do tempo.

Além disso, Bourdieu desconsidera o fato de que o conhecimento que alguém tem de si próprio é uma fonte válida - ainda que limitada, tal discutiremos a partir de um diálogo com Judith Butler. Com isso, o que restaria seriam documentos externos ou mais gerais do que as histórias pessoais, levando a Sociologia a contribuir para a construção de conhecimento desprovido de nomes, histórias e impressões digitais dos sujeitos. Sofreríamos, então, de uma ilusão “histórico-documental”.

Terceiro, ele invalida o material biográfico em si sem considerar que há múltiplas maneiras de se trabalhá-lo. Aqui, por exemplo, questionaremos justamente que essa busca pela coerência é uma ação mais ou menos deliberada e que faz parte do entendimento de si. Há diversos trabalhos (Seligmann-Silva, 2003; 2010; Caruth, 1996) sobre testemunho de vítimas (que, como veremos, também é o caso dos ex-internos) que não tomam seus relatos biográficos apenas como fontes factuais, mas problematizam o relato biográfico como instrumento de reconstrução das identidades sob o impacto do trauma. Como já discutimos no tópico “É possível lembrar o trauma?: Trauma e rememoração: sobre a (in)acessibilidade de eventos violentos” (subcapítulo 2.1), esses relatos permaneceriam infinitamente presas na sombra do indizível e incompreensível. O relato biográfico em si tem, portanto, tanto um caráter político, como um caráter terapêutico.



Negar o material biográfico sob o superficial ataque de uma ilusão é furtar-se de tomar esse material de maneira relaciona, dialógica, crítica e interpretativa. Ou seja, se furtar de colocá-lo em diálogo com outros relatos e com as condições sociais nas quais se insere; de rastrear sua construção ao longo do tempo evidenciando suas incoerências; e de buscar interdiscursividade com outros textos. Todas essas tarefas que buscamos colocar em nosso horizonte de pesquisa. Um dos nossos principais interesses aqui é entender o sentido que esses indivíduos atribuíram a si e a seu passado, estando este sob risco de distorções, adaptações e contorções em prol de uma coerência. Se isso é o que Bourdieu denunciou como ilusão, nós aceitamos como rico desafio. Ao contrário das narrativas ficcionais, as histórias de vida são marcadas pelo entrecruzamento da e na história de muitos *outros* e pelo seu caráter aberto, cujos sentidos se abrem e se reconfiguram.

### **3.3 Nota sobre os dados e sua coleta**

---

#### *Considerações éticas sobre a coleta de dados*

Antes de iniciar a coleta de dados, algumas questões éticas se impuseram. O tipo de pesquisa qualitativa aqui proposta lida com indivíduos e sua vida íntima, suas memórias e histórias. A maioria delas, inclusive, jamais chegou a ser publicizada ou observada por alguém. Trabalharemos com técnicas de pesquisa que coletarão tanto dados que foram espontaneamente produzidos pelos indivíduos pesquisados nas interações pessoais e virtuais, quanto em entrevistas que os estimulou a narrar suas vidas. Embora toda a coleta de dados tenha sido informada e consentida pelos entrevistados, optou-se por manter seus nomes em sigilo. Todos os nomes que apareceram e aparecerão aqui são codinomes. O consentimento, de acordo com a ética de pesquisa, implica não apenas informar ao entrevistado sobre a nossa pesquisa, sobre o contexto e o método de investigação, sobre nosso comprometimento

com a confidencialidade dos dados, mas também de buscar esclarecer a estrutura pensada para a entrevista, por exemplo. Por isso, em quase todas as entrevistas realizadas, oferecemos a opção de serem gravadas em áudio ou vídeo, sendo que 85% dos entrevistados optaram por serem entrevistados apenas em áudio. Muitas vezes, os eventos relatados traziam momentos de dor e relatos íntimos que foram a nós abertos com confiança e em tom de confissão. A todo momento, tivemos uma escuta ativa e acolhedora, expressando interesse no que estava sendo contado, mas sabendo não questionar e nem estimular relatos de experiências dolorosas e traumáticas.

No que diz respeito à coleta de dados nas redes sociais, propus-me a coletar apenas aqueles dados que eram públicos. As mensagens trocadas de maneira privada (via *inbox*, mensagens de *Whats App* e emails diretamente enviados para mim ou mensagens trocadas por eles no grupo de *Whats App* deles do qual participei por um tempo) não serão reproduzidas/transcritas literalmente neste texto, com uma única exceção. Apenas serviram para entender um contexto mais amplo do grupo.

Os dados coletados no Facebook, de alguma forma, preenchem o critério de consentimento na medida em que foram postados em grupos fechados ou páginas públicas criados pelos ex-internos e/ou ex-funcionários, nos quais “curti” ou fui consentidamente “aceita” como membro (de qualquer forma o grupo no Facebook, até abril de 2020, é um grupo aberto em que todas as postagens podem ser lidas por qualquer usuário). Nesses ambientes, eles se expressavam livremente através de postagens ou comentários, sabendo que estes poderiam ser vistos por outros indivíduos que “transitavam” nesse espaço virtual. Alguns autores (Markham, 2008) questionam se as falas virtuais devem ser parafraseadas ou citadas diretamente nas pesquisas. Embora ainda não haja uma resposta ou consenso na literatura, nós entendemos que as falas virtuais (desde que tenham sido públicas e voluntariamente expressas) podem ser reproduzidas literalmente tal qual se faz com as mesmas falas coletadas a partir de técnicas tradicionais de pesquisa (entrevista e etnografia), com a condição de ocultar o nome do enunciador.

No caso analisado, os relatos no ambiente *online* foram produzidos espontaneamente e, diferentemente de outras várias pesquisas, sabia-se quem estava por detrás do texto. O famoso problema dos *Internet Studies* “where is the body behind the text” não se apresentou nesta pesquisa, portanto, outras questões advindas desse problema se colocaram, como a questão da autenticidade, do consentimento e da intervenção (Markham, 2005). Não foram feitas quaisquer intervenções *online* em suas conversas via postagens. Interações e intervenções se restringiram em interações *offline* em que eles tinham plena consciência da minha atuação como pesquisadora.

---

*Esmiuçando as técnicas de coleta de dados: Análise de Redes, Netnografia, Etnografia Focalizada, Entrevista Narrativa Entrevista em Grupo*

**Análise de Redes**

A primeira técnica adotada foi a Análise de Redes (*Network Analysis*). Ela não tem quaisquer funções interpretativas, mas foi de extrema importância para mapear o campo. Como se tratava de uma rede ex-internos em formação não estava claro quais eram seus limites. Nos encontros havia mais de cem pessoas e nas redes sociais mais uma centena de ex-internos. Nesse sentido, a Análise de Redes teve uma função morfológica de mapear os ex-internos e suas relações. O ambiente virtual se mostrou como aquele onde as interações entre eles aconteciam com maior frequência já que eles conseguiam se reunir poucas vezes no ano. O ambiente virtual foi uma rica fonte de dados. A partir dele foi possível mapear as interações entre os ex-internos, e indivíduos e quais eram as direções das interações mantidas entre eles e extrair outros relatos mnemônico-identitários espontâneos. Para o mapeamento, utilizamos a Análise de Redes (*Network Analysis*), ao passo que para analisar o conteúdo dos relatos e seu contexto de produção e recepção utilizamos a Netnografia (*Netnography*).

Como eles não interagiam fisicamente com frequência, não se poderia observar quem era próximo de quem, quem se comunicava mais, quem tinha mais conexões, quem estava mais às margens das relações. Mais do que isso, a olho nu, perante mais de cem pessoas em um encontro, traçar essa arquitetura de relações se mostrou impossível. Restava-me observar essa arquitetura e essas interações na dimensão virtual. Identifiquei três grupos públicos e/ou páginas de Facebook ligadas aos ex-internos. A partir daí, recriei uma rede dinâmica (isto é, uma rede que se modifica ao longo do tempo) para elaborar a análise. Apresento a seguir algumas definições, conceitos e procedimentos que utilizaremos na Análise de Redes.

Uma rede é “uma representação simplificada que reduz um sistema a uma estrutura abstrata ou *topologia*, capturando apenas o básico dos padrões de conectividade e um pouco mais” (Newman, 2018, p. 7). Na sua forma mais simples, uma rede é um conjunto de pontos unidos por linhas. Os pontos são chamados de *nós*, *vértices* ou *atores* que, no nosso caso, podem representar pessoas (como é o caso dos ex-internos), mas também podem representar páginas ou perfis no Facebook, dado que há um ator por detrás deles que atua como agente na rede. As linhas que unem os pontos são chamadas de *laços* ou *conexões*. Convencionalmente o número de nós (vértices ou atores) é representado pela letra  $n$ , ao passo que o número de laços é representado pela letra  $e$ . No caso da Sociologia e das demais Ciências Sociais, as linhas são chamadas de *laços* sociais ou *conexões* sociais. Elas podem representar diferentes formas de relação entre dois pontos: podem ser conversas, encontros, relações de amizade, de inimizade, etc

**Nó ou Ator**



**Arestas ou Laços**



Sobre essa estrutura simples, podemos fazer as mais diferentes operações matemáticas; podemos nos perguntar qual o caminho mais curto entre dois pontos, quais são os pontos mais importantes, quantos clusters existem em uma dada rede, qual é a probabilidade de dois atores se ligarem no futuro, e etc. Podemos perguntar, também, quais são as centralidades de uma rede, quais são as relações mais fortes ou mais fracas, as mais centrais e as mais periféricas, as unilaterais ou as bilaterais. Também podemos verificar quem são os responsáveis por unir as diferentes partes da rede, de modo que elas não se criem redes dissidentes. Como afirma Acioli (2007), “a possibilidade de perceber relações mais ou menos simétricas; mais ou menos densas; indicam diferenças nos possíveis canais de informação e conseqüentemente, distintos padrões de comunicação entre os membros da rede” (p. 5). Ou, como afirma Newman (2018), “as redes capturam o padrão de interações entre as partes de um sistema. Não devia ser surpreendente para ninguém [...] que o padrão de interações pode ter um efeito grande sobre o comportamento de um sistema” (p. 7).

Em um dos artigos que compunha a primeira edição da revista *Social Networks* (1978), Alvin Wolfe anunciava que o pensamento em rede era uma consequência quase inevitável da teoria social. Interessante notar que após quase quarenta anos, essa tendência não foi consolidada. No entanto, na época ele apontou quatro tendências: a) atenção nas **relações** e não nas coisas; b) atenção em **processos**; c) busca por fenômenos elementares em detrimento de instituições e d) a construção de modelos generativos (**dinâmicos**) em detrimento de modelos funcionais (estáticos). Assim, “estar alinhado com uma ou mais dessas tendências não constitui necessariamente uma abordagem de rede, mas todas juntas parecem conduzir inevitavelmente a um modelo de rede” (Wolfe, 1978, p. 56). De certa maneira, embora a construção em rede seja apenas um aporte instrumental neste trabalho, estamos em consonância com essas quatro tendências do ponto de vista teórico-metodológico apresentado, que está apoiado em uma sociologia relacional e processual.

A análise de rede tem uma história recente, e apesar de ela ser uma análise praticada em diferentes áreas, há, por exemplo, redes informacionais, redes biológicas, modelos epidemiológicos, análises econômicas, etc. A Sociologia é pioneira nessa área e muitos sociólogos da área conceberam métricas, análises e algoritmos que foram difundidos para outras áreas. A maneira clássica de construir uma rede começou com a ideia de sociograma formulada pelo cientista social e psicólogo Jacob Levy Moreno (1950). Apesar de seu pioneirismo, os sociogramas de Moreno eram analógicos, antecedendo o uso difundido de computadores. Dada a complexidade de gerar redes, hoje, o uso de computadores é um pré-requisito. Outro pioneiro da análise de redes foi Wayne Zachary (1977) que, a partir de seu trabalho etnográfico sobre os laços de amizade e conflito em um grupo de karatecas, formulou uma rede que se tornou um banco de dados básico para testar diferentes algoritmos. Como afirma Newman (2018), uma das principais referências na análise de redes: “a observação direta é um método óbvio para construir redes sociais” (p. 57). Assim, pode-se observar que trabalhos considerados puramente qualitativos, como é o caso da etnografia, podem se valer e se valerem da representação das relações sociais observadas em uma rede por seu poder ilustrativo.

Aqui adotou-se uma *rede ponderada, não-direcional e dinâmica/evolutiva*<sup>12</sup>. Uma rede ponderada é aquela em que *laços* possuem pesos diferentes dependendo da intensidade de contato que um ator fez com outro. Esse é um procedimento padrão e bastante conhecido nos trabalhos de Análise de Redes: “nas conexões de redes sociais, pode haver pesos que representam a

---

<sup>12</sup> Como os ex-internos interagem a partir de uma página público, um grupo público e um perfil no facebook, em um primeiro momento, pensou-se em adotar de fazer a análise de redes a partir do que se chama de *rede de afiliação*. Uma *rede de afiliação* é “uma rede onde os atores estão conectados por meio de seu pertencimento a grupos de alguma natureza” (Newman, 2018, p. 60). Assim, testamos, em um primeiro, construir uma rede a partir da conexão dos atores a uma dessas páginas/grupo/perfil. O problema dessa primeira abordagem é que “é uma rede com dois tipos de *nós* [...] com *laços* conectando os *atores* aos grupos que eles pertencem [...] e não há *laços* que conectam diretamente os *atores* a outros *atores* ou grupos a outros grupos” (Newman, 2018, p. 61). A *rede de afiliação* engendra a criação artificial de grupos que tendem a ser estanques (uma fotografia do momento) que não permite visualizar o processo de agrupamento de seus membros. Ou seja, com esse tipo de rede, perde-se a ênfase no papel dos atores e sua influência sobre os demais, dando protagonismo a um grupo fictício hipostasiado.

frequência do contato entre os atores” (Newman, 2018, p. 108). No caso das redes que representamos, elas sempre terão peso positivo. É possível, no entanto, haver redes que representam relações de inimizade, por exemplo, por meio de pesos negativos atribuídos aos laços. Isso não foi possível, pois o Facebook não disponibiliza um *tracking* de amizades desfeitas ou mesmo uma negação de interação. De qualquer forma, o que foi considerado como sinal de engajamento a uma postagem foi o **comentário** escrito e não a mera reação a ele.

Outra característica importante da rede é que ela é *não-direcional*. Isso significa que estamos considerando relações simétricas entre os atores. Mais concretamente, se um ex-interno<sub>A</sub> respondeu à postagem de um ex-interno<sub>B</sub>, ambos estão conectados pelo mesmo *laço*. Isso difere de um tipo de rede, denominada *direcional*, em que a conexão nunca é de mão dupla. Podemos ver abaixo a representação de ambos:

**Rede não-direcional**

$$a \bigcirc - b \bigcirc$$

**Rede direcional**

$$\begin{aligned} a \bigcirc &\rightarrow b \bigcirc \\ a \bigcirc &\leftrightarrow b \bigcirc \end{aligned}$$

Em ambos os casos, ao se conectarem a mais atores, uma rede se torna um conjunto de caminhos entre um ator a outro. No exemplo abaixo, o ator<sub>A</sub> (a) está conectado ao ator<sub>C</sub> pela intermediação do ator<sub>B</sub>.

**Caminho em uma rede não-direcional**

$$a \bigcirc - b \bigcirc - c \bigcirc$$

Essa ideia é útil para vermos que há alguns atores que unem outros atores que estão em agrupamentos distantes. Assim, podemos dizer que o número de

laços que um ator tem em uma rede e os diferentes caminhos que passam por um determinado ator serve como métrica para tentarmos verificar a importância desse ator dentro da rede: “o propósito de uma medida de *centralidade* é selecionar os atores mais importantes em uma rede ou ranquear dos mais aos menos importantes, assim apenas os valores relativos que importam, e não os valores absolutos” (Newman, 2018, p. 161). Porém, medidas de centralidade diferentes expressam “importâncias” diferentes. Aqui, veremos como o *grau* (isto é, o número de laços que um ator possui com outros atores) pode nos ajudar traçar a importância e o nível de engajamento que um ator tem na rede. Essa medida que nos ajudou a escolher alguns dos ex-internos que seriam entrevistados em profundidade. Da mesma maneira, podemos verificar quais são os atores que estão conectados de maneira fraca ao restante da rede, esse termo é formalmente chamado de *componentes fracamente conectados* (*weekly connected components*). Esse tipo de medida nos ajudou a desconsiderar entrevistas ou investigações mais profundas com esses atores.

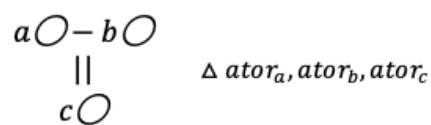
Outra característica importante de nossa rede, que está em consonância com o que foi exposto nos capítulos anteriores, é que nossa rede é *dinâmica*, isto é, *temporalmente processual*. Isto é, a estrutura da rede muda ao longo do tempo à medida que as relações se transformam. É natural pensar que as relações mudem ao longo do tempo, porém “a maioria dos estudos de rede ignoram esse fato e tratam as redes como objetos estáticos” (Newman, 2018, p. 120). Com a abordagem *dinâmica*, muitos conceitos utilizados anteriormente ganham vida e auxiliam a análise. Como estamos lidando com *dinâmicas de validação* de certos argumentos em uma rede de indivíduos, é importante visualizar como as interações entre eles se fazem, desfazem, se reforçam ou cessam ao longo do tempo. Ainda que não possamos visualizar pela rede **o quê** está sendo validado entre os atores, podemos ver **quem** está engajado na *dinâmica de validação* - uma vez que a rede traz uma visão morfológica e não semântica das interações. Se a análise processual dos entendimentos nos leva a interpretar os **conteúdos** das narrativas, é a Análise de Rede que servirá de



lanterna para entender os caminhos (a **forma**) a serem seguidos, em meio à multiplicidade de dados.

Os atores que servem de ponte entre as diferentes *aglomerações* são justamente os que têm maiores valores de intermediação, dado que é por eles que fluem grande volume de informação de ambos os lados. Para que haja comunicação entre os mundos, tais intermediários são fundamentais. Sem eles, a comunicação é quebrada – é como se os intermediários fossem pontes que possibilitam a passagem entre duas margens de um rio, sem as pontes a passagem se torna intransponível. Veremos que a análise será aberta pelo mapeamento da posição e interação dos indivíduos na dimensão virtual: posicionamento dos indivíduos (centrais, marginais, intermediários) e mapeamento de suas relações (intensidade de engajamento, formação de *aglomerações*, direcionamento das relações).

Há conceitos também importantes relativos à *agrupamento* que podem ser verificados na análise de redes. Um deles é o conceito de *clique*. Um *clique* é um conjunto de atores que todos estão ligados entre si. *Cliques* indicam um nível de coesão de grupo. No esquema abaixo, vemos como ator<sub>a</sub>, ator<sub>b</sub>, e ator<sub>c</sub> estão todos interligados. Por simplicidade, vamos utilizar a representação com o triângulo , expressando a conexão simultânea de todos os vértices por arestas.



Por fim, dada a dinâmica de existência de dois momentos da instituição, é interessante buscar por padrões de homofilia, isto é, preferência de associação/ contato com pessoas do mesmo grupo. Nas análises de rede, verificou-se a ocorrência recorrente de um efeito chamado de *first mover effect*, em que um *nó/ator* que entrou no início da formação da rede tem muito mais laços que os que entraram na rede posteriormente. Também observaremos esse fenômeno

neste estudo, uma vez que a criação da rede de ex-internos partiu de um número pequeno de atores. Assim, é esperado que, ao menos os criadores das páginas/grupos e os primeiros membros tenham mais importância.

Apresento a seguir os critérios da coleta de dados e as escolhas técnicas. A coleta cobriu desde o período de criação das páginas até o final do ano de 2019. Foram coletadas postagens, respostas e, respostas de respostas nas páginas juntamente com seus metadados (isto é, a identificação do usuário, a identificação da mensagem, a data e hora da postagem e reações a elas). As identificações dos usuários (cada ID) e das mensagens servem como forma de não haver duplicidade nos dados. A coleta de data e hora é importante para a elaboração da rede dinâmica. Com isso, seccionei os dados em intervalos anuais, de modo que cada postagem ou resposta pertencesse a um dos intervalos. Como a página mais antiga data de 2014, esse é o ponto inicial da rede. Ao todo são, portanto, seis intervalos anuais (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019) de modo que cada intervalo tem sua própria rede – que é diferente de construir uma rede por afiliação. Assim, olhar para as redes seccionadas por anos é ter uma fotografia das relações, ao passo que olhar para a mudança da rede ao longo do tempo é ter um filme do que aconteceu. Para isso, está disponibilizado um link onde é possível visualizar a rede dinamicamente em vez de apenas observar as redes seccionadas por ano que estão impressas neste trabalho.

Todos os *laços* estiveram sujeitos a variação temporal. Se dois atores tiveram relações online de 2014 a 2020, isso pode ser representado da seguinte maneira:

$$aO_{-2014}bO; aO_{-...}bO; aO_{-2020}bO$$

Muitos atores tiveram mais de uma interação com um outro ator ao longo de um ano. Desta maneira, o laço recebeu um valor de peso, isto é, os laços foram ponderados pela frequência de interação que um ator teve com outro dentro de um determinado período, como podemos exemplificar abaixo:

$$\begin{array}{l}
 aO_{-2015}bO \\
 aO_{-2015}bO = aO_{-2015}^3bO \\
 aO_{-2015}bO
 \end{array}$$

As três relações (ao lado direito da ilustração acima) são sumariadas em uma única relação (ao lado direito) ao somar sua frequência de aparição e preservando os demais atributos (ano e atores conectados). A consequência teórica dessa escolha é que todas as relações têm o mesmo valor e um ator está mais fortemente conectado a outro por conta do número de interações que teve com este outro ator. Embora essa relação possa se confirmar como verdadeira em alguns casos do mundo *offline*, ela não pode ser totalmente generalizada para as relações resultantes dos atores em todos os ambientes. Portanto, é importante recordar do que dissemos anteriormente, a rede é uma representação da estrutura das relações que necessariamente as simplifica.

Com respeito à visualização da rede, seguimos as recomendações de manter a escala do grafo relativamente curta ( $\text{scaling}=2.0$ ) e a prevenção de sobreposição dos nós (Newman, 2018) usando um algoritmo de disposição da rede chamado *ForceAtlas2* disponível no software livre de processamento de redes denominado *Gephi*, que foi utilizado para fazer a análise deste trabalho. As tabelas com os dados anonimizados da rede estarão disponíveis em um repositório online. E aconselhável que a rede que está *online* seja visitada para melhor visualização da mobilidade da rede de relações entre eles. Embora a visualização em redes seja apenas uma representação simplificada das relações entre os ex-internos, ela é útil para entendermos como o padrão de interações entre os ex-internos mudam ao longo do tempo<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Vale salientar que, ao longo do texto, o termo “rede” foi utilizado em dois sentidos diferentes. Teoricamente, utilizou-se “rede” para pensar as relações e agrupamentos humanos como existentes em forma de rede. Já “rede” na técnica “Análise de Redes” é um instrumento técnico para representar as relações entre elementos (sejam eles humanos ou não). A simplicidade do modelo da Análise de Redes contrabalança a imensa complexidade dessas mesmas relações que ocorreram na realidade e que são, em sua totalidade, inapreensíveis em um único trabalho interpretativo.

## **Netnografia**

Com o avanço tecnológico, o “digital” se tornou indissociável da vida social. Se antes o mundo digital poderia ser circunscrito como um fenômeno a parte, hoje ele próprio inundou todas as esferas da vida humana, digitalizando assim o nosso próprio mundo. Impactou as práticas, processos e estruturas sociais (Cordeiro, 2020a). A observação da vida social, portanto, não pode se restringir mais ao domínio das interações face a face, mas devem, sobretudo, abarcar as práticas, sociabilidades e ações dos indivíduos no ambiente *online*. Hoje em dia, muitas atividades da vida social cortam as fronteiras entre o *online* e o *offline*, e acontecem em ambos os domínios. Muito embora cada domínio tenha uma lógica e uma dinâmica diferente, ambos são espaços de interação social que podem estar em contínua interação, podendo ser vistos como *continuum* um do outro. Diferentemente do domínio do *offline*, no *online*, as fronteiras não são claras e os indivíduos podem estar dispersos. A coleta de dados pode retroceder ao passado e avançar ao futuro, permitindo-nos assim observar as ditas *articulações projetivas* aqui já mencionadas.

Em não se tratando de uma comunidade puramente online, nós adotamos a netnografia como uma outra forma de observar a interação do grupo em mais um ambiente que não o *offline* (Kozinets, 2014). A netnografia é uma abordagem que envolve um trabalho de campo de comunidades, indivíduos ou processos que têm suas comunicações baseadas na internet. A observação e o registro sobre essas comunidades, indivíduos e processos segue, mais ou menos, a abordagem etnográfica tradicional (Kozinets, 2015). A netnografia deve abarcar o fluxo de interações e comunicações que acontecem na internet por meio de várias mídias (textos, suportes gráficos variados, áudios, fotografias e vídeos). Mesmo quando há um fluxo muito grande de dados e é necessário adotar técnicas auxiliares de *Social Network Analysis* e/ou *Big Data Mining*, a netnografia não pode perder de vista seu foco central que é a compreensão de uma “ 'estória emocional' por detrás do sujeito” (Kozinets, 2015). Nesse sentido,

o uso dessas técnicas auxiliares, que geralmente servem para extrair e limpar grandes quantidades de dados, devem trazer também os meta dados da mensagem, tais como data de origem, agente emissor, plataforma para contextualizar o texto que será analisado etnograficamente. Embora seja possível coletar dados que precedem à entrada no campo ou coletar todos os dados da uma vez só, é adequado que o procedimento de uma netnografia siga o procedimento da etnografia tradicional, visitando o campo com frequência e percebendo as dinâmicas entre os indivíduos. Assim a familiarização (cotidiana ou semanal) com os indivíduos em uma dada plataforma é o caminho mais seguro para dar sentido aos dados analisados.

Em comparação com a etnografia tradicional, embora a netnografia perca elementos gestuais e proxêmicos da comunicação, ela é menos intrusiva. Isso, pois diferentemente da etnografia tradicional em que o pesquisador é percebido no ambiente e os indivíduos ali presentes, de alguma forma, a ele respondem, no ambiente virtual o pesquisador pode passar despercebido (mesmo com o consentimento informado, o indivíduo pesquisado não se lembra a todo o tempo que a pesquisa está presente no ambiente virtual). Nesse sentido, é possível fazer netnografia sem observação participante. Isso é especialmente interessante no presente caso, pois a manipulação da fachada (Goffman, 2014) é recorrente quando se trata de indivíduos estigmatizados e quando há relatos que trazem conteúdos emocionais delicados.

Outro aspecto positivo é que o pesquisador pode ter acesso a falas que estão sendo simultaneamente produzidas, já que elas são instantaneamente registradas *online* - algo que dificilmente aconteceria no ambiente *offline* em que o pesquisador não consegue estar onipresente em mais de uma situação de fala. Ou seja, a netnografia não sofre de constrangimentos espaço-temporais.

Ambos os tipos de etnografia, presencial e virtual, foram complementares para a compreensão do objeto em questão. Isso, pois a dimensão virtual forneceu algumas dicas sobre interações face a face que não estavam claras para mim em um primeiro momento. Forneceu também o *background* para entender a interação face a face, afinal o ambiente *online* era mobilizado durante

o ano todo e muitas informações que eram ali trocadas apareciam nas falas presenciais. Sem um acompanhamento diário do ambiente virtual seria impossível entender tudo aquilo que estava nas sublinhas de suas conversas presenciais (seja na etnografia tradicional ou nas entrevistas). O ambiente virtual, no entanto, não fornece a riqueza de dados não verbais que a etnografia tradicional oferta. Palavras não ditas, pausas nas falas, expressões emocionais, hesitações na fala, expressões gestuais são dados que desaparecem na etnografia virtual. Em contrapartida, nem todos esses dados podem ser registrados e analisados com acurácia posteriormente (a menos que o pesquisador esteja registrando toda a etnografia em vídeo), dado que o pesquisador geralmente não consegue gravar e tomar nota de tudo.

Entre prós e contras, ambas as técnicas se complementaram e a netnografia, em especial, ficou encarregada de amarrar as outras formas de coleta de dados *online* - extração (*data mining*) e análise de redes (*network analysis*). A visita diária às plataformas analisadas permitiu dar sentido aos dados textuais e gráficos coletados a fim de interpretá-los no fluxo temporal das interações interpessoais.

Antes de iniciar a netnografia, foi preciso fazer uma consideração sobre a plataforma na qual estava sendo realizada a coleta de dados. O Facebook tem características específicas que devem ser levadas em consideração, pois nenhuma tecnologia é neutra como já discutido no tópico "Como versões do passado se objetificam?: sobre as *dinâmicas de materialização no mundo contemporâneo*" (subcapítulo 2.4), Em *The Whale and the Reactor: a search for limits in an age of high technology* (1992), Langdon discute em que medida as tecnologias têm desenhos que implicam em consequências políticas em menor ou maior proporção.

Isso, pois a "concepção ou disposição de um sistema operacional se torna uma maneira de resolver um problema nos assuntos de uma comunidade em particular" (Langdon, 1992, p. 22). Embora o Facebook não tenha quaisquer relações políticas intrínsecas (Langdon, 1992, p. 38) ele pode promover relações de poder e autoridade, na medida em que o administrador de grupos e páginas

tem prevalência para fixar postagens, decidir fotos de perfil e capa e etc. Sobre esse aspecto, Tufecki (2017) pontua que:

O poder das plataformas sobre os usuários reside principalmente na capacidade de definir as regras pelas quais a atenção ao conteúdo é adquirida (Tufecki, 2017, p. 138).

Mesmo as escolhas aparentemente simples da interface do usuário, como a presença onipresente do botão "Curtir" no Facebook, têm consequências significativas (Tufecki, 2017, p. 125).

Nesse sentido, conduzir uma netnografia no Facebook também é estar atento às configurações que aos diversos ambientes (página, grupo, perfil) que ela comporta. Assim, ao analisar uma postagem (a enunciação que alguém faz), deve-se pensar quais são as possíveis restrições que aquela enunciação pode ter sofrido devido ao desenho da tecnologia onde ela está inserida.

### ***Etnografia focalizada***

Uma “etnografia focalizada” é aquela em que, de acordo com Sarah Wall (2015), o pesquisador permanece no campo por curtos períodos de tempo a fim de realizar entrevistas, discussões em grupo e coletar gravações em áudio ou vídeo. Isso não exige o pesquisador de realizar os procedimentos tradicionais da etnografia participante, como a interação informal com os pesquisados e a manutenção de um caderno de campo (Wall, 2015).

Nesse tipo de etnografia, a intensidade no campo é muito maior: as interações e a coleta de dados são mais concentradas. A adoção da etnografia focalizada não foi exatamente uma opção de pesquisa, mas uma imposição da situação de campo, uma vez que não havia interação física frequente entre os indivíduos pesquisados, mas apenas nos encontros "comemorativos em Batatais" que duravam um final de semana. encontros pontuais. Por isso, podemos caracterizar a etnografia focalizada como uma etnografia em que se etnografia “eventos” (Wall, 2015).

Os ex-internos se encontram oficialmente na cidade de Batatais geralmente em abril. Esse encontro começou em abril de 2012 e, assim, se

repetiu por todos os anos subsequentes até 2019. Como veremos, em cada ano ele teve um formato diferente, mas todos eles aconteceram em Batatais, durante um final de semana inteiro com churrascos, partidas de futebol e algumas solenidades. A partir desse encontro, surgiu um outro encontro “dissidente” encabeçado pelos (mas não necessariamente restrito aos) ex-internos das gerações mais jovens - que estiveram na instituição entre as décadas de 1980 e 1990 - que passou a acontecer geralmente em outubro. Outros encontros informais aconteceram nas casas dos ex-internos fora do período de encontro oficial. Em todos esses encontros mencionados, era frequente a participação de familiares dos ex-internos. A frequência dos ex-internos em cada um desses encontros variava bastante, isto é, alguns ex-internos iam em alguns encontros e outros não, tornando bastante difícil identificar quem era quem e quais eram as relações mais frequentes. Etnografar de forma focalizada não significa etnografar uma única vez. Esses encontros aconteceram todos os anos e acompanhamos eles de forma sequencial.

### ***Entrevistas narrativas biográficas***

Dentro do “paradigma interpretativista”, foi o livro de William Thomas and Florian Znaniecki’s, *The Polish Peasant in Europe and America* (2012 [1918]), que abriu portas para os relatos de vida como uma importante janela para compreender como as pessoas representam suas próprias vidas. No livro, Thomas e Znaniecki analisam cartas autobiográficas de correspondências entre imigrantes. Eles, enfatizam, pela primeira vez na Sociologia, a relacionalidade e sequencialidade/processualidade desses processos de escrita ao longo ao tempo. Os autores trazem uma ideia de *self* como resultado de um processo relacional e temporalmente localizado que se desenrola no tempo através da escrita constante de cartas sobre suas experiências pessoais. Para eles, a escrita sobre si é uma forma representacional que fornece a chave para analisar esses processos de formação de si (*self-making*).

Os relatos de vida podem ter diferentes formas de representação a depender do modo como são externalizados e veiculados. No caso do trabalho



de Thomas e Znaniecki, as cartas eram as formas de expressão que os imigrantes tinham para falar de si. Livros, entrevistas autobiográficas ou depoimentos são outras maneiras de expressar relatos de vida. O paradigma interpretativista de Thomas e Znaniecki tornou a entrevista biográfica em um modo de produção de dados. Ele continuou sendo usado na escola de Chicago na década de 1930. Após esse período, os materiais biográficos entraram em desuso e foi readotado pelos alemães (“Grupo de Trabalho de Sociólogos de Bielefeld”)<sup>14</sup> e pelos franceses, sobretudo Daniel Bertaux (1981), posteriormente, a partir da década de 1970, quando aconteceu o chamado “*narrative turn*”.

De acordo com Arfuch (2012),

os relatos de vida inquietaram a as Ciências Sociais desde os primeiros anos do século XX na tentativa de apreender histórias e memórias, de dar conta da espessura do social e que continuam concitando de maneira crescente sua atenção. De fato, os chamados ‘métodos biográficos’, cujo o recurso à entrevista é quase obrigatório, ocupam hoje uma posição predominante na investigação qualitativa, em sintonia com o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com ênfase testemunhal, essa verdadeira obsessão da memória que os marcos simbólicos do novo século e milênio não cessaram de estimular (p. 73).

No presente estudo, optamos por trabalhar com diversos materiais biográficos advindos tanto com entrevistas autobiográficas, quanto com contos e livros escritos espontaneamente por alguns dos ex-internos. As entrevistas autobiográficas e os contos/livros têm formatos diferentes, são produzidos em circunstâncias diferentes e, portanto, trazem desafios de análise diferentes. Trataremos aqui das entrevistas autobiográficas, primeiramente; no próximo tópico trataremos dos contos e dos livros autobiográficos escritos por eles.

O caráter fragmentário dos relatos coletados durante a etnografia e a netnografia pedia um material empírico com certa unidade e que poderia servir de contraponto às interações e falas cotidianas das redes sociais ou aos

---

<sup>14</sup> Fritz Schütze foi um dos principais representantes daquilo que os sociólogos de Bielefeld denominaram de “método biográfico”. Gabrielle Rosenthal (2014) e Hermílio Santos (2012; 2016; 2014) são expoentes proeminentes desse método. O método está pautado na sociologia schütziana e visa analisar a construção de sentido subjetivo na consciência interna do tempo que repousa na percepção individual. O recurso da narrativa biográfica, nesse caso, apresenta uma possibilidade de combinação de uma abordagem diacrônica (a própria biografia) com uma abordagem síncrona (a biografia interpretada a partir do momento biográfico específico, o presente) (Rosenthal, 2004).

momentos menos frequentes de encontros e comemorações entre os ex-internos. Alguns ex-internos também se sentiram à vontade ou necessidade de falar individualmente. Isso foi manifestado em uma conversa durante uma etnografia: "Eu acho que tinha que fazer individualmente e tirar uma conclusão, porque as conclusões que você vai tirar, individualmente, cada um pensa diferente aqui" (Tom, entrevista em grupo, junho de 2017). Dentre as diferentes maneiras de se conduzir uma entrevista, optou-se por entrevistas não padronizadas e em profundidade<sup>15</sup>. Isso, pois elas nos permitem coletar "expressões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas" entrevistadas (May, 2004, p. 145), são "instrumentos privilegiados de acesso à experiência dos atores (Poupart, 2010, p. 2). O objetivo é conduzir a entrevista de forma a propor apenas temas e provocações disparadoras das memórias, para que o próprio entrevistado construa sua narrativa de acordo com a condução que seu próprio processo de rememoração lhe oferece. As análises focam em aspectos que estão para além dos aspectos exclusivamente conteudísticos:

[...] não é tanto o conteúdo do relato por si mesmo – a coleção de acontecimentos, de momentos, de atitudes, mas precisamente as estratégias de autorrepresentação que importam. Não tanto a 'verdade' do ocorrido, mas sua construção narrativa, os modos de se nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar do indivíduo, o que se deixa na sombra, a história que alguém conta de si mesmo ou de outro eu (Arfuch, 2012, p. 239).

As entrevistas, no entanto, se feitas uma única vez, poderiam trazer uma fotografia muito estática de como o entrevistado elabora suas próprias memórias

---

<sup>15</sup>Esse tipo de entrevista não impõe ao entrevistado perguntas e temas. Santos (2014) entende que, ao introduzir temas de antemão, abdica-se "da possibilidade de obter elementos para a análise da interpretação subjetiva sobre o curso de vida dos próprios entrevistados, seja porque não acredita ser possível alcançar tais elementos seja porque acredita não ser relevante para a pesquisa sociológica" (p. 372-3). Além disso, Santos entende que o emprego de entrevistas padronizadas ou semi-padronizadas podem incorrer no problema que ele denomina de "colonização do sistema de relevância pelo sistema de relevância do cientista social". A ideia dialoga com o conceito schütziano de "sistema de relevância" que embasa o método biográfica que se iniciou na "Escola de Bielefeld". Embora não partamos do mesmo arcabouço teórico de Santos (2012; 2014; 2016) e Rosenthal (2014), concordamos que entrevistas que colocam temas e perguntas específicas não apenas não estão interessadas com a interpretação subjetiva do entrevistado, como principalmente envia a coleta de dados. Assim, em concordância com Santos e Rosenthal, optamos por entrevistas em que o entrevistado pôde falar sem intervenções iniciais e ao longo da entrevista.

e sua identidade. Optou-se, portanto, em escolher nove ex-internos para serem entrevistados pelo menos duas vezes com certa distância temporal entre as entrevistas .

Sem perguntas pré estruturadas, buscou-se iniciar as entrevistas como uma única pergunta disparadora (“Conta sua vida?”, “O que você se lembra da sua vida?”) e deixar que o próprio entrevistado siga o curso narrativo que quiser. Ao entrevistado, foi oferecido espaço para estruturar sua fala. A literatura denomina esse tipo de entrevista como “entrevista narrativa” (*narrative interview*). Apesar de o entrevistador ser uma presença que inevitavelmente envia o relato (afinal o entrevistado está falando para alguém), a ideia é ter o mínimo de intervenção possível para que se observe os eventos recordados espontaneamente e que foram escolhidos pelo entrevistado para abordar a maneira como ele organiza os eventos no tempo e a interpretação que ele concebe sobre o que acontece.

Assim, a entrevista livre, suportada por esse estímulo inicial, busca trazer à luz um relato biográfico, constituído de memórias, organizadas à luz do presente, em que o entrevistado se revela como um indivíduo dotado de uma história única composta por um conjunto de experiências postas no decurso temporal e edificadoras de sua identidade. Essa história, apesar de ser única, não é fruto de uma elaboração isolada. Se entendermos que o resultado dessa entrevista narrativa é um texto autobiográfico, fica claro que o relato do entrevistado mantém **interdiscursividade** e **intertextualidade** com outros relatos, sejam aqueles postados na *internet*, falados face a face nos encontros ou presentes em contos e livros. Nesse sentido, o uso da entrevista narrativa biográfica

Nossa estratégia busca analisar as narrativas não apenas para identificar os sentidos atribuídos ao passado e para compreender orientações de ação, mas também compreendê-las em relação com outras narrativa. Ou seja, entender como o ambiente social colabora nessa construção narrativa e vice versa. Isso pois, a narrativa autobiográfica não é uma unidade fechada fruto de uma elaboração subjetiva, mas sim fruto da expressão discursiva de um

indivíduo em constante interação no tempo. As narrativas autobiográficas não constituem o único material empírico desta pesquisa, porque justamente elas estão implicadas em dinâmicas sociais mais amplas. Sem os outros dados, teríamos como aceitar como válido e significativo aquela única narrativa autobiográfica apresentada por um único indivíduo. Por outro lado, as narrativas também nos permitiram entender que elas são muito mais situacionalmente constituídas do que um reflexo de discursos hegemônicos mais amplos, os quais tomamos como forças monolíticas (Chase, 2008).

### ***Livros autobiográficos***

Há três materiais escritos autobiográficos que serão aqui analisados: um livro publicado escrito por um ex-interno que pertence à rede de ex-interno analisada, um livro não publicado escrito por outro ex-interno que pertence à rede de ex-internos analisada e um livro escrito por um ex-interno que não pertence à rede de ex-internos analisada. Nenhum dos três serão analisados isoladamente como peças únicas que retratavam a vida daqueles que os escreveram, mas como artefatos (materializações de memórias) que estão imbricados em uma *dinâmica de validações* em que eles exercem uma função específica.

Como foi discutido no tópico "*Como e por quê certas versões do passados são intencionalmente moldadas?: políticas da memória, políticas de si e regimes emocionais*" (subcapítulo 2.4), o livro biográfico escrito pelo ex-interno Papa sobre suas memórias autobiográficas são a expressão acabada da materialização das memórias e como seu autor é uma figura que funciona como *autoridade* no grupo, o livro acabou tendo o papel de um instrumento de *validação por reconhecimento*. Isto é, pela ampla capacidade de circulação que um livro tem e pelo reconhecimento que os outros autores têm de Papa como uma *autoridade*, sua autobiografia serviu como validadora das outras narrativas. Como vimos também no tópico supramencionado, o livro foi revisado e editado por uma editora profissional, o que acabou por alterar algumas frases e até

trechos inteiros do que foi originalmente escrito por Papa. De qualquer maneira, o livro foi analisado no conjunto dos outros discursos e localizado temporalmente.

Outro ex-interno, Som, também escreveu contos autobiográficos e ainda está em busca de uma editora para sua publicação. Ele me enviou todos os contos para que eu pudesse “corrigi-los” e, portanto, pude ler a obra completa. São 32 contos curtos que estão organizados ou a partir de determinados eventos passados que ele se lembra, ou a partir de várias recordações sobre uma mesma pessoa que conviveu com ele dentro do Instituto. Enquanto Som não publica seu livro, ele foi postando alguns dos contos no próprio Facebook. Os contos de Som ainda não foram publicados, ao passo que o livro de Papa já está em sua segunda edição. Portanto, ambos serão considerados dentro de seus respectivos status e capacidades potenciais de circulação entre a rede de ex-internos.

O terceiro livro que será analisado é de um ex-interno que não participa da rede de ex-internos pesquisadas, mas que foi internado na FEBEM de Batatais durante treze anos. Este livro, *Guerreiros Urbanos*, traz relatos sobre as experiências que Asdrubal viveu no Instituto e algumas partes do roteiro da sua peça de teatro inspirada em sua vida.

### ***Entrevista em grupo***

Em uma ocasião durante um trabalho de campo em um dos encontros de ex-internos realizado em abril, sugeriu-se a formatação de uma “entrevista em grupo”. Seguindo a lógica de entrevistas abertas (tal como conduziu-se individualmente), pensou-se em conduzir uma entrevista em grupo em que os ex-internos pudessem se sentar em roda e discorrer sobre suas recordações. Inspirados em trabalhos que conduzem entrevistas coletivas para entender as dinâmicas da memória na área das Ciências Cognitivas, entendemos que essa seria uma forma direcionada, ainda que distribuída, de coletar os relatos dos ex-internos sobre seus passados. Mesmo com a adoção de entrevistas individuais,

buscou-se promover um ambiente em que se pudesse expor as experiências de vida na presença daqueles com os quais compartilhavam um mesmo ambiente social.

A entrevista em grupo é uma técnica bastante usada na Psicologia e nas Ciências Cognitivas, da qual os sociólogos se valem pouco a não ser em contextos controlados de grupos focais, nos quais há a escolha de um indivíduo em torno de um tema muito específico. Uma abordagem mais psicológica de entrevistas em grupo busca trazer à tona sentimentos e temas velados que não seriam alcançados por métodos de pesquisa estruturados ou que não seriam trazidos voluntariamente pelo entrevistado. A adoção de tal técnica é ainda mais interessante, pois como estamos tratando da memória a partir de uma perspectiva de *memória distribuída*, “as entrevistas em grupos [...] podem ser estimulantes para os respondentes e assim os ajudam na rememoração” (Fontana & Frey, 2008, p. 129).

Weller (2006) tem empregado esse tipo de técnica entre grupos que compartilham de um mesmo ambiente, e os resultados têm sido frutíferos para captar alguns “detalhes desse convívio não captados na entrevista narrativa ou por meio de outras técnicas de entrevista” (Weller, 2006, p. 250) e porque corrigem “fatos distorcidos, posições radicais ou visões que não refletem a realidade socialmente compartilhada [...]. Nesse sentido, é possível atribuir um grau maior de confiabilidade aos fatos narrados coletivamente” (Weller, 2006, p. 250). As entrevistas em grupo, assim como as entrevistas narrativas, não devem seguir um roteiro estruturado e partem de uma pergunta ampla e aberta para todos aqueles que estão presentes (Weller, 2006).

A ideia de realizar uma entrevista em grupo surgiu a partir de uma oportunidade durante o VI Encontro de Ex-menores, quando eles pensaram em organizar uma roda de conversa e nos permitiram a condução da mesma. Optamos por fazer uma pergunta em que cada um deles responderia individualmente, com possíveis intervenções dos outros integrantes presentes e depois abrimos para uma discussão geral. O estímulo inicial pedia para que eles contassem as principais recordações que tinham da época em que frequentaram

a instituição. Feita essa primeira rodada, reunimos os principais temas abordados por eles nas recordações e abrimos para que discutissem coletiva e livremente. A entrevista (que foi chamada informalmente entre nós de “roda de conversa”) durou duas horas e resultou em vinte páginas transcritas.

## **CAPÍTULO 4 | ANÁLISE**



O universo empírico é múltiplo. Diferentes realidades produzem dados distintos, diferentes indivíduos produzem dados distintos. Como vimos, coletamos dados a partir de técnicas diferentes. A intenção, aqui, é realizar uma análise integrada em que não haja separação estanque entre os tipos de dados coletados, mas sim que eles sejam analisados de forma relacional e processual.

Este capítulo de análise está dividido em duas partes. A primeira delas trará os dados virtuais que foram coletados e analisados a partir de uma Análise de Redes (técnica descrita na subcapítulo 3.3). Como discutimos, os dados virtuais serviram, em um primeiro momento, como guia para organizar aquilo que estava sendo coletado presencialmente e para nos prover uma dimensão temporal mais ampla. Dada a grande quantidade de dados presentes no ambiente virtual, optamos por organizar os dados visualmente em redes de interação nas quais foi possível observar a morfologia de interações online dos ex-internos, evidenciando o surgimento e desaparecimento de relações e as posições de determinados ex-internos.

A segunda parte da análise, trará uma análise processual da construção dos *entendimentos* que os ex-internos têm de si e de seu passado. Para tal, partiremos do arcabouço conceitual apresentado, usando ideias como *memória distribuída*, *self distribuído*, *rede de autoridades*, *política da memória*, *dinâmicas de validação* e *institucionalização de entendimentos*. Nesse sentido, interessamos entender como eles foram produzindo narrativas sobre si e sobre seus passados de forma relacional e validando certas versões em detrimento de outras. Como veremos, os eventos rememorados vão ganhando novos sentidos, muito em decorrência de uma *política da memória* em curso que foi obtendo êxito ao longo do tempo. A política da memória teve êxito, pois (i) empregou estratégias eficazes para institucionalizar *entendimentos* positivos sobre todas as recordações de modo a justificar aqueles entendimentos que eram vistos sob a ótica do sofrimento, em um primeiro momento e (ii) esses entendimentos positivos e /ou justificados serviram aos propósitos da manutenção de uma coerência do eu ao longo do tempo a partir de uma narrativa unificada pautada nas ideias de superação e salvação que foi amplamente aceita pelos ex-

internos. Neste capítulo, veremos também como essas dinâmicas tiveram outras consequências, tais como a instauração de *regimes emocionais* que ressignificaram o sofrimento e silenciaram narrativas com *entendimentos* contraditórios.

#### **4.1 Quem é quem?: mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes com os dados de redes sociais**

Tomando a ideia de que o mundo social se organiza relacionalmente, a representação gráfica dele certamente seria uma rede. Como vimos, a Análise de Redes nos provê uma apresentação morfológica da rede de ex-internos. Isso foi uma ferramenta fundamental que serviu de lanterna para a pesquisa de campo e para a realização das entrevistas. No ambiente virtual, encontramos três espaços ocupados pelos ex-internos no Facebook e, portanto, os dados foram extraídos deles:

1) Uma página pública criada em outubro de 2013 denominada "*Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais*".

2) Um perfil institucional criado em outubro em 2015 denominado "*laps lamb*".

3) Um grupo público criado em dezembro de 2015 denominado "*IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais - 1946/1976*".

A primeira página foi criada e administrada pelo ex-interno Arcia. Ela iniciou como um repositório de fotos e alguns vídeos do passado da instituição, tentando estabelecer um acervo da mesma. Com isso, a página foi sendo encontrada por outros ex-internos espalhados pelo Brasil. É a página com maior número de pessoas, contando com 735 membros atualmente. Essa página busca contemplar as duas nomenclaturas pelas quais passou a instituição

“Instituto Agrícola de Menores /UE4/ FEBEM de Batatais” e tem como foto de perfil, a insígnia da FEBEM, conforme imagem abaixo. Isso evidencia a tentativa de identificar a continuação da instituição “em essência” (como diriam alguns membros em citações no Facebook) independentemente da mudança burocrática e de nomenclatura que, segundo alguns ex-internos, trouxe poucas mudanças do cotidiano de seus viventes. Um fato que garantiria isso, além da permanência do espaço e das construções, foi a continuidade do quadro de funcionários que estiveram presentes na transição. Além de ser o responsável pelas interações promovidas pela página com os usuários, Arcia estabelece laços com outros usuários através de seu perfil pessoal, ainda que em menor frequência.

**Imagem 1 - Imagem da Página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais".  
Fonte: Facebook**



Posteriormente, esta página incluiu como imagem de capa o logo de uma associação que parte dos ex-internos criaram. A imagem traz o logo da associação AHEMA (Associação História do Ex-Menor em Ação).

Como veremos, neste capítulo, em 2017, parte do ex-internos se juntaram a fim de tentar reformar um dos lares do antigo Instituto.

**Imagem 2 - Imagem da página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais".  
Fonte: Facebook**



A segunda página é um perfil institucional, denominada "laps -lamb", e é administrada conjuntamente pelos ex-internos Luca e Luma. A sigla significa "Infância Amigos para Sempre". A imagem do perfil utilizada também é a insígnia da FEBEM, conforme a imagem abaixo. Contudo, eles adicionaram a sigla IAPS e o nome "Infância Amigos para Sempre" no lugar de FEBEM.

**Imagem 3 - Imagem do perfil "*laps lamb*".  
Fonte: Facebook**



O perfil congrega, em sua maior parte, ex-internos que viveram no instituto nas décadas de 1980 e 1990, época em que a instituição já era denominada FEBEM. Mesmo assim, eles optaram por adicionar o nome IAMB,

como forma de se aproximar do resto da rede. Recentemente, em abril de 2020, como veremos nos próximos tópicos, por conta de um desentendimento entre eles, o perfil mudou o nome para IAPS-IAPS (sigla para Infância Amigos para Sempre). Na descrição do perfil, há a frase: "Somos pessoas que deram certo na vida. O sistema de hoje é falido para a educação dos jovens". Como veremos, isso remete à diferenciação constante que eles fazem face ao estigma que a FEBEM carregou e ainda carrega. Hoje o perfil possui 304 membros ("amigos"). Esse perfil nasceu da tentativa de organização dos membros originais (onze ex-internos) para recuperar um lar do Instituto, que hoje está abandonado, para desenvolver um projeto social. Eles já conseguiram, junto à prefeitura de Batatais, o poder de uso do local e estão reformando-o para abrigar atividades culturais e cursos profissionalizantes, operado totalmente por ex-internos voluntários que aprenderam profissões dentro do Instituto. O intuito da ação dos membros está expresso na seguinte mensagem:

Para isso, conseguimos através da união de vários ex-alunos, e funcionários fundar o IAPS (Infância Amigos Para Sempre), com a finalidade de resgatar nossa história, de auxiliar nossos irmãos que não obtiveram êxito na vida, seja qual for a razão, através de cursos profissionalizantes, para que tenham uma nova oportunidade no mercado de trabalho, bem como estender o atendimento a ex-funcionários que possam também estar necessitando dessa ajuda (postagem no Facebook do Perfil IAPS IAMB).

Esse perfil tem uma característica marcante perante aos outros dois espaços (o grupo público e a página) que é a postagem frequente de narrativas mnemônicas mais extensas. Ali, parte dos ex-internos parecem se sentir à vontade para contar histórias em tom mais pessoal, bem como postar fotos do período narrado. O tom afetivo pode ser verificado até mesmo no nome "Infância Amigos Para Sempre".

Por fim, há o grupo público denominado "Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB) | 1946- 1976" que foi criado pelo historiador Teti e é administrado por ele próprio e pela filha do ex-diretor. O grupo foi o último a ser criado no intuito de separar a história do Instituto em duas, antes e depois de 1976, isto é, antes do Instituto se tornar uma unidade da FEBEM. Ele possui

atualmente 388 membros vinculados. A fotografia de capa do grupo público é uma imagem aérea do Instituto em preto e branco, conforme a imagem abaixo:

**Imagem 4 - Imagem do grupo público "Instituto Agrícola de Menores de Batatais - 1946/1976"**

**Fonte: Facebook**



O fato desse grupo público marcar uma cisão temporal em seu nome já demonstra que há uma necessidade de afastar quaisquer vínculos com a nomenclatura “FEBEM”. Além disso, analisando a mensagem que consta em sua descrição, esse grupo público tenta se apresentar como uma fonte “legítima” de informações ao dizer que o material postado ali tem um caráter “educativo e cultural”: “Diferentemente da página do Facebook criada em outubro de 2014, por Arcia, ex-interno da FEBEM, esta página pretende divulgar material educativo e de difusão cultural sobre o IAMB – Instituto Agrícola de Menores de Batatais” (postagem no Facebook do Grupo público IAMB 1946/1976). Ao analisar as postagens desse grupo público, fica ainda mais patente que ele foi criado para tentar deliberadamente “construir uma memória” ou “construir uma história” de um determinado período, como podemos observar a seguir:

[...] 1998, após essa data vários fatos ocorreram e a unidade foi fechada, entregue à prefeitura municipal, que não se preocupou em preservar a história não só do local bem como das vidas que por ali passaram. Prontuários e documentos de internos foram deixados em lugar não apropriado, jogados sem nenhuma preocupação com o que significavam, causando assim, grande perda aos internos que buscam informações sobre suas origens (postagem no Facebook do Grupo público IAMB 1946/1976)

A memória do trabalho realizado no IAMB praticamente desapareceu da vida da comunidade em meio a qual ele surgiu. A ausência de registros oficiais e a não preservação do patrimônio cultural, educacional e esportivo dessa instituição pode ser considerada uma lacuna na história das políticas públicas sobre crianças e adolescentes abandonadas (postagem no Facebook do Grupo público IAMB 1946/1976).

As interações entre os ex-internos em todos esses três espaços virtuais sempre ocorrem a partir de uma postagem (seja ela um vídeo, foto ou texto) que é “respondido” ou “curtido” por outros membros. Como as três páginas congregam o círculo estendido dos ex-internos e ex-funcionários, compreendendo familiares dos ex-internos, estes também interagem com frequência nas páginas. Para fins das visualizações, optamos por remover os familiares da rede, pois eles são menos significativos em termos de interação e também na reconstrução da rede *per se*. Portanto, as redes aqui construídas foram desenhadas apenas considerando as interações entre os próprios ex-internos, a filha do ex-diretor e o historiador Teti, que criou um dos grupos públicos.

A tabela abaixo apresenta a variação anual do número de atores e suas respectivas interações. Como se pode notar, há um grande crescimento com o passar dos anos, havendo um declínio em 2019. O menor número de *atores* e *laços* nos anos de 2014 e 2015 é justificado, entre outras coisas, pela fundação tardia do perfil institucional "laps lamb" e do grupo público “Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB) | 1946- 1976” que surgiram no final de 2015. Desta maneira, a partir do ano de 2016, temos a participação efetiva dos diferentes membros desses três espaços virtuais. É ainda importante notar que há a continuação na participação de alguns atores de um ano para o outro. Isso já não é válido para os *laços*. Como apontamos anteriormente, os *laços*

representam comentários escritos e respostas aos comentários que foram mapeados anualmente, o que nos permite somá-los ao final. A coluna de *laços* apresenta o total de *laços* únicos entre os *atores*, não contabilizando a frequência desse contato (expresso no valor de ponderação dos *laços*). Por contabilizar a frequência de contatos, a última coluna, o grau médio ponderado, no indicar a intensidade dos contatos ocorridos naquele ano. Assim, vemos que a intensidade aumenta de 2016 a 2018, mas cai em 2019, ainda que o número de *atores* e *laços* sejam parecidos com os ocorridos em 2016. Isso indica uma intensificação menor das relações.

**Tabela 1 - Número de atores e laços totais de todas as páginas de origem**

	<b>Atores</b>	<b>Laços</b>	<b>Grau médio ponderado</b>
<b>2014</b>	14	15	4.85
<b>2015</b>	57	63	4.87
<b>2016</b>	113	158	8.17
<b>2017</b>	141	197	10.18
<b>2018</b>	166	289	12.44
<b>2019</b>	118	168	6.33
		<b>890</b>	<b><math>\mu = 16.7</math></b>

**Fonte: autoria própria**

Dos catorze *atores* que formaram primeiramente a rede online, seis deles permaneceram até o final de 2019, a saber, a filha do ex-diretor, Papa, Arcia, Gema, Leni e Marmo. Já em 2015, 16 de 47 novos entrantes permaneceram até o final de 2019, entre eles: Beto, Chacha, historiador Teti, Luca, Luma, Tobi e Tom.

Em relação aos *laços*, foram 14805 relações sumariadas em 894 *laços* únicos anuais. Isso significa que, ao longo dos seis anos, os *atores* tiveram em média 16.7 relações com os outros. Obviamente, esse valor não é distribuído de maneira igual para todos eles, 116 *atores* apresentaram apenas uma única



interação com outros. Isso mostra que, em geral, quase todos já interagiram entre si alguma vez. Os dez atores que mais interagiram concentram cerca de 20.7% das relações, de modo que oito deles estão desde 2014 e 2015 interagindo *online*. Esse também foi um dos critérios para requisitar uma entrevista em profundidade com esses ex-internos especificamente. Os dez atores são: 1.) Luma (9.5%), 2.) Arcia (2.7%), 3) Filha do ex-diretor (2%), 4.) o próprio perfil IAPS (1.6%), 5) Luca (1.0%), 6) Leni (0.9%), 7) Nei (0.8%), 8) Chacha (0.8%), 9) Historiador (0.6%), e 10) Papa (0.6%). Vale esclarecer que Arcia, aqui representado, na verdade, foi identificado pelas interações que ele faz via página "Instituto/UE4/Febem", isto é, em grande parte das vezes ele escreve enquanto está logado na página. Assim, como veremos, as interações dele são interações que a própria página estabelece com os usuários do Facebook. Já o perfil IAPS é conjuntamente gerenciado pelos ex-internos Luma e Luca. Por isso a interação do perfil IAPS com outros usuários possivelmente foi estabelecido por algum desses atores.

A distância entre os atores mais distantes da rede é de quatro *atores*. Essa propriedade de rede é também conhecida por *diâmetro*. Se observarmos a representação abaixo, a distância do ator<sub>A</sub> para o ator<sub>D</sub> é de apenas dois atores (ator<sub>B</sub> e ator<sub>C</sub>). Isso demonstra que apesar da distância geográfica real e da distância geracional entre os ex-internos, todos podem estabelecer interação com relativa facilidade por meio das redes sociais.

$$a \circ - b \circ - c \circ - d \circ$$

De acordo com *algoritmo de identificação de comunidades em rede* de Girvan-Newman (2002), que descrevo a seguir, há três comunidades encontradas na rede resultante, cada uma delas centradas em um dos espaços virtuais do Facebook. Por "rede resultante" estamos chamando a rede que leva em consideração todos os intervalos temporais de uma vez, sem seccionar por

ano. O algoritmo detecta comunidades. Para tal, ele corta os laços entre atores que tem maior grau de intermediação, isto é, atores que conectam lados diferentes (opostos) da rede. Com isso, a rede que parecia estar toda integrada, agora evidencia que, na verdade, é formada de vários agrupamentos com alguns atores intermediando e fazendo a conexão entre esses agrupamentos. Ou seja, em vez de tentar construir uma medida que nos diga quais laços são os mais centrais para os agrupamentos, o algoritmo se concentra nos laços mais prováveis "entre" os agrupamentos e os corta, evidenciando os *agrupamentos* existentes.

A *intermediação* é uma das medidas de centralidade para os *atores (nós)* em uma rede. Ela é o número de caminhos mais curtos de todos os *atores (nós)* para quaisquer outros *atores (nós)* que passem por esse *ator central*. Em outras palavras, esses *atores* centrais literalmente intermediam a relação entre os outros *atores* na rede. Caso eles fossem eliminados da rede, a mesma seria quebrada em redes menores. A imagem 5 apresenta a rede resultante somando todas as secções temporais anuais feitas inicialmente. Na imagem 6, delimitamos os agrupamentos presentes na rede resultante. Veremos que cada um dos agrupamentos está centrado ao redor de um *ator* principal. Além disso, os agrupamentos foram representados como manchas que inevitavelmente se interseccionam com as outras manchas.

Imagem 5 - Rede resultante sem intervalos temporais e com os agrupamentos coloridos

Fonte: autoria própria

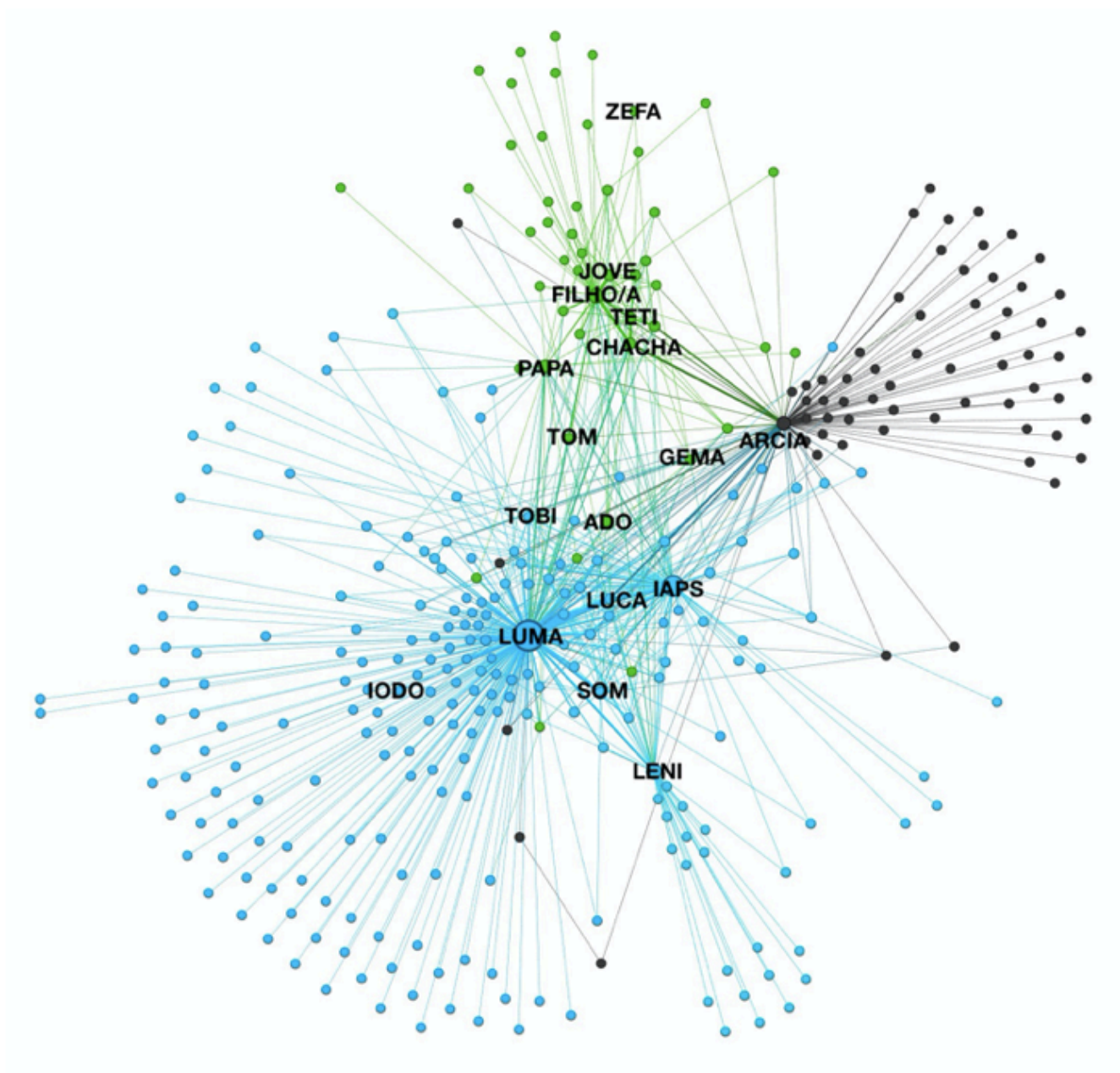
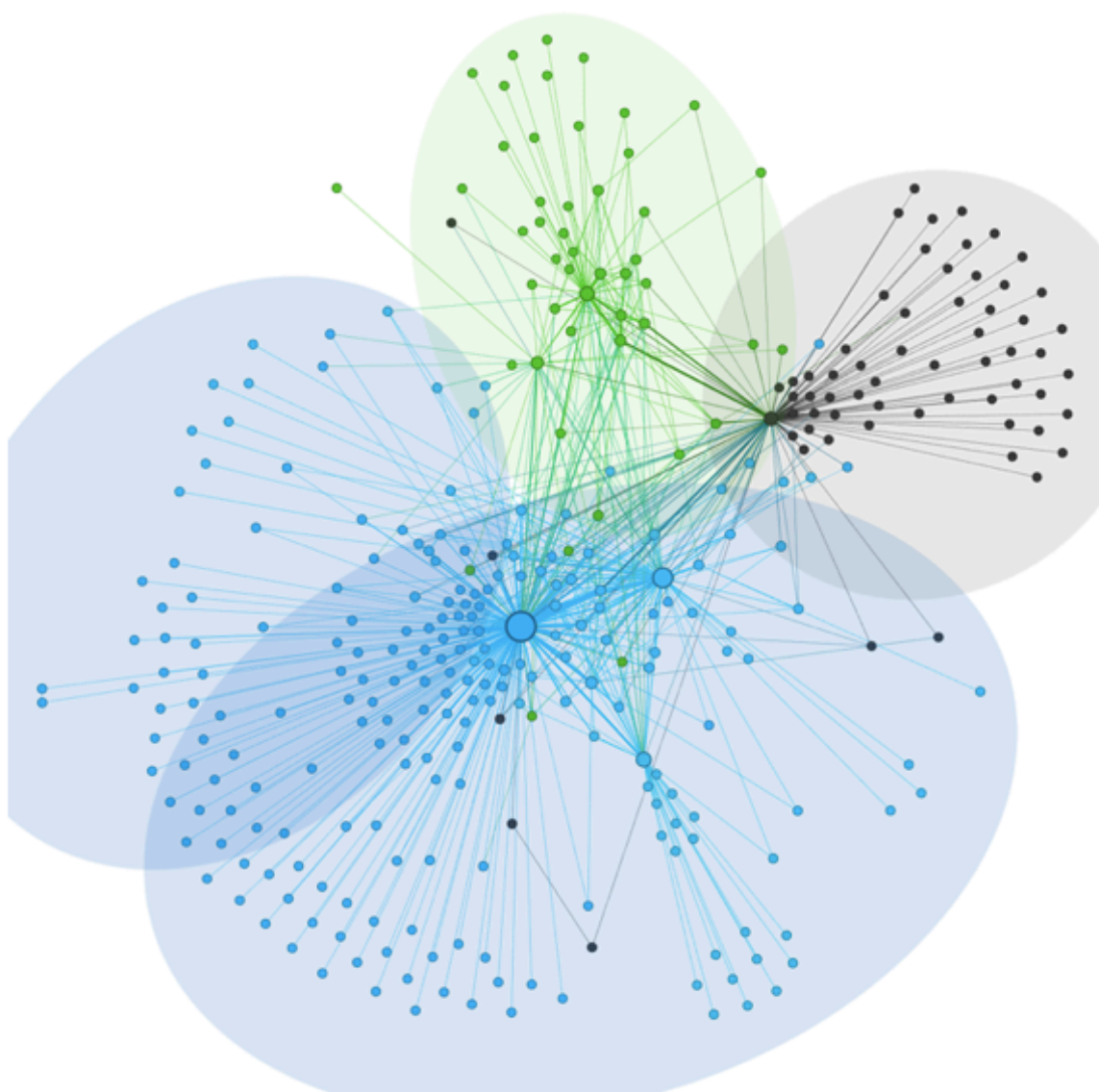


Imagem 6- Rede resultante sem intervalos temporais e com manchas evidenciando os agrupamentos

Fonte: autoria própria



O *agrupamento* de cor preta está centrado ao redor de Arcia com 19.4% dos atores inclusos nela. De modo geral, os membros desse *agrupamento* são

ex-internos que vieram a ter contato com a rede pela internet e não frequentaram os encontros presenciais. Além disso, são ex-internos que fizeram contato com a rede mais ampla de ex-internos durante um período específico, isto é, permaneceram em interação na rede por pouco tempo. Mais precisamente, 75% dos atores que tiveram esse tipo de comportamento estão conectados a esse *agrupamento*. Além disso, o grosso desse *agrupamento* contribuiu pouco para a interconectividade da rede principalmente por terem interagido pouco textualmente. Cerca de 89% dos atores não possuem nenhum *valor de intermediação*, isto é, não ligam partes diferentes da rede. No entanto, Arcia é o segundo ator mais central na rede como um todo, levando em consideração a sua proximidade com os demais atores, seu *grau de intermediação*, e o peso dos seus laços.

O *agrupamento* de cor verde é centrado na filha do diretor com 14.5% dos atores. Diferentemente do *agrupamento* anterior, há um grande número de *cliques* nela. Os *cliques* ocorrem quando três ou mais atores possuem laços entre si, o que indica que os membros são muito conectados entre si. Por outro lado, a proporção de atores que não possuem nenhum valor de intermediação é menor que o *agrupamento* de cor preta, mais precisamente 54%. Conseqüentemente, há um grande número de atores que tem seus pesos ponderados acima da média, a saber, 17 atores no total. Isso representa 37.5% do total desse *agrupamento* e cerca de  $\frac{1}{3}$  de todos os atores acima da média na rede. Vamos apresentar abaixo alguns exemplos de *cliques* no *agrupamento* verde e, a seguir, algumas triangulações cruzadas com o *agrupamento* preto. O que evidencia o nível de proximidade que existiu entre os atores desses *agrupamentos*. Um exemplo de *clique* relevante no *agrupamento* verde é o seguinte:

*Δ Jove, Filho/a, Chacha, Teti*

É possível observar que Papa, a filha do diretor, Chacha e Teti são centrais para definir esse *agrupamento*. Há também relações densas com o *agrupamento* preto formando *cliques*, por exemplo:

Δ *Papa, Filho/a, Arcia*

Δ *Chacha, Filho/a, Arcia*

Isso quer dizer que Arcia, embora não esteja abarcado nos *agrupamentos* verde e azul, é um intermediador de ambos.

É também interessante notar que na representação da rede resultante, não há *laço* direto entre Papa e Chacha. Sabemos que, no entanto, essa conexão existe no mundo real. Essas ausências são compreensíveis, uma vez que os atores utilizam de maneira desigual os serviços de redes sociais. Por isso que a pesquisa deve ser conduzida tanto no ambiente digital, quanto presencial.

A maioria dos atores classificados no *agrupamento* azul está no centro da rede. Isso significa que eles possuem *laços* com atores pertencentes a outros *agrupamentos*. Os atores desse *agrupamento* possuem mais *laços* com os demais, isso quer dizer que eles atuam discursivamente de maneira mais frequente. Há também um número grande de triangulações entre os membros do *agrupamento* azul e os outros dois *agrupamentos*, o que também sugere sua grande atividade no Facebook. Esses dados foram importantes para investigarmos mais atentamente o tipo de atividade desempenhada e, como veremos no próximo tópico, descobrimos que alguns atores importantes desse *agrupamento* estavam engajados no que já conceituamos como *política da memória*.

Os atores do *agrupamento* azul são ex-internos que frequentaram a instituição entre 1970 e 1980, quando houve a transição de nome para FEBEM UE4. De modo geral, eles são mais jovens que os atores pertencentes ao

agrupamento verde, cujo centro de gravidade está no espaço virtual ocupado pelo grupo público do Facebook denominado "IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais - 1946/1976". O fato de serem mais jovens explica o número maior de interações que eles têm no Facebook, o que acaba por refletir em uma super-representação de rede. Levada essa característica dos *agrupamentos* em consideração, podemos notar na rede resultante (Imagem 2) que há o distanciamento entre os três agrupamentos, especialmente o verde e o azul, porém com alguns atores desempenhando a ponte entre eles. Do lado verde, vemos que Papa estabelece uma ponte importante com o *agrupamento* azul, por meio de Luma. Verificamos que Luma passou a interagir mais constantemente com Papa na época do lançamento de seu livro. Luma se tornou muito entusiasta do livro e passou a recomendá-lo, em muitas de suas postagens no Facebook. Após a seção de autógrafos do livro de Papa, Luma posta a seguinte mensagem:

O QUE DIZER.....Adquiri o livro e deixei pra ler mesmo no caminho de volta pra São Paulo.....Logo no começo....Vc é transportado a entrar numa história que tem de tudo....Sede e gana de viver é o que não falta! Percebo também que dificilmente dá pra deixar de desgrudar desta história, pois sempre tem aquele quero mais ou depois!!! O melhor do livro é que entrei e me achei em várias páginas [...] Eu convido todos vocês a lerem, e se emocionar, pois no final lágrimas caíram sobre a poltrona 31 do ônibus viação cometa. O QUE DIZER DO LIVRO? MARAVILHOSO. Obrigado Papa (Luma, postagem no Facebook na página IAPS-IAMB, abril de 2017).

Nesse ano, o peso do *laço* entre Papa e Luma é o maior quando comparado a todos os demais *laços* que Papa teve. Papa também estabeleceu *laços* com Leni, um ator do *agrupamento* azul que tem grande engajamento nas redes sociais, porém não consegue participar dos encontros presenciais.

Outro ator que estabelece *laços* com o *agrupamento* azul é o ex-interno Chacha, que também interage com Luma de maneira constante. Chacha também tem *laços* com Tobi, Som e Ado. Ado, por sua vez, também parece criar uma ponte entre os *agrupamentos*, tendo *laços* com a filha do ex-diretor, Chacha e Jove. Tom é outro ator que transita entre os *agrupamentos* criando *laços* que vão mudando ao longo dos anos. Em 2015 (imagem 7) e 2016 (imagem 8), Tom

estabelece laços com Arcia, que pertence ao *agrupamento preto*, passa fortalecer seus laços com *agrupamento azul* em 2017; e em 2018 os laços com a filha do ex-diretor também se intensificam. As duas outras pessoas que estabelecem pontos importantes entre os agrupamentos são a filha do ex-diretor, que estabeleceu relações estratégicas com todas as centralidades dos demais *agrupamentos*, e Arcia, que igualmente teve forte relação tanto com o *agrupamento azul* quanto o verde.

Imagem 7 - Rede temporal dos anos de 2014 e 2015  
Fonte: autoria própria

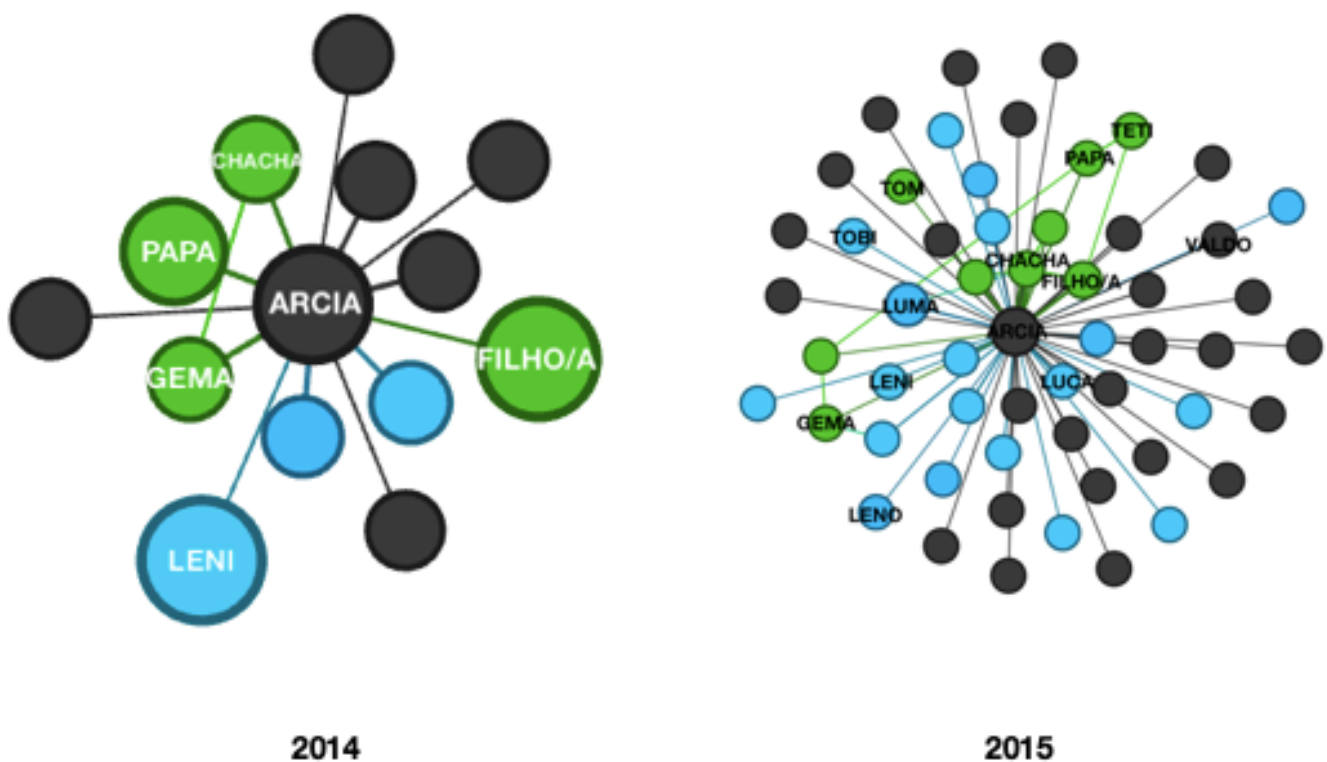
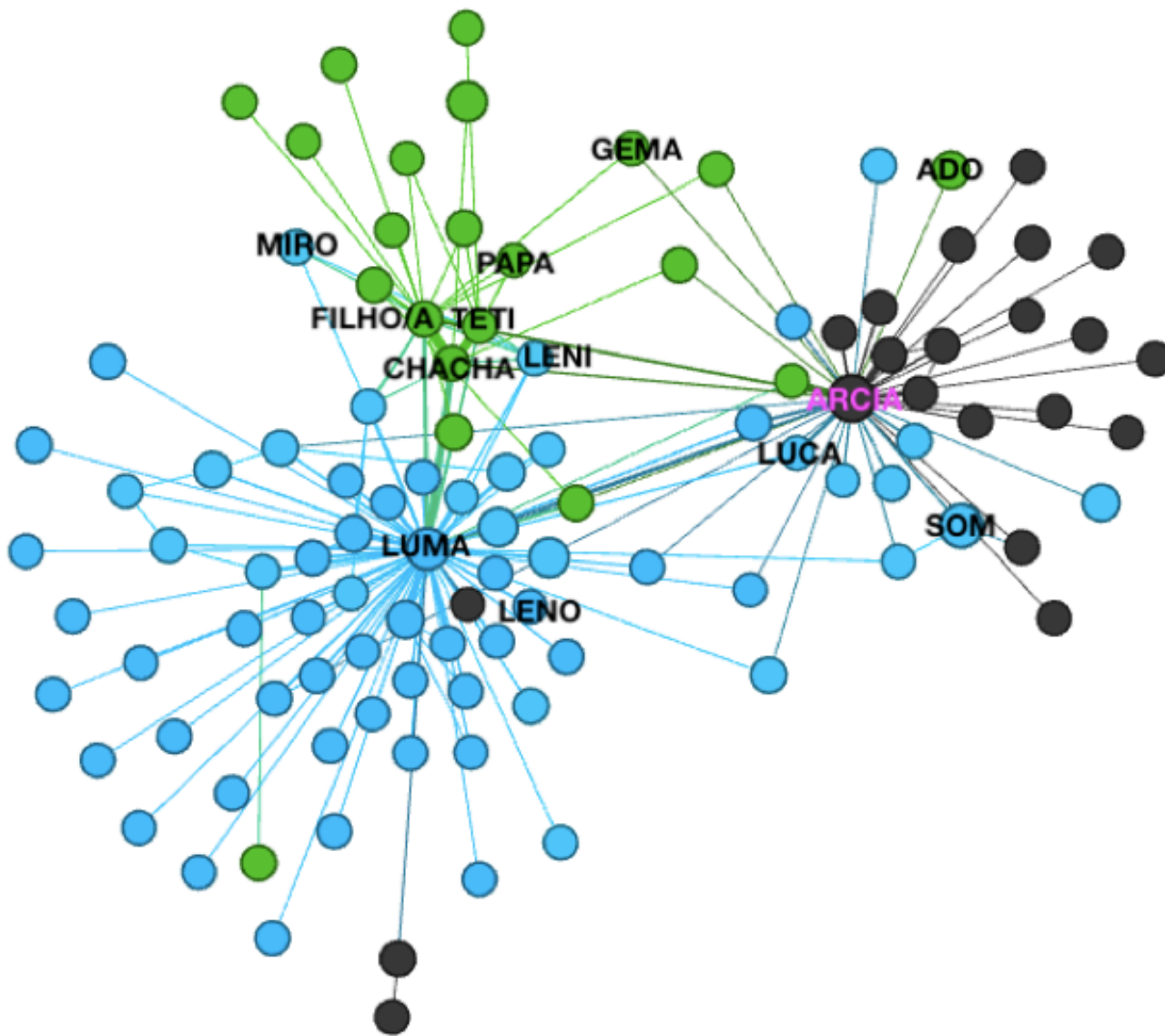




Imagem 8 - Rede temporal de 2016

Fonte: Aatoria própria



Os primeiros dois anos, 2014 e 2015, são caracterizados pela existência de apenas um espaço virtual no Facebook, a página administrada por Arcia, "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais". Como vemos na imagem 7, há poucos nós na rede. O primeiro a interagir na página foi Papa, apresentando-se da seguinte maneira:

Sou Papa, estive aí no período de 68/74, junto com outros dois irmãos, hoje estamos fazendo encontro com ex-menores do IAMB, todos os anos próximo a 20 de Abril. Conseguimos localizar uns 30 ex-menores e estamos procurando mais, entre no Face para conversarmos melhor. Meu Face é "PAPA:, faça o convite para eu te adicionar. Até mais. (Papa, postagem no Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/ Febem de Batatais", outubro de 2014).

O período de aprendizado do uso das redes sociais em 2014 é também um grande fator para haver poucos ex-internos interagindo nas páginas. Papa faz o esforço de se aproximar de Arcia e eventualmente do grupo dos ex-internos mais jovens.

Arcia promove uma primeira onda de interações em outubro de 2014. Ele interage utilizando o perfil da página, tanto para estabelecer laços pessoais, quanto para apresentar a finalidade da página e orientações gerais, ainda que de maneira informal: "Esta é a intenção desta comunidade. Reunir ex-internos, matar a saudade dos bons tempos de meninos. Eu sou bem mais novo que esses caras...rsrsrsr" (Arcia, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", outubro de 2014)

Arcia comenta nas fotos que ele mesmo postou no álbum virtual de fotos, sinalizando em qual época frequentou o Instituto: "Eu entrei em 86 [...] Minto, 82, e saí em 86" (Arcia, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", outubro de 2014). Isso também acabou atraindo outros ex-internos da geração mais jovem na página, que se identificaram com o comentário de Arcia: "Fui do lar 6 e do lar 1 entrei em 82 e saí em 86 tbm!!!!!!" (Iodo, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", outubro de 2014)

Com a aproximação de Papa e Arcia, estabeleceu-se o laço com a geração mais antiga que já vinha se reencontrando. Logo, as fotos do Encontro de Ex-menores de 2014 são disponibilizadas na página e principalmente membros dos agrupamentos verde e preto passam a se conectar Arcia, reforçando assim seu papel de *centralidade* no espaço virtual.

A filha do ex-diretor começa a estabelecer laços com Arcia e tenta se envolver diretamente com o projeto. Quando Arcia faz uma postagem com recortes de jornal sobre a visita do governador e seus secretários ao Instituto, na década de 1950, a filha do ex-diretor faz o seguinte comentário abaixo:

Olá, Arcia. Lendo o artigo, observei que faz referência ao I Simpósio sobre a criança, realizada em 1961. Assim que possível te encaminharei outras reportagens falando deste evento de grande importância, não só para a pesquisa sobre as políticas públicas de atendimento a crianças abandonada, mas também para Batatais e estado de São Paulo (Filha do ex-diretor, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", novembro de 2014)

Nesse momento, a filha do ex-diretor ainda não tinha um espaço (página) no Facebook e, portanto, ela tenta direcionar as ações de Arcia, que permanecia como o administrador do único espaço virtual representativo da instituição até então. Nesse momento, a filha do ex-diretor não só interage e orienta Arcia, como também faz em relação a outros ex-internos que estão interagindo na página. Uma parente de um ex-interno, Dirano, pede por informações:

Procura informações sobre como conseguir os documentos do ex-interno Dirano. Menor na instituição de 1956 a 1968. Para fins de aposentadoria. (Parente do ex-interno Dirano, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", novembro de 2014).

Pelo que sei, os prontuários encontram-se na Fundação Casa. Se eu souber algo mais, te aviso (filha do ex-diretor, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", março de 2015).

Chacha também estabelece laços com Arcia e outros usuários que estão na página, promovendo a ponte entre os primeiros ex-internos que estavam começando a se encontrar presencialmente e a página virtual. Em maio de 2015,

um mês após o Encontros de Ex-menores, Chacha parabeniza Arcia pelo trabalho:

Meus parabéns, Arcia. Com este importantíssimo trabalho você está nos ajudando muito a eternizar o nosso Instituto Agrícola de Menores de Batatais, e, agora, com a participação de ex-internos da UE4-Febem a partir do 4º Encontro, realizado em Abril de 2015! Muito obrigado e continue com a gente. (Chacha, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febrm de Batatais", maio de 2015).

Ainda no mês de maio de 2015, a filha do ex-diretor também se manifesta na página e, em meio a uma conversa, ela divulga o vídeo do Encontro de Ex-menores de 2012. Na mesma sequência de comentários, Chacha escreve mostrando que já há uma rede não virtual que estava se formando:

Há um trabalho fantástico de recuperação da memória do nosso Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB). Filha do ex-diretor é genitora/ do embrião. E para os que estão chegando é importante informarmos que isso tudo iniciou com alguns os ex-internos, Chacha e Dada, que tinha um sonho. Eu, o Chacha, o Dada e a filha do ex-diretor começamos fazer contatos para o resgate da história do IAMB, com o reencontro de ex-internos. Em 2012 fizemos o I Encontro já com sete ex-internos e o jogo de futebol do sonho de Dada, no Estádio do Batatais. Depois, em 2013 realizamos o II Encontro. Em 2014 o III Encontro, e neste 2015 foi realizamos o IV Encontro (Chacha, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febrm de Batatais", maio de 2015)

Ainda em 2015, nas fotos postadas no álbum virtual, observamos que novos ex-internos, interconectados no que se identificou como *agrupamento azul*, apresentaram-se na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febrm de Batatais" e mencionaram a existência de uma outra página virtual. Luca é o responsável por isso no final de 2015, um mês após à primeira postagem do perfil Infância Amigos para Sempre (IAPS-IAMB). Na página de Arcia, ele diz: "Eu fiz parte dessa época e com muito orgulho. Quer achar todo mundo, vai no grupo amigos para sempre. Meu nome é Luca" (Luca, postagem Facebook na página "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febrm de Batatais", novembro de 2015).

Ao final de dezembro de 2015, o historiador Teti e a filha do ex-diretor criam um grupo público no Facebook denominado "IAMB – Instituto Agrícola de

Menores de Batatais – 1946/1976". Teti não foi um ex-interno, mas identificamos, pelas postagens de Papa nesse grupo público, que ele conviveu com os ex-internos durante sua infância e adolescência: “Vamos nos sentir muito lisonjeados com sua presença e participação [no Encontro de Ex-menores de 2016], sabendo que você teve muita convivência conosco em sua infância e adolescência” (Papa, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", dezembro de 2015). Teti se coloca no lugar de "assistente" da filha do ex-diretor no grupo, como ele expressa em sua primeira postagem: “estamos montando este grupo para auxiliar a filha do ex-diretor nas suas pesquisas” (Teti postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", dezembro de 2015).

O nome do grupo público no Facebook já estabelece um corte temporal diametralmente oposto à primeira página “Instituto Agrícola de Menores/UE4/ Febem de Batatais”, pois o grupo exclui o período em que a Instituição passou a se chamar FEBEM/UE4, a partir 1976. A descrição do grupo do público, além do corte temporal, enfatiza a excelência do modelo educacional empregado pelo Instituto. Apresenta-se também como uma fonte histórica dizendo que o propósito daquele espaço era "o resgate de um período que merece ser conhecido, estudado e pesquisado”:

1946 à 1971 "INSTITUTO AGRÍCOLA DE MENORES DE BATATAIS" formando homens cidadãos, o resgate de um período que merece ser conhecido, estudado e pesquisado. A formação de crianças abandonadas em adultos capazes, sua metodologia, seus ensinamentos e comportamentos e os fatos que extinguiram sua existência (Filha, postagem no Facebook no grupo público IAMB – 1946/1976, dezembro de 2015).

Além do estereótipo de “homem” expresso na descrição (“adultos capazes”), a definição do grupo público acima se refere à ação do Instituto usando o gerúndio presente, como se ele ainda existisse e fosse responsável pelo sucesso que os ex-internos desse período tiveram. Outro ponto importante mencionado é a suspeita de que algo foi feito para acabar com a existência do Instituto enquanto instituto agrícola. A frase sugere que não houve continuação real entre a primeira fase e a segunda fase do Instituto.

O fato de a página ter sido criada por um historiador que, a princípio, não tinha relação nenhuma com o Instituto e seu grupo de ex-internos, busca trazer certa autoridade e legitimidade para o que é veiculado naquele espaço virtual. Embora o historiador Teti co gere a página, é a filha do ex-diretor que possui maior engajamento com as publicações – o peso ponderado dos laços da filha do ex-diretor é de 287 ao passo que de Teti é de 98, isto é, a filha do ex-diretor teve cerca de três vezes mais engajamento com as publicações. A todo o momento, ela está a orientar Teti sobre o que deve ser feito naquele espaço público:

Recado importante para todos. Filha do ex-diretor para o IAMB ... Por favor, quem tiver ido buscar seu prontuário na Fundação Casa ... levem para o Encontro (Teti, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", abril de 2016).

POSTAGEM SOLICITADA POR: Filha do ex-diretor. Esse juiz me lembrou outro, o dr Aldo de Assis Dias, que conheci há muito tempo atrás, e a quem aprendi a admirar com meus primeiros educadores: o ex-diretor e a esposa do ex-diretor (Teti, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", outubro de 2016).

Oi, Teti. Td bem? Vc sabe o porquê as pessoas não conseguem acessar a nossa página do IAMB- (1946-1976)? Dizem que cai na do laps lamb. (Filha, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", setembro de 2018).

Logo após o Encontro de Ex-menores de 2016, Luma faz um vídeo-homenagem de própria autoria baseado em um conjunto de fotos tiradas durante o Encontro de 2016 e com a música de fundo de Ivan Lins “Depende de Nós”. Ele postou o vídeo em todas as páginas (IAMB/UE4/FEBEM, IAPS e IAMB – 1946/1976), com a seguinte mensagem: “Encontro de 2016 foi um marco na minha vida” (Luma, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", abril de 2016). Nesse vídeo, a filha do ex-diretor comenta, referindo-se ao próprio pai: “Lindo e tocante o vídeo. A música cai como luva [...] Este é um dos grandes legados [ter esperança, sonhar e realizar] que meu pai, me deixou” (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", abril de 2016). É ainda no contexto do Encontro de Ex-menores de 2016 que o filha do ex-diretor estabelece seus laços com *atores* importantes da rede que pertencem ao *agrupamento azul*: “a cada Encontro

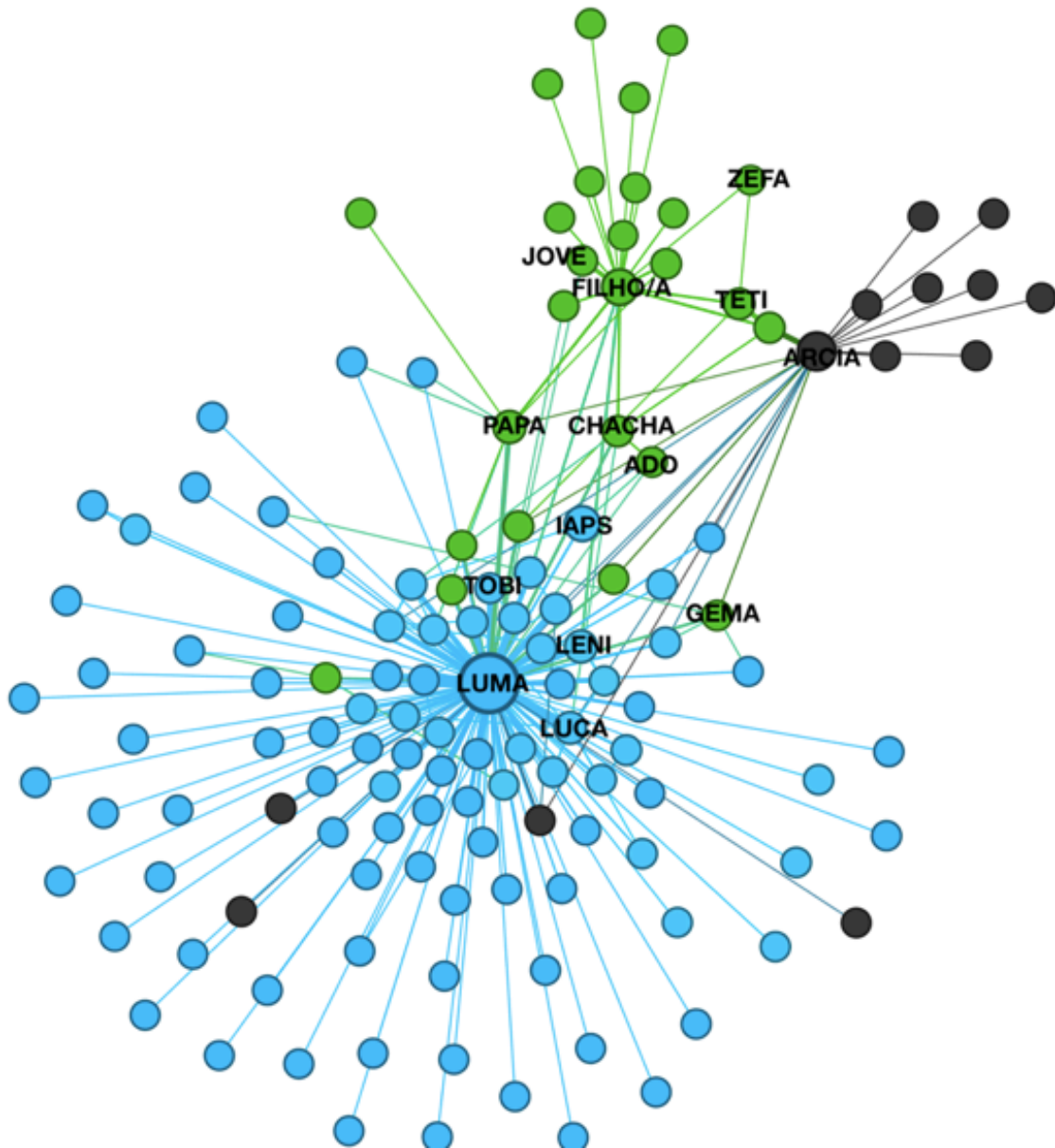
conheço grandes e amorosas pessoas... Neste conheci o Ado, o Luma, o Luca. Os outros também do lindo grupo amigos para sempre... IAPS” (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB – 1946/1976", abril de 2016).

Voltando a observar a evolução da rede, conseguimos entender como as redes de 2014 e 2015 (imagem 7) adquiriu o formato de estrela. Na teoria dos grafos, o formato de estrela é o mais eficiente em termos de fluxo de informações, ou no jargão é “uma rede otimizada” (Newman, 2018, p. 482). A eficiência se dá na *centralização* de um *ponto pivotal* ou um *hub*, cujas distâncias dos atores conectados são iguais. Esse ponto inicial no mundo virtual foi protagonizado por Arcia. Tão logo os ex-internos do IAMB (que já vinham se reunindo desde 2012 presencialmente) passaram a utilizar o Facebook como instrumento de ampliação de sua rede, eles fizeram o movimento de se tornarem também *pontos pivotaes* ou *hubs*. Esse movimento ficará evidente na rede a partir de 2016, especialmente com a criação do perfil "IAPS-IAMB" e o grupo público "IAMB - 1946/1976”.

Quando observamos *laços* da rede em 2016 (imagem 8) e em 2017 (imagem 9 a seguir), percebemos que ainda há *cliques* (triangulações existentes entre Arcia e atores de outros *agrupamentos*, que começaram a tomar o contorno que vimos na rede resultante. Porém de 2016 para 2017 é possível notar a migração dos *laços* movendo do *agrupamento* preto para o *agrupamento* azul. Isso não significa que os *laços* deixam de existir entre os atores do *agrupamento* azul e do *agrupamento* preto, especialmente com Arcia, mas que houve a intensificação dos contatos ao redor do *ponto pivotal* que foi a página do IAPS-IAMB. Em 2017, esses mesmos *atores* estão mais próximos do epicentro do *agrupamento* azul, que é Luma. Ao longo do ano de 2016 e principalmente em 2017, Luma fez uma série de postagens com relatos mnemônicos no perfil IAPS-IAMB. Durante esse período, muitos ex-internos acabaram se engajando nessas postagens.

Imagem 9 - Rede temporal de 2017

Fonte: Autoria própria



Em 2018, a rede que estava em formação desde 2016, acaba se consolidando e atingindo o seu ápice, como podemos ver na imagem 10 a seguir e nos dados da tabela 1 apresentados anteriormente. Passa-se a ter o



maior número de *atores* (166) e *laços* (289) simultaneamente. Além disso, houve o aumento do nível de interação *online* expresso pelo maior *grau ponderado dos laços* ao longo de todos os anos investigados (grau ponderado de 12.44). Isto é, as relações estabelecidas entre os diferentes *atores* no espaço virtual das páginas do Facebook foram mais intensas em 2018. Em 2019, como demonstra a imagem 11 a seguir, houve a diminuição dessas interações. Quando comparados com as mesmas medidas do ano anterior, houve uma redução de 29% do número de *atores*, 42% do número de laços únicos e 49% no nível de interações. Contudo, muitos fatores podem explicar tal declínio, desde o uso menos frequente da rede social Facebook, até o desenvolvimento de interações mais privadas que não temos acesso (por meio de conversas privadas, interações nas páginas pessoais, ou o uso de outras redes sociais que façam a mesma função). Ao comparar as imagens das redes a seguir, de 2018 e 2019, é possível verificar esse declínio de interação.

Imagem 10 - Rede temporal de 2018  
Fonte: autoria própria

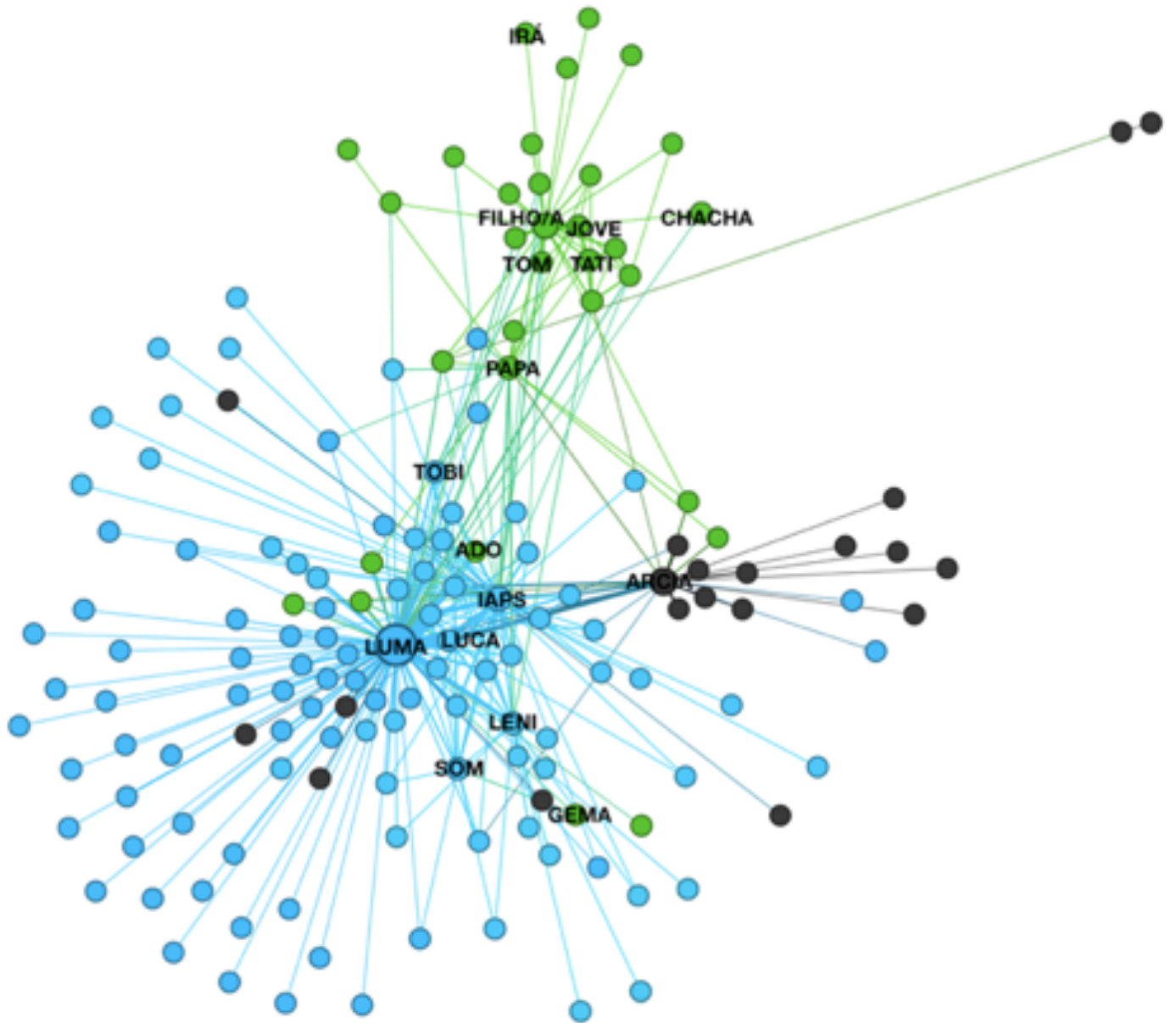
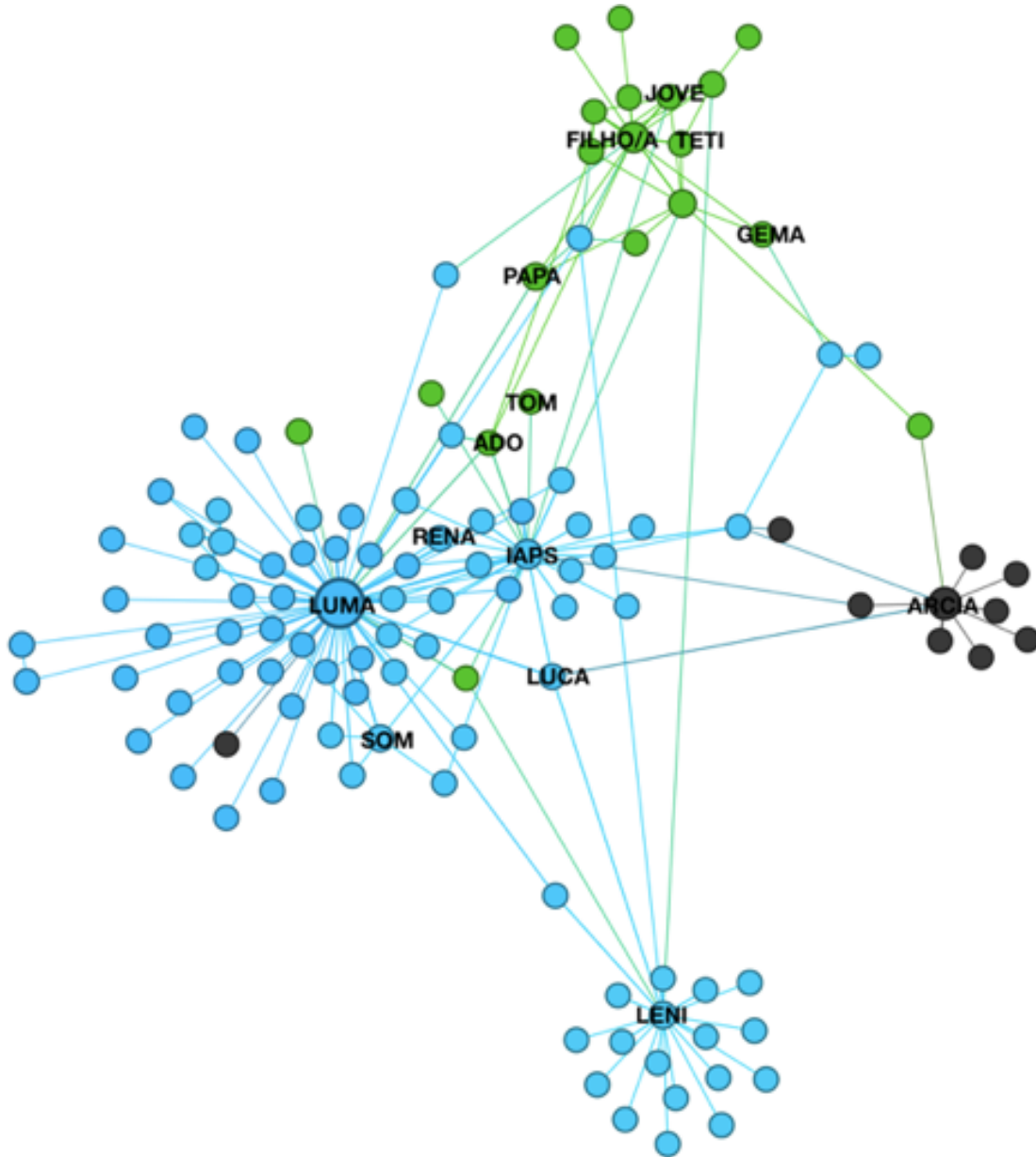


Imagem 11 - Rede temporal de 2019  
Fonte: autoria própria



Analisar essa frequência e mobilidade de interações foi muito importante para direcionar nosso olhar para a leitura e análise da quantidade massiva de mensagens trocadas entre eles. Foi uma maneira também de quantificar e representar visualmente aquilo que antes eram só impressões que fomos cultivando ao longo do acompanhamento das interações virtuais. No próximo subcapítulo, iremos adentrar nesses relatos e narrativas.

## **4.2 Análise processual sobre os sentidos desse passado compartilhado: *as dinâmicas dos entendimentos do passado e de si***

Neste subcapítulo, traremos uma análise processual de como os processos de *entendimento do passado* e, conseqüentemente, de *entendimento de si* se desenrolaram entre os ex-internos após se reconectarem a partir de 2012. Como vimos, a rede social foi um grande propulsor disso e o surgimento de novas páginas e grupos do Facebook fez com que aumentasse o número de ex-internos engajados e interagindo entre si.

O presente subcapítulo deve ser lido à luz do subcapítulo 1.3 "As condições do presente que levaram a esse passado: *histórico do reencontro dos ex-menores*" que forneceu o contexto histórico dos principais eventos e acontecimentos que aconteceram na rede de ex-internos desde seu início (2012) até o ano passado (2019). Como vimos no subcapítulo 4.1 "Quem é quem?: *mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes com os dados de redes sociais*", os dados virtuais foram coletados desde o surgimento das páginas e grupos nas redes sociais, ao passo que os dados presenciais começaram a serem coletados no início de 2016, tanto por meio de entrevista, quanto de etnografia. Portanto, a análise processual abarca todos esses tipos de dados empíricos à medida que foram sendo criados e disponibilizados no curso temporal.

Veremos, portanto, como os ex-internos compartilham recordações entre eles, a partir de narrativas, mais ou menos estruturadas (geralmente biográficas)

que dialogam entre si dentro dessa rede. Esse processo de rememoração colaborativo permitiu que vários eventos relevantes fossem compartilhados e, com isso, vários *entendimentos* sobre o que aconteceu foram veiculados. Por isso, o primeiro tópico deste subcapítulo, “Memória e entendimento: recordações comuns, entendimentos ambivalentes e contraditórios”, busca trazer à luz a multiplicidade de *entendimentos* veiculados sobre eventos que estão relacionados a três temas gerais e constantes em suas falas: a coerção institucional (seja aqui o trabalho forçado ou algum tipo de violência física, psicológica ou sexual), o abandono (antes da internação, durante a internação e após a desinternação) e o estigma.

O segundo tópico deste subcapítulo, “Políticas da memória: rede de autoridades e validação de uma versão do passado”, explora, a partir de dados empíricos, como uma política em curso favorece a validação e institucionalização de certos *entendimentos* em detrimento de outros. Ou seja, a fim de estabelecer uma imagem positiva do Instituto, a política evita que *entendimentos* negativos sobre eventos passados circulem, sejam reconhecidos, ressoados e corroborados na rede. Como veremos, isso aconteceu na medida em que um conjunto de ações deliberadas buscou institucionalizar certos *entendimentos* do passado e afastar aqueles que eram contrários. No tópico “A institucionalização de determinadas versões do passado: atribuindo sentidos positivos”, demonstraremos quais *entendimentos* foram institucionalizados e os quais sentidos foram atribuídos aos eventos ligados à coerção institucional, ao abandono e ao estigma.

Esses novos sentidos foram sendo incorporados pelos ex-internos em narrativas coerentes (e frequentemente teleológicas) de superação em que as emoções ligadas a eventos negativos ganharam novos contornos, como demonstraremos no tópico “Tecendo memórias e entendimentos em uma narrativa de superação: coerência identitária e regimes emocionais”. O mote da superação é sustentado por uma imagem positiva do Instituto em que ele, a um só tempo, salva os ex-internos de uma vida perdida que eles poderiam ter tido em suas famílias “desestruturadas” e é fonte de orgulho, já que o estigma pode

ser dissolvido pela boa imagem do Instituto. Isto é, *entendimentos* sobre pontos delicados como violência psicológica, física e moral passam a ser entendidos como um sofrimento “dignificante” e “necessário”. Essa ideia é mutuamente reforçada entre eles (isto é, esse *sentimento* passa a ser sentido por eles) de modo a formarem verdadeiros *regimes emocionais* em que todo o grupo passa a entender positivamente as emoções difusas acerca da violência que viveram e que lhes causou sofrimento como o pilar central de suas trajetórias. Esse fato acaba também servindo ao propósito de manutenção da coerência de seus *self* temporais e de suas narrativas autobiográficas.

Como consequência, veremos no tópico “Políticas da construção de si: marginalização de narrativas dissidentes” que os ex-internos passam a empregar uma *política da construção de si* a fim de afastar narrativas divergentes daquelas que eles construíram e validaram mutuamente dentro da rede. Essas ações deliberadas de afastamento e não validação de narrativas dissidentes acabam por deixar à margem da rede ex-internos *entendimentos* diferentes, criando assim uma espécie de *silenciamento social*. Por fim, o tópico “As consequências da institucionalização: regimes emocionais, silenciamento social e coerência biográfica” explora quais são as consequências desse processo de validação para a rede de ex-internos.

---

### *Memória e entendimento: recordações comuns, interpretações ambivalentes e contraditórias*

Depois do reencontro entre os ex-internos presencialmente nos encontros e nas redes sociais, eles passaram a compartilhar memórias de suas infâncias. Memórias que passaram a ser complementadas, contraditas e retomadas pelos seus pares. Aquilo que era opaco na memória, torna-se mais vivo. Eles passam a desenhar interpretações sobre o que aconteceu. Uma multiplicidade de sentidos é desenhada sobre o passado lembrado. Alguns temas transversais aparecem com mais frequência e eles passam a buscar

validações em suas interações nos diversos ambientes, *online* e presencial. Com suporte de artefatos e das narrativas alheias, até as recordações mais subjetivas vão aos poucos se expondo para tecer *entendimentos* sobre elas.

Como os ex-internos circulam e estabelecem interações presencial e virtualmente, cada ambiente possibilitará (*afford*) diferentes recordações a depender de quem se está interagindo e de quais artefatos está-se fazendo uso. Sempre que as situações mais controladas, como os momentos formais dos Encontros de Ex-menores (momentos em que eles não estão nas chácaras e casas de amigos onde se hospedam) ou no grupo público do Facebook, que é mantido pela filha do ex-diretor do Instituto, há uma maior restrição temática sobre o que é dito. Em situações não formais ou menos controladas, como os churrascos que acontecem durante o final de semana de seus encontros comemorativos ou na página do Facebook administrada/criada pelos ex-internos de gerações mais jovens ("IAPS- IAMB" e "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais"), eles parecem se sentir mais confortáveis para falar sobre tópicos mais delicados como violência e abandono.

Como veremos, os ex-internos, ao irem resgatando suas recordações sobre a infância, demonstravam inicialmente *entendimentos* contraditórios e ambivalentes sobre o que aconteceu. As recordações compartilhadas remetem a vários acontecimentos, mas podemos observar que eventos genericamente ligados à coerção institucional, abandono e estigma são mais frequentes. Essa multiplicidade de *entendimentos* sobre essas temáticas é explorada a seguir.

---

### *Coerção institucional*

A coerção institucional aparece de várias maneiras nos relatos dos ex-internos e geralmente está presente em eventos ligados ao trabalho na roça, no trabalho de manutenção da limpeza do Instituto, na interação direta com funcionários, em punições em decorrência de atitudes dos ex-internos entendidas como infrações cometidas dentro do Instituto e no desamparo dentro do próprio Instituto.

Além de abrigar, alimentar e prover uma educação tradicional, o Instituto tinha um modelo baseado no trabalho. O tema do "trabalho" aparece em todas as narrativas e relatos, pois fazia parte do cotidiano dos ex-internos de maneira intensa. Havia vários tipos de trabalho no Instituto, mas basicamente todos eram destinados à manutenção das instalações e à alimentação dos ex-internos. O trabalho rural (plantio e colheita) ocupava grande parte das tarefas diárias dos ex-internos e recordações da roça aparecem com frequência. Contudo, antes disso, o trabalho ligado à construção (finalização, mais especificamente) do próprio Instituto aparece nos relatos daqueles que chegaram ainda na década de 1940: "Chegamos lá e o Instituto não estava totalmente terminado, trabalhamos muito carregando areia, tijolo, a outra turma ia plantar café" (Lio, trecho de fala no documentário Fios da Vida, 2014).

Mesmo depois de erguido, o Instituto continuou sendo mantido pelo trabalho dos internos, toda a limpeza e arrumação eram realizadas por eles: "A gente fazia limpeza no lar. A gente levantava, arrumava nossa cama, ia tomar café, limpava o lar, depois ia pra roça. Nós cuidava de tudo, era um brinco!" (Amin, trecho de fala no documentário Fios da Vida, 2014). Em um primeiro momento, muitas recordações relativas ao trabalho surgiram, de uma maneira neutra, como um evento cotidiano de suas infâncias. Até mesmo quando o trabalho não servia para manutenção própria (isto é, do próprio instituto): "os fazendeiros da região, quando eles precisavam colher algodão ou mesmo amendoim, abacaxi, o que eles faziam? Eles iam até lá, falavam com o diretor e pegavam oito ou dez menores e levavam para fazenda deles para trabalhar" (Lio, trecho de fala no documentário Fios da Vida, 2014). Enquanto para uns, o trabalho é recordado de maneira neutra, como parte de suas vidas, para outros o trabalho já é visto dentro de uma contradição. Aquilo que era plantado e colhido para seu usufruto não podia ser consumido, mesmo quando havia abundância de frutas e verduras.

Todos os lares tinha seus pomares. Cada qual cuidavam e zelava suas frutas e hortaliças. Na época das frutas era uma fartura..tinha de tudo...jabuticabas...abacates...jacas..mangas..tamarindo, laranjas,mexericas..mamão. .etc. Lembro q o primeiro lar q liberava as frutas era o lar 11. O Sr Salata...ele era um homem sério, mas era



justo. .ele dizia q. se cuidamos nada mais justo q usufruir.... E Havia lares q demorava pra liberar outros q liberava qdo as frutas já estavam apodrecendo. Infelizmente enquanto o larista não liberava a colheita, ninguém podia pegar...pois poderia levar castigos severos!! (Luma, postagem no Facebook na página do IAPS, julho de 2017).

O sofrimento inerente ao trabalho pesado na roça se manifesta em várias outras falas, seguidas de um reconhecimento de que aquilo não era apropriado para uma criança. Talvez, à época, aquilo lhes parecesse apenas uma atividade comum, mas avaliando a partir do momento presente em que o trabalho infantil é proibido no país desde 2000, o *entendimento* se constrói diferentemente: "lá a gente começava a trabalhar cedo, hoje é proibido" (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016). O *entendimento* sobre o que aconteceu, à luz do presente, já traz um sentimento de indignação sobre o passado: "Era uma época que os direitos não valiam [...] com sete anos e, em vez de eu estar jogando bola, eu tava carpindo pomar num sol de rachar mamona" (Luca, entrevista em profundidade junho de 2017). Aqui já há uma expressão clara do sofrimento resultante do trabalho árduo e forçado.

Do ponto de vista material, o trabalho tinha um fim em si mesmo. Muitos não se recordam de terem recebido o dito pecúlio que seria retido pelo Instituto até suas desinternações. Assim, para muitos, o trabalho era uma obrigação e, portanto, muitos relatam que deixar de fazê-lo implicaria em punições, tanto físicas, quanto psicológicas. Ao mesmo tempo, o trabalho, ele próprio, aparece como sendo a própria punição por algum outro ato cometido. Aqui, a coerção institucional se revela através das recordações ligadas ao trabalho executado pelos ex-internos. O trabalho aparece como punição, justificada ou não.

Em geral, mesmo quando justificada pelo funcionário (isto é, supostamente ligada a um ato infracional cometido pelo ex-interno), a violência como via punitiva é incompreendida pelos ex-internos. Isso está ligado à crise de sentido do trauma ferencziano, que em vez de permanecer aprisionado pelo inconsciente, permanece em aberto, incompreendido, buscando uma atribuição de sentido e, por isso, vem à tona em muitos relatos mnemônicos:

Certa vez, eu estava eu de castigo em um fim de semana, mas não sabia do castigo e então eu fui ao Seu Mané [funcionário] pedir para ir para quadra jogar basquete. Ele pegou um cabo de vassoura me deu uma vassourada na cabeça dizendo assim do jeito dele 'Toma uma na sua moringa, você está de castigo vai limpar as três partes sozinho!' Saí da presença dele meio tonto sem saber para onde ir, então eu parei em um lugar para respirar e voltei a mim e percebi que estava já dentro do corredor menor. Me coloquei a chorar sem mesmo saber o porquê estava de castigo, então passei a tarde toda limpando todo o lar 6 (Som, contos escritos, abril de 2018).

Episódios ligados ao trabalho forçado também se entrelaçam com violências aleatórias, ou seja, "punições" que não estavam necessariamente ligadas a um suposto ato infracional e que implicava na execução de uma punição clara e pré-definida. Esses episódios estão frequentemente entrelaçados com recordações do trabalho na roça em que alguns ex-internos relatam violências físicas da parte dos funcionários. No trecho abaixo, Luca conta de um ato cruel cometido por um dos funcionários do Instituto. O início do relato (que diz "hoje é doce de recordar"), no entanto, traz certa ambivalência, deixando-o com sentidos abertos para sua interpretação.

Hoje é doce de recordar. Sete anos em vez de você estar correndo atrás de uma bola, você tá debaixo de um sol de 40 graus carpindo aquele pomar. Isso sem contar alguns detalhes lá que eu não cheguei a falar. Tinha um funcionário, Seu Nose, ele era negro, mas o pessoal falava que ele era racista. Ele tomava conta do pomar. Eu lembro como se fosse hoje. Eu era molequinho com uma enxada que dava dois de mim e eu lá. E tinha um formigueiro de lava-pé. Eu tava aproximando do formigueira e aí eu saltei. Aí ele me chamou e perguntou "e esse mato?". Eu quase não falava, eu era tipo bicho do mato. E eu falei "ah, a formiga". E ele "que formiga? que formiga? Pode carpir!". Eu fui obrigado a carpir ali em cima do formigueiro, te juro. Em cima do formigueiro. Ele era tão assim.... maldoso! Pra não usar palavras chulas [...] Uma vez estávamos todos carpindo e tinha uma laranjeira no final de safra. Tinha uma única laranjinha. Ele olhou antes e viu que atrás da laranja tinha umas folhas e atrás tinha um cacho de maribondo. Ele viu a gente que nem cachorro vendo frango de padaria. E ele sentiu que nós estávamos olhando. Ele falou "para um pouquinho". Todo mundo parou. "tem uma única laranja que vocês estão vendo. Só um vai ficar com ela e é aquele que chegar primeiro". Corremos. Quando chegamos ali, ele já tinha jogado uma pedra lá no cacho de maribondo (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Enquanto alguns entendem a violência como algo cruel, como Luca relatou acima, outros a entendem como uma forma de cuidado e disciplina. Ou até mesmo como algo excepcional:

Os funcionários erraram? Talvez. Eu também já errei muito na vida também. Não sei, não consigo julgar agora, mas eu lembro sim de muitos espancamentos, me bateram. Tinha um quartinho que chamavam de cela, fui trancafiado ali dentro. Mas não sei, talvez sejam casos isolados, porque teve muitas coisas boas também (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

É frequente também nos relatos, a dificuldade de nomear algum episódio de violência física como “violência”. Geralmente quando isso acontece, há sentimentos contraditórios imbricados. Na mesma medida em que o ex-interno caracteriza o evento como “cruel”, ele próprio não consegue entender que se tratava de uma violência, mas sim de uma “atitude disciplinadora” em decorrência de alguma infração:

**Pesquisadora:** E você sofreu algum tipo de violência?

**Papa:** Não, não.... Mas lógico, onde tem ser humano, lógico que tem esse tipo de coisa. Tem problema de abuso sexual, tem problema de... Tinha violência de o cara [o funcionário] ir bater na gente, quando na verdade a gente tava articulando uma infração. Aí o cara batia e não batia como pai, batia como inimigo. Tinha um tal de Seu Dão, Seu Alemão, são pessoas que a gente tem muito medo (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

As violências psicológicas e morais, então, mal chegam a serem reconhecidas. A denúncia de algum tipo de violência física parece com mais frequência em entrevistas autobiográficas ou autobiografias escritas, pois nos espaços públicos, quando aparecem, são frequentemente contestadas. No trecho a seguir, Som relata, nos contos autobiográficos que ele escreveu, episódios de violência por parte dos funcionários totalmente desvinculadas de quaisquer justificativas de punição a infrações ou ao trabalho na roça.

O Seu Faú [funcionário] nos pegou bem na hora que iríamos colocar alpiste para nossos passarinhos, foi um susto eminente para todos nós que saímos correndo mas não teve jeito, tivemos que nos encontrar com Seu Faú a noite na hora do banho. Ele nos perguntou o que estávamos fazendo e ninguém deu uma resposta satisfatória, então todos nós

apanhamos. Ele me pegou pelas orelhas e me levantou até que eu não sentia meus pés no chão e quando eu pensei que já havia terminado, ele me soltou e com as duas mãos, vem um tapão que eu perdi meu rumo! Desde então eu não gostava mais dele e tinha muito medo dele e não fazia mais artes para não levar novamente aquele tapa que parecia que iria ficar surdo (Som, contos escritos, abril de 2018).

Um episódio que ficou muito marcante em minha vida nestes dias foi que me deram um enxada em minhas mãos me dizendo que era uma caneta eu não entendi nada pois minha noção de caneta era aquela que usávamos para irmos na escola, foi então que fomos para debaixo de umas mangueiras e era medido o "Eito". O eito era medido conforme a medida de um cabo de enxada. Era, então, medido dois cabos de enxada para cada menor para "bater grama". Eu nunca havia feito isso em minha vida. Todos os outros menores mais velhos que eu, já tinham acabado os seus eitos e eu ainda tinha feito um pedaço muito pequeno do que foi dado para fazer. Foi então que o funcionário veio falar já bravo comigo, já me xingando de muitos nomes eu até então não dava muita atenção para ele. Até que ele xingou minha mãe e na mesma hora eu peguei a enxada e falei para ele "você pode xingar tudo menos minha mãe" (Som, contos escritos, abril de 2018).

O modelo de formação do trauma de Ferenczi entende que o trauma é formado quando autoridades descredita aquilo que é contado, isto é, não há validação daquilo que a criança/adolescente está buscando e não consegue explicar - dada a excepcionalidade do evento narrado. Nesse sentido, vemos que muitos dos relatos de violências sofridas na infância experimentaram essa crise de sentido. Sem um *entendimento* e/ou julgamento claro sobre o que aconteceu, esses eventos retornam em busca de uma atribuição de sentido. A não validação pelas autoridades sobre o que era narrado pelas crianças aparece nos relatos como um problema real que eles enfrentaram dentro do instituto. Os funcionários do Instituto, que exerciam um papel central de autoridades na vida dos ex-internos não recebiam/acolhiam/creditavam esse tipo de relato de violência que um ex-interno pudesse vir a contar. Assim, se um funcionário não validasse o que uma criança e/ou adolescente falasse acerca de experiências estressantes que ela tinha dentro do Instituto, uma crise do sentido (portanto, um trauma) poderia vir a se constituir, produzindo sofrimento aos envolvidos. Nessa sequência intertextual, vemos trechos de relatos dos ex-internos que foram trazendo à tona sobre violência sexual e aos poucos buscando atribuir um sentido que permaneceu em aberto, justamente porque

não encontrou crédito em nenhuma autoridade. Nem nas autoridades da época do acontecimento (diretor do Instituto, funcionários ou assistentes sociais), nem nas autoridades do momento presente (que, como veremos, são a filha do ex-diretor, Chacha e Papa):

*Entrevista coletiva realizada no Encontro de Ex-menores:*

**Tom:** E tem amigos meus que sabe que teve, mas que nunca vem à tona. Teve coisas boas? Teve, mas teve abuso de autoridade pra caramba! Os funcionários eram pessoas despreparadas que não tinham condições nenhuma de lidar com a gente. Todo mundo sabe disso. Eles vinham trabalhar bêbados, sem condições pra trabalhar. Então não tenho lembranças boas nesse sentido. Vocês podem não dizer nada, nem concordar, mas é o que eu acho (Tom, entrevista coletiva, abril de 2017).

*Conversa no dia posterior ao trecho acima:*

**Tom:** O Seu Lili, funcionário, era pedófilo!

**Mica:** Ele não era funcionário, era o dentista do Instituto.

**Tom:** Não, não era funcionário! Ah! Lembrei, isso mesmo era dentista! Olha minha obturação caiu agora só. Era bom dentista, mas era pedófilo!

**Mica:** Olha mas era cada uma que vou te contar viu, os pretinhos não tinha vez com ele.

**Tom:** Os branquinhos ele passava a mão.

**Mica:** Com os preto, era só "seu neguinho, abre a boca!". Os branco ficavam de um lado e os pretos pra lá. Aí ele botava os preto pra trabalhar e os branco ficavam sentado.

**Tom:** Mas fora o Seu Lili, tinha outro pedófilo lá, tinha um outro funcionário!

**Mica:** Era o Seu Avel que também era pedófilo.

(Tom e Mica, conversa durante o Encontro de Ex-menores, abril de 2017).

*Trecho de entrevista em profundidade três meses após os relatos acima:*

**Tobi:** Como o Tom falou lá no Encontro, tinha pedófilo, nós sabemos, tinha dois pedófilos. Depois que eu saí de lá eu fiquei sabendo que apareceram bem mais, que era o Seu Lili, como o Tom falou. Ele era um ex guerrilheiro que fugiu da Revolução de 32, era um fugitivo. Era um senhor de idade. E o Seu Avel. O Seu Lili já tentou me assediar, como Seu Avel também. Só que eles não conseguiram chegar nos finalmente comigo. Depois de uns dois anos de Instituto, eu chamei a assistente social pra contar a história, perguntei se tinha jeito de eu voltar pra rua. Ela disse, 'esquece isso, se você voltar vai dar confusão na sua vida, porque você vai ter que mexer com tudo de novo, sua mãe vai poder ser processada'. Aí, como não deu em nada, eu deixei do jeito que tava, aí, fiquei ali (Tobi, entrevista em profundidade, julho de 2017).

Em outros relatos, a violência aparece de forma mais "tímida" e frequentemente justificada como consequência de um mau comportamento.

Aqui não há qualquer interpretação de que aquilo fosse inapropriado para acontecer com uma criança ou que fosse uma situação exclusiva e inerente ao Instituto. A violência é justificada como necessária, fruto de uma estrutura disciplinar que estava funcionando dentro do esperado para educá-los. Ou mesmo que era reflexo de uma situação social inevitável, inerente à sociedade no mundo exterior e que, portanto, o Instituto era um mero reflexo dela.

**Zefa:** Minha vida não foi um mar de rosa.

**Pesquisadora:** no Instituto também não?

**Zefa:** Também não foi...

**Pesquisadora:** Você contou aquela história do xixi na cama....

**Zefa:** Era, era... [silêncio] Até os 14 anos eu molhei a cama e a gente levantava cedo e aí o chefe chegava 'fez xixi na cama?'. Aí eu 'não, não'. E ele 'e isso daqui o que é? vai pro chuveiro!'. Eram 6h da manhã, gelado, não tinha banho quente.

**Pesquisadora:** O que você achou da roda de conversa? Que falaram da violência...

**Zefa:** Na verdade tinham os menores que apanhavam sim, mas eles faziam por onde. Eu não posso...

**Pesquisadora:** Você apanhou?

**Zefa:** olha foi uma ou duas vezes, mas não foi coisa de espancamento, sabe?

**Cici:** Quem entrou ali não teve um que não apanhou.

**Zefa:** Agora teve gente que apanhava mesmo. Escondia, xingava, aí o vigilante ficava revoltado e batia mesmo, mas eu não.... essa violência não... não participei dela.

**Zefa:** Eles fugiam, mas já sabiam pra onde ia. Já tinha os pontos estratégicos. Já ia lá e pegava os fujão e trazia de volta.

**Cici:** Aí ia pra cela. 11 celas. Então tinha 11 celas tudo no lar 11, tudo ali, naquele lar. Se alguém fugisse ia pra cela lá. Aí chamava seleção, ai fugia e ai pra la. Apagava a luz 9h e os cara iam fugir. Aí eles se davam mal.

**Zefa:** Eu nunca pensei em fugir porque você ia pra cela.

(Zefa e Cici, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Os castigo de cela são os mais graves. Dependia do funcionário que ia punir. Para um funcionário, eu quebrando pau com outro, poderia só dar um castiguinho, como não jogar bola; um outro funcionário poderia me mandar pra cela; um outro poderia me mandar fazer uma lixeira. Ser humano tem atitude muito particular. E também tinha menor que tinha proteção. De repente um carinha mais bonitinho tinha mais privilégio. E eu que era um cara mais feinho... até como tem na nossa sociedade. Tudo o que você vê na nossa sociedade, você pode jogar lá dentro, não muda nada, é mais ou menos esse o espelho (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

## **Abandono**

Dentro do próprio Instituto, um sentimento de abandono é expresso em trechos de episódios rememorados. Apesar da suposta estrutura institucional que os acolheu, vários relatos ainda trazem sentimentos de medo, angústia e estresse, tanto pelo desamparo anterior (fruto de um "abandono" familiar incompreendido), como também de desamparo oriundo do próprio Instituto que não acolhia suas demandas e nem os preparava emocionalmente e psicologicamente para o futuro. Nesse sentido, o tema da desinternação aparece com frequência como um dos eventos temidos e incompreendidos pelos ex-internos.

O sentimento de desprotegimento e abandono é múltiplo e aparece nos relatos tanto em relação aos pais, quanto em relação aos próprios funcionários do Instituto:

E todo ano era a mesma coisa.... e sempre eu ainda alimentava a esperança q mamãe viesse me buscar, mesmo q fosse por uma semana, mas ... nunca apareceu... até hoje (Luma, postagem no Facebook, dezembro de 2016).

Passei alguma dificuldade aqui. Tinha funcionário que não sabia lidar conosco. Fomos maltratados por uns? Sim, fomos (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Por exemplo, quando os meninos apresentavam um medo comum do escuro ou de algum monstro, eles acabavam fazendo xixi na cama. Ao contar para os funcionários, essas falas não encontravam reconhecimento, mas sim uma reação negativa ou uma punição (como obrigá-los a limpar e secar seus colchões).

Quando morria um menor afogado no rio, eu pegava um cobertor e ficava com a cabeça coberta a noite inteira suando com medo de assombração. Tinha uns funcionários que reunia um grupinho de menores para contar esse tipo história de assombração. Daí a gente dormia com muito medo (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

O sofrimento oriundo do medo também se dava pela incerteza que os acometia em relação ao futuro. Grande parte de suas narrativas encontram

seu clímax no momento de desinternação, que aparece como algo temido por todos e como um ponto de inflexão em suas trajetórias. Papa, por exemplo, compara seu medo infantil em relação às histórias de terror com o medo que sentia em relação ao futuro:

Eu tinha medo de viver lá e depois enfrentar a vida aqui fora. É igual morrer, a gente nunca acha que vai morrer ou ficar doente, então eu estava lá internado e eu achava que eu ia ficar por lá, você nunca acha que vai desinternar [...] O umbigo não podia ter sido rompido, mas não foi isso que aconteceu, foi muito doloroso. Se você perguntar para a maioria, a saída é muito dolorosa (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Nesse momento crítico de desinternação, o Instituto trouxe muito desconforto e sofrimento. Apesar de eles não serem mais crianças quando foram desinternados (tinham dezoito anos, em sua maioria), eles ainda precisavam de ajuda para entender o que estava acontecendo:

O que realmente faltou foi isso, você ser preparado emocionalmente para sua saída [...] Eu achava que eu não tava preparado para deixar o Instituto. Era minha casa; eu conhecia cada centímetro daquela grama, cada jaboticaba, cada funcionário, eram minha família. Do nada, eles disseram “você tem que ir embora. Seu tempo aqui acabou”. Eu fiquei sem chão (Luma, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Apesar de o Instituto ter oferecido alguns cursos de formação técnica (como cursos de cabelereiro e cursos de marcenaria) para que os meninos sobrevivessem materialmente no “mundo real”, eles ainda tinham muito pouco suporte psicológico. Pouco suporte formal (com a psicóloga e a assistente social) e nenhum suporte informal por parte dos funcionários em geral.

Assim que você saía, eles pagavam de 2 a 3 meses e o restante ficava por sua conta e risco. Exceto alguns que já saíam já com trabalho, que não foi meu caso. Quando na roda a gente falou, o que realmente faltou foi isso, você ser preparado emocionalmente para sua saída. Nada é perfeito, lá não posso reclamar de nada, mas sempre faltou uma coisinha. Isso é fundamental. Tinha pessoas que eram chamadas na administração “fulano, tô com seu prontuário e na semana que vem você vai estar saindo e quando não .... sabe?” Isso é um choque, você fica como um peixe fora d'água. Eu ficava martelando aquela questão do mundão lá fora. Graças a Deus tive o apoio do meu irmão mais velho (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).



Saí com.... não sei também explicar por que cargas d'água, porque na época eu era moleque, lá pelo 16 ou 17 de dezembro, daí só vindo lá no prontuário, aí veio a desinternação. E pá, você está desinternado. Se prepara, nós vamos te levar para São Paulo. Na verdade, eu não queria ser desinternado. Não tinha cabeça pra pensar como a gente pensa né. Já nessa época, eu tinha um propósito sabe? Eu tinha um propósito de continuar até os 18 anos e depois ser funcionário lá (Zefa , entrevista em profundidade, junho de 2017).

## **Estigma**

A relação entre o Instituto e o mundo externo, ou até mesmo a imagem de si e o mundo externo, está muito presente nas recordações dos períodos durante a internação e após desinternação. Como vimos, *entendimentos* são construídos por *modos de percepção* (emocional, cinestésico e discursivo), isso quer dizer que podemos perceber contraditoriamente uma situação, ou seja, percebemos, por exemplo, emocionalmente e cinestesicamente de uma maneira, mas discursivamente de outra. É isso que cria *entendimentos* ambivalentes e a questão do estigma aparece nos relatos de forma muito ambivalente.

A maneira como a sociedade os via é tema de várias recordações que vão desde os tempos em que ainda estavam internados e tinham contatos esporádicos com o mundo externo até a vida após a desinternação quando perceberam que eles faziam parte de uma sociedade mais ampla, da qual estavam apartados e que teriam que nela se integrar. Nos relatos abaixo de Iodo e Som, vemos que eles se recordam da vida fora do Instituto enquanto estavam internados (em momentos em que frequentaram o ginásio e/ou trabalharam na cidade) como um canal real de comunicação com o mundo externo, atestando que, se tinham a possibilidade de conviver com a sociedade externa, é porque não eram completamente institucionalizados e, portanto, não eram completamente estigmatizados.

Nós vivíamos perante à sociedade aqui fora, nós não éramos isolados dela. Nós trabalhávamos lá dentro, mas tínhamos a oportunidade de trabalhar aqui fora. O irmão do Fernandinho trabalhava em casa de família como faxineiro. Um garoto que era da minha idade, com 13 anos na época. Hoje ninguém colocaria um interno da FEBEM dentro da sua casa. Ninguém abriria uma porta para nenhum de nós. Outros

trabalhavam em lanchonete. Foi lamentável que acabou ali, mas não teria como manter aquilo ali. A sociedade se quer não aceitaria. Nós tínhamos um respeito, porque nós éramos educados ali (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

A gente não era excluído de Batatais, a gente trabalhava na cidade. Era interno e trabalhava na cidade. A gente trabalhava na FEBEM também. Por exemplo, eu fiz curso de sapateiro lá. Eu fui trabalhar na cidade, porque arrumei emprego lá. Eu trabalhava de dia de semana lá, de segunda a sexta e de sábado e domingo, eu ficava, eu trabalhava na FEBEM, na roça, nos afazeres (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

Embora Tobi também se recorde dos momentos em que pôde, de alguma forma, participar da sociedade externa, ele entende que ainda assim, eles viviam apartados e que, portanto, eram vistos como diferentes.

A gente tinha que fazer o grupo escolar lá dentro. Do grupo a gente ia para o ginásio e depois do ginásio que a gente começava a ter liberdade de ir pra cidade. Mas a gente não era igual aos meninos da cidade, a gente sabe disso. Embora a gente fosse pra cidade, aquilo ali [o Instituto] não era uma prisão de muros, era uma prisão de... ordem e de leis. Era esse o tipo de prisão que tinha lá dentro (Tobi, entrevista em profundidade, dezembro de 2016).

Em outros relatos ainda, o *entendimento* de que havia uma estigmatização dos ex-internos era claro. Ado entende que a relação com a cidade era conflituosa e que eles não poderiam fazer parte, de fato, da sociedade batataense. Ou, se fizessem, teriam que se esforçar para tal, superando assim a barreira do estigma.

Nós passávamos pelas ruas da cidade de Batatais e as famílias se recolhiam. Várias vezes nós escutávamos "filho, sai daí, olha os meninos passando, os meninos da FEBEM". Isso era muito triste de escutar, mas isso era uma situação que a gente tinha que passar, não tinha o que fazer, é... se nós brigássemos com os filhos ou famílias, nossa senhora! Quando chegasse lá em cima no Instituto apanhava muito! Então, nós não estávamos errados, mas mesmo assim nós não podíamos sair na cidade pra causar confusão. Nós íamos para o centro de lazer e as pessoas tinham rixa com o pessoal da FEBEM, arrumava encrenca. Mas o pessoal da FEBEM não queria nem arrumar briga, mas queriam se defender, tinham que se defender. Depois quando chegava no lar era punido e não podia mais ir no centro de lazer (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Para alguns, esse estigma se tornava ainda mais evidente quando os internos eram desinternados e, então, tinham que se integrar em uma sociedade mais ampla da qual foram apartados.

O preconceito naquele tempo não era dentro do Instituto, era depois que você saía, depois que você saía, o negócio era feio. Eu descobri que um deputado, se não me engano ele chamava Mauro Maragá, ele falou "você não volta mais", no seu registro tá escrito "o cidadão Tobi não é digno da sociedade batataense". Por isso, eu nunca mais voltei pra Batatais, eu tive que ficar fora. Em São Paulo, fui trabalhar na transportadora e tava tudo bem até que foi uma assistente social da FEBEM e o gerente começou a me maltratar. O preconceito começou aí. Um dia ele disse assim "você tem que dar graças a deus do emprego que você tem, porque você não vai arrumar emprego de onde você veio" (Tobi, entrevista em profundidade, dezembro de 2016).

Nós tínhamos vergonha de sair do Instituto e ficar na cidade de Batatais, por que ia falar esse cara foi criado na mamata no Instituto e ainda quer ficar por aqui? (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Considerando as recordações ligadas a essas três temáticas (coerção institucional, abandono e estigma), vemos uma multiplicidade de *entendimentos* circulando entre os ex-internos. Muitos deles chegam a ser ambivalentes e atribuem sentidos positivos e negativos a um mesmo evento. Se formos criar dois grupos de *entendimentos* (ainda que eles tenham fins meramente analíticos, pois são fictícios), podemos dizer que havia um conjunto de *entendimentos* positivos e um conjunto de *entendimentos* negativos. Isto é, um conjunto de *entendimentos* estava ligado às ideias de (1a) a coerção institucional como violência deliberada; (1b) a institucionalização como produtora de estigma e (1c) o abandono como desamparo; ao passo que outro conjunto de *entendimentos* estava ligado às ideias de (2a) coerção institucional como disciplina ou como "natural"; (2b) um afastamento de qualquer ligação com FEBEM (que é o que produziria, de fato, o estigma) e uma positivação da institucionalização precoce renomeando o Instituto como "colégio", (2c) o abandono parental como algo que lhes preveniu de uma vida perdida, dado que o Instituto foi o grande ente salvador de suas vidas. Como veremos, no curso temporal, se desenrolou uma *política da memória*, que será destrinchada no próximo tópico "Políticas da memória: rede de autoridades e validação de uma versão do passado", e que se encarregou de veicular, validar e moldar

*entendimentos* relativos ao primeiro conjunto 1 em detrimento de *entendimentos* relativos ao conjunto 2.

---

*Políticas da memória: rede de autoridades e validação de uma versão do passado*

*Entendimentos* podem ser validados em uma rede de autoridade conforme os indivíduos interagem e têm seus *entendimentos* validados por *corroborações, reconhecimentos e ressonâncias*. Esse é um processo relacional e que se desenrola no tempo sem necessariamente haver intencionalidade por trás. No entanto, quando há a intencionalidade de moldar esses *entendimentos*, validando uns e marginalizando outros, estamos diante de uma política; quando se trata de *entendimentos* ligados ao passado, seria, então, uma *política da memória*. Como vimos no tópico "Como versões do passado se objetificam?: dinâmicas de materialização no mundo contemporâneo" (subcapítulo 2.4), *políticas da memória* são empregadas para moldar *ressonâncias*. O complemento negativo de uma *política da memória* é a censura, no sentido de confrontação e, quando possível, no sentido de afastar *entendimentos* divergentes daqueles que estão tentando ser validados. Assim, uma *política da memória* evita que *entendimentos* não desejados sejam ressoados dentro de uma rede. Uma *política da memória* implica em ações constantes de veiculação de certos *entendimentos* sobre o passado a fim de que sejam validados dentro de uma *rede de autoridades* e, conseqüentemente, *institucionalizados*.

Como *entendimentos materializados* têm maior potencial de circulação dentro de uma rede, eles podem ser mais facilmente validados. Por isso, uma *política da memória* está sempre a materializar certos *entendimentos* sobre o passado. A depender do *status* de uma materialização (por exemplo, um livro pode ser considerado como detentor de um elevado *status*), isso impactará positivamente no funcionamento da *política da memória*. Vale lembrar que

uma *política da memória* lida com conhecimento (*entendimento*) e, por isso, ela é uma *política epistêmica*.

No caso aqui analisado, é possível verificar que há uma *política da memória* em curso. Isto é, há ações voluntárias para direcionar certos *entendimentos* sobre o passado. Como a *política da memória* foi posta em curso por uma pessoa tida como *autoridade* dentro da rede de ex-internos, seus *entendimentos* sobre algo foram amplamente *reconhecidos* dentro da rede. Quando os *entendimentos* são amplamente veiculados dentro da rede (ou seja, quando circulam narrativas públicas nos encontros, relatos postados nas redes sociais, livros publicados e etc.), eles passam a *ressoar* dentro da rede, isto é, passam a se mostrar consistentes com outros *entendimentos* circulantes.

Na rede de ex-internos, a filha do ex-diretor emprega uma *política da memória* colocando a memória como elemento fundamental da “salvação”. Como veremos no trecho abaixo, ela defende que haja memórias “positivas” da infância como parte, até mesmo, de um projeto educacional:

Inegável a importância da memória. Para Dostoiévsky: “não há nada mais nobre, mais forte, mais saudável, mais útil, na vida, do que uma bela lembrança de infância (...) Falamos muito de educação, mas uma bela lembrança sagrada, guardada desde a infância, talvez seja a melhor educação. Se nós levamos muitas dessas lembranças ao longo de toda a vida, estamos salvos para sempre” (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo IAMB 1946/1976).

Como veremos, ela defenderá o modelo de projeto educacional empregado pelo Instituto como algo excepcional em termos de atendimento ao menor e que o esforço solo de seu pai foi deliberadamente e injustamente destruído pelo Estado. No que se segue, a partir dessa postagem, fica claro que o trabalho de construção de boas recordações seria uma continuação fundamental do projeto educacional de seu pai que ela parece empreender no momento presente.

Podemos iniciar analisando essa *política da memória* a partir do nome do grupo público no Facebook co criado pela filha do ex-diretor, a saber “Instituto Agrícola de Menores de Batatais 1946-1976” e dele, depreender qual a intenção

central da *política da memória* que está em curso. Como vimos, a instituição em questão funcionou de 1946 a 1997, em Batatais, nas mesmas instalações desde o dia de sua abertura. Durante esse período, abrigou menores e teve duas trocas de nome: Instituto Agrícola de Menores de Batatais (1946), Instituto de Menores de Batatais (1967) e FEBEM-UE4 (1976). A instituição mudou de diretoria duas vezes: logo no início em 1951 e posteriormente 1983. A filha do ex-diretor em questão é filha do diretor que atuou entre 1951 e 1983. A rede de ex-internos que se formou abarca ex-internos que viveram na instituição durante todas as décadas de sua existência.

Como vimos, a FEBEM ficou socialmente estigmatizada, “mal falada” e, portanto, o nome do grupo público no Facebook busca afastar quaisquer ligações que o Instituto tenha com a FEBEM. Isto, no entanto, é uma contradição em termos, dado que o Instituto era a FEBEM e vice e versa. Entretanto, a nomenclatura da página busca passar uma régua divisora no histórico da Instituição, desvinculando-a da nomenclatura FEBEM e, de alguma forma, afastando também aquela parcela de ex-internos que frequentaram a instituição após 1976 - como vimos no subcapítulo anterior 4.1 “Quem é quem?: *mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes com os dados de redes sociais*”, essa política teve, pelo menos em um primeiro momento, uma consequência divisionista da rede, cindindo-a.

A descrição da página do Facebook deixa claro que quaisquer associações com a FEBEM devem ser banidas. Na mesma descrição original também fica claro que aquele espaço virtual da página é um espaço ligado a pesquisas acadêmicas e que, portanto, tem informações acuradas. Posteriormente, a descrição foi alterada para o segundo texto a seguir:

A página está relacionada à pesquisa “Construção da Memória - Instituto Agrícola de Menores de Batatais (1946-1976)”, realizada no Departamento de Psicologia. A página tem como objetivo publicar datas e fatos históricos relacionados ao Instituto, com base em uma pesquisa do Post Doc. Em desacordo com a outra página do Facebook criada por um ex-interno, esta página tem como objetivo divulgar material educativo e cultural do Instituto. Pretendemos divulgar a história e o modelo de assistência educacional e agrícola fornecido pelo Instituto

para crianças e adolescentes - antes conhecidos como jovens abandonados. Ele se concentra no período entre 1946 (ano de fundação do Instituto) e 1976 (quando o Instituto mudou seu nome para Fundação Nacional para o Bem-Estar dos Menores). A lembrança do trabalho realizado no Instituto desapareceu da vida de sua comunidade. Não existem registros oficiais, e o patrimônio cultural, educacional e esportivo da instituição pertence a uma lacuna na história das políticas públicas para crianças e adolescentes (Descrição do grupo público do Facebook "IAMB 1946-1976", janeiro de 2016).

1946 a 1971 "INSTITUTO AGRÍCOLA DE MENORES DE BATATAIS" formando homens cidadãos, o resgate de um período que merece ser conhecido, estudado e pesquisado. A formação de crianças abandonadas em adultos capazes, sua metodologia, seus ensinamentos e comportamentos e os fatos que extinguíram sua existência (Descrição grupo público do Facebook "IAMB 1946-1976", fevereiro de 2020).

A ênfase dada ao Instituto, desvinculando-o daquilo que gira em torno do nome FEBEM, já nos mostra que há uma tentativa de colocá-lo em um lugar "especial" e que não deve ser identificado com outras instituições governamentais da mesma natureza. Há também uma tentativa de o apresentar a partir de uma perspectiva muito positiva que não carregue a sina da FEBEM.

Se formos retomar, no curso temporal, quais foram as principais ações inerentes a essa *política da memória*, podemos observar que todas elas foram no sentido de materializar certos *entendimentos* sobre o passado de forma a veiculá-los para um público mais amplo, obtendo, assim um maior impacto. Ou seja, foram ações de materialização e publicização.

A primeira materialização evidente é um artigo acadêmico, de 2014, que a filha do ex-diretor publicou consolidando e publicizando o entendimento que tinha até então e que foi *corroborado*, segundo ela, pelos "documentos, jornais e revistas pertencentes a arquivos pessoais de funcionários que trabalharam no IAMB" (Safra & Parente, 2014, p. 188) que "revelam a existência de um projeto educacional bem sucedido, estabelecido em fundamentos claros, passíveis de execução e autossustentável" (Parente & Safra, 2014, p. 188). Neste artigo acadêmico ela explicita que o artigo faz parte de uma *política da memória*, ao afirmar que:

Reapresentar a memória do IAMB é do nosso ponto de vista, a possibilidade de empreender uma ação restitutiva e política [...] A

inexistência de qualquer registro ou alusão na internet sobre o projeto educacional do IAMB pode ser considerada como uma lacuna na análise atual sobre a história da infância e adolescência abandonada no Estado de São Paulo (Safra & Parente, 2014, p. 188).

Nesse artigo, ela entende que tudo o que aconteceu no Instituto foi para servir ao propósito da disciplina e do cuidado. Se um dia esse modelo acabou, segundo ela, foi devido à administração estadual que, supostamente tinha uma estratégia para acabar com esse modelo bem-sucedido. Um modelo sócio educativo empregado exclusivamente pelo Instituto de Menores de Batatais. Outra forma frequente de materialização de certos entendimentos foi o uso de documentários amadores. A filha do ex-diretor produziu três documentários ao longo dos anos com narrativas sobre o Instituto. O primeiro deles, publicado no YouTube em julho de 2014, é formado pela escolha de algumas falas justapostas de ex-internos e ex-funcionários durante o I Encontro de Ex-menores em 2012. O pequeno documentário de nove minutos traz breves depoimentos de alguns poucos ex-internos e ex-funcionários que participaram desse primeiro encontro. A seleção de falas também busca colocar o Instituto como um benfeitor excepcional que, como instituição pública, fez algo além do que deveria fazer para o ex-internos. Logo no início, a fala de um ex-funcionário dá esse tom. O funcionário Irá se dirige aos ex-internos presentes e diz:

Só Deus sabe a sorte que vocês tiveram de estar aqui na época do Diretor H., que é pai da nossa amiga aqui [*ele se volta para a filha do ex-diretor*], ele conduzia isso aqui com uma perfeição, ele fazia de tudo para que vocês fossem os homens que vocês são hoje (Irá, ex-funcionário, trecho de fala do documentário "Ex-internos do Instituto Agrícola de Menores de Batatais/SP", abril de 2012, publicado em julho de 2014).

Essas imagens foram captadas em parte nas instalações desativadas do Instituto e em parte na casa de um ex-interno que mora em Batatais. Já é possível ver algumas fotografias antigas do Instituto penduradas em um varal (como se fosse uma exposição) na casa do ex-interno. Isso era a insipiência do que veio a ser o que a filha do ex-diretor denominou de "exposição de fotos



para a recuperação da memória do IAMB" nos anos subsequentes. O documentário é finalizado já dizendo que no ano posterior, em abril de 2013, aconteceu um outro Encontro de Ex-menores, no qual também foram captadas imagens para a produção de um outro documentário denominado "Fios da Vida".

Em conjunto com uma antropóloga e professora, entre 2013 e 2014, a filha do ex-diretor produziu outro documentário, Fios da Vida. Este, no entanto, tem um foco mais específico que atendia aos objetivos de pesquisa da professora e antropóloga, a saber, explorar a relação entre os ex-internos e seus prontuários (dos poucos que conseguiram recuperá-lo). Mesmo assim, o documentário se tornou símbolo de sua empreitada em busca da memória e foi amplamente reconhecida pelos ex-internos. Sobre o documentário, Jove diz para a filha do ex-diretor: "Demais. Imperdível. Obrigado, por tão significativa rebuscagem da gloriosa história do IAMB, tendo como 'Maestro', o seu pai" (Jove, postagem no Facebook, dezembro de 2019). Como o documentário foi amplamente exibido pela filha do ex-diretor nos Encontros de Ex-menores nos anos subsequentes, sua produção foi um modo de consagrar sua autoridade perante os ex-internos. Sobretudo porque foi um trabalho realizado em parceria com uma acadêmica ligada à universidade, algo simbolicamente reconhecido pelos ex-internos.

No início de 2015, a filha do ex-diretor criou a supramencionada página no Facebook e lá, uma a *política da memória* também é empregada, com frequência, através de postagens e comentários e, vídeos e fotografias postados. No final de 2015, a filha do ex-diretor montou, de forma mais organizada, uma exposição de fotos na biblioteca da universidade denominada "IAMB- Instituto Agrícola de Menores de Batatais: memória em exposição". Essa exposição foi remontada nos quatro anos subsequentes em locais diferentes de Batatais. No cartaz da entrada, o propósito da exposição está expresso:

Destaca-se aqui o modelo educacional período de 1951 a 1971 com o objetivo de registrar o passado e preservar o patrimônio cultural,

histórico e educacional do IAMB, de Batatais e do estado de São Paulo. E também para refletir sobre a contribuição que esse modelo oferece, para os dias de hoje na prevenção e cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade social (apresentação da Exposição de Fotos "IAMB- Instituto Agrícola de Menores de Batatais: memória em exposição "que aconteceu na biblioteca do IP- USP em outubro de 2015; no Centro Recreativo Princesa Isabel em Batatais em abril de 2016; no Posto São Paulo em Batatais, em abril de 2017).

Na remontagem da exposição, em abril de 2017, em um salão dentro de um posto de gasolina na cidade de Batatais, um totem com uma caricatura em desenhada em tamanho real do ex-diretor da unidade, H., "recepcionava os ex-internos", já que a data coincidia com seu centenário. A homenagem a esse diretor em específico, enfim, explicita o recorte temporal presente na descrição da Exposição (1951- 1971), marcando o início da gestão de H.:

Na gestão do Seu Hernani o Zefa ficou pouco tempo, o Zefa ficou mais na gestão do Seu G. que era um baita de um carão, fora de série, que conversava com nois. Seu H. era diferente, era mais, como posso falar, severo. Seu G. já era mais carinhoso, mais próximo de você. Aí, entrou o Seu H. em 1951, era muito difícil (Cici, entrevista em profundidade, junho de 2017).

O terceiro documentário amador, "IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais - Construção da Memória", produzido pela filha do ex-diretor no final de 2016, já é mais explícito quanto aos direcionamentos pretendidos da *política da memória* em curso. Ela posta no Facebook o *link* de um vídeo do Youtube em que "cumpro o que prometi: contar um pouco do movimento histórico do IAMB." Ele tem um cunho muito mais emocional e pessoal do que os anteriores, mesclando a sua própria história com a história do Instituto. O vídeo traz um relato da filha do ex-diretor ao fundo contando como e quando começou a se envolver com o IAMB depois de adulta. Em primeiro plano, sucedem-se fotografias antigas do IAMB. O relato se inicia contando que seu sobrinho disse nunca ter ouvido nada sobre o IAMB na cidade de Batatais. Foi quando ela diz ter resolvido visitar o local do Instituto que ela nunca mais havia ido desde a década de 1970, época em que se mudou para São Paulo. Imagens desse dia aparecem na tela justapostas a imagens de quando ela própria era criança:

Propus a ele que fôssemos até o local onde funcionava o Instituto e que eu não visitava há muito tempo. Consternada diante da destruição do lugar e indagada por ele sobre o que tinha acontecido lá, dei-me conta do meu distanciamento dessa parte da história que, claro, envolvia também parte do meu passado. Invasa por certa estranheza, lembrei-me de uma frase: 'quando a realidade começa a parecer ficção é hora de fazer um documentário', escrever uma tese, um livro, enfim, algo que testemunhe, preserve e guarde a memória da história. No caso, de um lugar que existiu e que fez parte da vida de muitas pessoas. Ficou claro para mim a importância de recuperar a história do IAMB. Era preciso transmiti-la às futuras gerações (trecho de fala da filha do ex-diretor, documentário, "IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais - Construção da Memória", dezembro de 2016).

A essa fala, sucedem-se imagens do Instituto atualmente, com as instalações já depredadas. O *entendimento* que a filha do ex-diretor tinha sobre o que aconteceu (de que havia um plano para acabar com o Instituto) é *corroborado* por essa sua visita ao local, quando ela pôde constatar que, de fato, o Instituto havia acabado. Nesse momento do documentário, muito embora ela não faça menção ao fato de o Instituto estar desativado há mais de vinte anos e de terem construído um novo prédio para a Fundação CASA no mesmo terreno, ela passa a ideia de que aquele Instituto havia sido destruído e ele não guardava quaisquer relações com a Instituição atual, a Fundação CASA, que é seu herdeiro direto.

Nesse documentário, do final de 2016, no entanto, já é possível verificar um discurso mais neutro (ainda que ambivalente) quanto à defesa do Instituto. Diz a filha do ex-diretor:

é importante salientar que não pretendemos fazer qualquer apologia em defesa desta ou de qualquer outra instituição, pois, na maioria das vezes, o melhor lugar para criança e adolescente é a sua família. Mas, naquela instituição, o ambiente era organizado pelo cuidado, pela ordem e extrema disciplina. O atendimento das necessidades básicas humanas, moradia, alimentação, saúde, escola e trabalho, permitia o desenvolvimento das potencialidades dos internos, preparando-os para a vida dentro e fora da instituição (Filha do ex-diretor, trecho do documentário "IAMB Instituto Agrícola de Menores de Batatais- Construção da Memória").

Essa ideia de que o Instituto foi destruído pela chegada de menores infratores se perpetuou ao longo dos anos e está na base da *política da memória* empregada. Em uma postagem no Facebook de julho de 2018, a filha

do ex-diretor indaga, referindo-se ao Instituto: "Em 1967/8, no meu chão sagrado chegaram "adolescentes da pesada, outrora chamados de "menores infratores". Primeira tentativa de me descaracterizar. Quem é o narrador?" (postagem no Facebook no grupo IAMB 1946-1976, julho de 2018).

Quaisquer tipos de representações de um passado em que o Instituto tem um papel central no encaminhamento do menor para uma vida bem-sucedida em termos morais, familiares e profissionais são endossadas pela *política da memória* em curso. Nesse sentido, esse tipo de representação tem que ser amplificada para que ressoe na rede de ex-internos. Por isso, narrativas como a escrita por Papa, em seu livro publicado, são endossadas e divulgadas pela filha do ex-diretor. Ela sabe a importância da materialização desse tipo e *entendimento* e a capacidade que isso tem de se projetar no futuro:

Ao mudar as pessoas, os livros guardam também a memória do Eterno. Graças a eles, a memória do Instituto Agrícola de Menores e de Batatais, não foi e nem será apagada da história de cuidados de crianças e adolescentes em situação de abandono (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976").

Essa *política da memória* foi se tornando bem-sucedida à medida que foi amplamente *reconhecida* e *ressoada* dentro da rede, já que a *ressonância* de um *entendimento* dentro da rede busca sua validação na medida em que converge com outros *entendimentos* dentro dessa mesma rede. As estratégias de uma *política da memória*, portanto, fazem isso: endossam os *entendimentos* convergentes (aqueles que *ressoam* positivamente) e afastam os entendimentos divergentes (aqueles que *ressoam* negativamente). Além da *ressonância*, os *entendimentos* da filha do ex-diretor encontraram *reconhecimento* na rede. Como *autoridade* que ela é dentro da rede, suas falas foram amplamente validadas por outras *autoridades*, como é o caso do ex-interno Chacha que, além de ser um dos ex-internos pioneiros do Instituto, é o único que tem um diploma de Direito. Em algumas falas, ele demonstra publicamente seu apoio às ações e falas da filha do ex-diretor:

A filha do ex-diretor é uma pessoa admirável em todos os aspectos! Nós, ex-internos, nos sentimos honrados em fazer parte do Resgate da Memória do Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB) que ele/idealizou, pesquisou e realizou; e a cada dia, ela agrega mais consistência! Simplesmente fantástica essa pessoa! (Chacha, postagem no Facebook, no grupo público "IAMB 1946/1976, junho de 2016).

Chacha também é, ele próprio, uma *autoridade* dentro da *rede de autoridades*. E por isso, *reconhecer* as falas da filha do ex-diretor a todo momento tem um peso significativo em como os outros ex-internos os enxergam: "para os recém chegados, é importante ressaltar que [...] a filha do diretor e eu começamos a fazer contatos para recuperar a memória do Instituto a partir da reunião dos ex-internos" (Chacha, postagem no Facebook, outubro de 2015). Além de reconhecer, Chacha está sempre a fundamentar a autoridade da filha do ex-diretor em comentários como: "Temos muito orgulho de você, filha do inesquecível Dr. H., e "pai" de todos os meninos que passaram pelo nosso eterno Instituto Agrícola de Menores de Batatais." (Chacha, postagem no Facebook, dezembro de 2015).

As falas da filha do ex-diretor também são validadas por outra *autoridade* na rede, Papa. Reconhecido pelos outros pela *centralidade* que tem na rede, capacidade de articulação com outros ex-internos e pelo livro que publicou sobre sua história, Papa também se construiu como uma autoridade, pois tem grande reconhecimento pelos ex-internos em geral. Tanto pela sua personalidade carismática, pela sua idade (frequentou o Instituto durante a década de 1960), pela sua assiduidade na presença e organização dos encontros, quanto principalmente por ter escrito um livro sobre sua estória. Assim, Papa, como autoridade, sempre reforça a autoridade da filha do ex-diretor.

Em alguns encontros, os ex-internos promovem premiações/homenagens com a distribuição de troféus. Frequentemente, a filha é presenteada com um deles. No Encontro de Ex-menores de 2014, Papa entrega o troféu à ela e diz: "por seus esforços, pelo trabalho que vem realizando em prol da memória do Instituto. Queremos premiar você (e sua mãe) com um troféu" (Papa, vídeo gravado durante o Encontro de Ex-Menores, abril de 2014).

O *reconhecimento* de sua autoridade, muitas vezes, já acontece concomitantemente com o *reconhecimento* sobre aquilo que ela fez por essa rede de ex-internos. O fortalecimento da autoridade da filha do ex-diretor vai se dando processualmente. As manifestações em prol do reconhecimento da autoridade da filha do ex-diretor se seguem em 2016:

**Filha do ex-diretor:** O que há de comum e permite considerar vcs como uma comunidade, independente da época, sem dúvida é a história de vida. Entretanto, não podemos esquecer que a década de 80 representou uma revolução, considerada por alguns historiadores como um marco na mudança dos modelos, inclusive educacionais no Brasil e no mundo.

**Chacha:** Com toda cátedra, se manifestou nossa irmã, iambiana desde que nasceu, Sônia Maria Parente, a quem devemos o Resgate das Memórias do Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB). E lá vamos nós ao VI Encontro, com as bênçãos de Deus.

(postagens no Facebook, perfil "IAPS-IAMB", agosto de 2016).

Tanto Papa, quanto Chacha, em dado momento, se colocam ao lado da filha do ex -diretor como partes ativas dessa *política da memória*:

Foi isso que nós nos propusemos desde o início, não é filha do ex-diretor? Deixar um legado histórico para as próximas gerações. E o que o Instituto Agrícola de Batatais foi sim uma instituição exemplar na condução daqueles meninos carentes [...] Essa história não pode morrer. Nós já estamos resgatando (Chacha, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976", abril de 2015).

Uma vez tendo sua autoridade reconhecida, a *política da memória* empregada por alguém ou alguma instituição consegue ser muito mais bem-sucedida. A maneira pela qual a filha do ex-diretor encontrou para empregar essa *política* foi veicular seus *entendimentos* em diferentes mídias materializadas (como foi o caso do artigo científico, documentários, exposição de fotos), endossar certos tipos de comentários, narrativas e relatos que *ressoem* com seus próprios *entendimentos* (como é o exemplo do que é feito em relação ao livro de Papa) e, até mesmo, vincular o Instituto a outros comentários positivos que não estejam ligados a ele. Sobre esse último aspecto, em uma postagem do Facebook em que Papa conta sobre a importância do futebol em sua infância pobre antes de entrar no Instituto, a filha

do ex-diretor justapõe a figura de seu pai à essa recordação que em nada tem a ver com o Instituto:

**Papa:** A BOLA. DEMOCRÁTICA E FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL!!! [...] Na minha infância, com a construção do Aeroporto de Congonhas, o bairro do Planalto Paulista, teve um crescimento rápido e fantástico [...] A minha família chegou no final de 1946. oriunda da Vila Nova Conceição. Para a construção do aeroporto vieram muitos nordestinos, principalmente de Pernambuco e Bahia que se estabeleceram às margens do Córrego da Traição. Com a construção do Aeroporto, o Planalto Paulista foi se valorizando e passando por uma forte especulação imobiliária, misturando-se as classes A, B e C. Aí é que entra ela. A BOLA era o único brinquedo democrático e socializante. Quando um garoto ganhava no NATAL ou ANIVERSÁRIO uma bicicleta, era só dele; um carrinho, era só dele; uma mesa de tênis, era dele dos irmãos, primos, ou amigos mais próximos. Agora quando ganhava uma BOLA era aquela alegria!!! Atrás da GORDUCHINHA corriam muitos: Pobres, ricos e paupérrimos, negros, brancos e amarelos [...] SALVE ELA, A BOLA!

**Filha do ex-diretor:** Belíssimo texto e homenagem do amigo do escritor Papa à BOLA. Quanta sabedoria!!! O diretor H. sempre reconheceu o poder de inclusão da bola e do esporte, em geral. Cada um dos 11 lares do IAMB possuíam um jardim, um pomar e um campo de futebol.

(Papa e filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976", maio de 2018).

Ao longo do tempo, nem sempre a *política da memória* empregada pela filha do ex-diretor foi bem-sucedida ou operou desapercivelmente. Em uma fala, Ado, demonstra incômodo com as tentativas de relatos de desvincular o IAMB da FEBEM, em uma tentativa artificial de tratá-los como instituições distintas:

Depois que eu comecei a ter mais amizade com a filha do diretor, e eu já tinha sacado qual era a dela. Eu falei "Arcia, acho que ela tá querendo mais fazer um negócio pro lado do IAMB e o negócio dela é mais pra estudo mesmo. Ela não gosta de misturar o IAMB com FEBEM, o IAMB com UE4, o IAMB com IAPS. Ela não gosta e eu acho que logo logo vai desfazer isso aí mesmo". E ele disse: "nossa senhora, o que eu demorei três anos pra cair a ficha, você numa única conversa com ela já pegou no ar a coisa toda (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Como veremos, mesmo com oposições a ela, a *política da memória* teve sua eficácia. Objetificando seus *entendimentos* sobre o impacto do instituto na vida dos ex-internos, a filha do ex-diretor conseguiu estabelecer uma solitária e

poderosa *política da memória*. "Solitária" não no sentido de essa política não se constituir relacionalmente, mas no sentido de não estar ligada a nenhuma organização mais estruturada; e "poderosa" no sentido dessa política ser erigida a partir de *validações* que aconteceram dentro de uma *rede de autoridades* que se estabeleceu dentro da própria rede de ex-internos. Como veremos, essa *política da memória* irá moldar a maneira como os ex-internos constroem seus próprios *entendimentos* sobre seus passados e sobre si.

Em algumas passagens fica claro que a filha do ex-diretor usa essa política da memória não apenas para ressignificar a imagem de seu pai (diretamente atrelada ao Instituto), como também como uma tentativa de atar partes de seu próprio passado. No documentário amador que ela produziu, "IAMB Instituto Agrícola de Menores de Batatais - Construção da memória", isso fica explícito: "Depois que me formei, fui para São Paulo, em 1976, não querendo saber de assunto ligado a menores abandonados e muito menos a infratores". Isto é, até 2007 (quando o sobrinho lhe pergunta sobre o Instituto e ela retorna ao local e começa a resgatar essa parte do passado), ela desvinculava e rejeitava essa parte de seu passado de sua própria biografia.

---

### *A institucionalização de entendimentos positivos: consolidando determinadas versões do passado*

Como vimos, uma *política* (neste caso, uma *política da memória*) busca deliberadamente institucionalizar alguns *entendimentos* em detrimento de outros. A *institucionalização* é a estabilização e a prevalência de certos *entendimentos* sobre outros. Essa *política da memória* atuou sobre a divergência de *entendimentos* circulantes, estabilizando alguns sentidos atribuídos ao passado e afastando outros. Como foi um processo, a *institucionalização* aconteceu aos poucos e teve consequências no que diz respeito às ações dos ex-internos orientadas por esses *entendimentos*. A *política da memória*, portanto, quando começou a ter efeito, teve como consequência uma dissidência temporária dos ex-internos que tinham



*entendimentos* divergentes. Como veremos, essa dissidência, entretanto, acaba sendo dissolvida pelas ações bem-sucedidas da *política da memória* e pela necessidade de os ex-internos construírem uma narrativa coerente de si, em que o passado leva ao presente.

As estratégias para veicular, validar e institucionalizar *entendimentos* que atribuíam sentidos positivos a todos os eventos que aconteceram no Instituto acabaram, em um primeiro momento, colidiram o com aqueles que tinham *entendimentos* contraditórios ou ambivalentes a essa positividade. Na contramão da *política da memória* em curso, uma rede dissidente (ainda que temporária) de ex-internos se formou. Com isso, como consequência de *entendimentos* distintos, três orientações de ações divergentes aconteceram: (i) é criado o novo perfil no Facebook denominado "Infância Amigos para Sempre (IAPS)", (ii) alguns ex-internos se organizam para criar uma associação sem fins lucrativos que usaria um dos lares cedido pela prefeitura para ações em prol da sociedade civil e (iii) uma rodada paralela de encontro de ex-menores que passou a acontecer nos meses de outubro.

Uma parte dos ex-internos, majoritariamente composta por aqueles que frequentaram o Instituto durante as décadas de 1980 e 1990, criou um perfil próprio no Facebook denominado "IAPS-IAMB" onde não sofreriam as restrições presentes no grupo público "IAMB 1946/1976". Nesse ambiente virtual, muitos ex-internos postam relatos em forma de contos, sobretudo o ex-interno Luma, como vimos no subcapítulo 4.1 "Quem é quem?: *mapeando os ex-internos a partir da Análise de Redes com os dados de redes sociais*". Esses ex-internos optaram também por realizar encontros paralelos na cidade de Batatais, que passaram a acontecer nos meses de outubro. Essas duas ações levaram a rede para uma *dinâmica dissidente de validações*. Isso quer dizer que as autoridades da rede original não foram imediatamente reconhecidas por parte da rede de ex-internos e que nem a *política da memória* teve sucesso imediato. De início, podemos ver que autoridades da rede, como Chacha e a filha do ex-diretor, não são reconhecidos por parte dos ex-internos:

Sabe aquele advogado que falou lá? O sobrenome dele é Chacha. Tudo bem que o pessoal reconhece ele, porque ele é advogado, ele foi coronel da Rota, essas coisas todas importantes. Mas eu meus amigos, a gente

foi conversar com ele e ele é meio... sabe? Ele conversou, mas nós achamos que ele é muito.... não sei. Fica falando que IAMB não é FEBEM. Mas assim, quando mudou pra FEBEM não mudou nada! Só mudou o nome mesmo. Não mudou a forma deles trabalharem. Teve funcionário que trabalhou com eles e que trabalhou com a gente, então vamos dizer que é a mesma família. Lembra aquele historiador Teti que fez o seminário no Encontro de Ex-menores [de 2016]? Ele começou a contar, depois ele começou a falar abobrinha, a encher linguiça, falando que tinha um projeto educacional que foi até a década de 1980. Não tem nada a ver o que ele falou lá, porque ele é historiador, ele não viveu o que que a gente viveu (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

Som demonstra não reconhecer a autoridade de Chacha e nem (ainda que indiretamente) da filha do ex-diretor. Isso, pois ele menciona o “seminário” organizado pela filha do ex-diretor durante o Encontro de Ex-menores de 2016, em que ela escolheu Chacha e o historiador Teti (com quem ela mantém o grupo público do Facebook) para fazerem uma fala pública sobre o Instituto.

Uma vez reconhecidas as contradições, como afirma Som, “Você sabe que por ser pessoa pensante, cada um pensa de uma forma diferente. Isso não só com os internos, mas em todo contexto em que você viver” (entrevista em profundidade, outubro de 2016), a organização concomitante de encontros paralelos, a criação de um perfil no Facebook e a criação de uma associação foram todas ações reativas à *política da memória* que estava em curso e que buscava exaltar a imagem do Instituto, desvinculando-o da FEBEM e, conseqüentemente, estigmatizando tudo e todos que estivessem ligados a ela. Em reação, os ex-internos que se identificavam com o nome e a insígnia da FEBEM não *validaram*, em um primeiro momento, esses *entendimentos* que estavam sendo institucionalizados pela *política da memória* em curso. Ado, no trecho abaixo, demonstra ter *entendimentos* contraditórios aos que estavam sendo validados:

Na verdade, eles não querem vincular o nome "IAMB" à "FEBEM". Instituto Agrícola de Menores de Batatais com Febem. A filha do ex-diretor me falou um negócio que é um absurdo: que o catavento da FEBEM era uma coisa do nazismo, sabe? E a gente às vezes fica sem resposta pra não criar conflito. Uma pessoa tão culta, falar um absurdo desses. Uma outra vez ela quis comparar a FEBEM com a Fundação Casa. E o IAMB não... Não entendo isso, eu acho que você pode comparar o IAMB com a FEBEM, mas você não pode comparar FEBEM com Fundação Casa. Porque são realidades diferentes. A FEBEM de Batatais é o IAMB. A FEBEM não é a Fundação CASA, a gente era diferente do que tem por aí. Ela fala muito que ela faz uma pesquisa, só que na verdade, ela defende muito o pai dela, dizendo que o diretor que veio depois acabou com tudo.

Eu não idolatro os diretores, nem o pai dela, nem o que veio depois. Eu falei isso pra ela: "Eu até sou grato, mas eles não fizeram além da obrigação dele, pois eles ganhavam por isso, entendeu"? (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

A cisão da rede em um primeiro momento, não aconteceu apenas por parte desses dissidentes, mas também por todo o resto dos ex-internos que não evitou essa ruptura. Conforme conta Ado: "Nós convidamos todos para vir aqui no encontro em outubro e não compareceu um, nem a filha do ex-diretor. Então é melhor separar e cada um por si só" (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016). Como os Encontros de Ex-menores que aconteciam anualmente em abril eram colonizados pela *política da memória* em curso, a organização de um encontro paralelo, em outubro, foi uma saída para que não fossem enredados por essa *política da memória*. A associação de ex-internos, inicialmente denominada de "Infância Amigos Para Sempre" (homônima ao perfil criado no Facebook) tinha como objetivo resgatar o espaço físico de um dos lares do Instituto, que estava em posse na prefeitura, para criar um projeto voltado à sociedade civil e aos ex-internos que ainda estavam em Batatais em passavam por dificuldades:

Quando a FEBEM desativou, tudo que é da FEBEM é do estado. O estado pega [...] Na sala do prefeito tem uma mesa lá que era do Instituto e o prefeito está usando agora. Ele disse "não, essa mesa aqui, mandaram fazer". Não tem aquela plaquinha de patrimônio? Tá escrito "FEBEM". Ele disse "ah, não sabia". "Ah você não sabia??" A intenção é pegar tudo isso que tá espalhado e pôr no lar. A gente vai pegar tudo. A gente tá brigando pra pegar o lar 3 também, porque parece que o lar 10, que é o mais destruído, a prefeitura já vai ceder pra gente (Som, entrevista em profundidade, abril de 2016).

Vocês viram o rapaz que está fazendo hemodiálise? Perdeu os dois rins. Nós conversamos ali e eu falei "nós vamos fazer o projeto e nós vamos te atender". [...] Eu falei pra ele que o projeto está aí pra apoiar. Então no que o projeto puder ajudar, nós vamos ajudar. Ele ainda tem um filho que tem uma deficiência, ele não anda, ele se arrasta no chão. Você conheceu o Jonas? Ele estava em abril também. A Bernardete, esposa dele, está passando um apuro, voltou a morar na rua. Ele foi um cara que ficou 22 anos preso depois da FEBEM. Agora se envolveu com isso. É triste, mas tomara a Deus que o projeto fique pronto (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

E o interessante de tudo isso é que dentro do nosso projeto a gente quer resgatar esse pessoal que foi do nosso tempo que mora na rua, que usa droga, a gente quer fazer um trabalho juntamente com eles (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Dentro dessa dissidência, em um primeiro momento, haviam contradições e ambivalências sobre os *entendimentos* que eles tinham acerca do estigma que carregavam, ora lembrando eventos em que sofriam preconceito por parte de moradores da cidade (quando passavam pelas ruas e eram vistos com rejeição), ora recordando momentos de integração com a cidade (quando podiam fazer o colegial ou trabalhar em empresas da cidade). Havia uma dúvida sobre como eram vistos pela sociedade externa e uma clareza de que a FEBEM de antigamente não era a mesma FEBEM dos dias atuais (Fundação CASA) ou, até mesmo, a mesma que as outras FEBEMs da época. Isso fica explícito nas falas a seguir. Ado se identifica com a FEBEM, mas, sabendo que é uma instituição estigmatizada, busca afastar a imagem da FEBEM de Batatais das demais FEBEMs.

Papa, por sua vez, expressa que grande parte da rede não queria se vincular à imagem da FEBEM, estigmatizando e afastando aqueles ex-internos que ainda se identificavam com ela:

A FEBEM de Batatais é totalmente diferente da FEBEM de Ribeirão Preto, então o menor que recuperava aqui era mandado pra lá. O menor que fugia lá, pra lá que voltava [...] a FEBEM de Batatais não tinha igual. Os menores eram diferentes. O futebol dos meninos era diferente. Os meninos eram diferentes, as danças, era tudo diferente. Era uma coisa impressionante, extraordinária. Parecia uma coisa mágica (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Nos encontros juntamos o pessoal dos anos 90, daí ficou designado que o jogo ia ser "FEBEM contra nós". São filosofias e educações diferentes [...] parece que não bate as ideias. Parece que automaticamente, como são, eu acredito que sejam diferentes. O que eu posso te dizer é que nossa educação foi muito mais rígida e que a deles foi muito mais light. Vamos fazer o sexto encontro e o pessoal já falou "se chamar os FEBEM, eu não vou". [...] Acho que o pessoal começou, o pessoal mais velho, se sentiu mais acuado, que está perdendo terreno. [...] Eu vi que pessoas ficaram... você sabe que ser humano, cada cabeça é uma sentença, né? Então, ficaram incomodados, o cara não tem aquela liberdade pra se expressar como quer. Sei que eles fizeram um outro encontro paralelo em outubro que era pra todo mundo ir, mas ninguém apareceu, só essa turma. Não

saberia te dizer porquê. Minha opinião pessoal é que se chegar um lá não vai bater com as ideias deles, não casa. Mas eu sinto como irmãos, eu adoro eles (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Ainda sem escopo definido, a associação que estava para ser criada (que eles também denominam de “projeto”) tinha uma intenção subjacente, que fica clara na fala de Som, a saber, dissolver o *entendimento* de que eram estigmatizados. Essa ideia de que eles eram/se sentiam estigmatizados não era, em um primeiro momento, um consenso entre eles. Entretanto, a *política da memória* tornou isso evidente ao estigmar parte da rede que se vinculava ao nome FEBEM. Nos termos elisianos (Elias, 2000), poderíamos dizer que aqueles que eram identificados à FEBEM passaram a ser vistos como “outsiders” pelos “estabelecidos” que iniciaram a rede de ex-internos e que validaram a *política da memória* empregada pela filha do ex-diretor. Nesse sentido, mesmo com escopo indefinido de como essa associação/projeto funcionaria, eles pretendiam prestar um serviço à sociedade civil de modo a “limpar” ou “dignificar” sua imagem estigmatizada:

Então o projeto é, a princípio, esse, de ajudar os outros. Os colegas que estão com dificuldade e também ensinar pra quem precisa na cidade as coisas que a gente sabe fazer. Eu sei informática, o Arcia sabe fotografia, o Ado sabe coisa de cabelereiro... mas o que a gente quer mesmo é difundir pra cidade que nós éramos da FEBEM, mas nem por isso a gente tinha que ser ladrão ou cair pro outro lado da vida errada, né? Tanto é que esse encontro que a gente tá fazendo aqui foi divulgado na rádio, foi divulgado em carro de som da cidade toda (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Esse início de dissidência, no entanto, não se desenvolveu por muito tempo. Os próprios ex-internos que estavam em consonância com as *autoridades* Chacha, Papa e a filha do diretor não estavam de acordo com a ideia de cindir parte da rede dos ex-internos:

Nós somos mais velhos que esse pessoal que criou o IAPS, só que a gente tá indo pro saco. Se de repente a gente consegue pôr na cabeça deles que foi o IAMB que começou toda essa história, eles podem continuar, porque futuramente são eles que vão deixar vivas as nossas memórias. Se a gente se separar deles, as nossas memórias vão acabar assim que nós acabarmos. O Chacha ficava afastando os caras, mas ele tem que entender isso que eu estou falando, que a história tem que

continuar. O Chacha e a filha do ex-diretor tentaram essa abordagem de quando chega alguém ficar perguntando: "em que ano você esteve lá? Você foi do IAMB?" Eu acho ridículo, não via funcionar, acho que agora eles vão parar com essa abordagem (Tobi, entrevista em profundidade, julho de 2017).

Seguindo a intenção inicial de "construção da memória e da história" do Instituto, rapidamente a *política da memória* foi reorientada de modo a mitigar a cisão na rede de ex-internos. Primeiramente, houve uma tentativa de reaproximação com os ex-internos dissidentes, envolvidos no projeto/ associação Infância Amigos para Sempre (IAPS). Após o encontro paralelo que eles fizeram em outubro de 2016, já no ano seguinte, a filha do ex-diretor convida todos para o Encontro anual de Ex-menores que tradicionalmente acontece em abril:

Nos dias 21 e 22 de abril teremos a continuidade do projeto: "Batatais cuidando de sua memória e de suas crianças" durante a VII Edição dos Encontros de ex-internos do IAMB. Neste ano de 2018 teremos a participação oficial dos irmãos do projeto Infância Amigos para Sempre, todos os ex-internos do período de 1973 a setembro de 1983, data em que houve a mudança do diretor. Como a Unidade, considerada na época polo de resistência porque impunha à Febem os mesmos critérios de encaminhamento, internação e desinternação de menores e, também, de instituição aberta, consideramos que são parte da história do IAMB (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo IAMB - 1946/1976, abril de 2017).

Aqui, ainda em 2017, embora a filha do ex-diretor ainda convide os ex-internos ligados ao IAPS para o encontro, ela ainda mantém certa discrição temporal, excluindo aqueles que frequentaram a instituição após 1983, como é o caso de Luma, Luca, Ado, Som e tantos outros.

Em 2017, a associação/projeto Infância Amigos para Sempre que tinha Ado no comando, acabou sendo passada para a administração de Arcia. Como vimos no tópico anterior Arcia tem uma função de intermediação entre as partes da rede, ligando o *agrupamento* que está em torno da filha do ex-diretor e o *agrupamento* que está em torno de Luma. A filha do ex-diretor se aproximou de Arcia sobretudo porque em sua página no Facebook "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais" ele criou um álbum virtual com fotos dos ex-

internos. Como Arcia tem um estúdio de fotografia na cidade de Batatais e tem facilidade para digitalizar fotos e imprimir pôsteres, a filha do ex-diretor esteve bastante próxima dele quando montou a exposição de fotos no Encontro de Ex-menores em 2016. Com o projeto/associação Infância Amigos para Sempre nas mãos de Arcia, ele acabou mudando seu nome para Associação Histórica Ex-menores em Ação (AHEMA). A mudança de nome tem algo de significativo e indica um alinhamento entre os propósitos da filha do ex-diretor e Arcia. Além de sua página no Facebook já ter um caráter mais arquivista (pois compila fotos atuais dos ex-internos, nomeando-os e colocando as respectivas datas de internação e desinternação), agora o projeto/associação também passou a ter, pelo menos no nome, uma intenção de resgate histórico que poderia ser orientado pela filha do ex-diretor que não estava interessada em realizar projetos para a sociedade civil (como era a intenção inicial do projeto/associação), mas sim um projeto ligado à história e “memória” de certa época do Instituto. Nesse sentido, essa aproximação entre a filha do ex-diretor e Arcia colaborou na eficácia da *política da memória* em curso, minimizando o afastamento de parte dissidente da rede.

Ao encampar e tentar integrar os ex-internos que estavam dissidindo, a filha do ex-diretor justificou o afastamento e a reaproximação em relação a esses ex-internos nas postagens reproduzidas abaixo:

Postei a mensagem de Gandhi [prece de Gandhi] há 3 anos quando pensei em deixar os ex-internos caminharem sozinhos. Mas senti que não era o momento certo [...] Fiz isso, apesar do jeito "ataboalhado", deselegante e desrespeitoso de vários ex-internos (não foram os do IAMB) [...] É como dizia o educador que foi meu pai: "O filho cresce, se torna adolescente e caminha rumo à maturidade. Cabe aos pais se retirarem e acompanhá-los de longe" (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976", abril de 2018).

Muitos me perguntam sobre os ex-internos que formam o grupo Infância Amigos para Sempre (IAPS). Eles eram crianças que viveram no Lar da Infância, conheceram meu pai e foram criados no modelo de educação do IAMB. Escolheram ficar sob o guarda chuva da sigla do IAMB e não no da FEBEM. BEM VINDOS!!! (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB- 1946/1976", abril de 2018).

Colocando-se em uma posição parental e tutelar, a filha do ex-diretor tenta dizer que a dissidência teria sido criada pela “rebeldia adolescente” de parte dos ex-internos. Ela segue, dizendo que até gostaria de deixá-los, “desampará-los”, mas que como bom pai/mãe, ela optou por não desistir deles e tentar reaproximá-los. Na segunda postagem, entretanto, fica claro que a reaproximação só aconteceu/aconteceria porque essa parte da rede de ex-internos “escolheu ficar sob o guarda chuva da sigla IAMB e não no da FEBEM”. Com a mesma intenção de coesão e reunificação da rede, Papa tem um discurso menos paternalista e moralista e comenta em uma fotografia do encontro dos dissidentes postada no Facebook:

Parabéns Arcia, pela realização organizada, deste primeiro café solidário [...] com olhares para o futuro, atitudes positivas, alegrias jamais vistas com expressões e semblantes que envolveu muito amor fraterno. [...] Isso me faz pensar muito porque existem hoje três siglas com objetivos e pensamentos diferentes. Não consigo entender, todos fomos criados na mesma unidade, com o mesmo tipo de criação e educação, sendo diferente só o tempo onde cada um passou por lá, e isso reforça em minha mente que temos que nos unir e transformarmos em um só corpo, caso contrário como disse Luther King, ou nos unimos para nos tornarmos fortes, inseparáveis e muito coesos, ou morreremos todos como loucos. Vamos refletir (Papa, postagem no Facebook na página "IAMB/UE4/FEBEM", maio de 2018).

Após essa dissidência temporária, observamos que houve uma reaproximação e alguns *entendimentos* conseguiram se institucionalizar sem prejuízo dentro da rede. Isso aconteceu mesmo entre aqueles ex-internos que, em um primeiro momento, opuseram-se à *política da memória* em curso, apresentando *entendimentos* divergentes e, portanto, orientações de ação divergentes que haviam culminado na criação de uma associação/projeto.

Como veremos, há um ajustamento mútuo de *entendimentos* sobre os eventos mais significativos de seus passados. Vale lembrar que, em meio a vários *entendimentos* circulantes, institucionalizar um *entendimento*, como vimos, é validá-lo, o que traz maior grau de certeza sobre ele. Por isso, a *política da memória* empreendida foi dando resultado no sentido de validar *entendimentos* positivos acerca do papel do Instituto e de incorporar os ex-internos dissidentes novamente à rede. Aqueles *entendimentos* com sentidos



contraditórios foram escamoteados ou não validados publicamente. Com isso, aos poucos, vemos uma homogeneização dos sentidos atribuídos às recordações do passado vivido no Instituto. Como veremos no próximo subcapítulo, essa institucionalização de *entendimentos* irá impor um *regime emocional* que ressignifica o sofrimento vivido pelos ex-internos. Afinal, se tudo o que o Instituto fez foi positivo, esse sofrimento expresso pelos ex-internos só pode ter ocorrido em prol de algo benéfico. Nesse sentido, recordações de eventos ligados ao “abandono”, à “coerção institucional” e ao “estigma”, que eram fonte de sofrimento aos ex-internos, passam a ganhar novos sentidos.

Como vimos, grande parte das violências institucionais acontecia durante o período de trabalho forçado dos ex-internos. Embora muitos recordem desses momentos com dor, sofrimento e até mesmo indignação pelo fato de terem que trabalhar ainda crianças, todas as falas da filha do ex-diretor seguiram a premissa já anunciada no artigo de 2014: "se afirma que a conscientização do valor do trabalho seria necessária para a preparação para a vida após sua reintegração na comunidade" (Safra & Parente, 2014, p. 196). O trabalho, além de necessário, aparece como valor em si que, ao lado da disciplina, seria essencial para a constituição do "ser humano de bem". Na postagem abaixo feita pela filha do ex-diretor em 2017, é mostrado um menino, em 1969, acuado e assustado pelos pais e pelo professor, ao passo que o mesmo menino e os mesmos pais, em 2009, acuam o professor. À resposta, ela faz um comentário sobre a inversão de valores, remetendo à ideia de que o modelo educacional baseado na disciplina e na autoridade, empregado no Instituto, era superior ao vigente atualmente:

**Imagem 12: Charge postada pela filha do ex-diretor**  
**Fonte: Facebook**

Dispensa comentários. Bela ilustração das grandes mudanças no modelo de educação formal e informal.



A charge foi repostada em maio de 2018 com o seguinte comentário:

Continua atual. Lembrando que nos anos 1930/40 vários pensadores (Hannah Arendt, Edith Stein, escola de Frankfurt, D.W Winicott) já alertavam para os tempos sombrios que nos aguardavam, a perda de valores, a desumanização e fragmentação dos laços sociais (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976").

Desde o princípio, a intenção da *política da memória* foi de reenquadrar os sentidos dados à coerção institucional (neste caso, a escola) em termos de disciplina orientada a inculcar "bons valores". Algo que o Instituto soube fazer, mas que foi perdido na contemporaneidade, como expressa a charge. Essa defesa formal da coerção institucional como caminho para a educação é defendida em outros espaços mais formais como é o caso do artigo acadêmico:

esse trabalho poderá vir a ser ponto de partida fundamentado na história, que não só possibilite uma política de inclusão do menor abandonado, mas, sobretudo nos auxilie a resgatar experiências educacionais que parecem ter sido fecundas no passado, podendo, eventualmente, servir como fonte de experiências para a fundamentação de praticas

educacionais contemporâneas para o cuidado do menor abandonado (Safra & Parente, 2014, p. 199)

Esse foi o *entendimento* que guiou as ressonâncias negativas, isto é, não permitiu que *entendimentos* contraditórios se propagassem, como aconteceu na postagem abaixo feita de Luma, ainda em 2016:

**Luma:** Este ano quem repetir do ano escolar não terá presentes de natal!!! Assim disse a pedagoga Dona Saneu... eu estava de recuperação, meu sonho era a roupa do Batman ... ah era meu sonho. Mas estava aflito...até então tudo na minha vida era o quase. Quase fui adotado, quase dava certo pra mim, mas só ficava no quase. ... Tava de recuperação, difícil tirar um sorriso dela. Hoje sei e entendo melhor, rigidez mas com um coração imenso. A vida não é só rosas, mas espinhos também. E, por fim, tirei um A e um parabéns. P passei de ano escolar e fiquei muito feliz... Ganhei aquele abraço dos braços fofos dela e vi que ela sorriu, me deu a roupa completa do Batman.... Obrigado Dona Saneu!

**Filha do ex-diretor:** Queria aproveitar pra dizer, Luma, que rigidez é uma coisa; firmeza é outra. Às vezes, confundimos as duas. É preciso alguém firme e sensível pra nos ajudar a desenvolver disciplina e responsabilidade (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no perfil "IAPS/IAMB", março de 2016).

Tomando como princípio que o Instituto era regulado pela disciplina, entende-se, portanto, que qualquer autoridade ou violência empregada contra os ex-internos eram em prol da manutenção de um modelo educacional exemplar. Nessa linha, os comportamentos arbitrários ou desdenhosos dos funcionários passaram a ser interpretados como um comportamento dito "disciplinar", crucial para criar a resiliência necessária para superar todos os obstáculos da vida. Zefa é explícito quando conta como entende episódios de humilhação.

A gente que aprontava na semana, chegava na hora de se trocar para poder ir para a igreja e o funcionário dizia 'você não precisa se trocar, você pega o escovão ali até ilustrar bem esse corredor'. Aí os outros podiam ir passear e eu não. A gente ficava chorando porque os outros iam passear. Mas era como se fosse um carinho, a disciplina é importante. Tínhamos que levantar e arrumar a cama muito bem. Tinha o vigilante que ficava só olhando, ele chegava e falava 'arruma esse cobertor direito, vira o colchão'. Às vezes, eu fazia xixi na cama e para não descobrir eu ia lá e pegava um pano para limpar. Aí o funcionário dizia "Mijou na cama?",

“não”, “deixa eu ver”. Quando levantava a coberta aquela roda, aí eu ia pro castigo. Se a gente analisar bem, isso não seria castigo não né? E sim como disciplina (Zefa, entrevista em profundidade, dezembro de 2017).

Aqui, a repressão acaba sendo entendida como cuidado. Considerando que muitos desses meninos também tiveram a primeira infância violenta em suas famílias de origem, ao longo do tempo eles acomodam seus *entendimentos* sobre as violências perpetuadas dentro do Instituto como sinais de cuidado e disciplina. A metáfora familiar vem à tona e a violência física também é entendida como característica de um relacionamento familiar comum em que os comportamentos coercitivos, rígidos e/ou violentos dos pais são considerados como formas para moldar uma boa formação de caráter.

Os ex funcionários da Ue4 que batalharam e nos ensinaram que a vida é uma grande batalha! E que se lutarmos, venceríamos, hoje aqui estamos e muitos de nós já somos pais, alguns já são até avós. Espero que lhe tragam orgulho para tudo isso, pois é o maior resultado de vosso penoso trabalho (Som, contos escritos, abril de 2018).

Vistos como figuras paternais, os funcionários passaram a ser considerados como heróis que deram suas vidas para criar os meninos abandonados. Seus pares, considerados irmãos, que souberam cumprir todas as orientações e oportunidades oferecidas pelo Instituto, também poderiam ter como resultado de vida trajetórias bem-sucedidas. Eles construíram uma família e abandonaram suas fragilidades. Aqueles que não tiveram trajetórias bem-sucedidas são vistos como "ovelhas negras", porque não se tornaram os bons filhos de "pais dedicados". O Instituto era um salvador, uma oportunidade aproveitada por uns e dispensada por outros. Essas narrativas abrangentes são reconhecidas incessantemente pelas *autoridades* e *ressoadas* por outros ex-internos.

Quando eu cheguei no colégio, eu tinha vindo de outros colégios. Eu costumo dizer “colégios” né? Foi muito bom, excelente. Eu fiquei até os 18 anos. Boa parte da minha vida, do meu alicerce, espiritual, personalidade, tudo devo a essa fase. Claro que nem tudo é um mar de rosas, mas com o tempo a gente vai aprendendo a fazer uma peneira do

que é ruim e o que é bom na vida da gente, porque, tipo assim, eu tinha que ser, entre aspas, o meu responsável, meu pai e minha mãe e foi aí que eu fui pra escola, pratiquei esporte, aproveitei o momento, o local. Eu já percebia isso, que era um local excelente para estudar, para se exercitar, para se alimentar. Então eu busquei aproveitar, dentro da possibilidade, tudo de bom que o Instituto me ofereceu. E hoje eu continuo aí, estou aqui comemorando com meus irmãos do colégio (Jove, conversa durante o Encontro de Ex-menores, abril de 2016).

Alguns ex-internos passaram a apresentar uma posição similar a Jove, no qual o Instituto desempenha um papel de salvação em suas vidas. Como sabemos, para que um *entendimento* prevaleça sobre outros na rede de ex-internos não é suficiente que outros componentes da rede simplesmente o vejam como o *entendimento* "correto" do passado. É necessário um processo performativo de persuasão dos outros, uma *retórica* que é construída e vai sendo institucionalizada a partir das *dinâmicas de validação*. A ação performativa de falar em público, pessoalmente ou em uma postagem *online*, é um *ato de fala* que produz efeitos perlocucionários sobre o público que o lê ou ouve (Austin, 1962). Por exemplo, um dos efeitos da manifestação pública da filha do ex-diretor sobre o papel do Instituto como salvador para os ex-internos é fazer com que o público aceite e ressoe esse *entendimento*. Do ponto de vista da filha do ex-diretor, a audiência era composta pelos ex-internos, ex-funcionários e uma audiência mais ampla (para a qual ela produziu documentários e trabalhos acadêmicos com esse tipo de retórica) demonstrando que o modelo educacional do Instituto alcançou o objetivo de educação e o "bom" caráter meninos é evidência disso. Tal conquista deve ser considerada acima de quaisquer questionamentos sobre o bem-estar que o ex-interno teve durante sua infância. Afinal, o que aconteceu dentro da instituição teve como objetivo alcançar um bem maior. Qualquer exceção seria uma falha pessoal cometida por um funcionário ou pelos internos. De acordo com a filha do ex diretor, o Instituto, nos primeiros anos, foi concebido como um modelo perfeito, sustentado pela tríade de religião, trabalho e educação. Portanto, qualquer sofrimento que eles pudessem sentir viria exclusivamente do abandono familiar, e eles deveriam diluí-lo individualmente. Não há

consideração aqui de que o abandono é um desprotegimento que os acompanhou desde antes, durante e depois de suas permanências no Instituto - tal qual discutimos no tópico “Os filhos do governo: abandono e carência” (subcapítulo 1.2). Na mesma linha, é defendida a ideia de que o Instituto fez mais do que o suficiente por todos eles e, por isso, grande parte do (senão todo) sucesso que tiveram na vida derivou do fato de o Instituto os ter “salvado” e “cuidado”: “Organismo cheio de problema, dente com problema. Se eu não sou acolhido aqui no abrigo de menores, acho que eu já tinha morrido” (Lio, trecho de fala do documentário Fios da Vida, 2014).

Isso passou a ser reconhecido pelos ex-internos que incorporaram essa retórica aos seus processos de rememoração: “No instituto, você tem tudo, refeições, religião, escola, tudo o que uma casa pode oferecer a você. Você deveria ser educado, ter critérios, no entanto, eu era bom lá!” (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

A filha do ex-diretor frequentemente apela para esse *entendimento* de que o Instituto salvou a vida deles. Frequentemente, ela afirma que os ex-internos eram a prova do sucesso do modelo que o Instituto seguia: “Eu quero mostrar com a minha pesquisa o apogeu, eu quero mostrar que os princípios que guiavam o Instituto tiveram resultados positivos. E vocês são prova disso” (Filha do ex-diretor, vídeo gravado do IV Encontro de Ex-menores, abril de 2015). O outro lado da moeda é o argumento de fundo de que sem o Instituto esses meninos estariam perdidos, caso eles tivessem crescido no duro e insustentável ambiente familiar deles ou até mesmo nas ruas. Por esse caminho, eles provavelmente teriam se tornado criminosos ou simples corpos mortos. Ambas as ideias (a explícita e a implícita) *ressoram* entre os ex-internos. “Nós fomos privilegiados, nós tivemos tudo, nossa educação foi muito boa e nós somos a prova disso [...] a gente foi bem-sucedido, construiu nossas famílias. A gente deve isso ao respeito, às boas maneiras e à educação que recebemos no Instituto” (Papa, vídeo gravado no teatro de Batatais durante um encontro de ex-internos, abril de 2014). Uma vez *institucionalizada*, os ex-internos incorporaram amplamente a ideia de que suas trajetórias assim se

deram por conta do papel do Instituto que possibilitou que suas vidas fossem bem-sucedidas e repletas de conquistas como a construção de uma família própria, a obtenção de um emprego e não ter se tornado um criminoso.

Sempre que surge um *entendimento* divergente sobre a vida no Instituto, há certa animosidade e rejeição por parte de alguns ex-internos que aceitaram e adotaram esse *entendimento* que envolve sentimentos de resiliência e superação.

**Mica:** Ah, mas isso só pode ser contos de fadas! No IAMB, fiquei muito de castigo! Fiz várias lixeiras, fiquei na solitária do lar 3,, vários castigos no escovão de joelhos e no milho! Vários educadores batiam sem dó! Ah irmãos! Vamos falar a verdade! Não vamos tampar o sol com a peneira. O Seu Til do lar 1 batia mesmo! Vamos ser VERDADEIROS!

**Luma:** Você entrou aqui dizendo que era conto de fadas...que era para eu ser verdadeiro....que vc sofreu no lar 1 com o Sr Til....o que minha estória tem a ver ? Expus aquilo que realmente eu vivi....vc que entrou e mencionou coisas erradas.

(Mica e Luma, postagem no Facebook, junho de 2017)

Embora o diálogo acima manifeste *entendimentos* contraditórios, apenas os *entendimentos* que abarcam a ideia de superação proveem coerência para ambas as histórias de vida. Paradoxalmente, podem retratar o Instituto como um paraíso, mesmo tendo ocorrido muitos eventos de violência física e psicológica. Esses eventos de violência, antes recordados com certa incompreensão, passam a ser integrados como parte de uma experiência feliz que tiveram no Instituto.

Nós sabíamos que algumas vezes tínhamos que fazer lixeiras para jogarmos nosso lixo. Aí já viu, não é mesmo? Sobra para os menores cavarem as covas para fazer lixeiras em seus lares. Normalmente quem ia fazer lixeiras eram aqueles que ficavam de castigo. Para você que está lendo este texto saber, as lixeiras eram normalmente de dois a três metros de profundidade ou até mesmo de cinco metros de profundidade com uma largura de mais ou menos de seis metros por seis metros. Assim, usávamos enxadões, pademas, e pás para tirar a terra da cova. Eram dias para fazer uma lixeira e algumas vezes o castigo só acabava quando acabávamos de fazer a famosa lixeira. Nós só não íamos para o buraco se estivesse chovendo, caso contrário lá estávamos cavando até que tudo se terminasse. Além de tudo isso que vivemos na unidade, nós éramos felizes e vivíamos muito bem. Que pena que tudo se acabou (Som, postagem no Facebook, novembro de 2018).

Se antes eles não conseguiam entender por que tiveram que trabalhar, por que receberam violências físicas e assim por diante, agora entendem que isso acontecia em decorrência de seu mal comportamento. Nesse sentido, os funcionários eram como pais disciplinadores que tinham paciência em ensinar-lhe como era a vida: “A todos os ex-funcionários do Instituto, muito obrigado por toda a paciência e perseverança em contribuir para o nosso crescimento físico, psicológico, intelectual e profissional. Eu tenho apenas uma palavra a dizer ... Gratidão” (Som, postagem no Facebook no perfil “IAPS-IAMB”, dezembro de 2017).

Apesar de todos os eventos desagradáveis que Som nos contou ao longo desses anos, ele acabou postando o quão grato ele era ao Instituto. Ele reconheceu e ressoou o *entendimento* de que o Instituto e seus funcionários estavam agindo de modo a atingir o objetivo maior de educá-los. O termo gratidão não foi apenas empregado por Som, ele aparece na fala de muitos ex-internos. Ado, ao citar muitos ex-funcionários também diz: “Todos nos proporcionaram dias felizes que jamais serão esquecidos. Gratidão sempre!!!” (Ado, postagem no Facebook na página IAPS em novembro de 2018). A própria filha do ex-diretor reforça o *entendimento* que os ex-internos eram gratos ao Instituto. Em uma postagem pública, ela diz a outra pessoa sobre sua experiência pessoal com os ex-internos: “Valeu, minha amiga. Com alguns deles [ex-internos], tenho aprendido o verdadeiro sentido da palavra gratidão. Vc precisa ler o livro do Papa” (Filha, do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público “IAMB 1946-1976” em setembro de 2018).

O sentido de que o Instituto foi o elemento salvador de suas trajetórias colaborou para ressignificar até mesmo o episódio de abandono. Aqui, o abandono passa a ser visto como um ato altruísta que os pais biológicos tiveram em prol do bem-estar dos ex-internos. A ideia que circulava na década de 1970, em propagandas do governo militar, de que a institucionalização precoce seria um caminho mais seguro do que a criação das crianças no seio familiar, é recorrente entre os ex-internos. Para eles, os pais os encaminharam para um lar capacitado para lhes criar e, portanto, eles não se veem como



“meninos abandonados”, uma vez que eles foram "readotados" pelo Instituto, ato que lhes preveniu de qualquer mal. No comentário abaixo, a filha do ex-diretor dá a entender que o Instituto não teve um papel institucional, mas sim um papel familiar de adoção dos menores. Adoção esta que não apenas teve uma função formal, como, sobretudo, salvou-lhes do caminho da violência:

De onde nasce a violência? Ao contrário do que muitos pensam, ela nasce do abandono, da falta de amor e hospitalidade. [...] Por que, desde 2012, voltamos todos os anos no mês de abril para os Encontros de ex-internos? Por que tantos que tiveram suas vidas marcadas pela história do Instituto buscam manter viva a sua memória? Um caso a ser pensado... (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público “IAMB 1946/1976”, dezembro de 2017).

Assim, o benefício de ser criado no seio familiar nunca aparece como opção viável ou como caminho melhor do que ter sido institucionalizado precocemente. Mesmo porque a institucionalização aparece nas narrativas como decisão deliberada da família que via esse caminho como mais seguro e frutífero, como aparecem nos trechos abaixo:

Quando eu fui para FEBEM, eu não fui um menino abandonado, é que eu não tinha alguém que pudesse assumir as minhas condições, vamos dizer assim. Meu irmão, a minha irmã mais velha era minha irmã que já tinha a vida dela. Meu irmão que era mais velho que eu já tava encaminhando a vida dele e não tinha como assumir essa responsabilidade e resolveram me internar e felizmente para mim foi bom, porque hoje eu tenho história para contar (Zefa, entrevista em profundidade, junho de 2017)

Eu nasci em São Paulo, capital, tão logo eu vim pro interior, Batatais, minha mãe teve essa célebre ideia, graças a Deus de ter me trazido (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017)

Pros meus pais estava bom né? Pra eles, eles acharam que tava bem né? Juizado está tratando, o Estado, melhor do que ficar aqui na rua. Aí meu pai pode beber, minha mãe pode dar os rolês dela. Acho que pensaram dessa forma (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017)

É por isso que eu falo "nada é por acaso, se eu estivesse em São Paulo, talvez o problema teria piorado" (Ado, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Por conseguinte, houve a identificação de muitos ex-internos com a figura feminina do casal de laristas responsáveis por eles.

Cresci sem a mãe biológica mas encontrei uma mãe de coração maravilhoso, dona Ci, sou e vou ser eternamente grato a todos os conselhos da senhora e do seu Valdomiro saudades de vcs dois vou visitar vcs (Cazé, postagem no Facebook no perfil "IAPS-IAMB", em novembro de 2016).

Com certeza meu broder tivemos uma infância maravilhosa na falta de uma mãe tivemos várias, na falta de um pai tivemos vários (Tião, postagem no Facebook no perfil "IAPS-IAMB", agosto de 2017).

Luma produz um "vídeo montagem" homenageando os funcionários do Instituto e compartilha na página do IAPS em agosto de 2017 com a seguinte mensagem: "Qdo vc não tem um pai, mas vários. ...Gratidão e amor".

Essa identificação dá acabamento ao *entendimento* de que a disciplina e a autoridade eram sinais de carinho, como a de pais ternos, mas severos. Eles teriam deixado de ter os pais biológicos para terem um conjunto de pais que exerceriam o papel de educadores. Sobre os funcionários, comenta Eri: "É foi um pai que eu nunca tive acrescentou muito na minha formação como homem e cidadão, mas foi muito severo. Hoje eu sei que cada ser humano tem seu lado bom e ruim. Muito obrigado por tudo Dona Saneu e Seu Nema" (Eri, postagem no Facebook no perfil "IAPS-IAMB", fevereiro de 2018).

A imagem negativa do abandono foi superada nesse *entendimento* mais amplo que o processo de institucionalização precoce foi, para eles, um processo de adoção. Contudo, ainda resta a questão do estigma que continuou atrelada à imagem da FEBEM, já que a *política da memória* em curso sustentava que o Instituto era muito bem visto pela cidade e seus cidadãos. Não só bem-visto como parte ativa e aceita pela sociedade batataense:

Festas e atividades como essas eram alimento para o desenvolvimento das energias corporais, intelectuais e espirituais de todos. Além disso, mostram um pouquinho de como era a estreita relação que havia entre os internos e a comunidade batataense (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook, novembro de 2018).

Times de futebol, atletismo, festas de natal, missas campais, comemorações juninas, fanfarras. Os internos e os moradores da cidade participavam desses eventos pois havia grande integração entre eles (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook, dezembro de 2016).

A atribuição da ideia de estigma à FEBEM, como vimos, foi central na *política da memória* empregada. Uma contradição surge aqui. Ao mesmo tempo em que há uma tentativa de estigmatizar a imagem da FEBEM, há também uma tentativa de afastar esse “estigma” da imagem do Instituto. Esses sentidos são disputados e acomodados em uma narrativa única, como veremos a seguir.

Antes de frequentar o Encontro de Ex-menores de 2016, no início do ano, Luma começa a postar suas reflexões sobre sua vida. No início, ele ainda entende que era “um bebê abandonado num terreno baldio, fui achado, mas fui condenado a ficar na FEBEM até aos 18 anos a cumprir minha pena em Batatais” (Luma, postagem no Facebook na página do “IAPS-IAMB”, janeiro de 2016). Aqui, ele associa a imagem do Instituto à FEBEM e a internação como o cumprimento de uma pena. Chacha atua ativamente para desassociar a imagem do Instituto ao sistema prisional, contestando: “apenas divirjo, respeitosamente, de você, quando afirma que ser interno na FEBEM sem ter cometido ato infracional foi cumprir pena. Não, você não cumpriu pena, entendo que lá você foi assistido, precariamente, mas foi” (Chacha, postagem no Facebook na página do “IAPS-IAMB”, janeiro de 2016).

Vemos que em abril, após o Encontro de Ex-menores, Luma já mudara de ideia e passa a ressignificar o *entendimento* geral sobre a instituição. Primeiro ele diz: “De Instituto a FEBEM, mas a chama não foi manchada, tudo o que era bom continuou, anos se passaram sem quebrar as regras” (Luma, postagem no Facebook na página do “IAPS-IAMB”, abril de 2016). Isto é, a FEBEM é vista como uma “mancha” por ele, o que vai ao encontro do *entendimento* difundido na sociedade sobre o que é a FEBEM. Depois, em agosto de 2016, Luma faz uma nova postagem, agora comparando sua experiência posterior em outra unidade da FEBEM com o Instituto/FEBEM de Batatais:

Já estava em SP, tinha 19 anos trabalhava numa construção civil, e tinha costume de ir passear na Praça da Sé nos momentos de folga. Houve uma rebelião na FEBEM SP e a mídia noticiou nas TVs, a polícia tinha que mostrar uma resposta rápida, e realmente vi um monte de moleques invadindo a Sé, fazendo arruaças e arrastões. A polícia chegou colocando todos pra dentro de camburão e ônibus e inclusive a mim, no lugar e hora errado. Questiono que trabalhava, mas mesmo com 19 anos tinha cara de moleque... e de Febem! Sem êxito! Camburão adentro

junto com outros 20 menores. Fui para um local chamado UEP-1 Imigrantes. Muros altos com arames farpados, realmente uma prisão de menores., deram calças marrom e camisa branca com emblema da FEBEM. Um funcionário veio e deu as regras. Vocês são vermes, nós a cura. Aqui, é "sim senhor!!! e não senhor!!!" é mão pra trás, e não saia da linha. A hora do banho era um tormento, na hora de dormir colchões ao chão e todos um ao lado do outro. Sofrimento. No fim de tarde que tínhamos um momento de lazer lá na quadra, passei a conhecer melhor as pessoas. Ninguém chama pelo nome. Chama de ladrão, chama o banheiro de boi, a gíria é o dialeto popular e o cheiro da maconha é normal. Também descubro que ali todos são infratores, cometeram infrações, delitos, assaltos, homicídios e me vi um peixe fora do aquário. Tive saudades de Batatais. O que presenciei, nenhuma atividade ocupacional, nada de cursos, os meninos tinham sangue nos olhos, eram como fabricados para ser mau. Não havia nada pro bem-estar do menor. Se compararmos com Batatais, aí a distância era maior (Luma, postagem no Facebook no perfil "IAPS-IAMB", agosto de 2016).

Apartir de seu relato, alguns ex-internos validam a comparação que diferencia o Instituto das outras unidades da FEBEM convencionalmente conhecidas. Sobre isso, Mirade diz: "Chocante hein Luma; pena que as autoridades não pegaram a Unidade de Batatais como referencial de como é realmente O Bem Estar do Menor" (Mirade, postagem no Facebook na página do IAPS, agosto de 2016). Mas além dos ex-internos, a filha do ex-diretor prontamente valida a diferença entre FEBEM e a experiência em Batatais: "Seu depoimento é importante, Luma. E contribui para o projeto de cuidado de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Você faz parte da estirpe laps-lamb. Grande abraço", (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no perfil "IAPS-IAMB", agosto de 2016).

A seguir, a resposta de Luma ao comentário evidencia o êxito da *política da memória* conduzida pela filha do ex-diretor. Luma diz: "Pois sempre sou grato ao seu pai" (Luma, postagem no Facebook no perfil do "IAPS-IAMB", agosto de 2016). Som também expressa esse *entendimento* compartilhado pelos demais.

Você sabe que FEBEM hoje é sinônimo de gente ruim de moleque já matou, já roubou, já assaltou à mão armada, que já sequestrou. No nosso tempo não. FEBEM era lugar onde preparava o menor abandonado ou o menor carente para a vida. Tanto é que hoje nós somos em 45 no nosso grupo no Whats App e é tudo homem formado, tudo pai de família (Som, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Agora, todas as experiências que eles não conseguiam entender passaram a fazer sentido nessa narrativa abrangente. Zefa resume essa mudança de *entendimento* em uma frase: “precisamos nos ater apenas às coisas boas, as coisas ruins não são interessantes” (Zefa, entrevista em profundidade, junho de 2017). Essas *ressonâncias* e *reconhecimentos* constantes *institucionalizaram* o *entendimento* de que qualquer sofrimento era em prol de seu sucesso na vida. Todas as narrativas que abarcam esse *entendimento* foram amplamente bem-vindas e celebradas. A ideia de que todos são vencedores emerge com força entre eles. Tobi diz “I.A.M.B, Febem, independente de siglas e nomes, somos todos irmãos mais velhos e irmãos mais novos, pois somos vencedores com graça de Deus” (postagem no Facebook no perfil “IAPS-IAMB”, setembro de 2017). Luma diz para um amigo ex-interno: “Somos vencedores. Não somos revoltados” (postagem no Facebook no perfil “IAPS-IAMB”, agosto de 2017). Papa também celebra a “vitória coletiva” com o reconhecimento obtido de seu livro junto aos ex-internos:

Quero aqui agradecer a todos vocês, por terem gostado do livro, obviamente tem muito a ver com a vida de crianças abandonadas que foram tantos e muitos ex-menores que conviveram conosco e que num passado não muito distante passaram por estas adversidades. Hoje somos felizes, rompemos todos os obstáculos e vencemos. As bençãos de Deus a todos vocês vencedores (Papa, postagem no Facebook no perfil “IAPS-IAMB”, abril de 2017).

---

*Tom como alegoria: a aceitação da ressignificação de entendimentos sobre memórias de violência e a política da construção de si*

Os *entendimentos* foram institucionalizados (sobretudo aqueles que salientamos aqui, relativos a eventos passados ligados à coerção institucional, ao abandono e ao estigma) não apenas pelas estratégias da *política da memória* em curso, mas também porque eles, de alguma forma, ficariam melhor acomodados em uma narrativa coerente de si. E, como vimos, as recordações

são o substrato para essa construção de si. Como veremos, isso implica em uma violência ética em que o indivíduo se constrói a partir de códigos socialmente aceitos. Assim, vendo-se, hoje, como homens “de família”, “corretos”, “trabalhadores” e “bem-sucedidos dentro de suas expectativas”, os ex-internos buscaram ressignificar seus passados de modo a estarem em consonância com a condição presente. Vimos, de maneira difusa e polifônica, ou seja, distribuída na rede, como alguns *entendimentos* prevaleceram (foram *institucionalizados*) em detrimento de outros. Agora, veremos, como isso aconteceu em relação a um único interno e como isso impactou na narrativa que tinha de si. O ex-interno Tom funcionará aqui como uma alegoria representativa do que aconteceu com a maioria dos ex-internos. Além disso, Tom, de fato, apresentou um processo exemplar de construção mnemônico-identitária no que diz respeito à (i) rememoração de eventos excepcionais, (ii) de contradição de *entendimentos* com outros ex-internos e, sobretudo, com os *entendimentos* validados pela *política da memória*, (iii) ser alvo sobre o qual a *política da memória* trabalhou ativamente, (iv) de um reconhecimento tardio das *autoridades*, (v) de ressignificação desses eventos extraordinários, (vi) de atuação dos *emotives*, ou seja, da ressignificação discursiva de um sentimento, e, por fim, (vii) de construção coerente (muitas vezes, teleológica) de uma narrativa sobre si. Tom também representa uma trajetória ilustrativa de outros ex-internos ligados à rede: de alguém que conseguiu ascender na vida do ponto de vista financeiro, casou teve filhos e esses filhos puderam receber uma boa educação.

A narrativa final de Tom (como alegoria) segue uma estrutura que parte da compreensão de que o abandono foi algo bom, dado que sua família biológica seria terrível e o conduziria a caminhos piores do que ele seguiu. Diante do abandono, o Instituto aparece como um “ente salvador” que, com um modelo educacional excepcional, foi responsável por resgatá-lo, acolhê-lo, criá-lo, educá-lo e prepará-lo para vida. Portanto, tal como já explicitamos, quaisquer eventos passados de coerção institucional ou violência (física, psicológica, sexual ou moral) teriam sido, na verdade, expressão da disciplina e

do cuidado necessários para a formação dos jovens. Estar em um Instituto tão excepcional mostrava-lhe que ele não era como outros meninos infratores, já que ali, só estavam meninos abandonados com bom comportamento. Nesse sentido, isso não faria ele se identificar com outros internos que frequentaram instituições estigmatizadas como a FEBEM ou a Fundação CASA. Os eventos excepcionais que antes causavam sofrimento não foram, no entanto, esquecidos. Eles são ressignificados e integrados à narrativa. Ao ganhar novos sentidos, o sentimento em relação a eles se transforma dando lugar a sentimentos de gratidão e superação. A frase de Luca ilustra bem a coexistência de recordações de eventos difíceis e a transformação dos sentidos atribuídos a elas no momento presente: "Um amigo me deu um livro de pensamentos e a mensagem eu guardo até hoje: 'o que foi amargo de passar ontem, hoje é doce de recordar'" (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Como vimos, a maneira como eles próprios adequaram os *entendimentos* sobre o passado do Instituto às suas narrativas de superação não foi dada logo de início, mas sim se constituindo como um processo que se desenrolou ao longo do tempo. Ao passo que eles se reencontraram e começam a compartilhar suas memórias, foram mutuamente validando os seus *entendimentos* e adequando-os a novos sentidos. Glaeser (2011) afirma que mudanças em nossos *entendimentos* sobre o mundo mudam nosso próprio *entendimento* sobre quem somos, como nos vemos e nos apresentamos ao mundo.

Assim como aconteceu com todos os ex-internos, Tom passou a rememorar mais sistematicamente seu passado devido ao contato que teve com os ex-internos e outros artefatos pelas redes sociais e presencialmente. Sobre esse aspecto, ele relata:

Eu não fico lembrando meu passado o tempo todo. Eu só lembro quando eu estou com eles lá nos encontros em Batatais [...] Eu acho que aquela coisa coletiva é legal, porque um começa a falar, daí o outro vai e vai e vai e vai. Individual eu não sei (Tom, entrevista em profundidade, maio de 2017).

Seu processo de rememoração é desencadeado não apenas por *artefatos ecológicos* (por exemplo, a cidade onde o Instituto estava localizado), mas também por *artefatos simbólicos*, que geralmente são representações semânticas transmitidas pelas narrativas de seus colegas durante as interações. Como consequência, esse processo de rememoração colaborativo permitiu que ele acurasse algumas recordações e resgatasse aquelas mais íntimas e delicadas. Sempre que Tom era exposto às interações e participava do processo colaborativo de rememoração, ele se confrontava com os *entendimentos* circulantes que eram validados ou não por ele. Mencionamos anteriormente que as experiências que promoveram sofrimento nunca apareciam nas primeiras interações e narrativas, pois geralmente são recordações carentes de interpretação e que permaneceram incompreendidas ao longo do tempo. Com Tom não foi diferente. Após um longo período de interação com os seus colegas no Encontro de Ex-menores de 2017, é na entrevista coletiva que Tom traz à tona algumas recordações e partir disso, confronta seu *entendimento* com outros que estavam sendo expressos:

**Cici:** Minha lembrança é de um funcionário, muito especial, que era radialista que comentava todos os futebóis interlares.

**Luma:** Eu lembro que nós fomos cantar no festival, que participou todas as unidades. Lá em São Paulo. Pra nossa alegria nós ganhamos primeiro e segundo lugar, aquele dia foi um dia emocionante.

**Tom:** Eu vou de encontro ao que vocês falaram. Sobre pedofilia, vou fala, já existia. Abuso de autoridade pelos funcionários que existiam lá. Era por debaixo do pano e era mesmo, então essas coisas que até hoje existe. Não é só lá não. E lá existia. Funcionários despreparados que não tinham capacidade de lidar com o menor que veio de família desagregada. Até filhos frutos de promiscuidade. Então, eles não estavam preparados para lidar com isso, entendeu? Então desculpa a expressão, mas não transava com a mulher dele e vinha no lar e matava o pau em qualquer um e já era. Essas coisas, realmente tinham. Tinha abuso de autoridade, tinha pedofilia e tinha sim, mas nunca veio à tona. E tem amigos meus que sabem que teve, mas que nunca veio à tona. Teve coisas boas? Teve, mas teve abuso de autoridade! Pessoas despreparadas que não tinham condições nenhuma. Até bêbado tinha, você sabe disso? Todo mundo sabe disso. Que vinha e chegava bêbado pra trabalhar, sem condições pra trabalhar. Então não tenho lembranças boas nesse sentido

(Cici, Luma e Tom, entrevista coletiva, Encontro de Ex-menores, abril de 2017).



A declaração abrupta de Tom foi de encontro com o *entendimento* veiculado pela *política da memória* em curso que estava sendo estabelecida sobre o Instituto e seus funcionários. Como vimos no tópico “É possível lembrar o trauma: sobre a (in)acessibilidade de eventos violentos” (subcapítulo 2.2), esse tipo de recordação, embora passível de expressão, carece de usos mais sofisticados da linguagem, como figuras da linguagem em geral, fala indireta e eufemismos. O relato transmite a mensagem, mas com reação emocional menos controlada e sem um ajuste adequado ao público e nem ao assunto que estava sendo debatido. Nesse caso, os ex-internos se exaltaram e se manifestaram com um volume mais alto que o normal. De alguma forma, que não ficou clara, Tom chegou ao encontro, com uma opinião formada sobre o que ele passou na infância. De alguma maneira, ao longo de sua trajetória, ele encontrou recursos críticos para questionar e/ou interpretar de outra maneira tudo o que passou.

Quando um *entendimento* é negado pelos demais, isto é, não é validado no interior da rede, significa que ele sofreu uma *ressonância negativa*. Aquele *entendimento* é visto como um insulto, ou como um relato não autêntico ou não creditado pelos demais. Como demonstramos, sempre que os *entendimentos ressoaram negativamente*, a credibilidade do emissor esteve em perigo. Isso acontece porque o *entendimento* sofre uma perda de coerência em termos de consonância com os demais. O relato de Tom foi visto como um ataque aos outros entendimentos, especialmente àqueles veiculados pela filha do ex-diretor.

Com o tempo, Tom percebeu que aquele *entendimento* não era reconhecido pelos *entendimentos* da rede e nem ressoava nos seus próprios *entendimentos*. Sabemos que, dentro de uma rede, quanto mais um *entendimento* é validado, maior é sua chance de *institucionalização*. Com uma intenção política e epistemológica, as autoridades não permitiram que um *entendimento* contraditório, como o de Tom, encontrasse *ressonância e reconhecimento* entre os ex-internos. Não poderia ser de outra forma. As autoridades dessa rede estavam se esforçando ao máximo para manter a

*institucionalização* de um *entendimento* sobre o passado em que o Instituto era visto como um modelo único e salvador para os meninos que moravam lá. E Tom, contrariamente, expõe recordações de um Instituto que violentou seus ex-internos. A fala a seguir se deu um mês após a entrevista coletiva em que Tom contou sobre suas más recordações no Instituto envolvendo casos abuso sexual. Nessa fala, vemos que ele traz novamente o caso do abuso, ainda em uma tentativa de atribuir sentido a algo que sofre de uma crise de sentido há anos, já que não foi creditado pelas autoridades na época e nem pelos seus pares no momento do relato na entrevista coletiva. Aqui também, um mês depois, já constrangido pela *ressonância negativa* entre os outros ex-internos, ele acomoda sua narrativa dentro da ideia de que o Instituto lhe proveu muitas coisas boas e que por conta disso, ele chegou onde chegou.

Tem uma coisa muito interessante, eu toquei no assunto do assédio aquele dia e ninguém falou nada. No dia seguinte no churrasco, veio um ex-interno querendo morrer com o assunto, falando que "ainda bem que morreram esses dois funcionários aí". Mas eu sei que o menor foi abusado [...] Desse ex-interno que tava lá, eu sei que ele foi abusado. Uma coisa muito interessante desse funcionário é que tinham os menores que eram homossexuais, mas ele queria pegar os garotos que não tinha nada a ver. Quando eu toquei nisso, a filha do ex-diretor também não falou nada, ela só falou "ai, tal". Eu falei "olha, são pautas que tem que ter". É verdade que eu aproveitei muito o Instituto, as oportunidades que eu tive lá, eu aproveitei tudo, tanto é que estou aqui. Todas as oportunidades que me deram eu fui aproveitando, tem o lado positivo. Mas é bom também falarmos do lado negativo, dos pontos negativos. Eu sei que o filha do ex-diretor tem medo de pensarem que pai dela foi conivente com a situação. Mas eu também imagino como deve ser doloroso para uma criança ser estuprada a força. Imagina uma criança que é estuprada por aquele filho da mãe e ela não pode falar nada, porque o funcionário não vai acreditar em você, o larista não vai confiar em você, não vão fazer nada por você. Eu bato na tecla sobre isso, porque se o ex-diretor sabia, por que ele não desligou o funcionário? Ele tinha autoridade para isso. E esse cara ficou longos anos estuprando menores, abusando de menores. Longos anos abusando e ameaçando. Eu toquei nisso e daí no dia seguinte e o pessoal começou a falar que não era pra falar isso e tal. Não sei se eles são meio conservadores e não gostam de tocar nesses assuntos, qual o problema? Eu cheguei a reforçar isso aí no dia seguinte e o Mica foi pegando confiança e foi comentando também (Tom, entrevista em profundidade, maio de 2017).

Tom traz a ideia de que o diretor tolerou o mau comportamento de seus funcionários e isso significa que o Instituto não teve como conter experiências

de sofrimento advindas de violência institucional. Isso vai contra o *entendimento* de que o ex-diretor era a “fonte do bem” existente no Instituto. Os trechos a seguir, produzidos por duas autoridades da rede, Papa e Chacha, mostram como a figura do ex-diretor deveria ser vista pela rede de ex-internos: “Ao nosso diretor inesquecível, um homem que guiou o Instituto com amor, experiência e perfeição. Nós sentimos a sua falta” (Papa, postagem no Facebook na página IAMB/UE4/FEBEM, abril de 2016). O sucesso das trajetórias foi pouco a pouco sendo atribuído ao Instituto e seu diretor: “As vitórias individuais dos ex-menores do IAMB/UE4 são vitórias de todos os que por lá passaram, e, também do inesquecível ex-diretor!” (Chacha, postagem no Facebook na página IAMB/UE4/FEBEM, dezembro de 2015).

Tom não conseguiu encontrar *ressonâncias* entre os outros ex-internos que validassem o que ele falava e nem mesmo *reconhecimento* por parte das autoridades. A fim de acomodar essa parcela de sofrimento trazida por Tom, a filha do ex-diretor, como uma autoridade dentro da rede, passou a reconhecer a presença do sofrimento na vida dos ex-internos, mas em um sentido muito diferente daquele trazido por Tom. Em postagem no Facebook, ela escreve: “não podemos escapar do sofrimento porque faz parte do nosso destino. Ao aceitá-lo, existe a possibilidade de transformação” (Filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público IAMB abril de 2018). Aqui é um exemplo de como novos sentimentos são desenhados sobre as recordações veiculadas. A filha do ex-diretor buscou naturalizar o sofrimento como algo pelo qual todos poderiam ter passado, dentro ou fora do Instituto. Com isso, há uma coerência de sentido em que quaisquer atos violentos perpetrados pelos funcionários eram parte do modelo educacional que visava imprimir disciplina para uma transformação na vida dos meninos.

Um *entendimento* não validado em uma rede ou é transformado (ganha um novo sentido) ou é enfraquecido (é marginalizado por falta de validação, tal qual uma memória não compartilhada que se esvanece). Após sua fala abrupta sobre as violências ocorridas dentro do Instituto que ia contra os *entendimentos* que estavam sendo institucionalizados, a *política da memória* começou a atuar

sobre Tom. Logo, sucedeu-se uma aproximação da filha do ex-diretor em direção a Tom. A via para tal foi um interesse comum entre ambos: Tom tinha o desejo de se tornar psicólogo, tal como a filha do ex-diretor. Com isso, a filha do ex-diretor introduziu Tom em alguns círculos de psicólogos para que ele pudesse contar sobre sua experiência de vida. Essa introdução de ex-internos em ambientes acadêmicos já havia acontecido em 2015, quando a filha do ex-diretor convidou alguns ex-internos (Papa, entre eles) para falar sobre sua história de vida na exposição de fotos montada na biblioteca da universidade sobre o histórico bem-sucedido do modelo educacional empregado pelo Instituto. Assim, ao guiar Tom no mundo da Psicologia, o intento era fazê-lo compreender o que “realmente” aconteceu e o significado daquelas experiências.

A *política da memória* foi suficiente para administrar os *entendimentos* dissonantes, afastando-os ou resignificando-os. Tom mudou de *entendimento* e começou a compartilhar a ortodoxia formada entre o restante da rede. O que quer que possa ser considerado como um ato arbitrário de um funcionário no passado, agora passou a ser visto como algo protetivo, fruto de cuidado ou expressão de uma disciplina necessária. Quando se trata de uma situação extrema, como violência sexual, esta seria considerada como uma exceção em que o funcionário agiu sozinho, totalmente desconectado do Instituto.

Tom, passou a reconhecer a filha do ex-diretor como autoridade, bem como afastou os *entendimentos* que não estavam consonância a uma trajetória de vida "bem-sucedida" e de "superação" possível pela “salvação” empregada pelo Instituto em sua vida. A confissão de Tom de que "agora ele sabe o que está fazendo na vida" mostra o que afirmamos no início desse tópico: quando mudamos nossos *entendimentos*, mudamos a nós mesmos. Isso, pois integramos o novo *entendimento* em uma narrativa mais ampla que mantém coerência com o nosso passado, na medida em que mantém as recordações trazendo novos sentidos a elas.

Ao aceitar os entendimentos positivos sobre o Instituto, Tom passa a se referir a esse passado com um sentimento de superação e não mais de

sofrimento ou indignação. Um *emotive*, quando se fala de um passado com um novo sentimento, é justamente essa capacidade de ao expressar novos entendimentos sobre o sentimento, mudar, de fato, a maneira como alguém o sente. Sentir seu passado em termos de gratidão e superação é muito mais coerente para a narrativa de si que Tom vem tecendo ao aceitar os *entendimentos* veiculados pela *política da memória*. Na conversa a seguir, postada no Facebook, podemos ver como há uma validação pela filha do ex-diretor sobre como Tom vem conduzindo a construção de si. Em uma tentativa de sedimentar e publicizar esses novos entendimentos atribuídos por Tom à sua estória, a filha do ex-diretor o incentiva a escrever sua autobiografia da mesma maneira que fez Papa:

**Tom:** Sejam todos bem-vindos a única coisa diferente de nós é a idade cronológica, no demais somos iguais tivemos as mesmas lições de vida e de superação obrigado irmãos um beijo irmã.

**Filha do ex-diretor:** Muito bom quando podemos nos surpreender positivamente com as pessoas. Vc é uma das que me fazem acreditar cada vez mais na capacidade de transformação humana querido irmão.

**Tom:** Obrigado irmã, a existência precede a minha essência sempre a um propósito e eu tenho que construí-lo.

**Filha do ex-diretor:** Nossa construção se faz à medida que contamos nossa história. Vc já pensou em escrever sua história?

**Tom:** Podemos estudar essa possibilidade.

(Tom e filha do ex-diretor, postagens no Facebook, abril de 2018)

Como vimos, quando materializados (em um livro, por exemplo), os *entendimentos* ganham maior chance de se *institucionalizarem*. Assim, esse incentivo não era dado exclusivamente à Tom, mas a todos aqueles que demonstraram estar em consonância com os *entendimentos* validados pela *política da memória* em curso:

**Jove:** " Época mágica" [...] Uma verdadeira "alquimia divina". Lá, cheguei, já meio mocinho, com 12 anos. Havia estado em outros colégios, pois, como alguns sabem, fiquei órfão de pai e mãe aos 4 ou 5 anos de idade. Então, no IAMB, já tinha um bom discernimento sobre as coisas. A luz divina, sugeriu que eu deveria aproveitar tal oportunidade. Obrigada a todos que trabalharam com amor, sinceridade e dedicação com a família IAMB.

**Filha do ex-diretor:** Acho que vc devia escrever sobre sua história. Me encantei com suas expressões: época mágica e alquimia divina.  
(Jove e filha do ex-diretor, postagens no Facebook, julho de 2018).

Não apenas Tom, como a maioria deles, traz recordações de experiências difíceis que lhes trouxeram sofrimento. Dar um novo sentido a esses eventos é um modo de construir um arco narrativo que seja teleológico, ou seja, o que aconteceu no passado o levou para a condição presente. Como vimos, o *self temporal* atende a essa necessidade narrativa que temos de nos apresentar ao mundo de forma coerente sob a ideia de uma permanência no tempo - não como *mesmidade* (de manutenção do pretense núcleo identitário do sujeito), mas como *ipseidade* (de uma dinâmica mutável da condição temporal que é amarrada sob uma narrativa de sentido coerente). Essa busca pelo “coerente socialmente apresentável” pressupõe que o indivíduo apresente sua estória a partir enredos valorizados na sociedade contemporânea. Aqui, o enredo moral de superação e sucesso envolve, partir da marginalidade, passar por dificuldades e violências, superá-las e tornar-se um “homem de bem”. Isto é, não seguir o caminho previsto da “criminalidade” ou “marginalidade”. Em vez de se narrarem como exceção, como sobreviventes de uma realidade inevitável, ao se depararem com outras estórias semelhantes e se reconhecerem como “irmãos”, Tom aceitou o *entendimento* de que algo no passado, para além de seu próprio caminho e ações, foi responsável por criar as condições necessárias para uma estória de sucesso. Ainda que, em um primeiro momento, ele tenha criado recursos críticos para olhar para suas próprias recordações e entender que ele viveu uma infância de violências e coerções em diversos níveis, ele acabou por aceitar e internalizar os *entendimentos* circulantes naquela rede da qual ele passou a fazer parte. As *dinâmicas de interdependência* e de *validação* de certas narrativas invalidaram quaisquer hipóteses ou suspeitas contrárias aos *entendimentos institucionalizados*. Se Tom não tivesse se juntado a essa rede e sido alvo da *política da memória* que estava em curso, talvez, teria permanecido com *entendimentos* dissonantes e com uma visão crítica de seu passado. Pertencer a essa rede implicou,

portanto, na invalidação do que ele entendia sobre seu passado e, sobre isso, empregou uma conseqüente readequação de sua narrativa.

Judith Butler, em seu livro *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015), discorre sobre essa construção de um relato de si pautada pelos “códigos que regem aquilo que é reconhecível”. Isto é, há uma narrativa de si que é socialmente aceita, reconhecida e valorizada. E, ao se adequar a ela, incorremos no que Butler entende como uma “desposseção de si” no sentido de criar uma opacidade sobre nós, de limitarmos o que relatamos de nós a fim de submeter àquilo que é socialmente reconhecido. A autora diz que esse processo traz uma “violência ética” àquele que se narra. Mais do que isso, traz uma incoerência. Aceitando a crítica feita por Butler sobre a questão dos códigos do que é valorizado, sobre a desposseção e sobre a violência ética, acrescentamos que essa violência ética atua de forma a torcer os sentidos em direção a uma narrativa coerente. A incoerência talvez repouse entre o sentido atribuído e a experiência vivida, verdade esta que se torna inverificável em meio às narrativas dos ex-internos e que se esvanece em meio às mútuas validações de novas versões sobre o passado.

A violência imposta pela construção desse relato é acompanhada pela própria violência que permeia o *processo de validação* dessas narrativas. Isto é, se antes Tom se entendia como vítima de violências físicas perpetradas pelo Estado, ao aceitar o *entendimento* de que ele teve sua vida “salva” pelo Instituto e pelo seu diretor, ele passa para o lugar de algoz. Vemos, neste momento, que a ação política da filha do ex-diretor era orientada por uma espécie de empreendedorismo moral que foi assimilado pelos ex-internos. Na mensagem abaixo, enviada para a filha do ex-diretor, ele reconhece que ele e seus colegas são culpados pelo sacrifício depreendido pelo ex-diretor.

Minha irmã, nosso campo [Psicologia] onde você também está incluída é muito sensível. Temos que ter virtude e sabedoria para lidar com isso, porque há muitos valores de conquista à duras penas e angústia e dor de todos os ex menores. E de tu também, pois seu pai esqueceu do tempo para estar com a sua família para se dedicar ao nosso bem-estar. Ele sabia que vocês filhos e filhas tinham uma família nuclear e nós só tínhamos ele. Ele sacrificou vocês por uma causa justa em prol dos menos

favorecidos. Peço desculpas em nome de todos nós por seu pai não ter estado presente integralmente em suas vidas familiar para que fosse pai de todos nós. Hoje, com milhares de netos e bisnetos. E outras tantas gerações que ainda estão por vir, fruto do seu trabalho. Graças ao seu trabalho, temos filhos médicos, advogados, enfermeiros, promotores de justiça e muitos mais em todos os escalões da sociedade (Tom, mensagem enviada para a filha do ex-diretor, maio 2020).

Esse ajustamento das narrativas em torno de um enredo de superação e sucesso possibilitados pelo Instituto e seus funcionários serve não apenas às narrativas autobiográficas dos ex-internos, como também à narrativa autobiográfica da própria filha do ex-diretor. Hoje, como psicóloga, ser filha de alguém que era conivente com violências contra crianças e adolescentes colocaria rupturas significativas ao modo como ela busca reconstruir seu passado e a si própria. Nesse sentido, a *política da memória* empregada pela filha do ex-diretor serve tanto a uma *política de construção de si* própria (*politics of self-making*), quanto a uma *política a construção de si* dos ex-internos. Portanto, a *institucionalização* de certos *entendimentos* específicos sobre o passado em detrimento de outros também atendeu também à uma *política de construção de si* em que os ex-internos passaram a construir suas identidades a partir de memórias que convergem em um narrativa de superação em que os episódios que lhes causaram sofrimento (sobretudo a coerção institucional, o abandono e o estigma) aparecem como propulsores para uma trajetória “bem-sucedida”.

Essa *política da construção de si* atende à convergência de três fatores que apontamos aqui: (i) aos códigos do reconhecível e valorizável na sociedade contemporânea em que temos que nos submeter ao narrar a nós mesmos (Butler, 2015); (ii) aos princípios de *ipseidade* narrativa em que uma necessidade de coerência se impõe (Ricouer, 2011) e (iii) a *política da memória* empreendida pela filha do ex-diretor que visava colocar o pai como mártire salvador da vida de crianças abandonadas.

Nesse imbricamento entre memória e identidade, se há uma ressignificação do passado, é muito provável que haja uma ressignificação do eu ao longo do tempo. Uma vez que a *política da memória* buscou



*institucionalizar determinados* entendimentos sobre o papel do Instituto na vida dos indivíduos, a *política da construção de si* buscou *institucionalizar* uma narrativa de salvação, superação e sucesso entre os ex-internos, em que o sofrimento está à serviço de um "bem maior".

O marco inicial dessa *política* certamente foi o livro de Papa que tem como título "Memória de um ex-interno: a incrível história de superação de Papa". Uma narrativa mnemônica sobre sua vida que coloca o Instituto no centro do relato como um ente que garantiu que ele sobrevivesse. Seu livro foi lançado e amplamente divulgado no Encontro de Ex-menores de 2017, quando ele pôde dar autógrafos para outros colegas e ex-funcionários. Essa narrativa foi imediatamente validada pela filha do ex-diretor. Em uma postagem no Facebook no grupo público "IAMB - 1946/1976" de janeiro de 2020, ela diz:

Leitura imperdível!! A partir de um mergulho no passado, Papa dá um testemunho tocante do que é amar e que é possível ser feliz depois de passar por situações de abandono, sofrimento e perdas. Mostra que é possível transformar obstáculos em fonte de compreensão e aprendizagem. Conta passagens da sua vida antes e depois da infância e adolescência vividas no Instituto Agrícola de Menores de Batatais - IAMB

Como vimos ao longo do texto em várias oportunidades, há um reconhecimento geral da narrativa de Papa. Ao passo que a *institucionalização* de certos *entendimentos* reforça as interpretações de alguns eventos passados, os outros *entendimentos* não validados vão, aos poucos, deixando de serem socialmente compartilhados. Isso não implica em um esquecimento mental, porque a representação do que foi percebido de maneira significativa por alguém ainda pode ser reconstruída mentalmente. É, no entanto, um silenciamento social que resulta de uma censura que atua a fim de manter a estabilidade e a coerência da representação de si elaborada por um indivíduo ou um grupo (Candau, 2001). Quando um *entendimento* não validado não é transformado em um *entendimento* validado, o evento passado sobre o qual esse *entendimento* foi desenhado é silenciado ou marginalizado. Isso acontece, pois afasta-se da rede aqueles *entendimentos* dissonantes. Uma vez marginalizados, os *entendimentos* podem ser reconhecidos em outras *redes de*

*autoridades*, mas não naquela da qual eles foram afastados. Isso é mais presente quando há uma *política* (nesse caso discutido, uma *política da memória* e uma *política de si*) agindo na rede. São como vozes dissonantes de um coro em que o regente opta por ceifar aquelas que estão fora do tom. Sobre essas dissonâncias, Som comenta: “convivemos alguns anos e aprendemos amar e respeitar, alguns menores amam e respeitam, outros nem tanto, mas isso faz parte da vida não é mesmo?” (Som, contos escritos, março de 2018). Agentes com *entendimentos* e narrativas divergentes podem (e provavelmente acabarão por) buscar *validação* em outros espaços sociais, pois não serão *reconhecidos* ou *ressoados* dentro desta rede.

No tópico "Marginalização de narrativas dissidentes e novas redes dissidentes", discorreremos um pouco sobre um ex-interno fora desta rede que tem entendimentos opostos ao que está sendo validado nesta rede. Antes, a seguir, exploraremos as consequências dessas validações e a consequente institucionalização deste tipo de narrativa de superação que foi sendo mutuamente construída e aceita entre eles.

---

### *As consequências da institucionalização de entendimentos: regimes emocionais, silenciamento social e coerência biográfica*

A *política da memória* foi bem-sucedida no sentido de *institucionalizar entendimentos* positivos acerca de recordações dos ex-internos ligadas ao Instituto. Foi bem-sucedida também em reintegrar a rede dissidente que estava se formando e em transformar *entendimentos* contraditórios aos intentados. Como vimos, isso aconteceu não apenas pelas estratégias bem empregadas, como também pelo fato de os *entendimentos* institucionalizados também serem favoráveis a uma narrativa coerente do ponto de vista da trajetória dos ex-internos. Isso acarretou três consequências principais: (i) a consolidação de um *regime emocional* dentre eles, (ii) um silenciamento social de certos *entendimentos* dentro dessa rede de ex-internos, (iii) os ex-internos seguem em um processo de busca por coerência biográfica e isso traz consequências

psicológicas e cognitivas. A coerência biográfica e a construção de *regimes emocionais* repousam na ideia de que os homens bem-sucedidos de hoje devem ter percorrido um caminho de desafios, mas também de amparo que lhes permitiu superar esses desafios. Com isso, a ideia de sofrimento foi ressignificada e uma coerência biográfica é alcançada. A um só passo, isso atende a necessidade psico-cognitiva de integração do *self* e à conformação social a um *regime emocional*. Isso, pois dentro da rede, esse tipo de sentimento negativo ganhou outros sentidos, uma vez que, ao longo do processo de institucionalização, *regimes emocionais* foram sendo construídos. O sofrimento aparece como forma de resiliência e como propulsor da superação que lhes encaminhou para uma vida de “sucesso”. Portanto, quaisquer noções de sofrimento são entendidas como algo positivo.

Tem a parte de sofrimento, mas eu diria que foi muito mais uma alegria que vem do sofrimento. E eu vejo isso, porque talvez se eu tivesse crescido aqui fora, talvez eu não estaria aqui hoje. O Papa não estaria aqui, estaria, sei lá, numa situação muito ruim (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Quando esse padrão emocional é *institucionalizado* dentro de uma comunidade/rede/sociedade, estamos diante de *regimes emocionais*. Como vimos, um *regime emocional* é uma conformação intencional das emoções a partir de hábitos cognitivos. O esforço cognitivo de entender as emoções de uma maneira particular é usualmente orientada pela tentativa de atingir certos objetivos. Objetivos estes que são colaborativamente traçados pelos indivíduos (Reddy, 2001). Assim, os ex-internos adequaram seu sofrimento, oriundo da situação de abandono e da violência institucional, a uma narrativa de superação na qual o Instituto teve o papel de redentor. Fazendo isso, eles puderam se apresentar para a sociedade (e mais estreitamente para suas esposas e filhos) como pessoas dotadas de trajetórias especiais. O ato de veicular publicamente seus *entendimentos* de sofrimento no Facebook, livros e encontros anuais teve uma consequência subjetiva para todos eles. De acordo com Reddy (2001), quando se fala publicamente de uma emoção, ela pode ser alterada

internamente (*emotive*). Assim, uma vez explicitada publicamente uma emoção e validada por aqueles que são reconhecidos como *autoridades*, uma emoção pode ser, de fato, alterada. Ao fazê-lo, os *emotives* têm a capacidade de construir uma nova experiência emocional. Os *emotives* têm o poder de moldar como pensamos, escrevemos, falamos e entendemos nossas emoções.

Para os ex-internos, entender o sofrimento como um caminho para a superação, a coerção institucional como um sinal de cuidado e a figura do ex-diretor como a de um pai que se sacrificou por eles, criou uma prescrição emocional construída colaborativamente. Há um ocultamento das situações violentas em prol da construção dessa narrativa de superação. Interpretar as violências de forma crítica, reconhecendo uma dupla rejeição, dos pais e dos funcionários; o duplo desamparo, social e institucional não se colocou como caminho possível, pois empreendeu-se uma *política da memória* que não dava espaço para esses múltiplos entendimentos, como também havia uma *política da construção de si* que era amparada nesse sentimento de vitória. Essas violências que, durante tantos anos, permaneceram carentes de sentidos e que possivelmente os habitaram subjetivamente sob sentimentos de angústia, no reencontro com o grupo, ganharam novos sentidos em prol de uma interpretação positiva do passado. A vergonha de ter sido violentado e crescido em uma instituição reclusa deu espaço para o sentimento de orgulho por ter sido acolhido por um “colégio interno” governado por um “pai amoroso”. Esse sentimento geral atendeu à *política de construção de si* que os próprios ex-internos passaram a empregar. Como vimos, essa *política da construção de si* não deixa de produzir uma *violência ética* ao obrigá-los a se apresentar à sociedade a partir de códigos socialmente dominantes, reconhecíveis ou aceitáveis.

Os *emotives* funcionaram, portanto, como uma ferramenta dinâmica, apreendida por eles, que se colocou à serviço dessa construção de si, dos sentidos veiculados pela *política da memória* em curso e à distorção da realidade. Isso está bem expresso na passagem a seguir:

Guardar ressentimentos é como tomar veneno, temos que transformá-los em ferramentas para nos mostrar a estrada da reconstrução e o sucesso de hoje, perdendo os erros e as decepções do passado. Por isso sou hoje um homem feliz e realizado (Papa, trecho do livro, p. 40).

Isso quer dizer que não há um esquecimento do que aconteceu, mas uma ressignificação que faz sentido para aquela rede que se retroalimenta. Não há um apagamento de eventos passados duros e difíceis, mas uma nova maneira de senti-los que é compartilhada por grande parte da rede que ainda se mantém coesa. Nesse sentido, trabalhar com a ideia de “esquecimento” na Sociologia talvez seja inapropriado, dado que “esquecer” (assim como “rememorar”) diz respeito a uma capacidade cognitiva específica. O que aconteceu aqui é uma ressignificação daquilo que é lembrado e um silenciamento social de certos sentidos em detrimento de outros. Com isso, alguns indivíduos que apresentam *entendimentos* contraditórios serão marginalizados dessa rede e buscarão *validações* em outros espaços sociais. Afastar essas narrativas biográficas contraditórias de forma deliberada é o que constitui uma *política da construção de si* entre os ex-internos, gerando um afastamento da multiplicidade de interpretações e problematização de eventos passados relevantes e/ou sensíveis. Ou seja, se um pesquisador chegar até eles, hoje, para entender alguns fenômenos que aconteceram dentro da instituição, poderão se deparar com uma narrativa totalmente encoberta por sentidos que são resultados de uma *dinâmica de validações* e de uma *política da memória* que se desenrolaram no curso temporal. Essa *dinâmica* e essa *política* buscaram dissolver sentidos negativos e contradições inerentes a eventos que causaram sofrimento ligados à coerção institucional, ao abandono e ao estigma. É claro que, quando se trata de *memórias semânticas*, não há ressignificação, pois elas são estáveis. Dados como datas de entrada e saída da instituição, localização de eventos históricos, nomes das instituições e pessoas pelas quais teve contato, ou seja, toda sorte de *memórias semânticas* não é transformada pelas *dinâmicas de entendimento*, de *validação* e de *institucionalização*. E, portanto, poderiam ser acessadas *a posteriori* por um

pesquisador, por exemplo, sem impacto. O que sofre (ou pode vir a sofrer) uma transformação complexa são as *memórias episódicas*, isto é, as experiências passadas pessoais e/ou compartilhadas. Estas sim, não devem ser tomadas como dadas, sem uma análise mais detida sobre suas dinâmicas psicossociais que são processuais.

---

### *Marginalização de narrativas dissidentes e novas redes dissidentes*

Como vimos, ao longo do tempo, houve entre os ex-internos a estabilização (pelo menos até maio de 2020, quando se encerrou a presente pesquisa) de certos sentidos relativos aos seus passados que muito se deve a uma *política da memória* bem-sucedida empreendida pela filha do ex-diretor. Essa estabilização implica na institucionalização de certas narrativas que se materializaram e que orientam grande parte dos ex-internos. Neste subcapítulo, exploraremos os dissidentes dessa dinâmica. Isto é, ex-internos com *entendimentos* contrários aos que estavam sendo veiculados e que buscaram validações em outros espaços sociais.

Primeiramente, discutiremos como a formação de novas páginas do Facebook e a criação de encontros paralelos de ex-internos ao longo do ano constituíram um ensaio para a formação de uma possível rede dissidente. Exploraremos, então, as hipóteses sobre o porquê desses dissidentes não terem conseguido formar uma nova rede de autoridades com novas *dinâmicas de validação* sobre novos sentidos sobre passado experienciado. E, por fim, exploraremos um ex-interno que encontrou meios para construir uma outra narrativa de si e de seu passado e que é completamente marginalizado por esta rede de ex-internos pesquisada.

Como vimos, parte dos ex-internos entendia que a instituição, apesar da mudança de nome, era uma só, e que eles tinham que se ver como irmãos que foram criados debaixo do mesmo teto. A filha do ex-diretor e alguns outros ex-internos não gostavam do nome FEBEM vinculado a esse passado comum.

Muitos diziam que a criação foi outra, evocando assim uma suposta diferença de orientação moral e institucional com a troca de diretores. Como a filha do ex-diretor foi se constituindo como *autoridade* nessa rede de ex-internos, muitos deles não se sentiam à vontade para se expressar.

Havia uma falta de espaço para *entendimentos* que desautorizavam as *autoridades* (sobretudo a filha do ex-diretor), que não eram levadas a sério ou que eram descreditadas.

A liberdade de construir entendimentos só existe em ambientes institucionais nos quais a não concordância de alguém não leva a uma desautorização; onde uma vida vivida é permitida a desafiar nossos entendimentos; onde ideias não são simplesmente descartadas porque elas questionam 'a sabedoria'. Em outras palavras são ambientes onde as validações negativas [contraditórias aos entendimentos em curso] são tomadas com seriedade. Por isso, a liberdade de opinião tem que ser uma liberdade de formar opinião (Glaeser, 2011, p. 396).

Sem espaço para uma construção “democrática dos entendimentos”, parte dos ex-internos foi levada à formação de uma nova rede a partir da criação de outros espaços digitais e de um encontro anual separado. Esse tipo de movimento é denominado pela literatura de *rede dissidente*. Nessas circunstâncias, é necessário "expandir e diferenciar novas redes de autoridade para que os entendimentos políticos sejam ventilados, desafiados, articulados e reconhecidos" (Glaeser, 2011, p. 454). Ado e Arcia estiveram à frente desse movimento depois de perceberem que a sigla FEBEM não poderia estar associada às histórias deles. Também se sentiram incomodados com o fato de que as recordações que eles traziam tinham que ser moldadas de acordo com a narrativa presente no estudo acadêmico da filha do ex-diretor, como expresso por Ado nessa fala já citada: “Ela fala muito de estudo, estudo e estudo, ela defende o dela. Só que por outro lado, ela defende muito o pai dela (Ado, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Havia uma divergência de *entendimentos*, do que deveria ou não ser considerado nas narrativas, quais siglas e símbolos poderiam ou não aparecer, quais cortes temporais poderiam ser incluídos. A isso, somou-se o fato de que o entendimento da filha do ex-diretor sobre essa parte da rede implicava em

uma marginalização deles. Ao associá-los à FEBEM por terem frequentado a instituição após a mudança de nome e, ao estigmatizar a FEBEM, a filha do ex-diretor os colocou em uma posição de rejeição e marginalização. Além da não convergência de opiniões entre essas duas partes da rede, a exclusão e a marginalização de uma das partes foi importante para motivar o início de uma dissidência. Isso, pois "antes que se possa associar as diferenças de opinião, é preciso formá-las e continuar a mantê-las. Dizer que as pessoas se opõem apenas porque discordam é, portanto, na melhor das hipóteses, uma meia-verdade e, na pior das hipóteses, uma racionalização *post hoc*, pois as pessoas sobretudo discordam porque se vêem opostas (excluídas, marginalizadas, envergonhadas)" (Glaeser, 2011, p. 395).

Eles poderiam ter permanecido em dissonância de opiniões sem ter que expor ou agir sobre essa dissonância, isto é, sem formar quaisquer tipos de novas páginas digitais, ações separadas ou encontros em outras épocas do ano. Isso, pois a não convergência de *entendimentos* não é suficiente para a formação de uma nova rede dissidente, "dissidência implica em ação; isso pressupõe não apenas o entendimento de que algo está errado, como também a crença de que algo deve ser feito e de que algo pode ser feito" (Glaeser, 2011, p. 376). A criação do que eles chamaram de "Infância Amigos para Sempre" (posteriormente renomeado como "Associação História do Ex-Menor em Ação") foram maneiras de parte dos ex-internos se associarem em redes que se afastavam do que vinha sendo articulado pela filha do ex-diretor, por Papa e Chacha. Sobre isso, Ado (um dos "fundadores" dessa "nova rede") comenta sobre Arcia (outro "fundador" dessa "nova rede"):

Quando a filha do ex-diretor começou o projeto, ela chamou o Arcia pra fazer parte. Era uma pesquisa, eu acho. Entre 1946 e 1976, se não me engano. E ele se sentiu usado por conta disso, ele se sentiu traído. Acho que depois, ela partiu pra um outro rumo e não precisou mais dele. [...] Aí como ele se sentiu usado, ele me falou isso. Eu já tinha sacado quais eram os propósitos da filha do ex-diretor. Eu falei "Arcia, acho que a filha do ex-diretor tá querendo mais fazer um negócio pro lado do IAMB, ela não gosta de misturar o IAMB com FEBEM, o IAMB com UE4, o IAMB com IAPS". Aí, ele disse: "nossa senhora, o que eu demorei três anos pra cair a ficha, você numa conversa com ela pegou no ar! É isso mesmo que você



tá falando!” [...] O Arcia montou uma associação pra recordação da FEBEM, IAMB e IAPS. Então com tudo isso, eu vejo que ele tá querendo bater de frente com a filha do ex-diretor. Eu acho que ele se sentiu traído, ele ficou magoado e ele tá montando uma associação de recordações (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Engajar outros ex-internos nesse movimento foi crucial para que eles continuassem a manter *entendimentos* distintos. Como vimos, a construção do passado e de si depende muito do reconhecimento e da validação dos outros. A memória e o conhecimento precisam ser tecidos continuamente no ambiente social para que não estejam fadados a serem interpretados como mito ou delírio. Se eles se veem como irmãos, não haveria caminhos de construir uma narrativa de si muito diferente daqueles que estão no entorno. Isso, pois "o autoafirmativo 'eu' precisa do outro para validar essa identidade, e, assim, as ações podem se tornar a base da comunidade, de uma nova rede de autoridade. As experiências e o autoafirmativo 'eu' se tornam um 'nós' e, por necessidade, a ação se torna performativa, endereçada aos outros, e subsequentemente narrativizada (Glaeser, 2011, p. 460).

A associação (ou projeto) tinha uma ação clara que não apenas ser uma "associação de recordações", mas uma associação que reconstruiria um dos lares do antigo Instituto, cedido pela Prefeitura para que esses ex-internos pudessem desempenhar um projeto social que também beneficiasse outros ex-internos que passavam por necessidades.

Com o tempo, Arcia e Ado tiveram divergências quanto aos rumos da associação. Divergências estas que se arrastaram até o momento da finalização da presente pesquisa. Essas divergências dificultaram a consolidação de autoridades que são essenciais para a formação das *dinâmicas de validação* em uma rede. Essa não oposição imediata da dissidência deu espaço para que a *política da memória* em curso continuasse atuando sobre eles. Diante dos *entendimentos* no Facebook e dos encontros em datas separadas, muitos ex-internos e a própria filha do ex-diretor buscaram recosturar a rede de modo que eles permanecessem coesos:

**Papa:** Olá pessoal, estando neste VI encontro IAMB que foi maravilhoso, quero agradecer a todos que se esforçaram para estarem presente neste evento. Obrigado a todos. Também pela visita relâmpago ao nosso amigo Arcia, que tem se esforçado muito para transformar aquele almoxarifado num local de lazer e estadia [...] O trabalho para recuperação ainda é lento por falta de recursos, mas com a colaboração e apoio de quem assim estiver convencido, este sonho se tornará em realidade. Precisamos unir o que temos de melhor, e para isso é necessário que a divisão que temos hoje, precisam se unir e tornar se em um só ideal. Para que possamos ter o VII Encontro ainda muito melhor que o anterior é necessário que nossas organizações e forças se juntem e cheguemos a um consenso, que temos certeza que em 2018 será muito melhor. Não podemos esquecer que já temos muito crédito na cidade, com apoio e grandes patrocinadores, precisamos agora continuar melhorando sempre. Aproveito aqui para expressar o pensamento de Martin Luther King, 'TEMOS DE APRENDE A VIVER TODOS COMO IRMÃOS OU MORREREMOS TODOS COMO LOUCOS', Afinal apesar de termos passados por lá em tempos diferentes, fomos criados na mesma unidade e dentro da mesma educação.

**Filha do ex-diretor:** Apoiadíssimo, Papa. Já é momento de começarmos a comemorar juntos, o que já é um grande passo. As siglas não podem ser maiores que o sentido de comunidade e irmandade. Mas há o tempo certo para tudo. Como disse Gandhi: não há caminho para a Paz. A paz é o caminho! Ela é também o caminho da VERDADE, já que não se pode mudar os fatos históricos... (Papa e Filha do ex-diretor, postagens no Facebook, julho de 2017).

Papa busca reconhecer a ação da nova rede dissidente enaltecendo o trabalho de reforma dos lares a fim de trazê-los de volta aos encontros anuais. Aqui, vemos que, apesar de a filha do ex-diretor manter a ideia de que há fatos históricos que comprovem o que ela defende, isso tem que ser deixado de lado em prol da coesão da rede.

A formação dessa nova rede dissidente e das conseqüentes ações não foram suficientes para uma contestação imediata do que estava sendo validado sobre o passado. Houve alguns fatores que dificultaram esse processo de estabilização, institucionalização e ampliação dessa nova rede, a saber: (i) a própria *política da memória* em curso que fazia *ressoar entendimentos* por toda parte (Facebook, livros e artigos etc.) em narrativas específicas sobre o passado; (ii) dificuldade em formar rapidamente autoridades dentro da nova rede dissidente, evidenciando falta de convergência e coesão nos *entendimentos* e ações entre eles; (iii) a nova rede dissidente, ao começar formar um novo *entendimento* sobre o que aconteceu, começou a se dar conta

de que romperia com os outros irmãos, portanto, com a rede da qual eram interdependentes; (iv) o movimento de construção de uma narrativa coerente e socialmente aceita colapsaria na medida em que eles se colocassem como oposição ao que estava sendo construído e validado pelos ex-internos.

Com isso, não houve uma oposição dissidente e o fortalecimento dessa nova rede frente à existente. “A escala e o escopo de ação e, conseqüentemente, seu impacto potencial nas instituições-alvo dependem do grau de autoinstitucionalização do grupo e do movimento como uma rede, pois é daí que vem sua capacidade de articulação projetiva” (Glaeser, 2011, p. 422). Por *articulação projetiva*, como já dissemos, entendemos a capacidade que uma ação presente (ou passada) tem de impactar o futuro (ou presente). Para isso, essa rede dissidente precisava ter tido meios de materialização de seus *entendimentos*. Isso não aconteceu no primeiro momento de formação, mas não está isento de acontecer no curso temporal. Isso, pois no ano em que a pesquisa se encerrou, os ex-internos retomaram a reforma dos lares, ainda de forma desarticulada, mas retomaram. As possibilidades futuras de fortalecimento de uma dissidência reapareceram na última semana de escrita desta tese, quando a filha do ex-diretor ensaiou uma ruptura com parte dos ex-internos. Com uma ruptura vindo dela, a dissidência se articularia com mais assertividade dado que o senso de irmandade e coesão não teria sido rompido por eles, mas explicitamente por uma das autoridades da rede. Em uma postagem no Facebook, em abril de 2020, a filha do ex-diretor escreveu marcando o perfil IAPS-IAMB: “IAPS-IAMB, por favor larga do pé do IAMB. Já é hora de vocês terem seu próprio espaço” (postagem no Facebook, abril de 2020).

Em resposta imediata à mensagem, o perfil IAPS-IAMB que foi citado diretamente pela filha do ex-diretor, declarou:

Irmãos do IAPS, lembrem-se que quando nós juntamos com o IAMB por intermédio de nós mesmos visando os irmãos da antiga, que sempre consideramos. E quanto essa tal de filha do ex-diretor não conseguiu sustentar aquilo que seu pai nos representou [...] qual a finalidade? Unir ou desunir? Eu fui interno, em 1974, no lar da infância até dezembro de

1982. Quantos tempos áureos, quantos momentos inesquecíveis, pois muitas vezes o ex-diretor o Sr. H. ia lá conversar com nós. Aqueles olhos ficavam marejados ao passar um simples sábado conosco. Ele fazia tudo por nós. Sei lá se IAPS ou IAMB faria tanta diferença assim para ele, pois ele deixava o IAMB para subir até o Lar da Infância passar o dia conosco. Fui lá para a UE4-FEBEM/IAMB em 1983 e ainda era o ex-diretor Sr. H. e confesso que tive essa grande sorte de ter chegado ainda na época dele. Veio a mudança e fiquei até 1991. Enfim, acho que postar no Facebook sobre que o IAPS tem que se desvincular cria uma certa riqueza e um distanciamento sobre um local que todos estiveram. Mas, farei o que apraz, o nome será apenas IAPS. Vou providenciar para que tire o nome IAMB. Vou vou noticiar a todos os seguidores a esse respeito (ex-interno Luma postou como perfil IAPS-IAMB no Facebook, abril de 2020).

Alguns dias depois, Luma volta a postar outra mensagem no perfil IAPS-IAMB:

SEM O IAMB. Ainda lembro quando aquele Senhor de cabelos brancos vinha até o Lar da Infância passar o dia conosco. Sempre no fim do dia, ficava com os olhos marejados, e como ele amava o lar da infância, esse senhor era o diretor do IAMB, o ex-diretor Sr. H. Eu, Luma, fui do lar da infância de 1974 a 1982. Em janeiro de 1983, eu fui pra FEBEM UE4 que tinha o Sr. H. ainda como diretor. Tive a felicidade de estar na despedida dele, foi um dia inesquecível, eu vi aquele homem com cara de delegado chorar e chorar. Mas, por ironia do destino, a filha dele não quer que usemos o IAMB no nome. Aquilo que nem o pai dela fez distinções entre lar da infância e IAMB, ela o faz. Quem realmente vivenciou tudo isto? Quem puxou escovão, arrancou toco, fez trincheira, arrancou os matinhos no chão de pedras, passou noites frias nas celas, correu do Armandinho no pontilhão, levou do Sr. Adelício? Ela, eu garanto que nunca!!! O IAMB não será mais usado, será agora apenas IAPS. Por respeito aos amigo(as) e seguidores(as). Espero compreensão de todos (as). Ass.: A Direção ( Postagem no perfil IAPS-IAMB no Facebook, abril de 2020).

Em ambas as falas, a imagem do ex-diretor foi evocada e preservada face ao posicionamento atual de sua filha. A internalização da imagem do "pai sagrado" (compartilhada por grande parte deles) é tão evidente que ao reagir à marginalização que a filha do ex-diretor criou para parte da rede, eles se manifestaram contra ela, mas jamais contra o ex-diretor ou a instituição.

A outra página do Facebook, criada por Arcia, "Instituto Agrícola de Menores/UE4/Febem de Batatais", não se manifestou, já que não foi marcada diretamente. Nesse sentido, os ex-internos se manifestaram sobre a declaração da filha do ex-diretor tanto no perfil "IAPS-IAMB", quanto no grupo público criado por ela, "IAMB - Instituto Agrícola de Menores de

Batatais 1946-1976”. Abaixo, Som escancara o fato de a filha do ex-diretor se colocar explicitamente como uma *autoridade* que maneja os símbolos e espaços de formulação sobre o que foi o Instituto, impactando diretamente na maneira como os ex-internos entendem seu passado.

Olá meus irmãos da UE4-FEBEM, este texto é somente um desabafo. Tem uma pessoa que não gosta de nós como IAPS-IAMB. Essa pessoa está querendo se aparecer somente pelo fato de ser algo ou alguém mais importante que as outras pessoas que passaram pela unidade ou instituto. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Uma pessoa ser mais importante que todos que passaram pelo lugar que transformou muitos menores que hoje somos. Todos homens de bem e de família. No entanto, eu acho melhor mudar nosso perfil para IAPS-Amigos para Sempre e bloquear essa pessoa. Pronto, falei (Som, postagem de Facebook no perfil IAPS-IAMB, abril de 2020).

Ao comentarem na postagem de quem se tratava, Som responde: “essa senhora filha do ex-diretor só fala merda. Pronto, falei” (Som, postagem no Facebook no perfil IAPS-IAMB, abril de 2020).

Na postagem, Som é bastante enfático ao dizer que parte do grupo estava sendo marginalizado e que deveria tomar alguma atitude. No entanto, ele ainda mantém a narrativa da unidade da rede composta por homens que passaram por um lugar que os “transformou” em homens “de bem e de família”. A ruptura com a filha do ex-diretor foi quase imediata, mas a narrativa tecida ainda permanece.

Nos dias subsequentes, Tom, um personagem que criou controvérsias sobre o que aconteceu no instituto, comentou na postagem da filha do ex-diretor em que ela pede para que o IAPS “largasse do pé do IAMB”,

Bom dia, fico profundamente triste quando algum de nós comete a heresia da separatividade. Saibamos que todos nós que ainda somos ex-menores e que dentro de cada um existe aquele menor carente que precisa desse encontro. Não me importo que nomes dão e darão. Na verdade, somos seres humanos rejeitados por nossos pais por motivos de fenômenos sociais diversos. Então vamos parar de nos dividir. Agora é a hora de unirmos em uma só família. (Tom, postagem no Facebook em comentário à postagem da filha do ex-diretor, abril de 2020).

A este comentário, sucederam-se esses outros dois comentários:

**Demi:** Tom, exatamente, ainda bem que tivemos esse privilégio de sermos acolhidos por uma instituição tão séria na época. Independentemente das siglas, temos é que sermos gratos.

**Filha do ex-diretor:** Nossa, Tom. Sujeito suposto saber?

**Demi:** Eu também fiz parte dos dois lados da moeda. Não podemos deixar a nossa história morrer e o que passamos para aguentar esse desaforo. Espero que seja uma conotação errada por parte da filha do ex-diretor. Ela também viveu os dois lados da moeda. Só espero que isso não afete os nossos sonhos que é os nossos encontros anuais em Batatais. Todos vocês fazem parte da minha vida e da minha história. IAPS-IAMB é uma só família. Boa noite meus queridos amigos e irmão. Família IAPS-IAMB que Deus continue abençoando sempre nossas famílias. Família unida sempre!!

**Demi:** Não entendi até agora esse posicionamento da filha do ex-diretor. A importância do Instituto nas nossas vidas dói muito importante, independentemente da época ou sigla (IAMB, UE4, FEBEM). O importante é a essência dos ensinamentos que foram os mesmos. Comprovamos isso nos encontros realizados, e tive o prazer de estar presente em abril de 2016, duas gerações juntas, compartilhando histórias maravilhosas. Acredito que seja um grande mal entendido, pois todos nós temos a maior gratidão pela história das nossas vidas, que são semelhantes. Vamos deixar o cunho político de lado, e guardar com carinho os aprendizados que tivemos. Tenho orgulho de fazer parte desta história, independentemente da sigla.

**Filha do ex-diretor:** Demi, você captou bem. Assim que puder eu esclareço.

**Demi:** Filha do ex-diretor, sei que você tem uma decepção em relação à forma de como foi a saída do seu saudoso pai devido a grande importância dele na vida de muitos. Mas eu, como muitos, temos a visão de filhos do Instituto, conduzido brilhantemente pelo seu pai. A nós cabe gratidão. É cada um com sua visão né. Essa é a minha, de filho.

**Filha do ex-diretor:** Demi, que bela e lúcida visão de filho. Você está certíssimo. Admiro pessoas sensíveis, verdadeiras e mais que tudo, de bom sendo.

**Tales:** Ela só quer falar do pai. Tamo junto, irmãos.

**Dri:** Que ridícula e só gostaria de saber com qual direito não quer esse nome?

(Comentários postados no Facebook, abril de 2020).

Após a manifestação de vários ex-internos, a filha do ex-diretor parece ter mudado de estratégia e manteve ações em torno de uma *política da memória* que atribuía sentidos positivos sobre que aconteceu no Instituto. A última postagem dela até o fechamento da pesquisa buscava conciliar os ex-internos apesar das divergências em uma tentativa de preservar as narrativas até então construídas. Ela, no entanto, ainda mantém um recorte temporal denominando de “A Era do Sr. H.”, excluindo da suposta educação moral que seu pai empreendeu todos aqueles que continuaram frequentando a instituição

após sua saída: “O IAPS é parte do IAMB. Sempre. O que deve ser desvinculado é o Facebook do IAMB (de cunho histórico) do Facebook do IAPS IAMB. A educação e formação foram as mesmas da Era Hernani Parente (1950 a 1983)” (postagem no Facebook da filha do ex-diretor, maio de 2020).

Essa dinâmica de afastamento e aproximação entre os ex-internos ainda permanecerá no curso temporal e pode levar a caminhos imprevisíveis. O fato é que, até o momento, apesar das contradições de sentidos, com o passar do tempo, apenas os sentidos positivos sobre o passado deles se estabilizaram, isto é, se institucionalizaram. E isso foi apoiado por um processo de materialização desses sentidos, presentes em livros e documentários. A capacidade desses artefatos de articularem e se projetarem futuramente é maior dos que os *entendimentos* que foram apenas falados, por exemplo, o que torna mais improvável que no futuro eles desenhem novos sentidos para seus passados.

Entretanto, essa é a realidade epistemológica desta rede pesquisada, em específico. A construção conjunta desse passado experienciado e compartilhado narrado pelos colegas em histórias sobre si e o encontro com fotografias perdidas só foram possíveis nesse *milieu social* específico que cumpriu o papel de uma rede familiar. Isso fica expresso na maneira como eles se tratam: “irmãos” e “pais”. Isso implicou em uma violência moral que sofreram ao não terem um espaço democrático e crítico de reconstrução do passado decorrente da *política da memória* que se iniciou. O fato de uma rede dissidente não ter se consolidado decorre não apenas dessa interdependência entre eles, como também da total ausência de outras redes dissidentes em que pudessem amparar a construção de novos entendimentos. Não há uma ampla ressonância de interpretações críticas do passado em que uma dissidência dessa rede pudesse se associar:

A ampliação dessas redes de autoridade também permite sua diferenciação interna. Possibilita articulações de argumentos mais precisas, porque com mais pessoas as diferenças tinham maior probabilidade de se encontrar em reconhecimento por outras. A crescente pluralidade de vozes e grupos torna possível que mais pessoas se associassem (Glaeser, 2011, p. 456).

Encontrar *entendimentos* que ressoam ajudaria os ex-internos a “resistir à definição de mundo imposta, abrindo um espaço no qual as pessoas poderiam formar seus próprios entendimentos” (Glaeser, 2011, p. 455). Há poucas materializações (relatos gravados e escritos ou outros tipos de representações materializadas) de *entendimentos* que explorem as violências que acontecem dentro de instituições para menores de forma crítica. No mundo social mais amplo, há duas formas importantes de validação que seriam cruciais na confirmação de entendimentos que ainda estão em aberto, que são hipóteses ou que carecem de certeza: a *ressonância* e o *reconhecimento*. A *ressonância* é a convergência de seus *entendimentos* com os de outros e o *reconhecimento* é a validação de seu *entendimento* para alguém que represente seja autoridade para si (lembrando que, portanto, a autoridade é sempre relativa e circunstancial). Nesse caso, diante da ausência das narrativas outras e de autoridades que reconheçam outras interpretações, é improvável que os ex-internos rompam com as relações com seus colegas e construam *entendimentos* totalmente opostos. Se há (e certamente há) *entendimentos* críticos de outros ex-internos, eles permanecem marginalizados e/ou privados. Não tomaram o espaço público.

Há, como exceção, duas narrativas autobiográficas públicas e publicadas de dois ex-internos de instituições para menores: o livro “A queda para o alto” de Anderson Herzer e o livro “Guerreiros Urbanos” de Asdrúbal Serrano. De saída, podemos dizer que o livro de Herzer dificilmente teria algum valor representativo para estes ex-internos pesquisados. Isso, pois Herzer foi um rapaz que permaneceu internado na UE-16 Imigrantes, unidade esta reconhecida pela “nossa” rede de ex-internos como uma unidade para “infratores”. Um tipo de instituição que a todo momento eles buscaram afastar quaisquer tipos de identificação, como fica expresso em passagens como a seguir:

As outras FEBEM eram uma droga, era totalmente diferente. Você pegava todas as FEBEMs pra menores carentes, a FEBEM de Batatais não tinha igual. Os menores eram diferentes. O futebol dos meninos era diferente.



Os meninos eram diferentes, as danças, era tudo diferente. Era uma coisa impressionante, extraordinária. Parecia uma coisa mágica (Ado, entrevista em profundidade, junho de 2017).

O livro de Herzer tem uma relevância social muito importante, pois ressoa uma narrativa que é comum a muitos ex-internos, inclusive pode ressoar a narrativa de muitos outros ex-internos da própria unidade de Batatais que não foram enredados nessa dinâmica que estamos analisando. O livro de Herzer é um sopro necessário na construção de um espaço público minimamente democrático que “permite múltiplas ideologias epistêmicas, práticas e emoções que abracem *reconhecimentos*, *corroborações* e *ressonâncias* contraditórias” (Glaeser, 2011, p. 461). Sem esse espaço não há como construir, articular e validar *entendimentos* políticos críticos capazes de “formar e transformar as instituições” que devem ser múltiplas que não “pressupõe uma esfera pública unitária”, mas que acolha as contradições múltiplas (Glaeser, 2011, p. 461).

Para esta rede, sob os efeitos da *política da memória* empregada, no entanto, um livro como este seria usado como exemplo daquilo com o que eles não querem se identificar - pelo menos até o presente momento. Nesse sentido, vamos explorar Asdrúbal Serrano, um ex-interno que dissindiu da rede pesquisada (ou melhor, nunca se integrou a ela), especificamente porque ele também cresceu na unidade de Batatais e, portanto, poderia fazer parte e ser reconhecido por esta rede de ex-internos.

\*\*\*

Só restam aos agentes com *entendimentos* e narrativas divergentes buscar *validação* em outros espaços sociais, pois não serão *reconhecidos* ou *ressoados* dentro desta rede, já que essa rede não abarca a totalidade de ex-internos deste Instituto, mas apenas uma parte deles. Há uma avaliação entre os ex-internos (muitas vezes uma avaliação moral) daqueles outros ex-internos que não compartilham os *entendimentos* e narrativas de si veiculadas dentro desta rede e que, portanto, não fazem parte da rede.

**Ado:** Não sei se você sabe, mas esse rapaz era um menino problema. Infelizmente parece que ele tá na cama. Não sei direito, mas em São Paulo, ele anda no semáforo.

**Som:** Ele é um dos né? Tem outros também. A maioria é gente boa, mas alguns... Aliás, tem outro, eu vi o Frankstein hoje. Ele saiu da FEBEM antes de mim, deve ter uns quase 30 anos que ele saiu. Já tem 23 que eu saí. Ele tá na rua.

**Ado:** Já foi parar na cadeia, porque ele foi acusado de entrar na casa de um casal de senhores e matou. Tem uma outra questão aí. Ele tinha problema mental (Ado e Som, conversa no Encontro de Ex-Menores, abril de 2016).

Como há toda uma gama de ex-internos deste Instituto que não faz parte dessa rede e que, portanto, são inacessíveis pelo Facebook ou por indicação dos próprios ex-internos pesquisados, usaremos o exemplo do ex-interno Asdrubal Serrano como contraponto ao que vimos até aqui. Isto é, veremos como um ex-interno que não faz parte dessa *dinâmica de validações* buscou contar uma estória de si em outros espaços sociais.

Asdrúbal Serrano passou a infância no Instituto/FEBEM, tornou-se dramaturgo e faz algumas aparições públicas para contar sobre seu passado na instituição. Alguns ex-internos sabem da existência de Asdrúbal e de outros que não pertencem à rede, mas os rejeitam moralmente, pois "o desviante intragrupal pode ser diferenciado de outros destoantes porque, à diferença desses, ele encontra-se numa relação destorcida com a vida moral que é sustentada, em geral, pelos outros membros" (Goffman, 1988, p. 153). Pouco se fala de Asdrubal, embora ele tenha sido o único que tem alguma presença pública na mídia. Há três aparições públicas importantes dele: no programa de entrevistas do Jô Soares da Rede Globo, no programa de entrevistas Provocações da TV Cultura e na audiência pública da Comissão de Verdade na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Soube da existência dele em conversa com Iodo:

Tem um amigo meu que hoje assina como Asdrúbal Serrano. Ele tá dando entrevista no Jô Soares, na Gazeta, com Abujamra. Eu morei com ele e ele tem uma outra ideia das coisas, mas não acho que realmente não aconteceram as coisas que ele fala. Morei no lar. Algumas coisas que ele conta é verdade, outras que não. Eu sei do que ele tá falando, sim!! É que ele fala que ele tomou choque e isso aí não existia, porque ele tem a mesma idade que eu. Já tomamos uns tranco a mais, mesmo sendo

criança? Sim! Mas certas coisas não aconteceram. Não sei por que ele conta essa história, mas enfim [...] O nome de batismo dele é Augusto (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Augusto, ou Asdrúbal, frequentou a FEBEM de Batatais entre 1973 e 1986. Diferentemente dos outros ex-internos, Asdrúbal atribui sua salvação de vida não à instituição, mas ao teatro. Embora ele reconheça que foi na instituição que ele pôde estabelecer seu primeiro contato com o teatro, ele entende que seus "conceitos sobre teatro, como instrumento de tradução da atmosfera psicossocial e uma verdadeira manifestação política nata inerente ao ser humano, só mudariam anos depois que me livrei dos muros sombrios e solitários da FEBEM" (Serrano, 2007, p. 41).

No teatro, ele perseguiu uma carreira de ator e dramaturgo e escreveu uma peça autobiográfica com experiências sobre seu passado, sobretudo sobre sua institucionalização precoce. A peça denominada "Guerreiros Urbanos" foi posteriormente publicada em um livro homônimo. O livro tem como objetivo "entender um pouco a degradação psicológica em que é submetido um indivíduo que teve o infortúnio de internação em um destes 'depósitos de jovens' e tomarei como base um período específico da minha internação, entre o final da década de 1970 e o início de 1980" (Serrano, 2007, p. 38).

Algumas recordações de Serrano, como a reproduzida abaixo, se assemelham a eventos cotidianos do Instituto presentes nas falas de outros ex-internos. Os sentidos atribuídos a elas e a maneira como foram atreladas à sua narrativa biográfica, no entanto, contradiz com o que circula na rede de ex-internos:

A gente mal comia. Nós só tínhamos direito à alimentação se produzíssemos esse alimento pela lavoura [...] Eu fui muito mal tratado, porque a minha internação se deu no período do regime militar e a gente está cansado de ouvir as atrocidades que se cometiam nessa fase. Dentro das unidades da FEBEM era uma coisa maluca porque lá era oficializada a questão da sevícia, a questão da ordem, da disciplina. E os militares cuidavam dessas instituições. Então tínhamos todo um aparelho de repressão, com tortura, com condicionamento, com disciplina. Na unidade onde eu fiquei por mais tempo, na cidade de Batatais, nós tínhamos um único curso profissionalizante lá, o curso de marcenaria, que não servia pra porra nenhuma. Aliás, servia para o sistema, porque nesse curso a gente aprendia a fazer cabo de enxada para cada criança, então conforme

a criança ia crescendo, era uma nova demanda de cabos de enxadas, pois tínhamos que ir para lavoura (Serrano, Provocações, 2011).

Durante o outro programa de entrevistas, ele também menciona que as instruções de trabalho que eles tinham no Instituto tinham como objetivo servir ao próprio Instituto e não aos internos. Eles foram instruídos oficialmente para trabalhar com madeira, mas, de acordo com o entendimento dele, o treinamento técnico não era voltado à formação dos ex-internos, mas tinha como fim produzir peças para o uso do próprio Instituto. Muitos dos objetos produzidos na marcenaria eram cabos de enxada para diferentes tamanhos de crianças para serem usados na lavoura pelos próprios ex-internos.

Embora o relato traga recordações semelhantes, Asdrúbal dá um outro tom a sua narrativa. Ele sempre deixa explícito, tanto em seu livro, quanto nas entrevistas televisivas, a estreita conexão entre a ideologia do Regime Militar e a conduta dos Institutos Disciplinares da época. Ele ressalta que não foi diferente no Instituto (IAMB/ FEBEM UE4), que era mais uma organização disciplinar no interior de São Paulo. Na aparição na Rede Globo, ele apresentou o *entendimento* de que o confinamento solitário realmente existia e que era usado como um mecanismo de tortura para se obter disciplina. A presença de uma cela também é narrada pelos outros ex-internos, mas estes não a entendiam como uma forma de tortura tal qual fez Asdrubal: "Tinham instrumentos de tortura na FEBEM [...] A solitária era quando você fugia daquelas regras e fazia meninice, coisas de moleque. Essa liberdade espontânea que a criança tem, jamais era compreendida lá dentro" (Serrano, Provocações, 2011).

Asdrúbal, diferentemente dos outros ex-internos da rede, denominava os então ditos "lares" ("lar 1, lar 2, lar 3") de pavilhões, que é a nomenclatura oficial usada para os blocos no sistema prisional. Em seu testemunho para a Comissão da Verdade, ele diz que os seus estudos durante a infância foram prejudicados em favor do trabalho que ele era obrigado a realizar. Ele disse que "se não fôssemos para a lavoura, não tínhamos direito à refeição" (Serrano, ALESP, 2013). Ele se opõe totalmente à ideia de uma "educação modelo"

baseada na "disciplina" e na "preparação profissional" dos internos via trabalho.

A rotina dos internos da maioria das unidades da FEBEM era movida pelo trabalho braçal forçado, imposto pelo regime militar, para a manutenção da ordem e da disciplina nas unidades rurais da FEBEM. E isto não era diferente na Unidade Educacional - 4 de Batatais, interior de São Paulo. Naquela unidade, os internos tinham uma árdua rotina que se iniciava às 5 da manhã e se encerrava às 20h. Entre os castigos cruéis, conhecido como 'gancho', a tortura, a faxina pesada nos intermináveis corredores dos pavilhões, a dupla jornada de trabalho escravo na lavoura nos períodos da manhã e da tarde e a obrigação de se fazer uma terrível escolha: o trabalho braçal na roça ou a escola. Para podermos almoçar todos os dias, os internos tinham de trabalhar na lavoura das 7h às 11h30 e, para ter direito ao jantar, mais lavoura das 13h às 17h30 [...] Dona Antonietinha que cuidava do Grupo Escolar da FEBEM de Batatais [...] sempre me requisitava para "trabalhar" na manutenção da pequena escola. Desviando-me do trabalho braçal na lavoura e dedicando-me ao trabalho "braçal" no grupo escola, a professora Antonietinha alegava para a direção da unidade que eu teria direito ao almoço e ao jantar. No grupo escolar, ao invés de enxadas e rastelos, eu recebia canetas e lápis (Serrano, 2007, p. 39).

Em vez de se colocar como alguém diferenciado, que cresceu em uma instituição diferenciada (algo que os outros ex-internos faziam com frequência ao afastar quaisquer tipos de identificação com as outras unidades da FEBEM ou com a atual Fundação CASA), Asdrúbal optou por conceber sua trajetória atrelada a essa imagem negativa. Enquanto os outros ex-internos colocam o instituto no centro de suas narrativas, apontando-o como o grande "salvador" de suas vidas "desencaminhadas", Asdrúbal entende que a institucionalização precoce lhe colocou amarras e imprimiu marcas insolúveis. Ele, diferentemente da narrativa autobiográfica validada entre os ex-internos da rede, não tenta afastar ou dissolver esse estigma imposto pela institucionalização precoce. Contrariamente, ele assume e explicita isso como parte de sua trajetória. Parte esta que não lhe impulsionou para nenhum caminho melhor e nem lhe preveniu de uma suposta vida devastada no seio de sua família de origem. Nesse sentido, o Instituto aparece aqui como extrapolador das injustiças sociais e alvo de sua luta simbólica após sua desinternação:

Devemos assumir a nossa identidade [...] fugimos das regras estabelecidas e a sociedade está nos cobrando uma punição. Então não conhecer os meandros impostos por esta sociedade que nos exclui e termos argumentos para questioná-los. Eu tenho orgulho de ter passado por esta instituição, não pelo que o que ela me ofereceu, mas pelas injustiças que aprendi a enxergar; pela estrutura social injusta e cada vez mais, quero conhecer a sua essência para questioná-la (Serrano, 2007, p. 60).

Em suma, apesar de algumas recordações que ele retrata ao longo das entrevistas parecerem semelhantes ao que os ex-internos viveram, a maneira como Asdrúbal entendeu sua experiência é completamente diferente. Grande parte de seu *entendimento* se deve à associação entre a instituição total e o Regime Militar, algo que nunca é mencionado pelos outros ex-internos. Apesar de um ex-interno ter mencionado a propaganda do Regime Militar sobre a FEBEM, eles não demonstram qualquer *entendimento* que vincule o que eles se recordam da sua infância com um contexto histórico-político mais amplo no qual a instituição na qual cresceram estivesse envolvida. Asdrúbal, em contrapartida, traz isso à tona em muitas de suas falas:

Eu sempre questionei. Eu passei dentro de uma instituição, dos dois anos de idade aos dezesseis anos de idade. Fui castrado na minha liberdade, no meu desenvolvimento e na minha intelectualidade. Comecei a trabalhar muito cedo, aos seis anos. Portanto, o governo me deve algo (Serrano, Provocações, 2011).

Eu não aceitei aquilo, eu questionava o que eu estava fazendo lá dentro. Cadê aquela referência maravilhosa que a televisão passava para gente, de família, de irmão, de convivência, de escola e por que eu não tinha acesso a essas coisas? (Serrano, Provocações, 2011).

A narrativa de Asdrúbal começa com o abandono, da mesma forma como a de muitos ex-internos da rede. Ela, no entanto, se desenrola pela sua infância no Instituto como um lugar que lhe privou de se desenvolver, que o violentou e que o aprisionou. Algo que contradiz totalmente a narrativa dos outros internos. A ideia de salvação, portanto, é totalmente negada e a institucionalização precoce aparece como uma das mazelas de sua trajetória. Ao sair do Instituto e ser "salvo" pelo teatro, ele, entretanto, não entende isso como algo excepcional, como uma trajetória de superação pessoal, pelo contrário:

**Entrevistador do programa televisivo:** Asdrúbal, você se considera regra ou exceção?

**Asdrúbal:** Sempre regra. Como eu, tem muitos por aí. Só que muitos da minha geração, década de 1970 1980, que um dia teve a infelicidade de estar dentro de quatro muros de uma instituição, eles continuam aí. Muitos embaixo da terra, ou muitos na penitenciária. Então, eu me considero uma regra.

A narrativa de Asdrúbal compreende um outro *entendimento* sobre sua própria trajetória. O Instituto exerce outro papel que está diretamente ligado a um contexto histórico-político mais amplo do qual ele pôde ter conhecimento. Esse contexto é enfatizado em uma época em que havia uma revisão sobre o que aconteceu no período ditatorial. Comissões da Verdade foram criadas a níveis federal e estadual entre 2011 e 2014, época em que Asdrúbal é chamado nesses programas televisivos para dar seus relatos. Embora autobiográficos, seus relatos também são testemunhos, na medida em que o narrador denuncia as práticas de violência e repressões institucionais geralmente em oposição aos abusos do Estado. O testemunho, embora tenha modalidades variadas, foi muito difundido sob a forma literária (Selligman-Silva, 2003) na Europa em relatos sobre o Holocausto - o livro de Primo Levi (2015) talvez seja o mais emblemático deles - e na América Latina e na África voltados à defesa dos direitos civis - o livro de Luiz Alberto Mendes (2001) é um grande exemplo no âmbito nacional. O testemunho estressa e evidencia as relações entre escrita e exclusão social que abrange a discussão dos direitos (Selligman-Silva, 2003), tal como faz Asdrúbal. Embora uma narrativa autobiográfica menos crítica e menos testemunhal (como é o caso da narrativa de vários ex-internos) também desafie a narrativa institucional, é o testemunho que denuncia os mecanismos institucionais, vinculando a violência aos autoritarismos institucionais e colocando-se no lugar de vítima que pode e deve reclamar por seus direitos.

A construção de uma narrativa de testemunho não é simples, óbvia e espontânea. Não se trata de um gênero literário pronto, uma forma a ser preenchida com experiências subjetivas. Ela está calcada na própria forma como a construção do conhecimento do passado e de si está calcada. Para que Asdrúbal construísse esse testemunho foi necessário que ele construísse

*entendimentos* específicos sobre suas experiências, sobretudo as experiências de violência. Tal como os outros ex-internos, possivelmente, por muito tempo, *entendimentos* sobre experiências de violências permaneceram com sentidos em aberto ou sentidos não atribuídos. Por contingências específicas à sua trajetória, Asdrúbal teve a oportunidade de cruzar, já fora do Instituto, com o teatro, mais especificamente, com o teatro de Bertolt Brecht que influenciou amplamente o Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Ambos teatros críticos, que foram concebidos por indivíduos que sofreram com ditaduras e exílios. O caminho do teatro parece ter aberto os olhos de Asdrúbal não apenas para uma posição crítica, como também para explorar o passado histórico sócio-político mais amplo no qual ele passou a sua infância. Isso lhe permitiu ressignificar o que viveu e fazer certas associações entre o contexto sócio-político e suas experiências no Instituto. Se em um primeiro momento, essa atribuição de sentido era instável ou hipotética, foi pelas *redes de autoridades* nas quais se enredou que ele veio a ter seus *entendimentos* validados. O percurso dele por programas de televisão mais críticos, como *Provocações*, e pela Comissão da Verdade da Assembléia Legislativa o enredou em redes com autoridades reconhecidas que validaram seu relato. Essas pessoas estavam inseridas em espaços públicos plurais em um momento político de abertura para as múltiplas identidades e de *ressonância* de múltiplos *entendimentos*. Não é possível mapear as redes nas quais Asdrúbal se inseriu sem ter que iniciar uma nova pesquisa dedicada a esse propósito, mas foi válido trazê-lo como uma figura dissidente da rede de ex-internos da unidade de Batatais. Mesmo publicamente famoso, Asdrúbal não foi e não é reconhecido e nem tem sua narrativa validada pela rede de ex-internos pesquisada. Talvez fosse até mesmo enquadrado como alguém "desviante" (dada sua identidade múltipla) e que "não soube aproveitar as oportunidades do Instituto que criou tantos homens de bem".

Além da não integração na rede de ex-internos, é possível perceber que essa *ressonância negativa* entre *entendimentos* passados e atuais inevitavelmente impacta na coerência da narrativa biográfica de Asdrúbal. Ele reconhece esse passado de maneira crítica, pois permitiu relatar a si próprio



sem seguir os códigos socialmente valorizados (Butler, 2015). Permitiu citar incoerências e rupturas identitárias drásticas. Essa ruptura identitária é expressa, entre outras maneiras, nas suas mudanças de nome ao longo de sua vida. O menino Augusto se transformou no jovem Asdrúbal Serrano, que ainda se transformou na adulta transgênero Marjorie Serrano. Para cada momento, um registro biográfico: o livro "Guerreiros Urbanos" e depois o livro "Marjorie, por favor" (Pezzotti, 2018). Esse desenho do relato de si que abarca múltiplas identidades e que permite abarcar as incoerências de diferentes "eus" também está presente no livro de Herzer, que é transsexual.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho enfrentou alguns desafios teóricos, metodológicos e empíricos que foram sendo resolvidos paralelamente com respostas e *insights* mútuos dessas três dimensões. Desses desafios, chegamos a algumas respostas e teses e, também, a alguns impasses e perguntas.

Algumas perguntas iniciais foram os pontos de partida para discutir aspectos mais amplos do que somente a influência social no processo de rememoração. Questões inicialmente postas, “como rememorar uma infância apartada da família, ou até mesmo da sociedade?”, “como rememorar quando não há (ou há poucos) registros desse passado?”, “como rememorar quando não se convive mais com aqueles que partilharam desse passado?”, “seria uma viagem mental suficiente para recordar?”, “essas condições afetam a maneira como nos concebemos?”, “como essas recordações são interpretadas?”, foram atravessadas por outras muitas questões trazidas do campo empírico: as relações entre rememoração e *entendimento*; rememoração e violência; rememoração e identidade (ou *self* temporal); rememoração e tecnologias sociais; narrativa e identidade; rememoração e *regimes emocionais*; rememoração e silenciamento social; rememoração e *política da memória*, foram temas e problemas que surgiram a partir das questões iniciais e os quais tentamos traçar considerações e/ou explicações ao longo do texto. Outros pontos, que não eram objeto inicial da tese mas foram produtos do objeto empírico, também surgiram com força. Buscamos endereçá-los dentro do escopo teórico-metodológico previamente desenhado e das questões propostas, tais como a institucionalização precoce, a desinternação, o abandono, o estigma, o trabalho forçado e a violência institucional. Nas páginas que se seguem, vamos fazer um balanço sintético e uma reflexão sobre as contribuições da tese, tanto no nível teórico-metodológico, quanto nas análises.

Como vimos, a memória não é um fenômeno apenas estritamente coletivo ou individual. O que é memória, então? Memória é rememoração, um processo relacional e processual que repousa no fluxo temporal e com ele se

transforma. Embora esse processo seja mental, ele está condicionado ao mundo externo, apoiando-se e sendo construído pelas interações sociais e pelos artefatos que nos rodeiam - artefatos estes que têm várias funções e formas. O processo de rememoração é sempre atualizado pelo momento presente. Isso não quer dizer que os sentidos que atribuímos a esses eventos passados não possam vir a se estabilizar por um certo tempo. Isso acontece quando esses sentidos são intersubjetivamente validados dentro de uma rede de indivíduos - havendo alguns modos de validação possíveis, apontamos aqui o *reconhecimento*, a *corroboração* e a *ressonância*. Portanto, a interpretação do passado é a base constitutiva de como nos concebemos. O que nos tira da deriva na qual a mente se encontra é o compartilhamento e materialização dessas interpretações.

Toda essa dinâmica, no entanto, não é estática, unidirecional e previsível. Ela se dá em contextos específicos a depender das *configurações* que as colocam em curso. Por isso que, embora uma abordagem processual do passado seja rica em fornecer os detalhes dessa dinâmica, peca, por outro lado, em fornecer análises generalizáveis ou modelos estáticos que transcendam o contexto analisado. É um tipo de abordagem teórico-metodológica construída com base em pesquisas empíricas em detrimento de leis gerais cuja aplicabilidade fica à margem das especificidades dos objetos - isso pode ser visto como uma limitação importante desse tipo de abordagem. A abordagem relacional e distribuída da memória terá um médio alcance não se aprofundando nem nos detalhes da subjetividade dos agentes, nem nas macro estruturas que estão como pano de fundo da análise. Mais do que analisar como o processo social se dá no meio social, buscamos entender o que foi rememorado pelos ex-internos. Isto é, ao conseguirem, colaborativamente, rememorar seus passados, quais sentidos eles atribuíram e como esses sentidos se modificaram ao longo do tempo. Uma análise interpretativa buscou entender esses sentidos e as conseqüentes ações.

Abordar a memória a partir de uma perspectiva relacional, processual e interpretativa foi a nossa resposta às cisões existentes no campo dos *Memory*

*Studies* a fim de coadunar conceitos que pudessem dar conta dos aspectos sociais da memória sem negligenciar o conhecimento produzido por outras áreas dentro do campo. Esse era um passo importante para que o diálogo interdisciplinar se concretizasse em algum nível, de modo a extrair os benefícios de abarcar conhecimentos importantes produzidos por outras áreas sobre um fenômeno que é ontologicamente bio-psico-social. Por isso, tecemos aqui um trabalho teoricamente pluralista. Essa articulação entre conceitos majoritariamente da Sociologia e minoritariamente das Ciências Cognitivas e da Filosofia da Mente aconteceram a partir da convergência de algumas correntes que essas três áreas apresentavam. Muitos conceitos advindos da Filosofia da Mente e das Ciências Cognitivas não foram diretamente articulados na análise empírica, pois são conceitos metateóricos, pressupostos postos no início da discussão.

Em trabalho anterior (Cordeiro, 2015), ao analisar a teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs e as ambiguidades que o termo “memória coletiva” abarcava, concluímos que, mesmo diante de todos os fatores e constrangimentos que a memória possa sofrer, neste caso estudado, não havia uma representação coletiva de um passado comum. Ao contrário, ela estava dispersa entre os diferentes ex-internos e outros artefatos, algo que poderia ser melhor compreendido a partir da vertente *distributed memory*. Mais do que isso, esse tipo de leitura permite mais abertura para pensar relações mediadas pela tecnologia na contemporaneidade, que foi especialmente privilegiada pelos ex-internos. Explorar essas relações entre tecnologia e processos de rememoração foi um dos caminhos, até então impensados, que o campo empírico nos apresentou. O modo como as recordações deles estão dispersas é característico de populações marginalizadas que não têm (ou têm pouco) seus relatos materializados, publicizados e canonizados em vídeos, entrevistas e livros. Assim, são versões que não chegam a integrar a história oficial de instituições das quais participaram e acabam sendo silenciadas. Isso, no entanto, não significa que elas não sejam um conhecimento importante a ser investigado. São conhecimentos contextuais, relacionais, processuais e

transformáveis. Um conhecimento produzido e reproduzido em redes de interdependência que se moldam mutuamente, estão historicamente situadas e, portanto, são constrangidas pelo contexto presente. Nesse sentido, embora as fontes históricas não tenham sido fontes primárias de dados e de análise, elas foram essenciais para compreender os contextos que precederam as experiências dos ex-internos e a maneira como a sociedade olhou, ao longo do tempo, para pessoas que passaram por experiências análogas às dos ex-internos.

Trabalhar com os relatos primários dos ex-internos evidenciou as relações sociais em formação, transformação e permanência. Isso só foi possível pela adoção de uma abordagem metodológica que acompanhasse o próprio processo de mudança da realidade empírica. Assim, foi possível compreender como os sentidos atribuídos pelos ex-internos sobre seus passados foram envolvidos em disputas sociais e micropolíticas até que se estabilizassem (ainda que provisoriamente) em torno de uma versão que prevaleceu sobre outras que foram marginalizadas e silenciadas. Conceitos advindos da Sociologia do Entendimento forneceram um arcabouço interessante para dar conta dessa dimensão política que é completamente ausente nos escritos de Halbwachs.

Olhar para essas narrativas marginais, fragmentadas e distribuídas no ambiente social trouxe alguns desafios metodológicos de coleta, já que um arquivo documental ou uma coleta controlada de "memórias" comporiam um cenário empírico muito mais circunscrito e manipulável. Para coletar esse tipo de dado foi necessária uma abordagem qualitativa que captasse com profundidade e riqueza os detalhes qualitativos, mas que também conseguisse captar uma extensão temporal razoável desses dados. Mais do que isso, pesquisar em redes sociais é ter que lidar com uma imensidade de dados e ignorar essa arena não era uma opção. Dada a realidade do campo empírico, foi necessário um desenho de pesquisa multidados e multimétodos que pudesse dar conta, a um só tempo, da profundidade dos materiais e da extensão dos materiais; da mesma maneira, da dimensão não virtual e virtual. Saber coadunar

abordagens quantitativas como instrumentos para melhor compreender os dados qualitativos foi um caminho rico para pesquisas, como esta, com dados complexos.

Da dimensão virtual vieram dados importantes para acessar e compreender a interação dos ex-internos no cotidiano. Além disso, foi possível observar nesses dados as transformações e permanências na interpretação do passado ao longo do tempo. Essas características e mecanismos pelos quais eles constroem essas narrativas ficam opacos nas entrevistas individuais. Se hoje, em 2020, um pesquisador entrevistasse esses ex-internos e eles apresentassem uma determinada versão sobre o passado, ele teria que trabalhar em cima daquela unidade narrativa aceitando que aquela era a visão de mundo imutável do ex-interno. O pesquisador deparar-se-ia com uma narrativa resultante (pelo menos parcialmente resultante) de um conjunto de sentidos atrás dos quais há dinâmicas de interação, dinâmicas de validação e dinâmicas políticas, que não se relevam em uma narrativa mnemônica de um único indivíduo, mas que se expressam nas múltiplas narrativas. Nesse sentido, seguir com os dados ao longo do tempo (seja pela Análise de Redes, ou pelas entrevistas que foram feitas em momentos diferentes do tempo) foi crucial para fornecer uma análise processual compreensiva. Da mesma maneira, coletar e analisar dados de diferentes ex-internos permitiu compreender como se davam as relações, quem interagia com quem, quem tinha autoridade em relação à quem.

Foi no curso temporal e analisando as relações que foi possível perceber uma *política da memória* em curso e a conseqüente adaptação dos *entendimentos* que eles tinham sobre seus passados. Só observar suas narrativas, sem acompanhar as relações no curso temporal, não traz à tona as contradições sociais pelas quais eles passaram, e nem expõe a realidade social de maneira crítica. A ausência de uma interpretação mais crítica sobre como eles concebem a si e seus passados está ligada à ausência de espaços de democráticos de *meta entendimentos*. Isto é, espaços nos quais eles poderiam discutir a maneira pela qual eles interpretam o passado. Como vimos, *meta*

*entendimentos* são entendimentos que organizam os outros entendimentos, são aqueles que explicitam a maneira e os caminhos pelos quais nós construímos nossos *entendimentos* sobre o mundo. Os encontros presenciais que eles realizam ou, até mesmo um espaço no Facebook restrito à interferência de agentes externos à rede, poderiam ser espaços de *meta entendimento* responsáveis por discutir os *entendimentos* tomados como dados. Esses espaços não foram constituídos, pois até certo ponto havia um controle, como parte da *política da memória*, dos encontros presenciais, dos temas que podiam ser tratados e da sua organização. No entanto, nem esses espaços públicos, constituídos por eles próprios na internet, tornaram-se arena livre para debate entre eles, pois a página pública no Facebook também controlava o fluxo e o tipo de interpretação ali veiculado. Somado a isso, eles não tiveram as ferramentas necessárias para vincular suas histórias a contextos sócio-históricos mais amplos, pois também não há esse tipo de espaço fora desta rede. Isto é, um espaço público onde se possa debater junto a esses ex-internos, o que foi a infância deles sob a circunstância de uma institucionalização precoce tutelada pelo Estado. Da mesma forma, não há (ou há poucos) espaços para uma educação política desses internos que amplie o universo de possibilidades para interpretação de si. Certamente poderiam ser espaços de *ressonâncias* de outros *entendimentos* sobre o que é uma instituição total, sobre o que é a experiência da institucionalização precoce e o que é violência institucional, por exemplo. Como propusemos, é possível ler o trauma fora da chave do inconsciente freudiano e isso se tornou evidente através dos dados empíricos. Por outro lado, as narrativas nos mostraram que esses eventos careciam de compreensão e aí está a fonte do trauma. Nesse sentido, espaços democráticos e críticos poderiam prover essas ferramentas de compreensão sobre o que é sofrer uma violência fruto de um autoritarismo.

É claro que mesmo havendo esses espaços, nada garantiria que esses ex-internos, de fato, iriam alcançá-los, inseririam-se neles e reconheceriam autoridades neles. Nada garantiria que eles romperiam com essa rede que ocupa um lugar familiar na vida deles e que eles passariam a se orientar por

*entendimentos* contraditórios aos de seus “irmãos”. O apelo aos laços com outros ex-internos enquanto laços familiares é muito forte, e isso é evocado sempre que há conflito de *entendimentos* entre eles, como expresso na emblemática passagem já citada:

Fico profundamente triste quando algum de nós comete a heresia da separatividade. Saibamos que todos nós que ainda somos ex-menores e que dentro de cada um, existe aquele menor carente que precisa desse encontro. Não me importo que nomes dão e darão [...] Então vamos parar de nos dividir. Agora é a hora de unirmos em uma só família (Tom, postagem no Facebook, abril de 2020).

Mesmo assim, garantir esses espaços de reflexão poderia ter permitido que aqueles que apresentaram *entendimentos* contraditórios, em um primeiro momento, pudessem ter se constituído como *autoridades* com força de oposição à *política da memória* que tomou a rede. Asdrúbal, que não faz parte dessa rede, não os reconhece como irmãos e traçou uma vida em outros espaços sociais, privilegiando o teatro como forma de conhecer a si a partir de outras chaves interpretativas. Assim, conseguiu generalizar sua estória e tratá-la como representativa de várias outras estórias de jovens que passaram pela institucionalização precoce. Em contrapartida, os ex-internos pesquisados particularizaram suas estórias buscando atestar um caráter único e privilegiado do que viveram que estaria à margem da realidade social corrente. Nesse sentido, mesmo tendo sido um “irmão” deles, Asdrúbal narra a si como pertencente a uma instituição governamental da época da Ditadura Militar sob a nomenclatura genérica de FEBEM. Os ex-internos, por outro lado, não narram a si desta maneira e jamais entenderiam esse tipo de narrativa como *ressonantes* de suas próprias narrativas. Essa dissidência expressa visões de mundo opostas, conhecimentos distintos sobre experiências muito semelhantes. Ou seja, as recordações parecem variar menos do que os *entendimentos*. Em formas mais ou menos acabadas, eles vão construindo esses sentidos ao longo do tempo. Como um tecido, os pontos fazem e se desfazem; ora estão mais estreitos e coesos, ora mais frouxos; podem ter cores variadas e formatos distintos no curso temporal até que ganham formas estabilizadas, validadas e materializadas (Cordeiro, 2020b).



Como vimos, as relações sociais não são neutras do ponto de vista do poder e da autoridade. Cada pessoa está alocada em um ponto da rede e uma autoridade representa/impacta de maneiras diferentes em cada um de nós. Uma comunidade mnemônica, como é o caso dos ex-internos, forma sua própria rede de autoridades e esta valida certos *entendimentos*, ordenando assim o modo como eles se orientam e se entendem. Essas *validações*, neste caso, acabam gerando certa violência ética (Butler, 2015), pois valida apenas partes de suas trajetórias, evidenciando apenas interpretações positivas de seus passados. Essa dinâmica é colaborativa, eles co-constituem suas identidades e narrativas em cima de um *regime emotivo* que transformou vergonha em orgulho.

O fato de ter se instaurado um *regime emotivo* específico entre eles, de alguma forma, não acolhe e não valida outros sentimentos que eles possam vir a ter em torno de suas trajetórias marcadas por situações de violência. Aqui, a violência é considerada "apenas no domínio dos meios e não no domínio dos fins" (Benjamim, 1996, p. 236), ou seja, por mais que elas tenham existido e isso seja muito presente em suas recordações, elas ganham uma justificativa de que foram os melhores meios possíveis para alcançar os fins desejados que eram justamente torná-los "cidadãos de bem".

Ainda que pouco problematizada e explicitada, o relato cru de muitos deles, sem análise nenhuma, já é suficiente para mostrar, a partir de um microcosmo, como há práticas violentas do Estado em muitos níveis do tecido institucional. Não só práticas violentas do Estado, como práticas violentas da socialização masculina, muitas vezes baseada em abusos sexuais justificados por uma falta de "virilidade masculina". Vale lembrar que aquilo que é narrado é apenas uma ponta que rompeu a barreira do incompreensível à busca de algum sentido. Há toda uma camada de acontecimentos que são lembrados, mas que permaneceram nos porões do indizível, do não significado pelos outros. Ou mesmo que permaneceu no âmbito do não materializável. Algum relato que seu narrador não gravou ou escreveu e que esta pesquisa não teve acesso ou

registrou e que, ao ser exposto, não foi compreendido e aceito. Portanto, voltou aos porões do silenciamento social.

Se tomássemos algumas entrevistas de alguns ex-internos ou até mesmo pesquisássemos documentalmente a história do IAMB/UE-4 FEBEM, poderíamos nos deparar com o fato de que aquela unidade teve uma história excepcional do ponto de vista da formação e educação de menores. Artigos científicos e falas dos próprios ex-internos em ambientes universitários traziam passagens que colocam a unidade como modelo de educação a ser adotado ainda hoje:

O levantamento de documentos, jornais e revistas pertencentes a arquivos pessoais de funcionários que trabalharam no IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais - nas décadas de 50, 60, 70 e 80, bem como seus depoimentos revelaram a existência de um projeto educacional bem sucedido, estabelecido em fundamentos claros, passíveis de execução e autossustentável [...]

Há referências que assinalam a presença de um programa de educação, no qual diferentes aspectos da pessoa humana buscavam ser contemplados: ser humano compreendido como entidade bio-psico-social. É digno de nota, como facetas relacionadas à cidadania estavam de algum modo sendo consideradas como no trecho em que se afirma que a conscientização do valor do trabalho, seria necessária para a preparação para a vida após sua reintegração na comunidade (Safra & Parente, 2014, p. 187 & p. 197)

Até mesmo o perfil do Facebook IAPS-IAMB que apresenta *entendimentos* levemente distintos dos *entendimentos* dominantes tem em sua descrição a seguinte frase: "Somos pessoas que deram certo na vida. O sistema de hoje é falido para a educação dos jovens." Sendo assim uma sugestão de que o modelo educacional pelo qual eles passaram fosse mais adequado para a formação de jovens.

Nesse contexto, a violência já vem revestida de disciplina, os sentimentos por ter participado da instituição é de orgulho e a mensagem principal é de sucesso e superação. Guardadas as diferenças entre as unidades, esses sentidos veiculados passam longe de uma análise acurada, crítica ou crua sobre o que esses ex-internos experienciaram ao longo de suas trajetórias. É só o mosaico de relatos coletados em vários âmbitos e em vários momentos temporais que é capaz de entender a dinâmica dos sentidos que

esses indivíduos atribuíram à institucionalização precoce. A partir desses relatos, conseguimos observar que, pelo menos até a década de 1990, muitas práticas institucionais do começo do século XX, como a lógica do trabalho como via de regeneração social, permaneceram ativas nas instituições de assistência para menores abandonados e infratores. Observamos também que as sucessivas “reformas” institucionais (que vinham como consequência das reformas legais no que se refere à assistência ao menor) não superaram o estigma ligado à instituição e seus internos. Do Instituto Disciplinar à Fundação CASA, todos os indivíduos que passaram pela institucionalização precoce sentiram seu peso durante suas infâncias e ao longo de suas trajetórias de vida pelo estigma que carregaram. Entender essas experiências passadas, a partir do que se recordam de suas infâncias é uma tarefa laboriosa pela qual muitos dos ex-internos passam.

A excepcionalidade dos eventos pelos quais passaram, a dificuldade em compreendê-los e integrá-los em uma narrativa coerente e teleológica de si os coloca em uma constante busca pela reconstrução de seus passados. Essa tarefa, no entanto, não é tão simples, já que as condições sociais para desempenhá-la não estão dadas. Sem família e outras conexões sociais que lhes permitem amparar seus processos de rememoração, esses ex-internos têm dois caminhos a percorrer: ficar à sorte de suas subjetividades mentais rodeadas por crises de sentido, lacunas mnemônicas e altos graus de incerteza ou buscar reconstruir as condições necessárias para tal. O reencontro dos ex-internos pesquisados ilustra como essas interações sociais são fundamentais e fortalecedoras do processo de rememoração, ainda que não haja um controle crítico dos sentidos atribuídos a elas. Com uma rede de interações constituída (ainda que ela seja majoritariamente ativada virtualmente, algo característico e inevitável da contemporaneidade), eles circulam narrativas e outros artefatos, como fotos, objetos e documentos que balizam seus processos de rememoração de uma maneira muito mais ativa e assertiva. Dessa interação, os sentidos atribuídos ao que recordam do passado vão ganhar contornos múltiplos a depender do que validarão. A presença de ações deliberadas para

validar certos sentidos e censurar outros apareceu aqui como uma verdadeira *política da memória*.

Embora essa *política da memória* não tenha um sentido tradicional como uma política pública da memória a nível governamental (mesmo porque nem partimos de um arcabouço teórico com esse alcance), ela curiosamente esteve atrelada a um indivíduo que indiretamente representava o Estado - ainda que quisesse a qualquer custo a se desvincular dele. A *política da memória* empregada pela filha do ex-diretor, embora tenha sido em prol da construção de sentidos positivos em torno da atuação do próprio pai, não deixa de ser uma extensão/representação, a nível micro/local, do Estado que administrava o Instituto. Como vimos, o entendimento que a filha do ex-diretor tem sobre o papel do Instituto na vida dos ex-internos converge com o discurso que o governo militar tinha: de que as instituições para menores poderiam prover aquilo que as famílias pobres não poderiam prover. De acordo com a propaganda do governo: **f**é, **e**ducação, **b**ons modos, **e**sperança e **m**oral. No caso da filha do ex-diretor, não sabemos se ela adotava esse discurso anteriormente. No entanto, nota-se que o envolvimento processualmente crescente com a história do Instituto e a defesa do trabalho lá feito deve ter levado à defesa desse discurso que acabou convergindo com o discurso militar. Assim a convergência discursiva não foi intencionada, mas surge como um subproduto da própria dinâmica de constituição e manutenção da autoridade por meio de um empreendedorismo moral, cujo objetivo era vangloriar e honrar o trabalho feito no Instituto e, conseqüentemente, o ex-diretor, seu pai.

Essa *política da memória*, como vimos, surtiu efeito na maneira como essa rede de ex-internos entendia seu passado na instituição. Isso os levou a uma *política da construção de si* (*politics of self-making*) em que, dentro da rede, passaram a validar apenas *entendimentos* sobre si que os apresentassem como homens que apesar do sofrimento trilharam uma trajetória de superação e sucesso. Verificamos, então, que a *política da memória*, quando bem-sucedida, engendra necessariamente uma *política de construção de si*. Como vimos, memória e identidade são dois fenômenos cognitiva e socialmente imbricados.

Uma vez *institucionalizados*, os *entendimentos* positivos sobre os eventos que aconteceram no Instituto no passado foram acomodados em narrativas coerente sobre si. Nesse sentido, eventos passados ligados a três fontes de sofrimento para os ex-internos (a saber, abandono, coerção institucional e estigma) foram ressignificados como eventos-chave para suas trajetórias de "sucesso". O abandono passou a ser visto como algo que possibilitou que eles tivessem oportunidades na vida na medida em que foram institucionalizados precocemente e "salvos" de suas famílias. A coerção institucional (presente em eventos de violência física, sexual e psicológica e, em eventos de trabalho forçado) passou a ser entendida como expressão de disciplina e de "cuidado" parental. E o estigma, que os acompanhou posteriormente, busca ser dissolvido com o afastamento de qualquer identificação deles com a FEBEM e/ou a Fundação CASA, bem como com a apresentação deles como "homens de sucesso" e "de família". Atribuir coletivamente um novo sentido ao sofrimento é construir um *regime emocional*. Isto é, prescrições sobre como se sentir perante um evento foram colaborativamente tecidos e se impuseram a fim de atingir um objetivo específico, a saber a conformação de uma narrativa coerente de si, que concebe o instituto como peça chave para uma trajetória bem-sucedida e socialmente aceita.

A acomodação desses *entendimentos* em uma narrativa coerente busca dissolver as ambivalências presentes em suas trajetórias. O ajustamento desses *entendimentos* de si os levou a construir narrativas com traços comuns e com a ressignificação dessas três fontes de sofrimento como elementos positivos. Ao fazerem isso, podemos ver que eles começam a empregar uma *política da construção de si* que deliberadamente coloca à margem narrativas dissonantes das deles. A apresentação do caso de Asdrúbal Serrano vem como esse contraponto dissonante. Ele aparece como um indivíduo que está à margem dessa rede de ex-internos que reconhece *autoridades* específicas e valida determinados *entendimentos*. Na medida em que a rede de ex-internos valida narrativas de si que vão em direção à aceitação social, dissolvendo marcas ligadas à imagem socialmente degradada da FEBEM e apresentando-se a partir

de aspectos moralmente valorizados (como ser pai de família, ter emprego e ser religioso), eles inevitavelmente sofrem uma *violência ética*.

Assim, há três teses centrais que se sobressaíram ao longo do trabalho. A primeira é a centralidade do processo de rememoração para a construção de si. Isto é, a construção identitária passa por uma narrativa de si e, necessariamente por um processo ativo de reinterpretação do passado. Isso se mostrou especificamente evidente na narrativa dos ex-internos que tiveram suas infâncias vividas apartadas da sociedade e, posteriormente, perderam quaisquer tipos de relações sociais e objetos ligados a esse passado. Para eles, restaurar esse passado e buscar compreendê-lo se mostrou como uma necessidade presente, uma necessidade de remontar esse quebra-cabeça para si e para suas novas famílias. Aqui também há de se considerar que nem todo o universo de ex-internos participou desse movimento. Apenas alguns deles. Majoritariamente aqueles que conseguiram se manter vivos ao longo dos anos, conseguiram certa reinserção social (apesar da marginalização que sofreram) e que constituíram família. Nesse sentido, há um viés nesse conjunto de ex-internos e no caminho que percorrem para conseguirem se reencontrar no momento presente.

A segunda é que a tônica dessa narrativa se adequa a um enredo compartilhado com uma rede de outros ex-internos que dão realidade para os diferentes elementos da narrativa e também validade para os *entendimentos* desses elementos narrativos. Os ex-internos foram revendo cenas passadas à medida em que foram compartilhando com outros colegas. Esse compartilhamento de histórias passa por um entendimento compartilhado que está sujeito à mudança nos sentidos atribuídos. A disputa pelos sentidos ficou mais evidente quando as recordações diziam respeito a eventos que envolviam violências incompreendidas ou injustificadas. Embora essas recordações não tenham aparecido facilmente nos relatos, à medida em que eles interagiram ao longo dos anos, esses eventos emergem em busca de um sentido. O fato de serem recordações com sentidos em aberto acabou por criar múltiplas

possibilidades de interpretação, dando espaço assim para que a *política da memória* posta em curso pela filha do ex-diretor atuasse sobre eles.

E, por fim, a respeito desta *política da memória*, ela só foi possível porque nem todas as versões sobre o passado possuem a mesma força; elas não são ouvidas e aceitas de maneira equânime entre os pares. As versões de algumas pessoas se tornam mais relevantes e, usualmente, essas pessoas se tornam *autoridades* dentre uma rede de pessoas. Isso significa que elas são um ponto no espaço social no qual outras pessoas e *entendimentos* se vinculam e orbitam ao redor. Nesse sentido, a filha do ex-diretor, apoiada por ex-internos antigos, teceu uma dinâmica que envolvia um forte empreendedorismo moral. Ela descaracterizou quaisquer versões em o Instituto aparecesse como fonte de autoritarismos. Ainda que reconhecessem que tais eventos pudessem ter acontecido, haviam disputas para ressignificá-los em termos de cuidado e responsabilidade. Esse empreendedorismo moral foi, por um lado, empregado por uns e, aceitos por outros como uma forma conservadora de interpretar o que aconteceu, bem como uma forma conservadora de construir suas histórias teleológicas que ligam a suposta disciplina experienciada na infância com o fato de terem vencido na vida e serem vistos com respeito pela sociedade mais ampla. Isso fica muito claro ao nos depararmos com a história de Asdrubal. Ele tece sua história com elementos de transgressão e disrupção como forma de denunciar o que viveu. Fora da *dinâmica de validações* da rede de ex-internos, Asdrubal encontrou outros espaços sociais para publicizar sua história, sem a necessidade de tê-la *validada e ressoada* pelos ex-colegas. Mais do que isso, sem esperar manter os vínculos com eles.

Em um primeiríssimo momento, ao abordarmos o campo empírico, levantamos duas hipóteses prévias que se mostraram inválidas à medida em que prosseguimos com a análise. Primeiramente, com dados históricos e trabalhos sociológicos sobre a menoridade no Brasil, tínhamos a ideia de que os ex-internos fossem recordar momentos difíceis da sua infância como grandes motivos pela exclusão social da qual ainda partilham e pela total desassistência do governa. Ao nos depararmos com narrativas distintas do que

hávamos imaginado, levantamos a hipótese que havia uma excepcionalidade positiva da Instituição, tal qual aparecia nos relatos dos ex-internos. Ao empregar uma análise mais detalhada com a abordagem teórico-metodológica que aqui apresentamos, com uma leitura crítica dos dados e uma perspectiva interpretativa que buscou olhar para os motivos e sentidos do que estava sendo dito, chegamos a essa explicação/análise completamente diferente e muito mais complexa do que hipotetizado inicialmente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew (2016). **Processual Sociology**. Chicago: University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_. (1992). *From causes to events: notes on narrative positivism*. **Sociological Methods and Research**, vol. 20, n. 4, May.

ACIOLI, Sônia (2007). *Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos dos conceitos* **Inf.Inf.**, Londrina, v. 12, n. especial.

ALVAREZ, Marcos (1989). **A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. SALLA, Fernando (2018). *Os novos contornos do bacharelismo liberal: uma análise da trajetória de Cândido Motta (1870–1942)*. **Política & Sociedade**. Vol. 17, n. 39, Mai./Ago.

ALVES, Maria Helena Moreira (1984). **Estado e oposição no Brasil 1964-1984**. Petrópolis: Ed. Vozes.

ANASTASIO, Thomas *et allie* (2012). **Individual and Collective Memory Consolidation: analogous processes on different levels**. Cambridge: MIT Press.

ARCHER, Margareth (1996). **Culture and Agency**. Cambridge: Cambridge University Press.

ARFUCH, Leonor (2012). **O Espaço Biográfico**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

ARISTOTLES. *De Memoria et Reminiscentia* 1450a10. In.: GREGORIC, Pavel (2007). **Aristotle on the Common Sense**. Oxford: Oxford University Press.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (1982). **De criança a infrator: uma trajetória de classe**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ASSMANN, Jan (1992). **Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen**. Munich: Verlag C. H. Beck.

AUSTIN, John L. (1962). **How to Do Things with Words**. Clarendon: Oxford University Press.

BACHA, Edmar (1978). **Política econômica e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BALANDIER, Georges (1976). **As Dinâmicas Sociais: Sentido e Poder**. São Paulo: Ed. Difel.

BENJAMIN, Walter (1996 [1921]). *The Critique of Violence*. In.: BULLOCK, Marcus & JENNINGS, Michael. **Walter Benjamin: selected writings (1913-1926)**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_ (2006). *The Storyteller*. In.: Dorothy, j. (ed). **The Novel: an anthropology of criticism and theory 1900-2000**. Malden, Mass: Blackwell Publishing.

BARTLETT, Friedrich (2003 [1932]). **Remembering: A study in experimental psychology**. Cambridge: Cambridge University Press.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1997). **The Social Construction of Reality**. Detroit: Free Press.

BERGSON, Henri (1990 [1896]). **Matter and Memory**. Cambridge, MA: Zone Books.

BERNAL, Elaine (2004). **Arquivos do Abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço de Menores de São Paulo (1938- 1960)**. São Paulo: Ed. Cortez.

BERNARDO, Renata (2008). História da Juventude, Delinquência e Educação – 1890-1940. In.: **Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL**.- Ano X - N.o 18 - 1. Semestre, pp. 209-234.

BERNECKER, Sven (2010). **Memory: a philosophical study**. Oxford: Oxford University Press.

BERTAUX, Daniel (1981). **Biography and Society: the Life History Approach in the Social Sciences**. Beverly Hills: Sage.

\_\_\_\_\_ (1980). *L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités*. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Nouvelle Serie, v. 69, pp. 197-225

BIETTI, Lucas (2018). *Memorias Adaptables para la Construcción de Identidades Colectivas*. **Social and Education History**, 7(2).

BOEIRA, Daniel et alie (2017). *Castigos, revoltas e fugas: a Fundação do Bem-estar do Menor retratada nas páginas da Folha de São Paulo 1980-1990*. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, Agosto, pp. 456-480.

BOHLEBER, Werner (2007). “Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise [*Erinnerung, Trauma und kollektives Gedächtnis: Der Kampf um die Erinnerung in der Psychoanalyse*]”. In. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Volume 41, n. 1, pp. 154-175.

BORGES, Luis (2007). **Funes, o memorioso**. São Paulo: Cia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (2009). *Estrutura, habitus e prática*. In.: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (1986). *L'illusion biographique*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 62-63, jun., pp. 69-72.

BUTLER, Joseph (1975 [1736]). *Of Personal Identity*. In: PERRY, J. (Org.) **Personal Identity**. London: University of California Press, p. 99-105.

BUTLER, Judith (2015). “**Relatar a Si Mesmo – Crítica da Violência Ética**” São Paulo: Editora Autêntica.

CANDAU, Joel (2011). **Memória e Identidade**. São Paulo: Ed. Contexto.

CARUTH, Cathy (1996). **Unclaimed Experience**: trauma, narrative and history. Baltimore: John's Hopkins.

CLARK, Andy (1996). *Linguistic anchors in the sea of thought*. **Pragmatics and Cognition**, 4 (1), pp. 93–103.

\_\_\_\_\_. CHALMERS, David (1998). *The Extended Mind*. **Analysis**, Vol. 58, No. 1, Jan., pp. 7-19.

CHASE, Susan (2008). *Narrative Inquiry: multiple lenses, approaches, voices*. In.: DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvona S. (eds.) **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. Edition. London: SAGE Publications, pp. 57-94.

COLERMAN, Simon; VAN HELLERMANN, Pauline. **Multi Sited Ethnography**. London: Routledge.

CONNERTON, Paulo (2013). **How societies remember**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

CORDEIRO, Veridiana Domingos (2017). *Groups as a product of individual and collective memory: the hardcore of Maurice Halbwachs' theory*. **Protosociology Journal**, v. 1, p. 1-19. Disponível em: <http://www.protosociology.de/Rubrum/Cordeiro-Groups.pdf>

\_\_\_\_\_ (2020a). *Novas questões para Sociologia Contemporânea: os impactos da inteligência Artificial e dos Algoritmos nas relações sociais*. In: Fabio Cozman (Org.). **Inteligência Artificial e suas Aplicações: avanços e tendências**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/ Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2015). **Por uma Sociologia da memória**: interpretação e análise da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2018). *The consequent processualism as a social ontology to support a distributed conception of memory and identity*. **113<sup>th</sup> American Sociological Association Congress Proceedings**. Philadelphia, USA.

\_\_\_\_\_ (2020b). *To which past do we belong?: self and narrative in a Brazilian mnemonic community of former institutionalized children*. **Memory Studies**. Online First. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750698020959807>

\_\_\_\_\_; JUCIER, Raimundo (2013). *A teoria da história em Walter Benjamin: uma construção entre "História e colecionismo: Eduardo Fuchs" e "As teses sobre o conceito de história"*. **Revista de Teoria da História**, Ano 5, Número 10, dezembro.

\_\_\_\_\_; NERI, Hugo (2017). *Relações Virtuais inter e intra grupais: a construção de grafos para o mapeamento de dois grupos de ex-internos de uma instituição para menores*. **Anais do 18<sup>o</sup> Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**. Brasília.

\_\_\_\_\_; NERI, Hugo (2019). *Placing the subjective locus in the environment: how social media are enhancing the autobiographical remembering and identity formation processes*. In.: **Automata's Inner Movie: Science and Philosophy of Mind**. Wilmington: Vernon Press.

- COENEN- HUTHER. Josette. **La Mémoire Familiale**. Ed. L'Harmattan, 1994.
- CROSSLEY, Nick (2010). **Towards Relational Sociology**. Londres: Routledge.
- CUNHA, Luiz Antônio (2005). **O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP.
- DAMASIO, Antonio. (1994). **Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain**. New York: Putnam Publishing.
- DENZIN, Norman (2009). **On Understanding Emotions**. New Jersey: Transaction Publishers.
- \_\_\_\_\_; LINCOLN, Yvonna. (2008). **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. London: Sage.
- DEPELTEAU, François (2008). *Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency*. **Sociological Theory**, 1:26, March.
- \_\_\_\_\_. (2018). **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. London: Palgrave McMillan.
- \_\_\_\_\_ & POWELL, Christopher (2013). **Conceptualizing Relational Sociology: Ontological and Theoretical Issues**. London: Palgrave McMillan.
- \_\_\_\_\_ (2015). *Relational sociology, pragmatism, transactions and social fields*. **International Review of Sociology**, vol. 25, N. 1, pp. 45–64.
- DESMOND, Matthew (2014). *Relational Ethnography*. **Theor. Soc.** 43, pp. 547-579.
- DILTHEY, WILLIAM (1999 [1900]). *O Surgimento da Hermenêutica*. Traduzido por Eduardo Gross. **Revista Numen**, v. 2, n. 1.
- DURKHEIM, Émile. *Individual and collective representations* (2009 [1898]). In.: **Sociology and Philosophy**. New York: Routledge, pp. 1-15.
- EICHENBAUM, Howard (2012). **The Cognitive Neuroscience of Memory**. Oxford: Oxford University Press.
- ELIAS, Norbert (2000). **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- \_\_\_\_\_ (2006). **Escritos & Ensaio.1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1998). **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_ (2008). **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (1996). **Norbert Elias über sich selbst**. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

EMIRBAYER, Mustafa (1997). *Manifesto for a Relational Sociology*. **The American Journal of Sociology** 103, pp. 281-317.

FEIERSTEIN, Daniel (2012). **Memorias y representaciones: sobre la elaboración del genocidio**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

FERENCZI, Sandor [1934 (1992)]. *Reflexões sobre o trauma*. In.: **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (1929). *The Unwelcome Child and his Death-Instinct*. **International Journal Psycho-Analysis**, 10, pp. 125-129.

\_\_\_\_\_ [1932 (1995)]. **The Clinical Diary**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

FINE, Garry Allan (1979). *Small groups and culture creation: the idioculture of little league baseball teams*. **American Sociological Review**, 44, pp. 733-745.

FONSECA, Sergio (2008). *A regeneração pelo trabalho: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927)*. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 33.

FORACCHI, Marialice Mencarini (1982). **A Participação Social dos Excluídos**. São Paulo: Ed. HUCITEC.

FOUCAULT, Michel (2009a). **Vigiar e Punir**. São Paulo: Ed. Vozes.

\_\_\_\_\_ (2009b). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, Sigmund (1990 [1920]). **Beyond the pleasure principle**. New York: W. W. Norton & Company.

\_\_\_\_\_ (1996 [1899]). *Lembranças encobridoras*. In.: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, vol. 3. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_ (2010 [1914]). *Recordar, repetir e elaborar*. In.: FREUD, Sigmund. **Observações Psicanalíticas sobre o caso de paranoia relatado em autobiografia (O caso Schreber), artigos sobre técnica e outros textos**. São Paulo: Cia das Letras.

\_\_\_\_\_ (1914). **The unconscious**. Complete Works. Available on: [https://openlibrary.org/works/OL16678137W/Freud\\_Complete\\_Works](https://openlibrary.org/works/OL16678137W/Freud_Complete_Works).

\_\_\_\_\_ (2010 [1900]). **The Interpretation of Dreams**. New York: Basic Books.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1995). **Educação e a crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez.

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP (1976). **O menor e a atuação da FEBEM-SP. diagnóstico para novos rumos**. Censo realizado no período: outubro/novembro.

GADAMER, Hans-Georg (1999). **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes.

GALLAGHER, Shaun (2000). *Philosophical Conceptions of the Self: implications for Cognitive Sciences*. **Trends in Cognitive Sciences**, 4 (1), pp. 14-21.

\_\_\_\_\_ (2014). *Self and Narrative*. In.: MALPS, J. **The Routledge Companion to Philosophical Hermeneutics**. Londres: Routledge, pp. 403 -414.

GARDE-HANSEN, Joanne; HOSKINS, Andrew; READING, Anna. (2009) **Save As ... Digital Memories**. New York: Palgrave Macmillan.

GAZZANIGA, Michael (1995). *Consciousness and the cerebral hemispheres*. In.: GAZZANIGA, Michael. **The Cognitive Neurosciences**. Cambridge, MA: MIT Press.

GEERTZ, Clifford (1989). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.

GIDDENS, Anthony (1984). **The Constitution of Society: outline of a theory of structuration**. Cambridge, UK: Polity Press.

GLAESER, Andreas (2005). *An Ontology for the Ethnographic Analysis of Social Processes: Extending the Extended-Case Method*. **The International Journal of Social and Cultural Practice**, Vol. 49, N. 3, Winter, pp. 16-45.

\_\_\_\_\_ (2000). **Divided in Unity**: identity, Germany and the Berlin Police. Chicago: University Press.

\_\_\_\_\_ (2014). *Hermeneutic Institutionalism: Towards a New Synthesis*. **Qualitative Sociology**, vol. 37, n. 1. March.

\_\_\_\_\_ (2011). **Political Epistemics**. Chicago: University of Chicago Press.

GLUCKMAN, Max. (1961). *Ethnographic Data in British Social Anthropology*. **Sociological Review**, 9, n. 1, pp. 5-17.

GOODWIN, Charles (1994). *Professional Vision*. **American Anthropologist**, 96 (3), pp. 606-633.

GOODY, Jack (1996). **The Logic of Writing and the Organization of Society**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

GOFFMAN, Erving (1961). **Asylums. Essays on the Social Situation of Mental patients and Other Inmates**. Harmondsworth: Penguin.

\_\_\_\_\_ (2014 [1975]). **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1988). **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editoria LTC.

\_\_\_\_\_ (2012). **Os Quadros da Experiência Social: uma perspectiva de análise**. São Paulo: Editora Vozes.

\_\_\_\_\_ (2007). **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva.

GUÉRIOS, Paulo Renato (2012). **A Imigração Ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião**. Curitiba: Ed. UFPR.

GUIRADO, Marlene (2004). **Instituição e relações afetivas**: o vínculo com o abandono. São Paulo: Casa do Psicólogo.

HALBWACHS, Maurice (1997 [1950]). **La Mémoire Collective**. Paris: Ed. Albin Michel.

\_\_\_\_\_ (1997 [1925]). **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Ed. Albin Michel.

\_\_\_\_\_ (1923). *Le Rêve et les Images-Souvenirs: contribution à une théorie sociologique de la mémoire*. **Revue Philosophique de la France et de L'**



**Étranger**. Jan/Jun, pp. 57-97. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/41082002?sid=21105071185651&uid=62&uid=4>

\_\_\_\_\_. [1941 (2008)]. **La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte**. Paris: PUF.

HARRIS, C. ; O'CONNOR, A. R.; SUTTON, J. (2015). *Cue generation and memory construction in direct and generative autobiographical memory retrieval*. **Consciousness and Cognition**, 33, pp. 204-2016.

HARRIS, C.; PATERSON, H.M.; KEMP, R.I. (2008). *Collaborative recall and collective memory: what happens when we remember together?* **Memory** 16 (3) pp. 2013-230.

\_\_\_\_\_. (2012). *Consensus collaboration enhances group and individual recall accuracy*. **The Quarterly Journal of Experimental Psychology**, 65 (1): pp. 179-194.

HEERSMINK, Richard (2013). *A Taxonomy of Cognitive Artifacts: Function, Information, and Categories*. **Rev. Phil. Psych.** 4: 465.

\_\_\_\_\_. (2017a). *Distributed selves: personal identity and extended memory systems*. **Synthese**.

\_\_\_\_\_. (2017b). *The narrative self, distributed memory, and evocative objects*. **Philos. Stud.** 175, pp. 1829–1849.

\_\_\_\_\_. ; CARTER, Adam (2017). *The philosophy of memory technologies: Metaphysics, knowledge, and values*. **Memory Studies**, Online First. (doi:10.1177/1750698017703810)

HERZER (1982). **A queda para o alto**. São Paulo: Editora Vozes.

HUTCHINS, Edward; KLAUSEN, Tove (1996). *Distributed cognition in an airline cockpit*. **Cognition and Communication at Work**. In.: Y. Engeström and D. Middleton (eds.) New York: Cambridge University Press, pp. 15–34.

JAMES, William (1983). **Principles of Psychology**. Cambridge, USA: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_. (1997 [1909]). **The Meaning of Truth**. Amherst: Prometheus Books.

KANDEL, Eric R (2007). **In Search of Memory: The Emergence of a New Science of Mind**. New York: W. W. Norton & Company.

- KANT, Immanuel (2015). **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editoria Vozes.
- KATZ, Nancy et al (2004). *Network theory and small groups*. **Small Group Research**, Vol. 35 No. 3, June.
- KLEIN, Stan; LAX, M.L (2010). *The unanticipated resilience of trait self-knowledge in the face of neural damage*. **Memory**, Nov; 18 (8), pp. 918-48.
- KLEIN, Stan e NICHOLS, Shaun (2012). *Memory and the Sense of Personal Identity*. **Mind**, 121 (483), pp. 677-702.
- KLEINBERG, John (1999). *Authoritative sources in a hyperlinked environment*. **Journal ACM**, 46, pp.604-632.
- KOZINETS, Robert V. (2015). **Netnography: Redefined**. London: Sage.
- \_\_\_\_\_ et allie (2014). *Netnographic Analysis: understanding culture through Social Media Data*. In.: FLICK, Uwe Flick. **Sage Handbook of Qualitative Data Analysis**, Londres: Sage Publications, pp. 262-275.
- LANDINI, Tatiana (2006). *A Sociologia de Norbert Elias*. **BIB**, São Paulo, n. 61, v. 1, pp. 91- 108.
- LATOUR, Bruno (1999). **Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies**. Cambridge, USA: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_ (2012). **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA- EDUSC.
- LAUDAN, Larry (1977). **Progress and Its Problems: Towards a Theory of Scientific Growth**. University of California Press.
- LEVI, Primo (2015). **Foi assim Auschwitz**. São Paulo: Cia das Letras.
- LINDEMANN, Hilde (2001). **Damaged Identities: narrative repair**. Ithaca: Cornell University Press.
- LOCKE, John (1996 [1689]). **Essay Concerning Human Understanding**. Indianapolis: Hackett Publishing.
- LONDROÑO, Fernando Torres (2009) *A Origem do conceito menor*. In.: DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto.

- LUPTON, Deborah (2015). **Digital Sociology**. London: Routledge.
- MARKHAM, Annette (2005). *Online Ethnography*. In.: DENZIN, Norman. **The Sage handbook of qualitative research**. Londres: Sage Publications, pp. 793-820.
- MANNHEIM, Karl (1954). **Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge**. New York: Harcourt.
- MAY, Tim (2004). **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Ed. Artmed.
- MERTON, Robert (1972). *Insiders and Outsiders: A Chapter in the Sociology of Knowledge*. In. **American Journal of Sociology** Vol. 78, No. 1, Jul.
- MEAD, George H. (1934). **Mind, Self & Society: from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: The University of Chicago Press.
- MENDES, Carlos Alberto (2001). **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Cia das Letras
- MOREIRA, Fabio Mallart (2011). **Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MORENO, Jacob Levy (1972). **Fundamentos de la Sociometria**. Buenos Aires: Ed. Paidós.
- MUMFORD, Lewis (1932). **Techniques and Civilization**. London: Routledge & Kegan Paul.
- MCNEIL, Laurie (2012). *There is no "I" in network: social networking sites and posthuman autobiography*. **Biography**, Vol. 35, No. 1, pp. 65-82.
- MUCCHIELLI, Laurent (1999). *Pour une psychologie collective: l'heritage durkheimien d'Halbwachs et sa rivalité avec Blondel durant l'entre-deux-guerres*. **Revue d'histoire des sciences humaines**, 1999, v. 1, pp. 103-141.
- NEWMAN, Mark (2018). **Network Analysis: an introduction**. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ & GIRVAN, Michele (2002). *Community structure in social and biological networks*, **Proc. Natl. Acad. Sci**, 99, pp. 7821-7826.

NORA, Pierre (1984). **Le lieux de mémoire – I: La République**. Paris: Gallimard.

\_\_\_\_\_ (1986). **Le lieux de mémoire – II: La Nation**. Paris: Gallimard.

\_\_\_\_\_ (1992). **Le lieux de mémoire – III: Les France**. Paris: Gallimard.

NORMAN, Donald (2013), **The Design of Everyday Things: Revised and expanded edition**. Disponível em: <http://elibrary.vahlen.de/index.php?doi=10.15358/9783800648108>.

NUNES, Eduardo Silveira Netto (2011). **A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948**. Tese de Doutorado. Faculdade e Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

MUZZETTO, Luigi (2006). *Time and Meaning in Alfred Schütz*. In. **Time & Society**, Sage, 15 (1), pp. 5-31.

OLIVEIRA, Maria da Glória (2017). *Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida*. **Topoi**, v. 18, n. 35.

OLICK, Jeffrey (1999). **Collective Memory: the two cultures**. *Sociological Theory* 17:3, November.

\_\_\_\_\_; VINITZKY- SEROUSSI, Vered e LEVY, Daniel (2011). **The collective memory reader**. New York: Ed. Oxford.

OLICK, Jeffrey & ROBBINS, Joyce (1998). *Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices*. **Annual Review of Sociology**, Vol. 24, pp. 105-140.

PARENTE, Sônia; SAFRA, Gilberto (2014). *Crônica de um desmanche anunciado: o caso IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais*. **Memorandum**, 26, pp. 187-200.

OUTHWAITE, William (2007). *Hermeneutic and Phenomenological Approaches*. In.: Turnet, Stephen & Risjord, Mark. **Philosophy of Anthropology and Sociology**. Amsterdam: Noth-Holland.

PAULA, Liana de (2004). **A família e as medidas socioeducativas: a inserção da família na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2015). *Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana*. **Revista Civitas**, vol. 15, n. 1.

PARENTE, Sônia (2016). **IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais em exposição: memória em construção**. Pesquisa de Pós-Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

PASSETTI, Edson (2009). *Crianças carentes e políticas públicas*. In.: DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto.

PEZZOTTI, Luiza (2018). **Marjorie, por favor**. São Paulo: EDUC.

PINKER, Steven (2007). **The Language Instinct: How the Mind Creates Language**. Nova York: Harper Perennial Modern Classics.

POLANYI, Michel (1966). **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul.

POUPART, Jean (2010). *A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas*. In.: Poupart et alie. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Ed. Vozes.

PRIBAM, Karl (1970). **Biology of Memory**. New York: Academic Press.

PROUST, Marcel (2016). *No Caminho de Swan*, vol 1. In.: Proust, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul.

RADSTONE, Susannah (2000). **Memory and Methodology**. Nova York: Ed. Berg.

REDDY, William (2001). **The Navigation of Feeling: the framework for the history of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press.

REYNOLDS, Dylan (2009). **Personal Identity, Sydney Shoemaker and the Possibility of Extended Selves**. School of English Literatures, Philosophy and Languages Faculty of Arts University of Wollongong. Disponível em: <http://sydneybusinessschool.edu.au/content/groups/public/@web/@arts/documents/doc/uow062031.pdf>

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma (2004). **A institucionalização de crianças no Brasil: Percorso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola.

RICOEUR, Paul (1980). *Existência e hermenêutica*. In: BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Rio de Janeiro: Edições 70.

\_\_\_\_\_. (2011). **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Editora Martins Fontes.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino (2001). **Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964-1979)**. São Paulo: IBCCRim.

ROSENTHAL, Gabriele (2014). **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Porto Alegre: Ed. PUCRS.

SALLA, Fernando & BORGES, Viviane (2016). *A construção do saber criminológico sobre os menores abandonados, delinquentes, pervertidos nas décadas de 1930 e 1940*. In.: **Anais Eletrônicos do 15. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Florianópolis.

SANTOS, Hermílio (2012). *Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais*. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, Jul.-Dez., pp. 489-512.

\_\_\_\_\_. (2005). Alteridade, decepção e estigma no ciberespaço: desdobramentos da interação social mediada. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 26.

\_\_\_\_\_. SANTOS, Hermílio (2007). *Interação social, novas mídias e cidadania*. **Civitas**, Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 2, jul.-dez.

\_\_\_\_\_. (2016). *Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa*. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, jan.-mar., pp. 42-58.

\_\_\_\_\_. ; OLIVEIRA, Patrícia & SUSIN, Priscila. (2014). *Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas*. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, mai-ago.

SCHELER, Max (1987). **Person and Self-Value: three Essays**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

SCHANK, Roger (1990). **Tell Me a Story: Narrative and Intelligence**. Evanston: Northwestern University Press.

SCHÜTZ, Alfred (1976). "The Well-Informed Citizen". In: Brodersen A. (eds) **Collected Papers II**. Phaenomenologica, vol 15. Springer, Dordrecht. [https://doi.org/10.1007/978-94-010-1340-6\\_6](https://doi.org/10.1007/978-94-010-1340-6_6)

SCHÜTZ, Alfred (1976 [1944]). *The Stranger: An Essay in Social Psychology*. **Musical Method**. London: Gordon and Breach Science Publishers.

SCHÜTZ, Alfred (2011). *Reflections on the Problem of Relevance*. In: EMBREE, Lester (ed.) **Collected Papers V. Phenomenology and the Social Sciences**. New York, Springer.

\_\_\_\_\_ (1967 [1932]). **The Phenomenology of the Social World**. Evanston: Northwestern University Press.

\_\_\_\_\_ & LUCKMANN, Thomas (1973). **The structures of the life-world**. Evanston: Northwestern University Press.

SCHWARTZ, Barry (1997). *Collective Memory and History*. **Sociological Quarterly**, May, 38 (3), pp. 469 - 496.

\_\_\_\_\_ *et alie.* (2005). *Collective Memory: why culture matters*. In.: Jacobs, Mark & HANRAHAN, Nancy. **Blackwell Companion to the Sociology of Culture**. Oxford: Blackwell.

SEARLE, John (1995). **The Construction of Social Reality**. London: Allen Lane The Penguin Press.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio (2003). *O testemunho: entre a ficção e o real*. In: SELLIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, memória, literatura**. Campinas: Editora. Unicamp.

\_\_\_\_\_ (2010). *O local do Testemunho*. **Tempo e argumento**, v. 2, n. 1.

SELLEN, Abigail and WHITTAKER, Steve (2010). *Beyond total capture: a constructive critique of Lifelogging*. **Communications of the acm**, May, vol. 53, n. 5.

SERRANO, Asdrubal (2007). **Guerreiros Urbanos**. São Paulo: Expressão e Arte.

SIMMEL, Georg (1967 [1908]). *Die Soziologie*. In.: WOLFF, Kurt (org. trad.) **The Sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press.

SILVA, Roberto da. (1997). **Os filhos do governo: formação da identidade criminosa em crianças órfãs abandonadas**. São Paulo: Ed. Ática.

SHOEMAKER, Sydney (1970). *Persons and Their Pasts*. **American Philosophical Quarterly**, 7, pp. 269–285.

SOLA, Paul de & KOCHEN Martin (1979). *Contacts and Influence*. **Social Networks**, 1, pp. 5-5.

STERELNY, Kim (2010). *Minds: extended or scaffolded*. **Phenom Cogn Sci**, 9, pp. 465-481.

SUTTON, John (2009). *Remembering*. In.: Philip Robbins & Murat Aydede (eds.), **The Cambridge Handbook of Situated Cognition**, Cambridge, UK: Cambridge University Press, pp. 217–235.

\_\_\_\_\_ and MICHAELIAN, Kourken (2013). Distributed Cognition and Memory Research: History and Current Directions. **Review of Philosophy and Psychology**, 4 (1), pp. 1-24.

SCHWARTZ, Barry; FUKUOKA, Kazuya; TAKITA-ISHII, Sachiko (2005). *Collective Memory: Why culture matters?* In.: The **Blackwell Companion to the Sociology of Culture**. Oxford: Blackwell.

TAYLOR, Stephanie; LITTLETON, Karen (2006). *Biographies in talk: A narrative-discursive research approach*. **Qualitative Sociology Review**, vol. II, issue 1, pp. 22-39.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando; MARINHO, Maria Gabriela (2016). *Vadiagem e prisões correccionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República*. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 29, n. 58, p. 381-400.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando; MONSMA, Karl (2018). *A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais*. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12.

THOMAS, William & Znaniecki, Florian (2012 [1918]). **The Polish Peasant in Europe and America**. Nabu Press.

TÜFEKÇİ, Zeynep (2017). **Twitter and Tear Gas: the power and fragility of networked protest**. New Haven: Yale University Press.

TULVING, Endel (1972). **The Organization of Memory**. Ann Arbor: Academic Press.

TURKLE, Sherry (2011). **Evocative Objects: Things We Think With**. Cambridge, MA: The MIT Press.



TURNER, Stephen (2018). **Cognitive Science and the Social: a primer**. London: Routledge.

\_\_\_\_\_ (2012). *Making the tacit explicit*. **Journal for the Theory of Social Behaviour** 42:4.

\_\_\_\_\_ (2017). *Naturalizing the Tacit*. In.: Jassen Andreev, Emil Lensky, and Paula Angelova (eds.) **Das Interpretative Universum**. Würzburg: Koenigshausen & Neumann, pp. 355-376.

\_\_\_\_\_ (2008). *Practices as the new fundamental social formation in the knowledge society*. **Druiboslovne razprave**, XXIV, 59, pp. 49-64.

WALL, Sarah (2015). *Focused Ethnography: A Methodological Adaptation for Social Research in Emerging Context*. **Forum Qualitative Social Research**, vol. 16, n. 1.

WARTOFSKY, Marx W. (1973). **Models: Representation and scientific understanding**. Dordrecht Reidel.

WEBER, Max (2011 [1904]). **A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Editoria Ática.

\_\_\_\_\_ (2009 [1921]). **Economia e Sociedade vol.1** Brasília: Editoria UNB.

WELLER, Wivian (2006). *Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método*. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, mai/ago, pp. 241-260.

WERTSCH, James (1998). **Mind as action**. New York: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. *Collective Memory* (2009). In.: WERTSCH, James and BOYER, Pascal. **Memory in Mind and Culture**. Cambridge: Cambridge Press.

WHITEHEAD, Alfred (1929). **Process and reality**. New York: Harper.

\_\_\_\_\_. (1997 [1925]). **Science and the Modern World**. New York: Free Press (Simon & Schuster).

WITTGENSTEIN, Ludwig (1982). "Conversations on Freud." In: WOLLHEIM; Hopkins (1982) , pp.1–11. Wollheim, R.; Hopkins, J. **Philosophical Essays on Freud**. Cambridge: Cambridge University Press.

WITTGENSTEIN, Ludwig (2007). **Tratatus Logico-Philosophicus**. New York: Cosimo Publishers.

WINNER, Langdon (1989). *Do Artifacts have politics?* In.: **The Whale and the Reactor**: a search for limits in an age of high technology. Chicago: Chicago University Press.

WOLFE, Alvin (1979). *The rise of Network Thinking in Antropology*. **Social Networks**, 1, pp. 53-64.

ZACHARY, Wayne (1977). *An Information Flow Model for Conflict and Fission in Small Groups*. **Journal of Anthropological Research**, vol. 33, n. 4, pp. 452-473.

ZERUBAVEL, Eviatar (1997). **Social Mindscapes**: an invitation to Cognitive Sociology. Cambridge, MA: Harvard Press.

## ARQUIVOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

ALESP - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2013). **Ex-interno da Febem relata experiência no período da ditadura**. November. Disponível em: [https:// www.al.sp.gov.br/noticia/?id=346352](https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=346352)

BRASIL JOVEM. **Visita ao Instituto Piloto de Quintino**. Ano IV, n. 16, 1970.

A CIGARRA (2014). *A regeneração pelo trabalho: Instituto Disciplinar. A Cigarra*, n. 2, 30 março de 1914. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19140302.pdf>

ESTADO DE SÃO PAULO. **Edição do dia 15 de dezembro de 1908**, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19081215-10963-nac-0003-999-3-not/busca/DISCIPLINAR+Instituto+Disciplinar>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 15 de julho de 1917**, p. 5. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19170715-14080-nac-0005-999-5-not/busca/officeas>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 20 de julho de 1969**, p. 37. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690720-28920-nac-0037-999-37-not/busca/Batatais+Festa+Leite>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 18 de fevereiro de 1973**, p. 236. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730218-30028-nac-0236-999-236-not/busca/menor+delinqüente>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 10 de janeiro de 1985**, p. 14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850110-33698-nac-0014-999-14-not/busca/maus+tratos>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 2 de março de 1986a**, p. 19. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860302-34050-nac-0019-999-19-not/busca/Febem+maus>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 10 de fevereiro de 1983**, p. 11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19830210-33107-nac-0011-999-11-not/busca/Gabeira+cassetetes>

\_\_\_\_\_. **Edição do dia 10 de janeiro de 1985**, p. 14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850110-33698-nac-0014-999-14-not/busca/maus+tratos>

FACEBOOK. **Comunicado**. Curta metragem. Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/?ref=search&v=1636921656334410&external\\_log\\_id=26e6ef16b24f46085e6e6dea8d92ae43&q=iamb%20-%20instituto%20agr%C3%ADcola%20de%20menores%20de%20batatais%20-%201946%2F1976](https://www.facebook.com/watch/?ref=search&v=1636921656334410&external_log_id=26e6ef16b24f46085e6e6dea8d92ae43&q=iamb%20-%20instituto%20agr%C3%ADcola%20de%20menores%20de%20batatais%20-%201946%2F1976)

FUNABEM (1978). **Funabem: 10 anos**. Rio de Janeiro. Acervo: Fundo CBIA. Fundação Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Banco de Dados, Presídio Ilha Anchieta**. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=bancodedados&idlugar=79&mn=59>

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (2018). **Violências contra crianças e adolescentes.: análise de cenários e propostas de políticas públicas**. Available on: [https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/conada/copy\\_of\\_violencia-contras-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf](https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/conada/copy_of_violencia-contras-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf)

SERRANO, Asdrubal (2011). **Programa Provocações**. TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hn39hZUCkgQ>

SERRANO, Asdrubal (2008). **Programa do Jô**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hs7w48aBb2A&t=1s>

SCHRITZMETER, Ana Lúcia e PARENTE, SÔNIA. **Fios da Vida**: um edificante documento histórico sobre o IAMB. Curta documental. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SXFGII\\_U0TE&t=212s](https://www.youtube.com/watch?v=SXFGII_U0TE&t=212s)

TV EDUCADORA BATATAIS. **Programa Educadora Entrevista**. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLdd37jpaOTrQLYe3\\_pclpgpf6r8501DKT](https://www.youtube.com/playlist?list=PLdd37jpaOTrQLYe3_pclpgpf6r8501DKT)

YOUTUBE. **Encontros IAMB**. Curta documental: Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C2cvGJjuE0I&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2TZZZyuOdfBv1yBAJZD1VvpeLfjVI4UaBkUK6Lb2ccwAdvHQoaS\\_L9uVI](https://www.youtube.com/watch?v=C2cvGJjuE0I&feature=youtu.be&fbclid=IwAR2TZZZyuOdfBv1yBAJZD1VvpeLfjVI4UaBkUK6Lb2ccwAdvHQoaS_L9uVI)

YOUTUBE. **Ex-internos do Instituto Agrícola de Menores de Batatais/SP**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ciWBgbMiucQ>

## LEGISLAÇÕES CONSULTADAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei 844 de 10 de Outubro de 1902. Autorização para a fundação de um Instituto Disciplinar e uma Colonia Correccional.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1902/lei-844-10.10.1902.html>

\_\_\_\_\_. **Lei n. 1445 de 28 de Dezembro de 1914. Autorização para transferir para Taubaté a Colonia Correccional da Ilha dos Pórcos.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1914/lei-1445-28.12.1914.html>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n. 1.313 de 17 de Janeiro de 1891.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n. 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-norma-pe.html>

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n. 3.799 de 5 de novembro de 1941.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.097 de 19 de Dezembro de 2000.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

SENADO FEDERAL. **Artigo 227 da Constituição de 1988, Título VIII da Ordem Social.** Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_227\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp)